

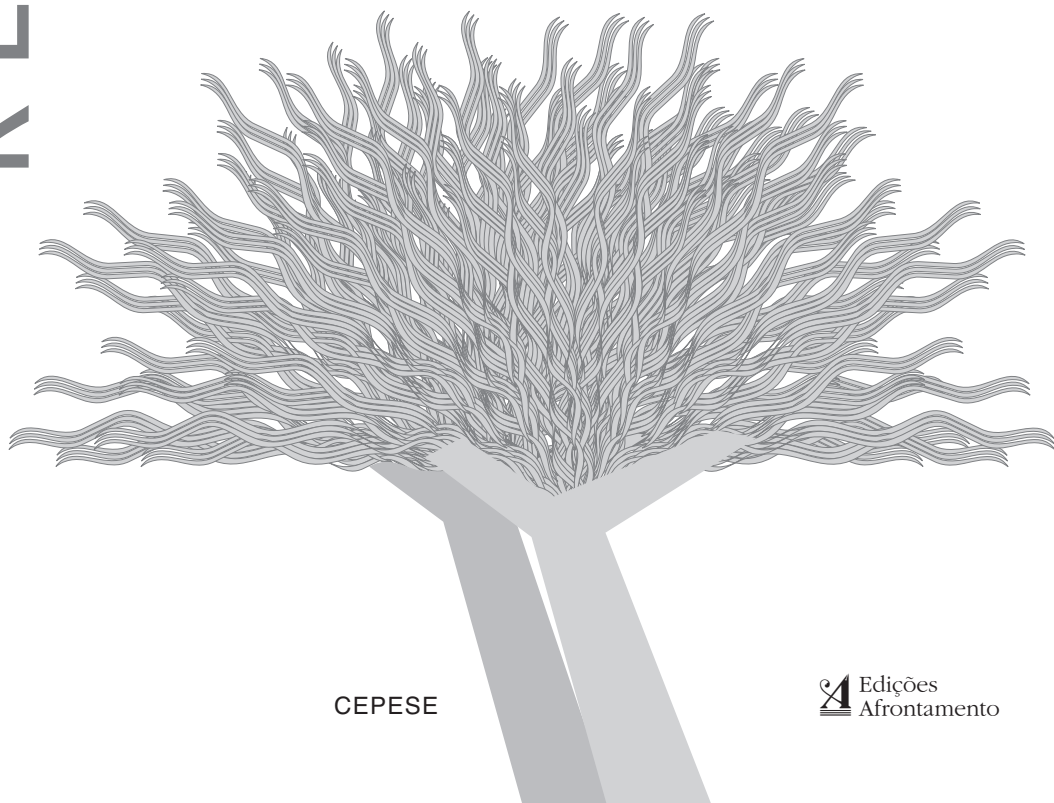
REVISTA

17

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

*RELAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA.
PARTILHA E FRONTEIRA*



CEPESE

 Edições
Afrontamento

Título

POPULAÇÃO E SOCIEDADE – n.º 17 / 2009

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento

Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 Porto

Telef.: 22 609 53 47

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

Telef.: 22 507 42 20

Fax: 22 507 42 29

E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

www.edicoesafrontamento.pt

Fundadores

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida

Fernando Alberto Pereira de Sousa – Universidade do Porto e Universidade Lusíada do Porto

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth – Universidade Nova de Lisboa

Jorge Carvalho Arroiteia – Universidade de Aveiro

Directora

Maria da Conceição Meireles Pereira

Directora Adjunta

Isilda Braga da Costa Monteiro

Comissão Editorial

Fernando de Sousa – Universidade do Porto, Universidade Lusíada

Natália Marinho Ferreira-Alves – Universidade do Porto

Teresa Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa

Maria do Céu Pinto – Universidade do Minho

Paula Pinto Costa – Universidade do Porto

Cristina Abreu – Universidade Lusíada

Maria Luisa Maniscalco – Universidade "Roma Tre"

Sônia Gomes Pereira – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Izilda Matos – PUC/São Paulo

Manuel Rojas Gabriel – Universidade de Estremadura

Comissão Consultiva

Carlos Diogo

Jorge Arroiteia

Maria Helena Cruz Coelho

Armando Luís Carvalho Homem

Jaime Ferreira-Alves

Manuel Nazareth

Maria Luís Rocha Pinto

José Esteves Pereira

Adriano Moreira

Amadeu Carvalho Homem

Ramon Villares

Ismênia Martins

Lorenzo Lopez Trigal

Lená Medeiros de Menezes

Gladys Ribeiro

Haluk Gunugur

Maria del Mar Lousano Bartolozzi

David Reher

Philippe Poirrier

Hipolito de la Torre Gomez

Patrícia Alejandra Fogelman

Angelo Trento

Matteo Sanfilippo

Jan Sundin

Jonathan Riley-Smith

Manuel Gonzalez Jimenez

Jean-Philippe Genet

Neil Gilbert

James Newell

Renato Flores

Capa: João Machado Design

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Tiragem 500 exemplares

Depósito legal n.º 94133/95

ISSN 0873-1861

**RELAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA.
PARTILHA E FRONTEIRA**

NOTA DE ABERTURA

Publicada pelo CEPESSE, a Revista *População e Sociedade* teve a sua génese em 1995, sendo dirigida até ao seu décimo segundo número pelo professor Fernando de Sousa.

Após dezasseis números editados, a nova direcção entendeu operar algumas modificações, aliás no complemento de outras já introduzidas nos últimos anos, que visam seguir os parâmetros internacionais das publicações científicas, previstas por várias instituições – European Reference Index for the Humanities (ERIH), Latindex e Scielo.

Encontrando-se já indexada na primeira e inserida no directório da segunda, além de integrar a lista da Agence d'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur (Aeres), a Revista *População e Sociedade* pretende aumentar a sua qualidade científica, bem como promover a visibilidade e reconhecimento internacionais.

A partir do presente número, serão observadas com rigor as características de conteúdos bem como as de gestão e política editorial, estabelecidas internacionalmente. Perseguindo este desiderato, assumiram-se dois objectivos prioritários: a implementação plena do sistema de arbitragem científica e a renovação/criação das comissões editorial e consultiva.

No tocante ao sistema de *peer review*, cada artigo é submetido à avaliação científica de dois *referees* internos ou externos ao CEPESSE, sob estrito regime de anonimato. A comissão editorial, composta de dez elementos, passa a integrar académicos com inequívocas responsabilidades na orientação dos Grupos de Investigação do Centro, bem como investigadores estrangeiros com forte participação na pesquisa em curso e respectivos projectos.

Por sua vez, a comissão consultiva – mais alargada (30 membros) – apresenta um terço de investigadores nacionais, na maioria externos ao CEPESSE, sendo os restantes investigadores estrangeiros prestigiados, representando cerca de uma dezena de nacionalidades, numerosas universidades – designadamente europeias e americanas – bem como diversas áreas temáticas de investigação. A todos agradecemos a solícita disponibilidade para integrar os corpos editorial e consultivo da nossa Revista, que se prestigia com a colaboração de professores de reconhecidos méritos científicos e, assim, vê reforçados os seus laços de trabalho com reputadas academias quer nacionais quer de outras latitudes, à semelhança da linha de orientação que a unidade de investigação do CEPESSE seguiu, ao constituir uma Comissão de Aconselhamento Científico, composta de catorze elementos, também maioritariamente estrangeiros (cinco espanhóis, três italianos, dois franceses e dois brasileiros).

Com a periodicidade anual, a *População e Sociedade* prosseguirá a sua opção por números temáticos, abertos a colaborações externas, e os seus artigos inéditos serão acompanhados de resumos na língua original (desde que escritos em português, inglês, italiano, francês ou castelhano) e em inglês, bem como de cinco palavras-chave nas mesmas duas línguas. Além das informações sobre os autores, a revista comportará ainda as tradicionais secções de notícias de actividades do Centro e o catálogo das suas publicações, iniciando uma rubrica de recensões críticas. A edição on-line da revista continuará disponível no site do CEPESE (<http://cepese.up.pt>).

No próximo número, ao comemorar-se o vigésimo ano de existência ininterrupta deste Centro, a nossa atenção dirigir-se-á para a reformulação da linha gráfica da *População e Sociedade*, marcando, também desta forma, uma nova fase da Revista que busca a inovação na continuidade, sem imolar às modas mais ou menos efémeras a identidade que construiu ao longo de anos.

Revisitando uma problemática que já foi objecto de números anteriores, a edição que agora se apresenta sob o título *Relações Portugal-Espanha. Partilha e Fronteira* dá à estampa novos estudos sobre a história peninsular e o relacionamento dos dois países, desde os tempos medievos à contemporaneidade. Temas diversos são abordados, evidenciando os paralelismos e aproximações mas também os desencontros e tensões que a multissecular partilha do condomínio ibérico tem suscitado.

As dimensões política, cultural, económica e populacional entrecruzam-se – quer em enfoques de tempo curto quer na longa duração – para elucidar atitudes e decisões que reflectem as vivências de dois Estados e dois povos separados por um fronteira real e mental mas iniludivelmente unidos por laços que ora se estreitam ora se alargam, numa dinâmica histórica que não se percepção através de explicações redutoras ou fórmulas deterministas, que permanece objecto de múltiplas investigações, que sucessivamente se constrói e se problematiza.

Maria da Conceição Meireles Pereira

OPENING REMARKS

The Journal *População e Sociedade*, has been published by the Centre for the Study of the Population, Economy and Society since 1995. The first twelve issues were edited under the Presidency of professor Fernando de Sousa.

After the first sixteen issues published, the new Direction Board of *População e Sociedade* decided to introduce some novelties, as, in fact, it was already being done, especially in relation to the international guidelines in use for scientific publications, e.g. the *European Reference Index for the Humanities*, *Latindex* and *Scielo*.

This Journal is already indexed in *ERIH*, quoted by *Latindex* and it is also part of the list provided by the *Agence d'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur (Aeres)*, being our aim to improve the scientific profile of this Journal, as well as its international recognition and diffusion. That is why the present issue already followed the full peer reviewed system and considerable changes were made in the Editorial and Advisory Boards.

In what concerns the peer reviewed system, each article is evaluated by two referees, through a double blind refereeing system.

The Editorial Board is, from now on, constituted by ten scholars, some of them responsible for the research groups of CEPESSE and others, namely the foreign researchers, with strong participation within our activities.

The Advisory Board – composed by thirty members – ten from Portugal and twenty from other European and American universities – has a diverse constitution related to each field area of research. Therefore, we take this opportunity to thank all the colleagues that had accepted our invitation to be a member of these two Boards; it was a real privilege to the Journal *População e Sociedade* to be able to get their collaboration. In this sense, the Journal followed CEPESSE's research unit policy, which has already a Scientific Advisory Commission, as demanded by the Portuguese Science Foundation.

With annual publication, this Journal will maintain the option for thematic issues, and all the articles will include abstracts both in their original language (Portuguese, English, Italian, French or Spanish) and in English. Keywords are also a mandatory element of our publication. This Journal also provides information about the authors, news about CEPESSE's activities, namely its publications, projects, protocols and scientific encounters, and the present issue introduces a new item of book reviews. By acceding Cepese's website (<http://cepe-se.up.pt>), it is also possible to read the Journal on line.

Our next issue, to be published in 2010, twenty years after CEPESSE's constitution, will present a new design, opening a new phase in the life of this Jour-

nal, but this wish of innovation must preserve the identity the Journal has built all over the years.

The present issue is dedicated to the theme *Relações Portugal-Espanha. Partilha e Fronteira*, a problem that has already been focused in other volumes. Nevertheless, new studies about peninsular history and about the relationship from medieval to contemporary times between both countries are now presented in this volume. Several articles stress the controversies throughout the centuries between the two countries that share the Iberian Peninsula. In fact, political, cultural, economical and demographical dimensions always related – either in the short or in the long term – allow us to enlighten the attitudes and decisions that reflect the history of both states and its people, separated by a real and mental border but also linked by more or less inter-related ties that give life to a very interesting historical dynamics.

Maria da Conceição Meireles Pereira

LA ORDEN DE SAN JUAN DE JERUSALÉN Y LAS PEREGRINACIONES EN LA GALICIA MEDIEVAL (SIGLOS XII-XIII)¹

Carlos Andrés González-Paz

La Orden Soberana Militar y Hospitalaria de San Juan de Jerusalén, de Rodas y de Malta, siendo esta su actual denominación oficial, hunde su protohistoria en la primera mitad del siglo XI – cerca del año 1048 – cuando los mercaderes de la ciudad italiana de Amalfi, situada en la costa sur del Golfo de Nápoles, obtuvieron de la autoridad califal abásida egipcia la autorización para fundar en Jerusalén un monasterio – Santa María Latina – y un hospital dedicado a San Juan Bautista, destinado a la atención de los peregrinos que acudían a la Ciudad Santa.

En el año 1099 y tras la conquista de Jerusalén por los cruzados, el director de dicho centro hospitalario, Gerardo de Saint-Geniez, generosamente dotado por Godofredo de Bouillon, reemplazó a los benedictinos que eran titulares del inmediato monasterio de Santa María Latina por una nueva congregación que fundó con el nombre de *Hospitalarios de San Juan* o *Hermanos del Hospital de San Juan de Jerusalén*. La regla de la Orden – de inspiración agustina – fue confirmada el 15 de febrero de 1113 por el Papa Pascual II a través de la bula *Piae Postulatio*. Suponía su situación bajo la tutela única de la Santa Sede y el reconocimiento del derecho a elegir libremente a sus superiores, sin interferencia de otras autoridades laicas o religiosas, pasando a estar conformada por caballeros que eran militares a la vez que religiosos, atados por los tres votos monásticos de pobreza, castidad y obediencia².

Tras la caída de Jerusalén en el año 1187, los hospitalarios se instalaron en San Juan de Acre de donde fueron expulsados, buscando refugio en la isla de Chipre en 1291. Finalmente, tras la derrota chipriota, se asentaron en la isla de Rodas en 1308, terminando por situar su sede en la isla de Malta, ya en las primeras décadas del siglo XVI, intentando servir de punto de control al avance turco por el Mediterráneo Oriental.

Por lo que se refiere estrictamente a la presencia de la Orden de San Juan en la Península Ibérica y, más concretamente, en el territorio de la Corona castellano-leonesa, aquella hunde sus raíces en los primeros compases del siglo XII, adelantándose en el caso leonés al año 1113³ y en el portugués probablemente al año 1112, aunque de forma segura a 1132⁴. Para el caso gallego las fechas se retrasan ligeramente, aunque podemos situar en la primera mitad de dicha centuria los más antiguos testimonios documentales acerca de su implantación

en tierras de Galicia; fundamentalmente, aunque no solo, a lo largo y ancho de las principales rutas de peregrinación que unían los más dispares puntos de la geografía de la Cristiandad con la ciudad apostólica de Santiago de Compostela. Dichas vías se constituyen en el segundo axioma del presente trabajo, por lo que dedicaremos los siguientes párrafos a ofrecer una breve síntesis de su realidad histórica.

1. LOS CAMINOS DE SANTIAGO Y LAS PEREGRINACIONES A COMPOSTELA

Las primeras noticias conservadas sobre la presencia del culto al Apóstol Santiago en la Península Ibérica se remontan a la segunda mitad del siglo VIII, época de la que data el himno *O Verbum Dei* dedicado seguramente por Beato de Liébana al rey asturiano Mauregato. En él se presenta al “Hijo del Trueno” como apóstol de España y se recoge la tradición – ya presente en el *Breviarum Apostolorum* (s. VII) – de la estancia de dicho apóstol en tierras hispanas para predicar la Buena Nueva tras el día de Pentecostés.

La propagación de esta tradición en el norte peninsular de resistencia cristiana debe ser vinculada con dos hechos de naturaleza fundamentalmente política. Por un lado, nos encontramos con la reconquista cristiana de la geografía peninsular, unida a la búsqueda de vías de aproximación de los monarcas asturianos a la Corte carolingia. Por el otro, nos hallamos ante momentos de lucha contra el afianzamiento de la doctrina adopcionista en la Península Ibérica – potenciada por el arzobispo Elipando de Toledo y por el obispo Félix de Urgel – que, atenuando las diferencias entre ambas religiones, pretendía alterar el dogma de la naturaleza de Cristo para favorecer un pacto con el Islam⁵.

En ese ambiente y en las primeras décadas del siglo VIII, tras ciertas señales y fenómenos maravillosos, fue descubierto el túmulo del apóstol Santiago en el lugar conocido como *Arcis Marmoricis*, hoy Santiago de Compostela. El hallazgo fue confirmado por el obispo Teodomiro de Iria quien, sin perder tiempo, fue a dar noticia del hecho extraordinario al rey Alfonso II. Se daba inicio así al fenómeno de las peregrinaciones jacobeanas y al desarrollo de las vías de peregrinación a Compostela cuya cantidad pronto se multiplicó ya que, propiamente, el camino que realiza un peregrino en cuanto tal, desde el punto de origen hasta el túmulo apostólico, es ya Camino de Santiago. Con todo, para evitar la anarquía viaria – o por intereses políticos o económicos – se establecieron, con el paso del tiempo, ocho caminos que podríamos cualificar como “canónicos”, algunos con mayor base histórica que otros.

El *Camino Primitivo* une Oviedo – donde se encuentra la Cámara Santa y los restos de la *Lignum Crucis* – con Santiago de Compostela a través de Lugo de Llanera, A Fonsagrada y la ciudad amurallada de Lugo, refugio de los preladados bracarenses entre los siglos IX y XI. Según la tradición, se trataría del más antiguo ya que habría sido el utilizado por el rey Alfonso II para llegar al

túmulo apostólico desde la Corte ovetense, pero la cuestión es que desconocemos en qué parte del reino se encontraba el mencionado monarca en el momento en que acontece y se le notifica la *inventio* apostólica.

El *Camino Francés* es el *iter publicum Sancti Iacobi* por excelencia. No podemos determinar su origen, pero a principios del siglo XII se encuentra perfectamente consolidado como se puede comprobar con la publicación del *Liber Sancti Jacobi*, sin duda fruto o deudo del programa propagandístico diseñado por el arzobispo Diego Gelmírez. En él se registra cómo los peregrinos alcanzan la ciudad apostólica de Santiago de Compostela desde toda la Cristiandad a través de esta ruta.

Cuatro vías fundamentales son las que atravesaban Francia previa penetración en tierras ibéricas. La *via turonensis* recogía peregrinos procedentes del norte de Europa, Flandes y las regiones septentrionales de Francia: París y Orleáns. La *via lemovicensis* tenía su origen en la ciudad de Vezelay y por ella principalmente peregrinaban germanos y flamencos. La *via podensis* ingresaba en territorio francés por Le Puy. La *via tolosana* – junto a la *podensis* – recogía peregrinos procedentes de Italia y de la Europa cristiana oriental. Las tres primeras se unían a la altura de Saint Jean-Pied-de-Port para entrar como una única vía en territorio ibérico a través de Roncesvalles; por su parte, la *via tolosana* penetraba en tierras hispanas por el puerto de Somport, encontrándose con la anterior en la localidad navarra de Puente La Reina. Desde allí, los principales núcleos por los que pasaba el *Camino Francés* eran Estella, Logroño, Nájera, Santo Domingo de la Calzada, Belorado, Burgos, Castrojeriz, Frómista, Carrión de los Condes, León, Astorga, Ponferrada y Villafranca del Bierzo. Tras la subida al Monte do Cebreiro, el peregrino llegaba a tierras gallegas, pasando por Triacastela, Sarria, Portomarín, Palas de Rei, Melide y Arzúa para alcanzar, finalmente, la ciudad de Santiago de Compostela⁶.

La *Vía de la Plata* es una prolongación de la calzada romana de esta forma denominada que comunicaba las ciudades de *Emerita Augusta* (Mérida) y *Asturica Augusta* (Astorga), cruzando de sur a norte el oeste peninsular. Utilizada por las tropas musulmanas para varias de sus incursiones en el norte cristiano durante la Alta Edad Media, comenzó a ser usada como vía de peregrinación a Santiago de Compostela a partir del siglo XIII, fundamentalmente tras la conquista de las ciudades de Sevilla y Córdoba por el rey Fernando III de Castilla. Muchos andaluces y extremeños alcanzaban el *Camino Francés* a la altura de la ciudad de Astorga, mientras otros se dirigían hacia la sede apostólica a través de una de estas dos opciones. Por un lado, podían escoger una desviación que pasaba por Puebla de Sanabria, A Gudiña, Campobecerros, Laza/Verín, Vilar de Barrio, Xunqueira de Ambía y Ourense. Por el otro, podían elegir un ramal que atravesaba el noreste portugués hacia Braganza o Chaves, penetrando en territorio gallego por Verín, Laza/Xinzo de Limia, Allariz y Ourense. Finalmente, desde la ciudad auriense, la *Vía de la Plata* se unificaba y continuaba por Cea, Dozón, Lalín, Silleda, Ponte Ulla y Lestedo hasta alcanzar las puertas de Santiago de Compostela.

El *Camino Portugués* – o más correctamente los *Caminos Portugueses* – forman una malla viaria que alcanza su máximo exponente territorial en la zona norte del país luso⁷. La ruta principal entraba en tierras gallegas por la ciudad de Tui y pasaba por O Porriño, Redondela, Pontesampaio, Pontevedra, Caldas de Reis, Valga y Pontecesures, abandonando entonces la provincia pontevedresa camino de Padrón y Santiago de Compostela⁸. Un segundo camino – litoral, atlántico y parcial – entraba desde territorio portugués por A Guarda y pasaba por el monasterio cisterciense de Oia, por Baiona, por Coruxo y por Santo André de Comesaña donde se bifurcaba, yendo uno de los ramales por Coia y Condomiñas y, el otro, por Santa María de Castrelos y Santo Tomé de Freixeiro; alcanzaba finalmente Vigo, desde donde continuaba hacia Redondela, enlazando aquí con el anterior⁹. Una tercera vía es la que atravesaba el río Miño por San Pedro da Torre donde se concentraban los peregrinos procedentes de Caminha, Arcos de Valdevez y Ponte de Lima. Ya en tierras gallegas pasaba por el puente de Forcadela, por Tebra¹⁰, por Malvás – donde empataba una vía que procedía del puente y hospital de Taborda¹¹ –, por el monte Aloia, por Cela y por O Porriño, donde precisamente enlazaba con el camino principal a Santiago de Compostela¹².

El *Camino Inglés* se trata de una ruta mixta, marítima y terrestre, cuya consolidación probablemente ocurrió a partir del siglo XII con la práctica desaparición en nuestros mares de la amenaza pirática normanda y musulmana. La existencia de períodos de enfrentamientos bélicos y de presión sobre los peregrinos que se dirigían a Santiago de Compostela a través de la geografía europea, potenció la utilización de este tipo de rutas marítimas por aquellos que procedían, fundamentalmente, de la fachada atlántica de Europa y de las islas británica e irlandesa. Alcanzaban los puertos del Golfo Ártabro – Ferrol, Betanzos y A Coruña – desde donde continuaban en dirección sur, ya por tierra, cara a Compostela¹³.

El *Camino del Norte*, como en el caso anterior, se trata de una vía mixta marítimo-terrestre, aunque en un sentido diferente. Los peregrinos, sobre todo a partir del siglo XII, pudieron escoger entre dos opciones. Podían seguir un itinerario marítimo mediante el aprovechamiento de las rutas comerciales procedentes de distintos núcleos portuarios de la Europa atlántica, cuyos barcos solían recalar en alguno de los puertos cantábricos hispanos. También podían llevar a cabo la vía terrestre, el *Camino del Norte* propiamente dicho, que entraba en la Península Ibérica desde tierras francesas por Bayona e Irún, recorriendo la orla costera cantábrica a su paso por San Sebastián, Bilbao, Castro Urdiales, Laredo, Santander, Santillana del Mar, Llanes y Oviedo. Tras la visita al Salvador, continuaba hacia Galicia penetrando por la villa de Ribadeo, pasando inmediatamente después por la ermita de Santa Cruz, en la parroquia de San Xoán de Ove. Desde allí, el camino se dividía en varios ramales que se reunían de nuevo en la ciudad de Mondoñedo y, unidos, se dirigían hacia Santiago de Compostela¹⁴.

Por último, la *Ruta del Mar de Arousa y Río Ulla* supuestamente seguiría el trayecto de la *translatio* o llegada y depósito de los restos del Apóstol Santiago

en tierras del occidente gallego, y el *Camino Fisterra-Muxía* supondría la continuación taumatúrgica del resto de las rutas de peregrinación cara al *finis terrae* galaico.

2. LA ORDEN DE SAN JUAN DE JERUSALÉN, GALICIA Y LOS CAMINOS DE SANTIAGO

Realizado ese breve pero necesario excursus sobre la red viaria jacobea, regresemos a una presencia sanjuanista en Galicia que difícilmente se puede desvincular de la penetración de la Orden del Hospital en tierras castellano-leonesas¹⁵, con la salvedad de que en territorio gallego se encontraba el túmulo apostólico que atraía a peregrinos de toda la Cristiandad. Con todo, teniendo en cuenta los testimonios documentales conservados, este hecho no se habría traducido en la aparición más temprana de los *freires* hospitalarios en este espacio político-geográfico, situando dicha presencia las primeras referencias textuales incontestables con anterioridad indeterminada al año 1142.

Sea como fuere, lo cierto es que la instalación de los hospitalarios en Galicia contó, desde un primer momento, con el apoyo explícito de la monarquía castellano-leonesa por razones políticas y devocionales. Sin duda, el principal interés de monarcas como Alfonso VII en los sanjuanistas – por lo que se refiere al caso gallego y probablemente también al portugués septentrional – fue precisamente el de su ubicación en las proximidades de las rutas de peregrinación a Compostela. Clara parece su intención de que asistiesen y prestasen atención hospitalario-espiritual y protección a los peregrinos que transitaban por los Caminos de Santiago, labor que se hallaba en la esencia misma de la propia Orden de San Juan como institución religioso-militar y para la que, no cabe duda, se encontraban especialmente preparados¹⁶.

Es nuestra intención en este documento presentar una breve síntesis bibliográfico-documental de la referida presencia sanjuanista en las principales vías de peregrinación a Compostela durante la Edad Media, aunque la cantidad y calidad de la información disponible para ello, unido a la propia naturaleza de un artículo como el presente, nos obligan a acotar necesariamente la temática del mismo. Dicha fragmentación del objeto heurístico bien podría ser topográfica, circunscribiéndolo a una sola vía, o bien cronológica, escogiendo tan sólo un período temporal concreto. Analizadas las variables hemos optado por centrar nuestros esfuerzos en la centuria de llegada de los hospitalarios de San Juan a Galicia, es decir, el siglo XII, y en la inmediatamente posterior, durante la cual parece producirse la consolidación de su implantación político-territorial.

Los *freires* sanjuanistas con su doble dimensión – fundamentalmente hospitalaria y asistencial, para más tarde subsumirse de forma temporal en un coyuntural, circunstancial y limitado proceso de militarización – jugaron indudablemente un relevante papel en las peregrinaciones jacobeanas. Sus encomiendas se ubicaron estratégicamente dando cobertura a todos los caminos que desde el

exterior de Galicia se dirigían a Compostela. Los sanjuanistas gallegos se constituyeron en la mejor garantía material y espiritual de las peregrinaciones y de los peregrinos a Santiago a través de su red de hospitales, iglesias y conventos.

2.1. La encomienda de Portomarín

2.1.1. La encomienda de Portomarín y el Camino Francés

En primer lugar, nos centraremos en la presencia sanjuanista en la principal vía de peregrinación a Compostela: el *Camino Francés*. El epicentro de su más significativa encomienda gallega se encontrará en la villa de Portomarín, la *Pons Minee* del *Codex Calixtinus*¹⁷.

Los primeros indicios – la protohistoria, por así decir – de la presencia hospitalaria en tierras gallegas y en relación directa con esta ruta y con esta villa nos llevan hasta el año 1126. El 15 de octubre el rey Alfonso VII y su hermana Sancha entregaron a *Petro Peregrino* la iglesia de *Sancta Maria de Portu Marino* que su madre, la reina Urraca, había ya donado *ad Pontem Minei et ad ospitale ipsius pontis quod vocatur domum Dei*¹⁸. Conviene recordar cómo la propia Urraca había ordenado destruir el puente de Portomarín – situado en plena vía francesa de peregrinación a Compostela, que al mismo tiempo era la principal ruta de penetración en Galicia desde tierras castellanas – en su estrategia de tierra quemada en la guerra civil que le enfrentó con su segundo esposo, el rey Alfonso I de Aragón.

El contenido de la noticia en sí no parece que la vincule con la Orden de San Juan, mas queremos destacar una serie de hechos que nos llevan a enunciar esta donación como probable prehistoria de la presencia hospitalaria en este territorio. El primero es que la donación la realiza Alfonso VII junto a su hermana Sancha, especial protectora de la Orden de San Juan con la que, según Barquero Goñi, llegó a pasar más de cinco años en el Hospital de Jerusalén¹⁹.

El segundo es que la donación de la iglesia de Santa María de Portomarín y sus rentas había sido realizada en su momento por la reina Urraca, no sólo para la reconstrucción del puente – de cuya ruina había sido ella misma la causante – sino también, y esto es lo llamativo, para la edificación en él de un hospital para la atención de peregrinos y caminantes²⁰.

El tercero es que el receptor de la donación es un *Petro Peregrino* cuyo antropónimo probablemente tenga la calidad de calificativo de la naturaleza de su portador, es decir, que se tratase realmente de un antiguo peregrino a Compostela²¹.

El cuarto elemento a tener en cuenta es que podría interpretarse que por caridad un peregrino – con la capacidad económica suficiente y con el apoyo de una reina que se sintiese culpable – se auto-encomendase la construcción del *Pontem Minei*, pero en el documento se mencionan de forma genérica unos *bonos hominum* que aparentemente lo auxiliaron en la ardua tarea reconstructiva.

Finalmente, el quinto se centra en el hecho de que Alfonso VII, en el año 1133, donó a Pedro Peregrino de Puente de Miño dos heredades. Se trataba del Palacio de Portomarín – quién sabe si antecesor de la casa de la encomienda sanjuanista – y del coto de Meixónfrío, en tierras de Taboada, con la condición de que a su muerte quedasen para la *Domum Dei*, es decir, para el hospital construido en el puente sobre el río Miño. Esta noticia se conserva entre la documentación sanjuanista lo que, para Barquero Goñi, sugiere su vinculación con la Orden de San Juan, aunque desconozcamos cuánto posterior sea dicha relación²².

Todo lo anterior tan sólo genera más y más preguntas: ¿Quién es realmente *Petro Peregrino*? ¿Es un donado o un avanzado sanjuanista en tierras gallegas? ¿Quiénes son esos *bonos hominum*, qué grado de vinculación mantienen con *Petro Peregrino* y, sobre todo, participaron además de en su construcción, en la atención y mantenimiento del hospital?... Quizás algún día estas preguntas encuentren respuestas, pero los indicios han sido presentados.

La existencia de Portomarín se documenta ya en el siglo X en relación con los monasterios de Santa María de Loio y San Salvador y Santa Mariña de Portomarín²³, aunque su surgimiento como entidad de población diferenciada es deudor de la construcción del puente sobre el río Miño, al que debe su topónimo medieval. Probablemente fue el hecho de que se constituyese en un paso estratégico de caminantes y peregrinos lo que llevó a los monarcas castellano-leoneses a potenciar el establecimiento sanjuanista en esta villa, asentamiento que desde la óptica hospitalaria seguramente haya que integrar dentro del proceso de expansión de la Orden del Hospital por territorio gallego. Se siguieron para ello modelos presentes en otros espacios de la Corona de Castilla y León, tomando como uno de los ejes de dicho desarrollo precisamente el *Camino Francés* a Santiago que, en el caso de Galicia, dividía a la mitad el territorio en sentido este-oeste²⁴.

Independientemente de las noticias relativas a *Petro Peregrino*, la primera evidencia documental del establecimiento de los hospitalarios en Portomarín es un documento del rey Fernando II de León, fechado el 30 de octubre de 1158. En él dicho monarca donaba al *priori dompno Ordonio Sancti Hospitalis* el monasterio de Santa Mariña de Portomarín y la mitad del realengo *in Portomarino*²⁵, señalando que ello se añadía a la otra mitad del realengo que había donado Alfonso VII a la Orden del Hospital. Parece deducirse de esto, pues, que la presencia real de la Orden de San Juan en Portomarín se remontaría cierto tiempo atrás, a algún momento por ahora no determinado de las tres últimas décadas del reinado del referido Alfonso VII. Se constituiría así este hecho en otro elemento a tener necesariamente en cuenta a la hora de enfrentarnos a los documentos protagonizados por el mencionado *Petro Peregrino*.

Nos encontramos en un momento en el que los máximos responsables hispanos de las órdenes de San Juan y del Templo asisten a la fundación de la Orden Militar de Santiago bajo el paraguas protector de la monarquía fernandina. Sanjuanistas y templarios procurarán integrarse en el juego de poder y

mantenerse en las proximidades del monarca como prueba de fidelidad y en defensa de sus propios intereses²⁶, siendo Pedro de Areis – prior hospitalario en *Hispana* – un buen ejemplo de ello²⁷. Portomarín se integrará en ese juego de tira y afloja. Fernando II, con el paso de los años, empieza a mostrarse reacio al protagonismo que los sanjuanistas comenzaban a poseer en esta zona estratégica, potenciando entonces la entrada en ella de la Orden de Santiago que pasaría a actuar a modo de cuña y contrapeso a la Orden del Hospital²⁸. Así Portomarín es mencionada en la bula del Papa Alejandro III de 5 de julio de 1175 entre las posesiones de la Orden de Santiago²⁹ e, igualmente, es una de las propiedades referidas en la confirmación que el 30 de marzo de 1181 realiza el rey Fernando II del patrimonio santiaguista³⁰. Es probable que dicha presencia finalmente no cuajase ya que el 4 de mayo de 1188 el rey Alfonso IX señala cómo la *milicie fratrum sancti Iacobi* había revertido en el patrimonio regio el *burgo de Ponte Minii*³¹.

Una vez que la amenaza santiaguista se había desvanecido, la reacción de la Orden de San Juan frente a la Corona no se hizo esperar y consolidó su presencia en la villa de Portomarín. El 18 de mayo de 1212 los hospitalarios le conceden fuero de población al *concilio de Ponte Minei*, mencionándose entre los subscriptores del documento al *priori Petro Oarii Hospitalis*; a *Gunter Ermigii, priore Castelle*; a *Menende Gundisalvi, priori Portugalie*; a *Johanne Fernandi, comendatoris Pontis Minei*; a *Didacus Monniz, comendator de Queiroga* y a *Pelagio Arie, comendatore de Torono*³². Al mismo tiempo, quizás pretendiendo no dejar espacio para otras instituciones monástico-militares, tácitamente incentivó la instalación de algunas otras entidades eclesiásticas como es el caso del monasterio cisterciense de San Salvador de Sobrado dos Monxes, del que es probable les interesase su propia naturaleza jurisdiccional y su actividad como motor de desarrollo urbano, tal y como había demostrado, por ejemplo, en el Burgo de Faro coruñés³³.

Desde entonces y a lo largo del siglo XIII, en plena efervescencia de la vía francesa de peregrinación a Compostela, los hospitalarios seguirán presentes en una población en expansión, situada bajo el mandato de comendadores sanjuanistas, algunos de cuyos nombres testimoniamos documentalmente³⁴. De su establecimiento material destacaremos necesariamente cuatro elementos, siendo el primero de ellos su localización en plena ruta de peregrinación compostelana cuya conservación, cuidado y vigilancia tenían a su cargo por delegación regia³⁵.

El segundo es la iglesia de San Juan – actualmente de San Nicolás – de Portomarín. Probablemente en el siglo XIII, los hospitalarios habrían optado por la construcción de esta iglesia encastillada que supuso la materialización arquitectónica de la concepción religiosa y militar de la propia Orden de San Juan. Se convirtió en la sede eclesiástica de la encomienda sanjuanista y en el lugar donde los peregrinos podrían encontrar protección, amparo y atención espiritual³⁶.

El tercero de los elementos dignos de ser referidos es la casa de la encomienda, es decir, la residencia de los comendadores y epicentro de la adminis-

tración. Seguramente la construcción de la iglesia de San Juan supuso la simultánea erección en sus inmediaciones de una casa de la encomienda, reuniéndose así, en un mismo espacio, los centros eclesiástico y gubernativo de la jurisdicción sanjuanista³⁷. En 1513 Juan Piñeiro – comendador de Portomarín y Trebejo – ordenó la construcción de una nueva sede, que probablemente sustituyó a la anterior y que estaba próxima al templo³⁸.

El cuarto y último elemento arquitectónico a tener en cuenta es el hospital. Por analogía con otros casos gallegos, consideramos ciertamente probable que en un primer momento los sanjuanistas aprovecharan la infraestructura hospitalaria fundada por *Petro Peregrino* en el puente³⁹. Más tarde es posible que los sanjuanistas trasladasen el hospital a la margen izquierda del río Miño, integrándolo dentro de la población de San Pedro de Portomarín⁴⁰. Basamos tal hipótesis en el hecho de que entre 1196 y 1206 se menciona, en varias ocasiones, una *domum Hospitalis* situada *in uico de Sancto Petro* o *in uilla de Ponte Minei sub basilica Sancti Petri*, en la calle que iba a dar al puente que no era otra que la propia ruta de peregrinación⁴¹. Seguramente con la construcción del referido templo de San Juan, los *freires* hospitalarios decidieron introducir en el núcleo sanjuanista también el centro asistencial, reaprovechando los sillares del antiguo hospital no sólo para la edificación del nuevo sino, también, para la realización de una torre destinada al cobro de una serie de tasas y derechos de paso⁴². Finalmente, el mencionado comendador Juan Piñeiro – dentro de su programa constructivo – materializó la reconstrucción y ampliación del hospital en el año 1522, siendo finalmente demolido en 1944⁴³.

Con todo, no fue ese el único hospital ligado a la encomienda sanjuanista de Portomarín. En primer lugar nos encontramos con el hospital de Mirallos⁴⁴. En el año 1142 el rey Alfonso VII donó a los hospitalarios ya instalados en el hospital de Mirallos todos los derechos regios sobre el casal de Froila, en el territorio de Sarria, y sobre la iglesia de Santa María de Ferreiros⁴⁵. En el mes de marzo de 1210 el comendador sanjuanista de Portomarín Juan Fernández, por un lado recibía, como donado, a Pedro Muñoz quien se comprometía a la entrega *post mortem* del hospital de Mirallos a la Orden de San Juan y, por el otro, nombraba al *freire* Pedro Geráldez comendador de dicho hospital⁴⁶. Es posible suponer, a tenor de ambos documentos, que la Orden de San Juan podría haberse encargado de la gestión de dicho centro asistencial hasta un momento posterior a la muerte del que aparenta ser su propietario.

En segundo lugar y en relación con lo anterior, constatamos la existencia del hospital de Morgade⁴⁷. A cambio de su vinculación con la casa sanjuanista de Portomarín, la Orden del Hospital entregó al mencionado Pedro Muñoz la administración del hospital de Morgade con su coto⁴⁸. El tercero de los centros hospitalarios indicados es el hospital de Bañal que, en el año 1240, fue donado por el *frater Hospitalis* Munio García al *conventui Hospitalis Pontis Minei* y a los *fratres Hospitalis Ierosolimitani*⁴⁹. El cuarto es el hospital de Seixas que Rodrigo Suárez y su mujer entregaban al *Sancti Hospitalis de Hyerusalem* en el año 1171⁵⁰. Finalmente, el quinto centro asistencial sanjuanista es el hospital

de Furelos⁵¹. El 7 de diciembre de 1242 el comendador Alfonso Raimúndez otorgó siete casales en beneficio y para sostenimiento económico del “Hospital de Furelos”, que se encontraba entre el puente y la iglesia de dicho lugar⁵².

Parece evidente que esta encomienda de Portomarín de la Orden de San Juan – con, cuanto menos, cinco centros asistenciales – desempeñó un significativo papel en la atención hospitalaria a los peregrinos en el *Camino Francés* de Santiago. La red de hospitales que fundan, reciben o gestionan en dicha vía – que se suman a los centros santiaguistas dependientes de la encomienda de Vilar de Donas y a algún otro particular⁵³ – resulta realmente relevante y más si tenemos en cuenta que fueron precisamente los *freires* sanjuanistas los que, según Barquero Goñi, introdujeron las concepciones más avanzadas sobre lo que debería ser un hospital⁵⁴.

Para terminar debemos señalar cómo los hospitalarios de Portomarín dispusieron de un amplio, aunque disperso, patrimonio fundiario y rentista destinado a sostener su labor hospitalaria. Entre los bienes de la Orden de San Juan situados en el *Camino Francés* a su paso por la provincia de Lugo nos encontramos propiedades en Rodriz y Sarria⁵⁵; en Mariz⁵⁶; en Gundín y Vilasouto⁵⁷; en Santa María de Constantín⁵⁸; en Gondrame⁵⁹; en Páramo o Saá de Páramo⁶⁰ y en Triacastela⁶¹. En la misma vía de peregrinación, pero en la actual provincia de A Coruña – pasado el entonces denominado *Campus Levurarius* y el hospital de Furelos –, los sanjuanistas lograron hacerse con el control de una parte del burgo de Melide, límite occidental de su extensión a lo largo del *Camino Francés*⁶².

2.1.2. La encomienda de Portomarín y el Camino Inglés

La Orden de San Juan de Jerusalén reunió un interesante patrimonio fundiario alrededor del *Camino Inglés* de peregrinación que unía las localidades ártabras de Ferrol, Betanzos y A Coruña con la ciudad apostólica compostelana y que contó con su propia red hospitalaria⁶³. Esta presencia de la Orden del Hospital en el Golfo Ártabro puede ser entendida en un doble sentido. En primer lugar, como un intento por contrapesar el peso de los templarios en la zona. En segundo lugar, como una apuesta de la propia Orden del Hospital por participar en la riqueza mercantil generada en estas villas marítimas, destacando además cierta relevancia del puerto coruñés como punto de refugio y aprovisionamiento de las rutas cruzadas que desde las costas inglesas, alemanas y francesas se dirigían a Tierra Santa⁶⁴.

El origen de la ciudad de A Coruña se sitúa en la población galaico-romana de *Brigantium* cuya ocupación parece poseer cierta continuidad hasta el siglo XI. En la centuria siguiente y en el interior de la ría de A Coruña surge una nueva población conocida como Burgo de Faro que fue dividida en dos partes por iniciativa regia⁶⁵. La custodia y gestión de la zona occidental, junto con los derechos de su puerto, fueron entregadas por el rey Fernando II a la Iglesia de

Santiago de Compostela el 13 de junio de 1161⁶⁶, produciéndose una rápida integración del nuevo núcleo portuario en la ruta comercial gascona⁶⁷.

La posesión de la zona oriental fue concedida a la Orden del Templo. La nueva población se convirtió así en el epicentro de la bailía de Faro que se extendía por tierras de Betanzos y San Sadurniño al noreste y de Bergantiños y Val do Dubra al suroeste⁶⁸. Como forma de consolidar su presencia y como instrumento de control de hecho del puerto durante y después de la presencia compostelana, los templarios llevaron a cabo la construcción de una fortaleza en las proximidades de la iglesia románica de Santa María del Temple (Cambre)⁶⁹. En el año 1308 el maestre provincial de la Orden del Templo entregó la tenencia de dicha fortificación al infante Felipe – hijo de Sancho IV de Castilla – con la intención de que se involucrase en su defensa ante la ocupación que se venía realizando de sus bienes. Sin embargo esta estrategia fracasó y tras el Concilio de Vienne de 1312 los templarios tuvieron que entregarla al rey Alfonso XI quien – teniendo en cuenta la tónica reinante – es ciertamente posible que la situase bajo el control sanjuanista⁷⁰.

En el caso de Ferrol la presencia hospitalaria no se registra en la propia entidad sino al norte, en tierras de Cedeira. En torno a la localidad de Santa María de Régoa la Orden de San Juan fundó una bailía dependiente de la encomienda de Portomarín, que pasó a gestionar el conjunto patrimonial adquirido en la zona y en la que se incluyeron los bienes que los hospitalarios poseían en Cedeira, en Ortigueira, en San Andrés de Teixido, en Ferrol y tierra de Trascos o en Betanzos y tierra de Pruzos.

Como en otras muchas ocasiones, dicho patrimonio se reunió básicamente a través del procedimiento de la donación, entregas de bienes fundamentalmente procedentes de ricos magnates, aunque también se registre la aportación de algún pequeño o mediano propietario⁷¹. Así, el 23 de octubre de 1171 el conde Gómez González de Traba donaba a Pelayo Peláez las iglesias de *Texidi et de Regula* y su parte en el monasterio *Sancti Pelagii de Ortigaria*⁷². En 1174 Urraca González – hija del conde Gonzalo Fernández – concedía a la *domui hospitalis Sancti Iohannis Baptistae* las heredades de Régoa y San Andrés de Teixido *in terra de Cedeira* y ocho años más tarde entregaba lo que poseía *in Sancto Pelagio de Betanzos et in tota terra de Pruciis*⁷³.

A la hora de examinar la presencia de la Orden de San Juan en este territorio no debemos de olvidar un factor que muy probablemente los hospitalarios no dejarían de sopesar. Nos estamos refiriendo a la existencia en la zona de Cedeira de una segunda ruta de peregrinación medieval – cuantitativamente local, aunque cualitativamente relevante – que tenía como destino el santuario de San Andrés de Teixido donde, según la tradición, se custodiaban reliquias del Apóstol San Andrés. Dicha vía salía de la villa de Cedeira y pasaba precisamente por A Régoa, continuando por Sismundi y por Cariño hasta alcanzar la aldea de Teixido⁷⁴, donde los sanjuanistas incluso pudieron poseer un hospital⁷⁵.

Por último, no queremos desaprovechar esta ocasión para referir un ejemplo del papel que excepcionalmente algunas mujeres de procedencia aristocrá-

tica adquirieron dentro de la Orden del Hospital. Consta documentalmente que Diego Gómez de Roa y su mujer María Núñez de Lara llegaron a un acuerdo con el *freire* Fernán Pérez Mocejo el 30 de mayo de 1288. Marido y mujer fueron recibidos como donados, obteniendo la esposa para su sustento la “nuestra baylia de Sancta Maria de Regua con todo quanto avemos en Çedeyra e en Ortigueyra e en Tresancos que a esta baylia pertenescen”⁷⁶.

2.1.3. La encomienda de Portomarín y el Camino del Norte

Para terminar nos acercaremos al hecho de cómo la encomienda de Portomarín también fijó su interés en la zona más oriental del obispado mindoniense, concretamente en la parroquia de San Xoán de Ove, feligresía situada en el *hinterland* rural de la villa ribadense y en pleno *Camino del Norte* de peregrinación a Santiago de Compostela. Ribadeo fue fundada en la costa cantábrica lucense en el período comprendido entre 1182⁷⁷ y 1183 por iniciativa del rey Fernando II de León, en un momento en el que el mar había dejado ya de suponer una amenaza y se había transformado en una oportunidad y en una fuente de riqueza a través de la pesca y del comercio internacional, sumándose pronto su puerto a la mencionada “ruta gascona” y a la “ruta de los vinos” de Burdeos⁷⁸.

El origen de la presencia sanjuanista se encuentra, de nuevo, en una donación aristocrática. El 5 de septiembre de 1139 Sancha García entregaba al conde Álvaro Rodríguez de Sarria y a su esposa Sancha Fernández de Traba la *ecclesia sancti Joannis de Euve*, trayendo a colación esta transmisión por encontrarse entre la documentación sanjuanista, por lo que es de suponer que en algún momento posterior a esa fecha dicha iglesia se integró en el patrimonio hospitalario. Infelizmente las noticias posteriores sobre esta posesión no vuelven a aparecer hasta el siglo XIV, concretamente hasta el 20 de enero de 1323, fecha en la que Fernán Rodríguez de Valbuena, prior de la Orden del Hospital en Castilla y León, arrendaba vitaliciamente las casas de *San Juan do Uve* y de *San Esteban de Briancon* al *freire* Miguel Eanes, con la aprobación de Pedro Álvarez, lugarteniente sanjuanista en la bailía de Portomarín⁷⁹.

2.2. La encomienda de Quiroga y la Ruta del Sil

Por lo que se refiere a la conocida como *Ruta del Sil* hay una cuestión de tratamiento necesariamente previo. No existe unanimidad entre la crítica acerca de su verdadera condición de vía jacobea de peregrinación, si bien parece no existir duda sobre su caracterización como relevante camino medieval utilizado por los hospitalarios⁸⁰. En su trazado se encontraba la encomienda sanjuanista de Quiroga, agrupada en torno a la villa homónima situada en el sureste de la provincia de Lugo⁸¹.

La pequeña historia de la presencia sanjuanista en dichas tierras se inicia, cuando menos, a mediados del siglo XII. En el año 1154 el magnate Vasco de Quiroga donó a Raimundo de Puy – prior de los *freires* sanjuanistas de ultramar – la iglesia, abadía y coto de San Clodio de Quiroga⁸², la cual previamente habría recibido de Alfonso VII en agradecimiento por las muchas jornadas de armas con que le había servido⁸³.

Las noticias posteriores nos introducen ya en el siglo XIII, momento de consolidación territorial y patrimonial. El 13 de enero de 1215 el rey Alfonso IX realiza una permuta con Velasco Pérez, prior de la *ordini Hospitalis Jherosolimitani*, recibiendo los sanjuanistas el lugar quirogués de Novaes⁸⁴. En las décadas siguientes nos encontramos con un activo Rodrigo Pérez – “comendador de Queiroga” – que participa en sendos actos de disposición de la Orden de San Juan realizados el 7 de diciembre de 1242⁸⁵ y en el mes de junio de 1251⁸⁶. Con todo, sin duda, el momento culmen se produjo el 10 de marzo de 1271 cuando el rey Alfonso X hizo donación de todo el señorío de la tierra de Quiroga a la “Orden del Hospital de Santo Juan D’Acre”⁸⁷.

De los elementos que componían el patrimonio inmueble de esta jurisdicción hospitalaria de Quiroga destacaremos, en primer lugar, el hospital de San Salvador cuya existencia se documenta en el último cuarto del siglo XIII⁸⁸. En segundo lugar, la fortaleza de Torres Novaes que fue construida en el lugar donado por Alfonso IX en 1215, que se convirtió en cabeza de la encomienda y de la que se conservan la torre del homenaje y parte de sus murallas⁸⁹. Finalmente, hay que comentar la presencia del complejo constructivo de O Incio compuesto por la fortificación, la iglesia y el hospital; disfrutó de su propia circunscripción – probablemente desde finales del siglo XII –, pero fue finalmente anexada a la encomienda de Quiroga en el siglo XV⁹⁰.

A lo anterior hay que añadir cómo nos encontramos con el significativo hecho de que, al mismo tiempo que se desarrolla la presencia de la Orden de San Juan en Quiroga, se desenvuelve un linaje – los Quiroga – que se van haciendo con el control de diferentes responsabilidades en su organización de poder al quedar vinculados como donados. En ocasiones tan sólo usufructúan sus propiedades en vida y actúan como simples encomenderos pero, en otras, aprovechan la recepción del hábito hospitalario para situar a alguno de sus descendientes en cargos de administración o de gobierno⁹¹.

2.3. La encomienda de Osoño y la *Vía de la Plata*

En tierras orensanas, en su parte más meridional y próxima a la frontera portuguesa, nos encontramos con una encomienda sanjuanista, situada entre los ramales castellano y portugués de la *Vía de la Plata*. En ocasiones aparece denominada como Osoño – por la casa central de la encomienda que se encontraba en el monasterio de San Pedro de Osoño⁹² – y en otras como Limia, en relación a la región centro de sus propiedades.

Los orígenes de esta encomienda se desconocen y la primera noticia que poseemos data del 15 de septiembre de 1142. En esa fecha el abad Pelayo de Celanova pactó la construcción y atención de un hospital en la *Portella de Samuel* con Geraldo, representante de los *seniores caballarie de Ierusalem* en la jurisdicción sanjuanista de San Paio de Veiga, sustentándose dicha fundación a través del cobro del portazgo⁹³. El camino en el que se encuentra dicho paso penetra desde Portugal por la Portela do Homem, pasando después por Rio-caldo, Lobios, Parada de Ventosa, Santa Comba de Bande, Santiago de Cadós, Sarreaus y el Alto de Vieiro – donde se encontraba esta *Portella de Samuel* –, continuando hacia la villa y monasterio de Celanova⁹⁴.

Esta encomienda sanjuanista poseyó un segundo hospital en la región de A Limia, en un lugar aún no localizado, documentalmente conocido como *Molguez*. El 8 de agosto de 1222 el rey Alfonso IX donaba la heredad de *Fonte Cuberta* a Juan Sánchez, *priori Hospitalis de Iherusalem*, y a los *freires* que atendían el hospital *in Limia, iuxta Molguez*. Era esta la recompensa por los servicios prestados al rey en el tercer asedio de Cáceres, uno de los pocos hechos de armas en los que podemos documentar la presencia de *freires* sanjuanistas procedentes de territorio gallego⁹⁵.

Lejos de tratarse de un patrimonio inmóvil, los sanjuanistas se insertan plenamente en el mundo económico. En él actúan disponiendo de sus bienes, buscando, eso sí, no sólo el lógico beneficio monetario, sino también la creación de solidaridades dentro de las oligarquías del momento. Éstas, a su vez, desean aproximarse a las órdenes monástico-militares como fuentes proveedoras de dignidades y de propiedades que, en muchos casos, se encuentran en el propio radio de acción local del linaje o grupo magnaticio en cuestión. Así, en el mes de junio de 1251, el gran prior hispano Fernán Rodríguez aforó a Teresa Gil todo lo que la Orden de San Juan poseía en Rebordondo – localidad situada entre las comarcas de A Limia y Monterrei –, siendo por entonces Rodrigo Gil comendador de Limia y Salamanca⁹⁶.

Finalmente hay que señalar que, como en el caso de la encomienda de Quiroga, en esta de Osoño nos encontramos con un linaje vinculado a esta zona – el de los Limia – que, precisamente desde el siglo XIII y a través de los métodos ya comentados, se liga a ella. Así Juan Fernández de Limia, Pertiguero Mayor de la Tierra de Santiago con Alfonso X y Adelantado Mayor de Andalucía con Sancho IV, firmó un pacto con Fernando Pérez Mocejo, gran comendador de la Orden de San Juan en España, en el año 1288. El representante hospitalario hizo entrega usufructuaria de la casa sanjuanista y aldea de Manzalvos, sita en pleno ramal castellano de la *Vía de la Plata*⁹⁷; a cambio, dicho caballero se convirtió en donado, comprometiéndose a amparar y ayudar a la Orden del Hospital⁹⁸.

2.4. La encomienda de Beade

Otra de las grandes encomiendas sanjuanistas en Galicia – y quizás la de más complicada configuración histórica y territorial – fue la finalmente conocida como de Beade. Llegó prácticamente a superponerse espacialmente a la gran jurisdicción de Toroño y a ocupar una amplia área compuesta por la zona centro-meridional de la provincia de Pontevedra y la noroccidental de la provincia de Ourense⁹⁹.

En este caso de Beade y hasta su unificación bajomedieval, estamos ante una realidad polinuclear y, dependiendo de las variables histórico-políticas del momento, el epicentro de la encomienda se situaba en uno u otro emplazamiento, de ahí que conservemos para ella distintas denominaciones.

2.4.1. La encomienda de Beade y el Ribeiro de Avia

La primera de las zonas de asentamiento se centra en el Ribeiro de Avia, ricas tierras situadas en el cuadrante noroccidental de la provincia orensana, en la que esta encomienda tuvo dos centros no coetáneos: la villa de Ribadavia y el lugar de Beade¹⁰⁰. En Ribadavia – población de realengo desde el reinado de Fernando II – nos encontramos con que la primera propiedad de la Orden del Hospital fue la iglesia de San Juan, cuya naturaleza sanjuanista podría remontarse a las primeras décadas del siglo XIII. A la anterior se sumaría la casa de la encomienda, situada en las proximidades del templo, que a finales de dicha centuria acogería al comendador y a la comunidad “de San Johane do Espital de Ribadabia”¹⁰¹. Por último habría que añadir la existencia de un “hospital nombrado de San Juan” que, en la segunda mitad del siglo XVI, se encontraba en malas condiciones económicas y asistenciales¹⁰².

Avanzados ya los siglos medios, la Orden del Hospital tomó la doble decisión de mantener la sede eclesiástica de la encomienda en Ribadavia, pero trasladar su gestión y administración a la localidad de Beade, a escasos kilómetros al norte del núcleo ribadaviense¹⁰³. Las causas de esta medida nos son desconocidas, aunque probablemente entre ellas se encuentren la presión señorial ejercida por el linaje de los Sarmiento que consigue hacerse con el señorío de la villa en la segunda mitad del siglo XIV¹⁰⁴, o la competencia que podría suponer la presencia de la Orden del Santo Sepulcro¹⁰⁵ o de los monjes cistercienses de Santa María de Oseira o de Santa Maria da Franqueira. Seguramente todo ello encorsetaría la maniobrabilidad material y espiritual de los sanjuanistas en Ribadavia.

En Beade los hospitalarios pudieron desarrollar un gran programa constructivo. En primer lugar, la casa de la encomienda, desde donde se dirigían los asuntos relativos al patrimonio sanjuanista de la bailía de Ribadavia¹⁰⁶ y, en segundo lugar, la iglesia que fue situada bajo la advocación de Santa María y en cuya fachada todavía se puede observar un portentoso escudo de la Orden

de Malta. El complejo edificativo se completaba con la cárcel de la jurisdicción y con varios lagares y bodegas, por algo el Ribeiro de Avia no dejaba de ser el primer abastecedor de vino de la Galicia medieval¹⁰⁷.

La prehistoria de la presencia inicial de la Orden del Hospital en el territorio que englobará finalmente esta encomienda de Beade se remonta a mediados del siglo XII. El 23 de septiembre de 1143 el rey Alfonso VII donó a Juan Gemúndez el monte conocido como Padrón – situado en las tierras orensanas de Avión – con la finalidad de que construyese un hospital (*domum elemosinariam*) para la atención de peregrinos¹⁰⁸. Tiempo más tarde, siendo imposible determinar cuánto, dicho hospital debió pasar a manos de los sanjuanistas, o eso es lo que nos permite intuir el hecho de que tal donación se encuentre entre la documentación hospitalaria.

El patrimonio alcanzado por esta encomienda fue realmente amplio y no faltan menciones a bienes pertenecientes a ella situados en otras áreas del territorio orensano. Así, el rey Alfonso IX confirma el 7 de julio de 1228 a la Orden de San Juan sus posesiones *in Ber(ra)di, in Ripa Avie, in Novea et in terra Sancti Iohannis de Penna Cornaria*, es decir, en el conjunto del cuadrante noroccidental de la provincia de Ourense¹⁰⁹.

De la presencia de peregrinos en la zona en el siglo XII sería testimonio la referida donación a Juan Gemúndez pero, infelizmente, es imposible documentar el paso de ningún tipo de camino de peregrinación a Compostela en los territorios orensanos de la encomienda de Beade. Con todo, es posible registrar la existencia de una vía comercial, de gran relevancia, que unía la zona del Avia – donde se encuentran Ribadavia y Beade – con la villa de Pontevedra que, junto con A Coruña, poseía uno de los principales puertos de exportación de los caldos producidos en el mencionado Ribeiro¹¹⁰. Seguramente este movimiento económico y la pujanza comercial de los núcleos ribadaviense y pontevedrés implicaban un relevante movimiento humano pendular, por lo que la asistencia hospitalaria se transformaría en una necesidad perentoria; más aún, dicha vía de comunicación no dejaría de poder actuar como puente para los peregrinos que desearan desplazarse entre el *Camino Portugués* y la *Vía de la Plata*.

2.4.2. La encomienda de Beade y la tierra de Toroño

La segunda de las grandes áreas territoriales por las que se extiende la encomienda de Beade es el Baixo Miño, verdadero núcleo rector de la tierra de Toroño, de ahí que en ocasiones dicha jurisdicción fuese conocida como tal.

La Orden del Hospital consiguió concentrar una serie de propiedades entre los actuales términos municipales de Arbo y A Cañiza, surgiendo precisamente en esta zona la jurisdicción sanjuanista de Mourentán, cuya casa de la encomienda se encontraba fortificada¹¹¹. El resto y disperso patrimonio hospitalario en la zona del Baixo Miño se localiza tanto en áreas de interior como en la fachada atlántica tudense, destacando su presencia en Santa María de Castrelos.

La primera mención documentada sobre la protohistoria de esta encomienda nos lleva a mediados del siglo XII. El 26 de septiembre de 1158 el magname Pelayo Curvo otorgaba el lugar de Mañufe *ad cavalariam de San Johan* y el de Canaledo, *ad Hospitalem*¹¹². Se establece desde entonces una estrecha vinculación entre la Orden de San Juan y ambos márgenes del río Miño, sin que para ella parezca existir una verdadera frontera política entre el área gallegotudense y el reino luso. Son varias las muestras de ello. El 25 de mayo de 1176 la reina Urraca – esposa de Fernando II de León e hija del monarca portugués Afonso Henriques – entregaba la heredad de Cedeira, sita *in Toronium*, al *Hospitali Sancti Iohannis*¹¹³, o el 21 de febrero de 1286 el *freire* portugués Gonzalo Pérez Pereira se intitula “comendador de Limia e de Torono e de Tavara e de La Faya”¹¹⁴, es decir, con jurisdicción sobre los bienes y personas dependientes de la Orden de San Juan al norte y sur del río Miño, creándose así una especie de corredor atlántico sanjuanista entre ambos reinos.

Aunque se trate de una variable que se observa también en otras encomiendas, en la de Beade se hace especialmente perceptible la disposición de bienes que llevan a cabo las autoridades sanjuanistas con una doble finalidad. Por un lado, se buscaba la obtención de beneficios, no debiendo olvidarse la riqueza de las áreas y valles fluviales en los que se centra dicha encomienda. Por el otro, se persigue la generación de una red de solidaridades en la que se integren los grupos magnaticios de la zona. Es ejemplo de esto último la entrega que, el 13 de julio de 1288, llevan a cabo las damas Mencía y Milia de varios bienes “aa Orden do Espital de San Johan da Acre”, propiedades que previamente habían ya pertenecido a los sanjuanistas; actuando como confirmante de dicho acto jurídico García Martínez – “theniente lugar del prior del Hospital del reyno de Portugal” –, remarcándose de esta forma y de nuevo las relaciones de esta encomienda con tierras lusas¹¹⁵.

Por lo que se refiere al paso de vías jacobeanas por tierras comendatarias, hay que señalar que una parte de las propiedades sanjuanistas de la encomienda de Beade se encuentran en torno a las distintas variantes comentadas del *Camino Portugués* de peregrinación a Compostela. De entre todas las posibilidades existentes, destacaremos la presencia hospitalaria en un lugar concreto de especial significación para la Orden de San Juan – la iglesia de Santa María de Castrelos – y lo haremos por dos motivos. Por un lado, por su inmediatez a la encomienda de Coia – perteneciente a la Orden del Templo¹¹⁶ – y, por el otro, por el hecho de tratarse de una construcción hospitalaria y románica que el barroco tan sólo ha conseguido desdibujar ligeramente. Respecto de la primera cuestión tan sólo señalaremos cómo la encomienda templaria de Coia y la iglesia sanjuanista de Castrelos convivieron en el tiempo y en el espacio, pues ambas zonas – actualmente insertas en el aglomerado urbano olívico – están separadas por unos escasos dos kilómetros.

Por lo que se refiere a la segunda cuestión planteada, la iglesia de Santa María se trata ciertamente de una edificación construida por iniciativa de la propia Orden del Hospital, como consta en una inscripción que se ubica en el

muro del arco triunfal, en el lado del Evangelio: “Era: M^a: CC^a: L^a: / IIII^a: et Quot XV^o Idus Kalendas/ IVLII: Pelagius Arie: Comendatore de / Tebra Fecit Ista Ecclesia Sacra / Ta Comendatore [de?] Galifais Iohannes Alvus”¹¹⁷. En el año 1216 el comendador sanjuanista de Tebra, Pelayo Arias¹¹⁸, finalizó la construcción de dicha iglesia, procediéndose entonces a su consagración, acto sacro al que asistió Juan Alvo, comendador de *Galifais*¹¹⁹, quizás como máximo representante de la Orden de San Juan en esa zona y en aquel momento.

2.4.3. La encomienda de Beade, la Orden de San Juan y la relevancia del vino en la economía hospitalaria

Desde un momento relativamente temprano, las instituciones monásticas y las sedes episcopales gallegas buscaron instalar centros dependientes en áreas productoras de vino, poseyendo el Ribeiro de Avia unas especiales condiciones edafológicas y climáticas para ello¹²⁰. Las órdenes monástico-militares no fueron menos y así puede comprobarse cómo San Juan, Santo Sepulcro, Templo, Santiago y, en menor medida, Alcántara y Calatrava, poseyeron tierras en el noroeste de la provincia de Ourense¹²¹.

Debieron ser múltiples las causas que provocaron tal presencia e interés por el vino y entre ellas se encontrarían las que referimos a continuación. En primer lugar, su forzosa presencia en la liturgia, constituyéndose en una de las dos especies que se consagran durante la celebración diaria de la eucaristía. En segundo lugar, su indispensable disfrute en las mesas, habiéndose transformado el vino en un alimento presente en el común de los hogares medievales. En tercer lugar, sobre todo a partir del siglo XIII, el vino adquirirá un alto valor añadido en el mercado, insertándose la producción vitivinícola gallega en los circuitos europeos de su comercialización.

Fruto del panorama diseñado en el párrafo anterior, los sanjuanistas comenzarán a incentivar la producción de vino dentro de sus encomiendas, reclamándolo en muchas ocasiones como instrumento de pago de foros y arrendamientos. El destino inicial era asegurar el suministro a los centros gallegos, pero el excedente suponemos que pudo dirigirse a una doble finalidad. Por un lado, a abastecer a las encomiendas sanjuanistas de la Cristianidad instaladas en áreas no productoras de vino y, por el otro, su mercantiliización como medio de adquirir fondos destinados, en el interior, a los programas constructivos en los que siempre se incluye la edificación de bodegas y lagares y, en el exterior, a las empresas bélicas en Tierra Santa y el Mediterráneo oriental.

La Orden de San Juan produce o recauda vino en zonas como la Ribeira Sacra lucense, el Ribeiro de Avia orensano o el Condado y el Rosal pontevedrés, pero necesita acercarlo a la costa para su exportación internacional. Entendemos que esta fue una de las razones del interés sanjuanista por estar presente tanto en las principales vías comerciales – no jacobeanas – del sur y

noroeste gallego, como en las áreas portuarias más relevantes, es decir, en el Golfo Ártabro y en la zona de Pontevedra.

De esta forma la producción, el cobro de rentas y la venta de vino – sumadas a su patrimonio fundiario – se habrían convertido en una de las bases económicas hospitalaria en Galicia¹²².

2.5. La encomienda de Pazos de Arenteiro

La quinta y última gran encomienda sanjuanista en la Galicia medieval fue la de Pazos de Arenteiro, situada en el extremo noroccidental del Ribeiro de Avia¹²³. Cuando uno observa el mapa de Galicia, surge en seguida la duda de qué pudo provocar que los sanjuanistas poseyesen una encomienda en la misma zona de acción directa que la de Beade. La respuesta viene del hecho de que esta jurisdicción se constituyó coyunturalmente con los bienes procedentes de aquella que en el mismo lugar poseía la Orden del Santo Sepulcro de Jerusalén¹²⁴, cuyo patrimonio fue integrado en la Orden de San Juan por bula de Inocencio VIII de 5 de abril de 1489¹²⁵; aunque en el caso gallego se trató de un proceso largo que alcanzó el año 1542¹²⁶.

La encomienda sanjuanista tenía su epicentro en Pazos de Arenteiro donde nos encontramos con la sede eclesiástica, que era la iglesia de San Salvador, y con la sede administrativa, que se correspondía con la casa de la encomienda, constituida por un palacio conventual presidido por una torre “con dos sobrados”¹²⁷. Desde dicho núcleo, la expansión territorial comendataria alcanzó, por el oeste, el puerto de Cambados¹²⁸ y, por el este, las tierras de Trives¹²⁹.

3. LA ORDEN DE SAN JUAN, GALICIA Y PORTUGAL

La frontera política entre Galicia y Portugal aparentemente no supuso un obstáculo para la Orden de San Juan que, desde un principio, estuvo llamada a adquirir protagonismo en ambos territorios. Es nuestra intención detenernos en un caso concreto que analizaremos pormenorizadamente intentando unir las piezas de un puzzle aún por montar. Se trata del vínculo que existió entre los castillos de Serpa, Moura y Mourão – situados en el Baixo Alentejo, en la cuenca portuguesa del río Guadiana – y la iglesia de Santa María de Castrelo de Veiga, localizada en el Ribeiro de Avia orensano, en el actual término municipal de Ribadavia.

La serie de acontecimientos que rodea dicho vínculo comienza un 6 de diciembre de 1172. En esta fecha el rey Fernando II donó a la Orden de San Juan de Jerusalén y a su prior Pedro de Areis dicho templo¹³⁰. Un siglo más tarde, el 10 de marzo de 1271, el monarca castellano Alfonso X recibía de la Orden de San Juan de Acre los referidos castillos portugueses de Serpa, Moura y Mourão, entregando a cambio, básicamente, el castillo y villa de Covelos de

Douro, el realengo en tierras de Quiroga y la iglesia de Santa María de Castrelo de Veiga¹³¹. La permuta no llegó a materializarse, probablemente debido al hecho de tratarse de bienes de la Orden de San Juan situados en un reino distinto al del actor del cambio. Con todo, el motivo que pudo influir para que los hospitalarios portugueses tomaran la decisión de entregar al monarca castellano tres fortalezas en la frontera lusa se nos presenta aún como una incógnita por despejar.

La cuestión del canje debió ser enviada, ventilada y finalmente aceptada en San Juan de Acre, por entonces sede de la Orden del Hospital. El 10 de octubre de 1280 los *freires* Gonzalo Pérez Pereira – *preceitorem Limie, de Torogno, de Taura et de Faya*¹³² –; Alfonso Pérez Fariña – *preceptorem Leecie et Treimetim*¹³³ – y Fernando Pérez Mocejo – prior de la Orden en León y Castilla – recibieron poder de Nicolás de Lorgne – *Dei gratia sancte domus Ospitalis Sancti Jerosolimitani magister* – para perfeccionar dicho cambio con el rey Alfonso X¹³⁴. Entre los días 10 y 11 de marzo de 1281 el monarca castellano formalizó la entrega de la iglesia de Santa María de Castrelo de Veiga “a la orden del Ospital de sant Juhan d’Acre”¹³⁵, ocurriendo tan sólo unos meses más tarde la materialización de la correspondiente contrapartida por parte de la Orden de San Juan. Finalmente, el 10 de agosto de 1281 el rey Alfonso X recibió del *freire* Gonzalo Pérez Pereira los referidos castillos de Serpa, Moura y Mourão, confirmandole el monarca castellano a los sanjuanistas la entrega del templo anteriormente mencionado¹³⁶.

El señorío castellano sobre, cuando menos, la villa y fortaleza de Serpa se convirtió pronto en efectivo, concediendo el rey Alfonso X fuero de población y término a sus vecinos el 1 de septiembre de 1281 desde Sevilla¹³⁷. Con este acto buscaba el titular de la Corona de Castilla afianzar una posición y presencia en tierras lusas que perdurará todavía tres lustros, alcanzado el año 1295. Con todo, nos encontramos con algunos hechos en el período comprendido entre 1281 y 1295 que afectan al señorío y dominio efectivo que deben ser necesariamente comentados.

El 20 de mayo de 1253 Beatriz, hija ilegítima de Alfonso X y de María Guillén de Guzmán, contraía vínculo matrimonial con Afonso III de Portugal en la ciudad de Chaves. Aunque no se conserva ni la carta de compromiso ni la carta de arras, según Ventura es posible que formase parte del patrimonio inicial de la joven reina Torres Vedras, Alenquer y Torres Novas y las rentas de Alenquer, Arruda – por concesión de la Orden de Santiago – y Vila do Conde, no realizándose mención alguna, como señala Barroca¹³⁸, ni a Serpa, ni a Moura, ni a Mourão¹³⁹.

Beatriz, tras enviudar el 16 de febrero de 1279, se acercó a su padre Alfonso X, a quien acompañó en los amargos años posteriores a su deposición por su hijo Sancho IV en las pseudo-Cortes de Valladolid de 21 abril de 1282. La reina viuda portuguesa se muestra próxima al anciano y enfermo monarca. Está a su lado, cuando menos, desde el mes de noviembre de 1282 y se encuentra presente en la concesión de los testamentos de 8 de noviembre de 1283 y 22 de

enero de 1284. Su cariño filial obtuvo finalmente recompensa. El 4 de marzo de 1283 su padre le hace entrega “por heredad despues de nuestros dias pora en toda su vida” de las villas y fortalezas de Serpa, Moura, Mourão, Nodar y de las principales villas y castillos del limítrofe territorio onubense de Niebla.

La disposición de esos bienes por parte de la reina viuda Beatriz no se hizo esperar. El 25 de diciembre de 1283 otorga la granja de Vila Verde de Ficalho (Serpa) a Abril Peres, y el 8 de enero de 1284 hace entrega del castillo y villa de Moura a Vasco Martins Serrão o Vasco Martins de Guzmão, hijo de Martim Rodrigues, maestre de la Orden de Calatrava¹⁴⁰, ofreciéndonos en el documento de concesión una breve referencia a interesantes acontecimientos vinculados con dicha fortificación, que resumimos a continuación.

Tras elogiar la actividad de los hermanos de Vasco Martins Serrão en la reconquista portuguesa del Algarve, la reina viuda describe la toma del castillo de Moura por Pedro Ruiz y su nieto, siendo probable que la conquista cristiana de esta fortaleza y de la de Serpa hubiese tenido lugar ya durante el reinado de Sancho II de Portugal, siendo dichos caballeros deudos de este monarca o de su hermano, el infante Fernando, señor de Serpa. Finalmente, se menciona la recuperación de dicha fortificación por “a ordem do Espital de consentimento dos Reis”¹⁴¹, recobro no ya de control musulmán sino del bando adepto a Sancho II o al infante Fernando¹⁴², debiendo encuadrarse esta acción militar dentro de la campaña de Afonso III contra Faro y los últimos reductos musulmanes en el Algarve donde, por cierto, participó “Fernão Lopez, prior do Spital”. Sin duda como señal de reconocimiento a la actividad reconquistadora de los caballeros sanjuanistas, Afonso III visitó el 31 de mayo de 1249 el castillo del Crato, sede del priorato de los hospitalarios en Portugal¹⁴³. Además, según Affreixo, podría haber favorecido la constitución de Serpa con Moura en encomienda sanjuanista, siendo administrada por Afonso Pérez Farinha, hombre de entera confianza del referido monarca¹⁴⁴.

La concesión llevada a cabo por Alfonso X en 1283 fue confirmada por Sancho IV el 15 de marzo de 1285¹⁴⁵ aunque, de hecho, el nuevo soberano no había dejado de interesarse, desde tiempo atrás, por el gobierno efectivo de esta área de su reino. Así el 2 de agosto de 1284 les confirmó a las autoridades de Serpa, ya constituidas en concejo, los términos y prerrogativas otorgadas en su momento por su padre¹⁴⁶. Por lo tanto, las facultades reales de disposición de la reina viuda sobre esta zona del reino portugués, ya con D. Dinis al frente, se pueden considerar como netamente nominales desde mediados de 1284.

Al final, la sucesión de acontecimientos que provocaron el regreso de las referidas fortificaciones a control portugués nos lleva a la minoría de edad de Fernando IV de Castilla. Sancho IV murió el 25 de abril de 1295 cuando su sucesor, el infante Fernando, contaba tan sólo con nueve años de edad. Se daba inicio así a un tempestuoso periodo de regencia, dominada por la reina viuda María de Molina que hubo de hacerle frente a las apetencias por el trono demostradas por el infante Juan, tío paterno de Fernando IV, y por el infante Alfonso de la Cerda, primo de Fernando IV en cuanto hijo del infante Fernando

de la Cerda. La situación de soterrado enfrentamiento civil que se intuía en las Cortes de Valladolid de 1295¹⁴⁷ fue aprovechada por el rey D. Dinis, que tomó la decisión de hacerse con el control de esta parte del territorio portugués bajo dominio castellano.

A mediados de 1295 el monarca luso congregó su ejército en la ciudad de A Guarda, a donde acudió una embajada del rey castellano Fernando IV quien, finalmente, el 20 de octubre de 1295, reconocía el señorío portugués sobre las fortalezas de Serpa y Moura, también seguro de Mourão¹⁴⁸. En carta dirigida a Esteban Pérez – por entonces Adelantado Mayor en León¹⁴⁹ y “alcaide de los castillos de Mora e de Serpa” – le ordena que coloque dichas fortificaciones y poblaciones bajo el mandato de Juan Rodrigues, “Portero del Rei de Portugal”, para que a su vez éste haga entrega de su tenencia a Nuno Fernandes Cogo-minho, Almirante Mayor de Portugal¹⁵⁰. Ya bajo soberanía portuguesa, D. Dinis le concedió foral a Serpa el 9 de diciembre de 1295, deseando consolidar así su posesión tal y como había hecho su abuelo Alfonso X tres lustros atrás¹⁵¹.

CONCLUSIONES

De todo lo anterior es momento de extractar varias conclusiones en relación a la presencia de la Orden de San Juan de Jerusalén en las vías de peregrinación a Santiago de Compostela a lo largo, fundamentalmente, de los siglos XII y XIII.

La primera de ellas se refiere a la presencia relativamente temprana de los hospitalarios en la región gallega, que se puede datar en un momento impreciso pero anterior al año 1142. Esto supone una diferencia de casi tres décadas en relación con la primera mención textual cierta relativa al territorio castellano-leonés – que se adelanta a 1113 –, pero que es anterior a su implantación en otros territorios peninsulares¹⁵². Dicha presencia se vio impulsada desde el solio regio y vino determinada, sin duda y desde sus inicios, por la capacidad operativa sanjuanista de servicio y asistencia a los peregrinos que se dirigían a Santiago a lo largo de los principales caminos de peregrinación a Compostela mas, no sólo, sino que también se les encargó y dotó para la atención de peregrinos no jacobeos – caso de aquellos que acudían al santuario de San Andrés de Teixido – o a caminantes, mercaderes y transeúntes que recorrían algunas de las principales arterias comerciales terrestres del momento.

La segunda de ellas incide en el hecho de que el grueso del patrimonio territorial de la Orden de San Juan se fue configurando en estos primeros siglos mediante frecuentes donaciones de bienes, tanto fruto de la generosidad regia interesada en favorecer la peregrinación al sepulcro apostólico, como de particulares – entre los que destacan los magnates laicos – que trataban de asegurar su futuro espiritual, haciéndose enterrar incluso en los cementerios de las iglesias sanjuanistas o buscando obtener las indulgencias propias del Hospital de San Juan en Jerusalén. Con todo, ello no es óbice para que observemos a los

hospitalarios plenamente insertos en el “mercado de la tierra”. Actúan como los grandes propietarios que son, protagonizando, a nivel local, compras y ventas de bienes y, lo que resulta ciertamente más interesante, fortaleciendo su presencia y peso específico en prósperas áreas económicas tales como el Ribeiro de Avia orensano, la Ribeira Sacra lucense o el Golfo Ártabro coruñés, presencia que intuimos causada por la inserción sanjuanista en la producción y comercialización-exportación vitivinícola.

En tercer lugar, en parte directamente vinculado con las fórmulas de adquisición, las encomiendas sanjuanistas presentan unos patrimonios fundiarios amplios pero territorialmente dispersos, con escasa unidad estructural. Este fenómeno quizás sea menos evidente en las sedes de las jurisdicciones y en las proximidades de las rutas de peregrinación y vías de tráfico comercial.

En cuarto lugar hay que destacar la mínima presencia en Galicia de fortificaciones pertenecientes, en general, a las órdenes monástico-militares y, en particular, a la Orden de San Juan. Tan sólo la encomienda de Quiroga tiene su sede en una fortaleza (Torres Novaes), mientras las otras o insertan elementos defensivos en sus casas centrales de la encomienda –como en el caso de Mourantán o Pazos de Arenteiro –, o directamente diseñan arriesgadas soluciones constructivas para una iglesia como la de San Juan de Portomarín, donde se hayan mezcladas en piedra las dos vertientes de los *freires*: *ora et bella*. Sin duda este hecho se vincula con el reducido peso específico que el aparato militar sanjuanista poseyó en Galicia. Cuando la Orden de San Juan accedió a tierras gallegas, éstas ya no eran ni territorio de reconquista, ni espacio de cruzada, justamente al contrario de lo que ocurrió en el caso luso avanzado el siglo XII. Galicia era tierra de provisión y de peregrinación, siendo necesaria más una fuerza de tipo policial que se encargase de la seguridad interior, que una fuerza militar preparada para la batalla.

La quinta conclusión debería empezar por el reconocimiento de que Galicia es una tierra geográficamente pequeña, en la que a la altura del siglo XII muchas instituciones eclesiásticas – monasterios y diócesis – se encontraban plenamente asentadas; en la que el fenómeno urbano, potenciado desde el solio regio, empezaba a activarse y a desarrollarse de forma sorprendentemente rápida y en la que, permítasenos el grafismo, mucho de lo que había ya estaba repartido y lo que quedaba, estaba en vías de serlo. En estas coordenadas históricas desembarcan en territorio gallego las órdenes monástico-militares internacionales – San Juan, Templo, Santo Sepulcro – que comienzan a forjar sus patrimonios fundiarios y, en múltiples ocasiones, a coexistir en espacios reducidos, como en el caso de la encomienda templaria de Coia y la iglesia sanjuanista de Castrelos. Con todo, muchas veces dicha convivencia es táctica y tácitamente impulsada por los monarcas que buscaban, de esta forma, que unas órdenes sirviesen de contrapeso territorial a las otras, tal y como vimos que llegó a ocurrir en la villa de Portomarín. En este sentido, el doble hecho de la disolución de la Orden del Templo en el siglo XIV y la integración de la Orden del Santo Sepulcro en la Orden de San Juan entre los siglos XV y XVI consi-

guió romper esa situación, siendo los sanjuanistas, por lo que a Galicia se refiere, los más beneficiados.

Igualmente no podemos dejar de resaltar las intensas relaciones habidas entre los sanjuanistas gallegos y Portugal. En un principio dichas relaciones se restringieron a un doble hecho. Por un lado, a que en el espacio luso tenía su origen una de las vías de peregrinación a Santiago de Compostela y, por el otro, a compartir un mismo responsable durante las primeras décadas: el prior Pedro de Areis. Con el paso del tiempo, incluso tras el establecimiento de la frontera política, las relaciones y los contactos se fueron intensificando, sobre todo entre aquellas encomiendas sanjuanistas más próximas desde el punto de vista espacial u organizativo: la gallega de Ribadavia, Beade, Toroño, Tebra y Mourentán y las portuguesas de Távara, Aboim, Faia o Leça de Bailio.

Por último, no queremos dejar de señalar cómo la investigación sobre órdenes militares es una fecunda realidad en Portugal y una esperanza de futuro en Galicia, constituyéndose las relaciones entre las ramas de unas y otras, a un lado y a otro del río Miño, en una temática que debería ser objeto de necesaria atención por los investigadores de ambos países y quizás, por qué no, en el objeto de estudio de un congreso conjunto con cuatro sedes: dos materiales – las ciudades de Porto y Santiago de Compostela – y dos honorarias, las antiguas sedes de las encomiendas de Leça do Bailio y Portomarín.

BIBLIOGRAFÍA Y FUENTES

Fuentes editadas

- FERNÁNDEZ DE VIANA; VIEITES, José Ignacio, 1991 – “Documentos sobre peregrinos gallegos a Jerusalén en la Edad Media”. *Estudios Mindonienses*. Mondoñedo-Ferrol: Centros de Estudios de la Diócesis de Mondoñedo-Ferrol, nº 7, p. 409-421.
- GARCÍA TATO, Isidro, 2004 – *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén: estudio y edición documental*. Santiago de Compostela: CSIC, t. I (Época Medieval).
- LEIRÓS FERNÁNDEZ, Eladio, 1953-1954 – “Documentos sobre el Puente de Orense”. *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*. Ourense: Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos, nº 18, fasc. 1, p. 37-110.
- LÓPEZ POMBO, Luís, 2002 – *La encomienda de Quiroga y sus documentos (1186-1831)*. Lugo: Diputación Provincial.
- LOSCERTALES GARCÍA DE VALDEAVELLANO, Pilar, 1976 – *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*. Madrid: Archivo Histórico Nacional, 2 vols.
- LUCAS ÁLVAREZ, Manuel; LUCAS DOMÍNGUEZ, Pedro Pablo, 1996 – *El monasterio de San Clodio do Ribeiro en la Edad Media: estudio y documentos*. Sada: Edición do Castro.
- MANSILLA REOYO, Demetrio, 1955 – *La documentación pontificia hasta Inocencio III (985-1216)*. Roma: CSIC.
- PORTELA SILVA, María José, 2007 – *Documentos da Catedral de Lugo, século XIV*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2 vols.
- RECUERO ASTRAY, Manuel; GONZÁLEZ VÁZQUEZ, Marta; ROMERO PORTILLA, Paz, 1998 – *Documentos Medievales del Reino de Galicia: Alfonso VII (1116-1157)*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

- RECUERO ASTRAY, Manuel; ROMERO PORTILLA, Paz; RODRÍGUEZ PRIETO, María Ángeles, 2000 – *Documentos Medievales del Reino de Galicia: Fernando II (1155-1188)*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- SALVADO MARTÍNEZ, Vicente, 1991 – “Tumbo de Toxosoutos, siglos XII y XIII”. *Compostellanum*. Santiago de Compostela: Centro de Estudios Jacobeos, vol. XXXVI, n.º 1-2, p. 165-437.
- SÁNCHEZ BELDA, Luís, 1953 – *Documentos reales de la Edad Media referentes a Galicia*. Madrid: Archivo Histórico Nacional.
- TORRES FONTES, Juan, 1980 – *Colección de Documentos para la Historia del Reino de Murcia*. Murcia: Academia Alfonso X el Sabio, t. V (Documentos de Fernando IV).

Crónicas

- HOYO, Jerónimo del, 1607 – *Memorias de las iglesias del arzobispado de Santiago quien presenta para ellas y de los feligreses que cada una tiene de su valor y de las sincuras repartidas por las desta ciudad de Santiago y el deanazgo y arcedianatos de Nendos y Cornado, Trastámara y Salnés con las de Cacabelos, León y Castilla y las vicarias de Alba y Aliste, Carbajales y Alcaniças dispuesto por D. Jerónimo del Hoyo, Canónigo y Cardenal de esta Santa Iglesia y Visitador del Arzobispado por el Sr. Maximiliano de Austria*, RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Ángel y VARELA JÁCOME, Benito (edits.), 1950 – Santiago de Compostela.
- LIBER Sancti Jacobi. Codex Calixtinus*, HERBERS, Klaus y SANTOS NOIA, Manuel (edits.), 1998 – Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Bibliografía general

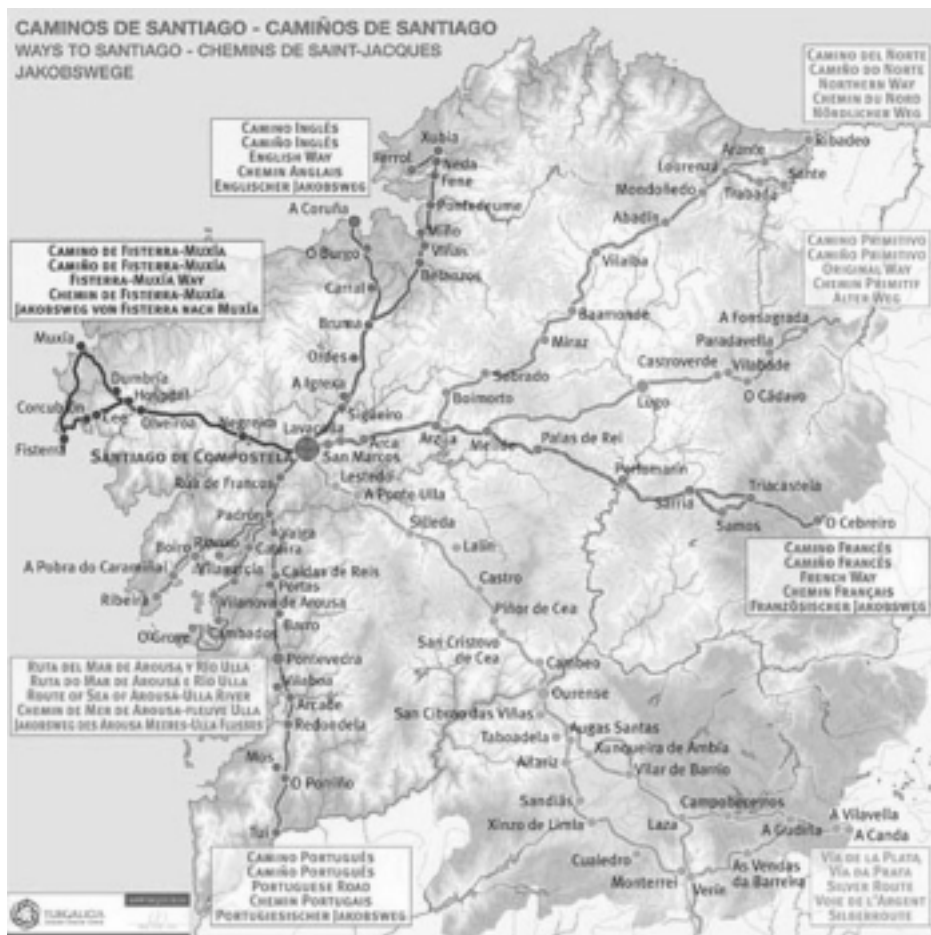
- AFFREIXO, José Maria de Graça, 1996 [reimpr. facs. (edic. orig. Coimbra, 1884)] – *Memória histórico-económica do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal.
- ABREU, Carlos Alberto d', 1999 – “A criação do Concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana” in BARROCA, Mário Jorge (coord.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, vol. I, p. 23-32.
- ALMEIDA, Ema María Cardoso de, 2006 – *A Mobilidade no âmbito da Ordem do Hospital: o caso de Portugal na Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- ARCAZ POZO, Adrián, 1994 – *Las Órdenes Militares en el Reino de Galicia a fines de la Edad Media*. Madrid: Universidad Complutense. Dissertação de doutoramento editada en CD-ROM.
- ARCAZ POZO, Adrián, 1995 – “Implantación y desarrollo territorial de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén en Galicia (siglos XII-XV)”. *En la España Medieval*. Madrid: Universidad Complutense, n.º 18, p. 257-274.
- ARCAZ POZO, Adrián, 1999 – “La hospitalidad sanjuanista en la Galicia medieval” in MADRID y MEDINA, Ángela; O'DONELL y DUQUE DE ESTRADA, H. (comp.) – *Actas de las II Jornadas de la Orden de San Juan*. Ciudad Real: Diputación Provincial, p. 53-57.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, 1991 – “Origen de la Orden del Hospital en los reinos de Castilla y León (1113-1157)”. *Hispania Sacra*. Madrid: CSIC, n.º 43, p. 775-798.
- BARQUERO GOÑI, Carlos, 1993 – “El conflicto por los bienes templarios en Castilla y la Orden de San Juan”. *En la España Medieval*. Madrid: Universidad Complutense, n.º 16, p. 37-54.
- BARQUERO GOÑI, Carlos, 1994 – “Los hospitalarios y la nobleza castellano-leonesa (siglos XII-XIII)”. *Historia, Instituciones, Documentos*. Sevilla: Universidad de Sevilla, n.º 21, p. 13-40.

- BARQUERO GOÑI, Carlos, 1999 – “La Orden de San Juan en el Camino de Santiago. La baía de Portomarín (1158-1351)”. *Cuadernos de Historia Medieval*, sección *Miscelánea*. Madrid: Universidad Autónoma, n.º 2, p. 89-117.
- BARQUERO GOÑI, Carlos, 2000 – “Los hospitalarios castellanos y la Mesta: el acuerdo de 1434”. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, Serie III - Historia Medieval, n.º 13, p. 45-56.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 – “A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (sécs. XII a XIV)” in JORGE, Vítor Oliveira (coord.) – *3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, vol. VII, p. 187-212.
- BARROCA, Mário Jorge, 2002 – “Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (séc. XII a XIV)” in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (ed.) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa/Palmela: Colibri, Câmara Municipal de Palmela, p. 535-548.
- CASTILLO, Ángel del, 1987 – *Inventario de la riqueza monumental y artística de Galicia*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 1993 – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 1999-2000 – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Faculdade de Letras/Fundação Engenheiro António de Almeida, vols. 3-4, p. 7-592.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 2005 – “As Ordens Militares no espaço entre Douro e Tejo (séculos XII-XIII)” in BARROCA, Mário Jorge y FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (ed.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII-XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 151-158.
- CUNHA, María Cristina Almeida e, 1989 – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- CUNHA, Mário Raul de Sousa, 1991 – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuel, 2004 – *Toronium: aproximación a la historia de una tierra medieval*. Anexo XXXI de Cuadernos de Estudios Gallegos. Santiago de Compostela: CSIC.
- FERNÁNDEZ VEGA, Laura, 1982 – *La Real Audiencia de Galicia: órgano de gobierno en el Antiguo Régimen (1480-1808)*. A Coruña: Diputación Provincial, 3 vols.
- FERREIRA PRIEGUE, Elisa, 1988a – *Los caminos medievales de Galicia*. Anexo 9 del Boletín Auriense. Ourense: Diputación Provincial.
- FERREIRA PRIEGUE, Elisa, 1988b – *Galicia en el comercio marítimo medieval*. Santiago de Compostela: CSIC.
- FERREIRO ALEMPARTE, Jaime, 1999 – “Temple, Santo Sepulcro y Císter en su fase inicial gallega” in *II Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y Portugal*. [Ourense], vol. I, p. 341-368.
- FIGUEIREDO, José Anastasio de, 2003 [reimpr. facs. (edic. orig. Lisboa, 1800-1804)] – *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal*, vol. II, [edic. orig. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira].
- GARCÍA ALÉN, Celia, 1956 – “Arquitectura civil de Pontevedra”. *Museo de Pontevedra*. Pontevedra: Museo de Pontevedra, n.º X, p. 79-123.
- GARCÍA TATO, Isidro; SUÁREZ PIÑEIRO, Ana María (ed.), 2005 – *La cultura del vino*. Santiago de Compostela: CSIC.
- GAUTIER DALCHÉ, Jean, 1995 – “Note sur les Cortes de Valladolid (1295)” in *Medievo Hispano: Estudios in memoriam del prof. Derek W. Lomax*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, p. 187-194.
- GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César, 2004 – “Fernando IV de Castilla (1295-1312): perfil de un reinado”. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, Serie III – Historia Medieval, n.º 17, p. 223-244.

- GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés, 2004 – *O Camiño de Santiago*. Santiago de Compostela: Lóstrego.
- GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés, 2006 – “O Desenvolvemento urbano medieval na costa cantábrica lucense: o nacemento e consolidación da vila de Ribadeo (séculos XII-XIII)”. *Mur-guía*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores/as, n.º 11, p. 17-31.
- GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés, 2008 – “Del *Farum Brecantinum* a la Ciudad de A Coruña (siglos IX a XIII)”. *Boletín de la Asociación de Becarios de la Fundación Pedro Barrié de la Maza*. A Coruña: Asociación de Becarios de la Fundación Pedro Barrié de la Maza, n.º 11, p. 15-21.
- GONZÁLEZ SÁNCHEZ, José Manuel, 1992 – “Las Órdenes militares y la labor asistencial en el Camino de Santiago: Hospital de San Pedro Félix de Incio” in SANTIAGO OTERO, Horacio (ed.) – *El Camino de Santiago, la hospitalidad monástica y las peregrinaciones*. Salamanca: Junta de Castilla y León, p. 241-248.
- ISLA FREZ, Amancio, 2004 – “El Adopcionismo. Disidencia religiosa en la Península Ibérica (fines del siglo VIII-principios del siglo IX)”. *Clio & Crimen*. Durango: Museo de Arte e Historia, p. 115-134.
- LÓPEZ CALVO, Andrés, 2003 – “Noticias de hospitales para peregrinos en el Camino Inglés (variante Ferrol-Bruma) a Santiago de Compostela”. *Compostellanum*. Santiago de Compostela: Centro de Estudios Jacobeos, n.º 1/4, p. 673-700.
- MARQUES, José, 1992 – “O culto de S. Tiago no Norte de Portugal”. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, n.º 4, p. 99-148.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo, 1993 – *Los templarios en la Corona de Castilla*. Burgos: La Olmeda.
- MATELLANES MERCHÁN, José Vicente; RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique, 1992 – “Las Órdenes Militares en las etapas castellanas del Camino de Santiago” in SANTIAGO OTERO, Horacio (edit.) – *El Camino de Santiago, la hospitalidad monástica y las peregrinaciones*. Salamanca: Junta de Castilla y León, p. 343-363.
- MATTOSO, José, 1998 – “A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular” in *As relações de fronteira no século de Alcanices. Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Instituto de Documentação Histórica, vol. II, p. 1019-1044.
- MONTERO ARÓSTEGUI, José, 1972 – *Historia de El Ferrol del Caudillo*. Ferrol: Gersán.
- OTERO PEDRAYO, Ramón, 1946 – “Jurisdicción de la encomienda de Beade sobre San Juan de Ribadavia”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela: CSIC, n.º 5, p. 75-80.
- OTERO PEDRAYO, Ramón, 1963 – “La Encomienda de Beade de la Orden de Malta”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela: CSIC, n.º 18, p. 57-91.
- PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo, 2000 – *Los Señores de Galicia: tenentes y condes de Lemos en la Edad Media*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2 vols.
- PAZ LÓPEZ, Gonzalo, 1961 – *Portomarín: monografía geográfica de una villa medieval*. Zaragoza: CSIC, Instituto Juan Sebastián Elcano.
- PEREIRA MARTÍNEZ, Carlos, 2006 – “A Orde do Temple na provincia de Pontevedra: A baía de Coia (Vigo)”. *Anuario Brigantino*. Betanzos: Ayuntamiento, n.º 29, p. 91-104.
- QUINTANA PRIETO, Augusto, 1981 – “Los primeros tiempos de la Orden del Hospital en Astorga”. *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona: CSIC, n.º 11, p. 559-570.
- RILEY-SMITH, Jonathan, 1999 – *Hospitallers: The History of the Order of St. John*. Londres: The Hambledon Press.
- RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique, 2002 – “Orígenes de la Orden del Hospital en el reino de Toledo”. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, Serie III – Historia Medieval, n.º 15, p. 149-194.
- VALERO DE BERNABÉ y MARTÍN DE EUGENIO, Luís, 2000 – “La pervivencia de las Órdenes de Caballería a comienzos del Tercer Milenio: la Orden Ecuestre del Santo Sepulcro” in

- BURDEUS, María Dolores; REAL, Elena; VERDEGAL, Joan Manuel (ed.) – *Las Órdenes Militares: realidad e imaginario*. Castellón: Universitat Jaume I.
- VÁZQUEZ MARTÍNEZ, Alfonso, 1948 – “El castillo de Fornelos (Creciente)”, separata del *Boletín del Museo Arqueológico Provincial de Orense*. Ourense: Museo Arqueológico Provincial, n.º IV.
- VÁZQUEZ MARTÍNEZ, Alfonso, 1949-1952 – “La encomienda de San Juan de Mourentán (Arbo)”. *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*. Ourense: Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos, n.º XVII, fasc. 1, p. 11-38.
- VÁZQUEZ SACO, Francisco, 1941 – “Papeleta 25: Iglesia de San Pedro de Puertomarín”. *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo*. Lugo: Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos, t. 1, n.º 7, p. 186-189.
- VÁZQUEZ SEIJAS, Manuel, 1945 – “El hospital de San Juan de Puertomarín”. *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo*. Lugo: Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos, t. 2, n.º 13, p. 28-33.
- VENTURA, Leontina, 2006 – *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- V.V.A. A., 1998 – *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago: itinerários portugueses*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Anexo 1 – Los Caminos de Santiago y las encomiendas sanjuanistas en Galicia



TURGALICIA. *Mapa dos Camiños de Santiago*. 2008. Disponible en: <http://www.turgalicia.es/mapasgalicia/mapasgcs.asp?cidi=G> [consult. 01 de junio de 2008]

NOTAS

- 1 Este artículo ha sido realizado dentro del Proyecto de Investigación: “Diccionario Histórico dos Camiños de Santiago na Galiza”. Plan Galego de I+D (2006-2010). Código: PGI-DIT07PXIB606078PR. Investigador Principal: Dr. Antón M. Pazos Rodríguez. El trabajo base de este artículo se realizó bajo la dirección de la Excm. Profa. Dra. Paula Pinto Costa – a la que agradezco su siempre amable y sabio consejo –, siendo Becario de la Fundación Pedro Barrié de la Maza (España) para la materialización de los estudios de especialización en Historia Medieval portuguesa en la Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- 2 RILEY-SMITH, 1999.
- 3 En el año 1113 la reina Urraca donaba la aldea salmantina de Paradinas – situada en la Extremadura leonesa – a la Orden de San Juan (RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, 2002: 150-151).
- 4 Para el caso portugués: COSTA, 1993: 46-48; COSTA, 1997: 100-102; COSTA, 1999-2000: 96-98; COSTA, 2005: 151-152; BARROCA, 2000: VII, 188-192.
- 5 El adopcionismo fue duramente criticado por la Iglesia hispana mozárabe refugiada en el norte cristiano que contó con el apoyo de la Santa Sede que condenó severamente esta herejía en el Concilio de Ratisbona del año 792 (ISLA FREZ, 2004: 116-134).
- 6 Sobre el trazado de esta vía francesa de peregrinación a Compostela puede consultarse: FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 185-190, 231-233. También: GONZÁLEZ PAZ, 2004.
- 7 MARQUES, 1992: 99-148. V.V. A.A., 1998.
- 8 FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 77-82, 99-104, 115-117.
- 9 FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 87-88.
- 10 Aquí poseyó la Orden de San Juan la ermita de San Lorenzo del Hospital (ARCAZ POZO, 1994: 508).
- 11 FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 90-91.
- 12 FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 82-84.
- 13 FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 126-133.
- 14 FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 246-250.
- 15 Una síntesis sobre la cuestión: AYALA MARTÍNEZ, 1991: 775-798.
- 16 ARCAZ POZO, 1999: 53-57.
- 17 HERBERS *et al*, 1998: 236-238.
- 18 RECUERO ASTRAY *et al*, 1998: 20, 27. Tan sólo dos días antes – el 13 de octubre de 1126 – se documenta la presencia de la Orden del Santo Sepulcro de Jerusalén en Galicia. En esa fecha Juan Díaz donó al Santo Sepulcro de Jerusalén el lugar de Cusanca (GARCÍA TATO, 2004: 2, 108-109; FERREIRO ALEMPARTE, 1998: I, 356-357).
- 19 BARQUERO GOÑI, 1994: 14-17.
- 20 En el documento se recalca en dos ocasiones que la localización del hospital es en el propio puente: *ad ospitale ipsius pontis y de hospitali ipsius pontis* (RECUERO ASTRAY *et al*, 1998: 20, 27). Algo similar ocurriría en los hospitales de Itero y Órbigo (BARQUERO GOÑI, 1999: 95).
- 21 Actualmente no puede ser probada su vinculación con una cierta sociedad de clérigos italianos – cuya existencia comenta Vázquez Seijas – supuestamente encargados por entonces de reconstruir puentes para facilitar el paso de peregrinos y viajeros (VÁZQUEZ SEIJAS, 1945: 28).
- 22 BARQUERO GOÑI, 1999: 95-96.
- 23 El 23 de diciembre de 927 Sancho Ordóñez y Alfonso IV presiden una asamblea de magnates, abades y obispos reunida para tratar de la restauración del monasterio de Santa María de Loio – San Salvador de Cortes, Paradela (Lugo) – y delegan esta labor en el conde Gutier Menéndez que nombra abad y lo dota juntamente con el monasterio de San Salvador de Portomarín (SÁNCHEZ BELDA, 1953: 38, 41). Sobre la formación de esta villa puede consultarse: PAZ LÓPEZ, 1961.

- 24 AYALA MARTÍNEZ, 1991: 775-798; MATELLANES MERCHÁN *et al*, 1992: 344-350; QUINTANA PRIETO, 1981: 559-570.
- 25 GARCÍA TATO, 2004: 13, 119-120. El 18 de julio de 1126 el rey Alfonso VII le concedió a Pedro Ovéquiz y a su mujer las heredades de realengo de Seixón a instancias del conde Rodrigo Velaz (RECUERO ASTRAY *et al*, 1998: 19, 17).
- 26 RECUERO ASTRAY *et al*, 2000: 93, 178, 188, 194, 201, 230; 114-115, 225-227, 241-244, 253-255, 264-265, 304-305.
- 27 RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, 2002: 155-160.
- 28 MARTÍN, 1974: 118.
- 29 MANSILLA REOYO, 1955: 119, 138. De igual forma, Portomarín aparece mencionado en dos ratificaciones de la bula alejandrina llevadas a cabo por los pontífices Lucio III en 1184 y Urbano III en 1187 (MARTÍN, 1974: 168, 226, 350-351, 403-405).
- 30 Entre otros bienes le confirma a la Milicie Sancti Iacobi: Loyo cum suo cauto, Pontem Minii usque Loyo. Ratifican la donación Guido magistro milicie Templi y Pedro D'Areis Ospitalis priori per Hispana (RECUERO ASTRAY *et al*, 2000: 188, 241-244).
- 31 GONZÁLEZ, 1944: II, 6, 15-16. Con todo esto no fue obstáculo para que los santiaguistas siguiesen vinculados a Portomarín. Así en el año 1196 Juan Pérez vendió a *domno Helie de Ruflac* y a su esposa Sancha Ordóñez la octava parte de una casa *in uilla de Ponte Minei sub basilica Sancti Petri*, encontrándonos entre los confirmantes a *Petro Sancti Iacobi ballio* (LOSCERTALES GARCÍA DE VALDEAVELLANO, 1976: II, 261, 261-262).
- 32 GARCÍA TATO, 2004: 57, 154-156.
- 33 LOSCERTALES GARCÍA DE VALDEAVELLANO, 1976: II, 256, 259, 262, 263; 257-258, 260, 262-263.
- 34 El 1 de diciembre de 1213 Marina Peláez dona al *Sancto Hospitali Jerosolimitani* varias heredades, recibiendo de manos de *Johannis Fernandi, commendator Pontem Minei la bailia nominata Sancti Vicenti de Goldrami* (GARCÍA TATO, 2004: 58, 156-157). El 3 de octubre de 1236 el comendador Reverendo Pérez recibe como donados al caballero Pedro Eanes y a su esposa María Fernández y la sepultura del comendador Suero data del año 1248 (VÁZQUEZ SEIJAS, 1945: 29 y 32, nota 2).
- 35 El rey Enrique IV de Castilla ordena a los *freires* sanjuanistas de Portomarín en el año 1461 que el camino estuviese “bien adobado e reparado porque los caminantes puedan ir y venir por el de unas partes a otras” (VÁZQUEZ SEIJAS, 1945: 29). Arcaz Pozo ofrece la fecha de 1471 para esta concesión (ARCAZ POZO, 1994: 461).
- 36 ÁZQUEZ SEIJAS, 1945: 30; CASTILLO, 1987: 471-474.
- 37 De su existencia se da noticia el 20 de mayo de 1372 en el que el magnate Pedro Ruíz Sarmiento aparece “en Puerto Marin”, concretamente “en el palacio del Ospital” (PORTELA SILVA, 2007: II, 720, 842-843).
- 38 VÁZQUEZ SEIJAS, 1945: 29-31. CASTILLO, 1987: 475.
- 39 El cardenal compostelano Jerónimo del Hoyo refiere que en el puente de Pontedeume había dos “castillejos”, uno antes del hospital y otro después. Por su parte Montero Aróstegui señala que entre el octavo y noveno arco, sobre el pilar, hubo un torreón que se llamaba la Torre del Puente de cinco metros de altura que es donde suponemos se encontraba dicho hospital (HOYO, 1607: 306. MONTERO ARÓSTEGUI, 1972: 419). Véase también los usos de las torres presentes en los puentes de Ourense y Pontevedra a lo largo de la Edad Media: LEIRÓS FERNÁNDEZ, 1953-1954: 37-110; GARCÍA ALÉN, 1956: 79-123.
- 40 Su templo fue consagrado en el año 1182 (CASTILLO, 1987: 477).
- 41 LOSCERTALES GARCÍA DE VALDEAVELLANO, 1976: II, 256-257, 259, 261; 257, 258, 260-262; CASTILLO, 1987: 476; ARCAZ POZO, 1994: 459. En el “burgo de San Pedro de Portomarín” se documenta, en el año 1367, la existencia de un hospital (“malatería”) dedicado a la atención de enfermos infecto-contagiosos que a estas alturas no se encuentra ya bajo atención sanjuanista (VÁZQUEZ SACO, 1941: 187).
- 42 VÁZQUEZ SEIJAS, 1945: 30; ARCAZ POZO, 1994: 459-460; ARCAZ POZO, 1999: 58-59.

- 43 VÁZQUEZ SEIJAS, 1945: 31; CASTILLO, 1987: 475.
- 44 Santa María de Ferreiros – Paradela (Lugo).
- 45 GARCÍA TATO, 2004: 8, 115.
- 46 BARQUERO GOÑI, 1999: 96, 104.
- 47 San Salvador da Pinza – Sarria (Lugo). Probablemente se refiera a este centro hospitalario sanjuanista en tierras sarrianas la mención en el año 1219 de un *Comendator Fernandus Cervarius, Petrus Michel Hospitalarius, Fernandus Petri, Frater Hospitalis* (ARCAZ POZO, 1999: 57, nota 15).
- 48 BARQUERO GOÑI, 1999: 96, 104.
- 49 Entre los confirmantes se menciona al comendator dompni Rodrigo Ares; Vilelmus Roderici, subcomendator; Suerus Pelagii, frater capellanus; Laurencius Petri frater; Johannes Marino, frater (GARCÍA TATO, 2004: 72, 172-174). Desconocemos la localización concreta de este hospital aunque en la actualidad conservamos el topónimo “O Bañal” en tres lugares: San Cristovo de Castro (Carballedo – Lugo), Santa María de Camporramiro (Chantada – Lugo) y Santa María das Pontes de García Rodríguez (As Pontes de García Rodríguez – A Coruña).
- 50 Ubicado en el lugar de Hospital de Seixas, en la parroquia de San Salvador de Merlán, en el municipio de Palas de Reis (Lugo) (GARCÍA TATO, 2004: 18, 123-124).
- 51 Situado en el lugar de Furelos, en la parroquia de San Xoán de Furelos, en el ayuntamiento de Melide (A Coruña).
- 52 Alfonso Raimúndez se presenta como “comendador de Benavante e tenente las veces del gran comendador en el reyno de León por mandamento de donno Fernando Rodríguez el gran comendador de el Hospital en los reinos de Spania”. Aparecen referidos además: “donno Afonso Lupiz, comendador de Ponte de Minio e de donno Rodrigo Petriz, comendador de Queiroga et de los freyres de la bailía de Portumarín” (GARCÍA TATO, 2004: 73, 174).
- 53 ARCAZ POZO, 1999: 59-60.
- 54 BARQUERO GOÑI, 1999: 97-98.
- 55 En el año 1142 el rey Alfonso VII donó a los hospitalarios los derechos del solio regio sobre el casal de Froila, en tierras de Sarria (GARCÍA TATO, 2004: 8, 115).
- 56 Donada por Fernando Arias y su esposa Teresa Vermúdez en el año 1192 (GARCÍA TATO, 2004: 48, 150).
- 57 Donación realizada en el año 1175 por Bibiano Fernández y su mujer Marina Peláez (GARCÍA TATO, 2004: 24, 128-129).
- 58 GARCÍA TATO, 2004: 16, 17, 29, 33, 37, 66; 122, 123, 132-133, 134-135, 138-139, 163-165.
- 59 El 15 de abril de 1165 Fernando II donó a Juan de Covelo un casal sito entre Goldrame y Portomarín. GARCÍA TATO, 2004: 15, 121-122. El 1 de diciembre de 1213 Marina Peláez dona al *Sancto Hospitali Jerosolimitani* varios bienes recibiendo de *Johannis Fernandi, commendator Pontem Minei la bailia nominata Sancti Vicenti de Goldrami* (GARCÍA TATO, 2004: 58, 156-157).
- 60 El 15 de agosto de 1246 el infante Alfonso dona a los hospitalarios y a su prior Fernando Ruiz y en beneficio de los “pobres de ultramar”, el lugar de “Paramo en Galliza, que jaze en honor de Sarria, como la parte en Riba de Nera” (GARCÍA TATO, 2004: 75, 176).
- 61 En el mes de abril de 1190 el rey Alfonso IX dona a la Orden del Hospital la iglesia de San Juan de Barrio de Trives a cambio de la que la Orden había recibido *in populatione quam feci in Triacastella nova*, en pleno Camino Francés (GARCÍA TATO, 2004: 47, 149).
- 62 Por ejemplo en el mes de octubre de 1239 Alfonso IX dona a Muñón Sánchez – “prior del Hospital” – “vuestra casa de Burgo de Mellid” (GARCÍA TATO, 2004: 71, 171-172).
- 63 LÓPEZ CALVO, 2003: 673-700.
- 64 Noticias sobre peregrinos gallegos a Tierra Santa entre los años 1133 y 1246: FERNÁNDEZ DE VIANA, 1991: 409-421.
- 65 GONZÁLEZ PAZ, 2008: 15-21.
- 66 ... dono uobis et iure hereditario confirmo in perpetuum medietatem Burgi de Faro ab integro cum cauto suo quomodo illud dedit et diuisit pater meus, et cum omni portaticu nauium

- tam francorum quam aliorum omnium et cum uoce et caracterio ipsius Burgi, ut ab hac die, dum mundus extiterit, habeatis uos et ecclesia beati Iacobi, cui hoc donum offero mediam ut supra dictum est, partem Burgi illius cum integra ecclesia Sancti Iacobi* (RECUERO ASTRAY *et al.*, 2000: 35, 44-45; ARCAZ POZO, 1994: 189-190).
- 67 Comenzaba en el puerto francés de La Rochelle y, tras detenerse en diversas localidades del litoral sudoeste atlántico galo, seguía por el Mar Cantábrico y costa gallega hasta alcanzar Lisboa (FERREIRA PRIEGUE, 1988b: 75).
- 68 PEREIRA MARTÍNEZ, 2006: 173-204.
- 69 CASTILLO, 1987: 598.
- 70 MARTÍNEZ DíEZ, 1993: 70-73. Sobre la cuestión de la ascensión de bienes templarios por parte de los sanjuanistas en los reinos peninsulares: BARQUERO GOÑI, 1993: 37-54.
- 71 En el año 1196 Fernando Arias y su esposa Teresa Bermúdez otorgaban al *Sancto Ierosolimitano Hospitali* varios bienes en la villa de Cedeira y en Teixido (GARCÍA TATO, 2004: 49, 150-151).
- 72 Al encontrarse esta donación entre la documentación sanjuanista es muy posible que los bienes entregados revirtiesen más tarde en el patrimonio de la Orden del Hospital (GARCÍA TATO, 2004: 19, 125).
- 73 GARCÍA TATO, 2004: 39, 40; 140-143.
- 74 FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 207-208.
- 75 CASTILLO, 1987: 597.
- 76 Fernán Pérez Mocejo aparece como gran comendador en España de la “Orden del Espital de Sant Johan de Jerusalem” (GARCÍA TATO, 2004: 96, 193-195; BARQUERO GOÑI, 1994: 35-36).
- 77 Significativamente en el privilegio de traslación de la sede episcopal mindoniense desde la ciudad de Vilamaior de Mondoñedo a la nueva población de *Ripa Euue* – concedido el 25 de julio de 1182 por el rey Fernando II – aparecen confirmando dicho documento *Petrus de Arcis prior Ospitalis* y *Martinus Petri commendator de Ponte Minei* fruto, probablemente, de constituirse la Orden de San Juan en parte interesada y, al mismo tiempo afectada por el cambio, al poseer dicho patrimonio en la zona (RECUERO ASTRAY *et al.*, 2000: 201, 264-265). Sobre la fundación y primer siglo de existencia de la villa de Ribadeo: GONZÁLEZ PAZ, 2006: 17-31.
- 78 FERREIRA PRIEGUE, 1988b: 75.
- 79 BARQUERO GOÑI, 1999: 109-110. En un apeo de bienes de 1550 continúa apareciendo como una propiedad vinculada con la Orden de San Juan (ARCAZ POZO, 1994: 534, nota 119).
- 80 FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 221-229.
- 81 LÓPEZ POMBO, 2002.
- 82 Lugar de San Clodio, en la parroquia de San Clodio de Ribas de Sil, en el ayuntamiento de Ribas de Sil (Lugo) (CASTILLO, 1987: 507).
- 83 GÁNDARA, 1677: 281-282.
- 84 in Cairoga quantum habeo in loco que dicitur Novaes (GARCÍA TATO, 2004: 59, 157-158).
- 85 GARCÍA TATO, 2004: 73, 174.
- 86 El acto jurídico en cuestión fue llevado a cabo por Fernán Rodríguez “comendador maor de los reinos de Ispania de las cosas del Hospital” (GARCÍA TATO, 2004: 77, 176-177).
- 87 GARCÍA TATO, 2004: 82, 181-182.
- 88 Se encontraba en el lugar de Hospital, en la parroquia de San Salvador do Hospital, en el ayuntamiento de Quiroga (Lugo) (ARCAZ POZO, 1994: 535, nota 128; ARCAZ POZO, 1999: 60).
- 89 Conocida también como Torre de Sequeiros, se encuentra en un espolón rocoso sobre el río Sil, en la parroquia de Santa Mariña de Sequeiros, en el ayuntamiento de Quiroga (Lugo).
- 90 GARCÍA TATO, 2004: 46, 148-149; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, 1992: 241-248; ARCAZ POZO, 1994: 463, 502.

- ⁹¹ Según Gándara, Vasco de Quiroga – nieto de aquel Vasco de Quiroga donatario en el año 1154 – se habría casado con Urraca de Temes, hija del primer maestre de Alcántara, y habría recibido el título de ricohombre de Castilla por los servicios prestados a Fernando III en las conquistas andaluzas (GÁNDARA, 1677: 282).
- ⁹² Situada en Osoño, feligresía de San Pedro de Osoño, ayuntamiento de Vilardevós (Ourense), en las proximidades de la villa de Verín.
- ⁹³ GARCÍA TATO, 2004: 7, 115. San Paio de Veiga es en la actualidad San Munio de Veiga.
- ⁹⁴ FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 172-173.
- ⁹⁵ GARCÍA TATO, 2004: 60, 158-159.
- ⁹⁶ GARCÍA TATO, 2004: 77, 176-177.
- ⁹⁷ Esta aldea se encuentra situada en la parroquia de Santa María de Manzalvos, en el ayuntamiento de A Mezquita (Ourense).
- ⁹⁸ BARQUERO GOÑI, 1994: 32.
- ⁹⁹ FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2004.
- ¹⁰⁰ Sobre esta encomienda existe un interesante estudio de: OTERO PEDRAYO, 1963: 57-91.
- ¹⁰¹ GARCÍA TATO, 2004: 43-44, nota 125; ARCAZ POZO, 1994: 775, nota 55. A la cabeza de esta circunscripción sanjuanista se encontraba en el año 1287 el *freire* de origen portugués Afonso Pérez Pereira, “comendador das cousas do espital enas bailía de Ribadavia” (GARCÍA TATO, 2004: 94, 192).
- ¹⁰² GARCÍA TATO, 2004: 43; ARCAZ POZO, 1994: 795-796; ARCAZ POZO, 1995: 269.
- ¹⁰³ El 1 de mayo de 1494 el Consejo de Castilla ordenaba a los Alcaldes Mayores de la Audiencia del Reino de Galicia que hiciesen desencastillar la iglesia de Morentán. En dicha orden se señala cómo “Fray Antonio Arias Fandyño, comendador de la encomienda de Ribadavya, nos fizo relación, por su petición, diciendo que él tomó e aprehendió la tenencia e posesión de la dicha encomienda de la yglesia de San Juan de Ribadavya, que diz que es la cabeça de la dicha encomienda” (FERNÁNDEZ VEGA, 1982: III, 39).
- ¹⁰⁴ PARDO DE GUEVARA, 2000: I, 208.
- ¹⁰⁵ En el año 1212 el comendador del Santo Sepulcro en Ribadavia, Cusanca y tierra de Orce-lón realiza un cambio con Alfonso Pérez de una viña en Monte Mediano por otra situada en la Veiga de la iglesia de Santiago de Ribadavia (GARCÍA TATO, 2004: 56, 154). La Orden del Santo Sepulcro contaba también con presencia en la ciudad de Santiago de Compostela. Así el 5 de abril de 1175 un vecino de dicha población donaba al monasterio de Toxosoutos varias casas sitas *in rua que vocatur Vilar* y que testaban, en parte, con otra casa que *fuit Petri Mauri et nunc est dominorum Sancti Sepulcro* (SALVADO MARTÍNEZ, 1991: 25, 197-198).
- ¹⁰⁶ Al respecto Otero Pedrayo rescata un interesante testimonio: “(Ribadavia) antiguamente fué Bayliaje y encomienda que está agregada a la de Veade con su jurisdicción espiritual” (OTERO PEDRAYO, 1946: 75).
- ¹⁰⁷ OTERO PEDRAYO, 1946: 78.
- ¹⁰⁸ GARCÍA TATO, 2004: 9, 115-117.
- ¹⁰⁹ GARCÍA TATO, 2004: 62, 160-161.
- ¹¹⁰ FERREIRA PRIEGUE, 1988a: 147-153.
- ¹¹¹ No existen muchas noticias acerca de esta encomienda. El primer comendador de Mourentán y Torño conocido es Suero de Noguerol (1420). Por lo que se refiere a la sede de la encomienda hay que señalar que se encontraba en las proximidades de la desembocadura del río Deba en el río Miño. Arcaz Pozo registra documentalmente su consideración como un “castillo” (ARCAZ POZO, 1994: 507). Ciertamente de ella se conserva una somera descripción que permite definirla, por lo menos, como una casa-fuerte: “Había una casa sobrada y tejada que, después que vino la rebelión de Portugal, la mandaron desmoronar los capitanes generales deste reino, por ser casa fuerte y buena, porque los portugueses no hiciesen alguna fuerza en ella por estar junto a la raya de Portugal, que la dibide el rio Miño que dicha casa está a la orilla dél y en ella se solian coxer las rentas de dicha encomienda de Morentan”.

- Además, dentro del muro que cercaba el complejo edificativo, había “una hermita que tiene una imagen del señor San Juan y otra de Nuestra Señora” y varias bodegas y almacenes (VÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1949-1952: 11-14, 23, 29; VÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1948: 183).
- 112 GARCÍA TATO, 2004: 14, 120-121. Surge la duda de si este Pelayo Curvo tiene algún tipo de vinculación con aquel Mendo Curvo fundador de la Torre de Moncorvo. ABREU, 1999: I, 23-32. Mattoso tan sólo señala cómo el infanzón portugués Gonçalo Gonçalves da Palmeira se casó con una “filha de Paio Curvo de Toronho” (MATTOSO, 1998: II, 1029).
- 113 GARCÍA TATO, 2004: 31, 133-134.
- 114 GARCÍA TATO, 2004: 93, 191-192.
- 115 GARCÍA TATO, 2004: 97, 195-196. Sobre el *cursus honorum* de este prior puede consultarse: COSTA, 1993: 170-171.
- 116 PEREIRA MARTÍNEZ, 2006: 91-104.
- 117 OTERO-PIÑEYRO MASEDA, 2006: 199-210.
- 118 Cuatro años antes, concretamente el 18 de mayo de 1212, es mencionado como comendador de Toroño entre los confirmantes de un documento por el cual la Orden de San Juan le concede fuero a la villa de Portomarín: *Pelagio Arie, comendatore de Torono* (GARCÍA TATO, 2004: 57, 154-156).
- 119 La feligresía de Gueifães se encuentra en el municipio da Maia, en el distrito de Oporto, en la cuenca septentrional del río Douro. Además de esta mención epigráfica, la presencia hospitalaria en dicho lugar es atestiguada por un proceso mantenido en 1258. La cuestión que se debatía era la percepción de rentas por los sanjuanistas: “hindo no Julgado da Maya, se declarou em a freguezia de S. Faustino de Gueifaães, ou Gueifães (Igleja Sancti ffrausti, tambem annexa ainda á Balliagem de Leça), que havia nessa Aldêa chamada Gueifães 18 cazaes, de que sette eram da dita Ordem de Malta, e onze de herdadores, os quaes faziam fôro á mesma Ordem quod sint excusati ab omni foro regali; e nem faziam fôro a ElRei, nem entrava ahi o seu Mordomo propter priuilegium hospitalis” (FIGUEIREDO, 2003: II, 39-40).
- 120 GARCÍA TATO *et al.*, 2005.
- 121 ARCAZ POZO, 1994: 885-889.
- 122 La inserción de las Órdenes Militares en el mundo del comercio no es un hecho extraño. Recordemos, por lo que al caso portugués se refiere, la importancia del comercio de la sal o de la cría y venta de ganado para la Orden de Santiago, o de la producción y comercio de cereal para la Orden de Avis (CUNHA, 1991; CUNHA, 1989). Sobre la participación de la Orden de San Juan en la vida económica: BARQUERO GOÑI, 2000: 45-56.
- 123 En la parroquia de San Salvador de Pazos de Arenteiro, en el ayuntamiento orensano de Boborás. La primera mención a esta entidad de población – como *Palacios de Argentario* – se retrasa al año 1158 y se vincula con el monasterio de San Clodio do Ribeiro (LUCAS ÁLVAREZ *et al.*, 1996: 5, 264-265).
- 124 El 13 de octubre de 1126 Juan Díaz dona al “Santo Sepulcro de Jerusalén y al Patriarca y Canónigos del mismo lugar de una heredad mía que se llama Cusanca” que limitaba con “la casa de Pelagri de los Templarios” (GARCÍA TATO, 2004: 2, 108-109).
- 125 VALERO DE BERNABÉ, 2000: 143-144.
- 126 GARCÍA TATO, 2004: 76; ARCAZ POZO, 1994: 509-510.
- 127 ARCAZ POZO, 1994: 510; ARCAZ POZO, 1995: 271.
- 128 En el cercano lugar de Nogueira existió un monasterio, del que hoy se conserva solamente la iglesia de San Vicente de Nogueira. Probablemente también habría pertenecido a la Orden del Santo Sepulcro o así, por lo menos, parece deducirse de una carta de partición de 1421 llevada a cabo entre Fernán Yáñez de Sotomayor y Lope Sánchez de Ulloa en la que se señala: “Hesta e aparticion que fican aparte do Santo Sepulcro” (ARCAZ POZO, 1994: 183, 251, 310; ARCAZ POZO, 1995: 271).
- 129 GARCÍA TATO, 2004: 74-75. El 16 de febrero de 1232 el rey Fernando III confirmó el privilegio por el cual Alfonso IX donó a la Orden del Santo Sepulcro la *ecclesiam de Ponte Vivey* que se encontraba *iuxta pontem de Vivey*. Ese mismo día donó a la mencionada Orden

- del Santo Sepulcro la *ecclesiam sancti Felias de Trivis* que estaba situada *iuxta pontem de Bibei* (GARCÍA TATO, 2004: 67, 68; 165-166, 167-168).
- ¹³⁰ GARCÍA TATO, 2004: 21, 126-127.
- ¹³¹ La Orden del Hospital aparece representada por el *fratris de Iecem* Gonzalo Pérez Pereira, *mayor ordinis Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani in Hispania* (GARCÍA TATO, 2004: 83, 182-183; COSTA, 1993: 215).
- ¹³² El 21 de febrero de 1286 donó a la Orden de San Juan cuanto poseía en los reinos de Portugal, Castilla, León y Galicia (GARCÍA TATO, 2004: 93, 191-192). De la relevancia social de este *freire* nos ofrece interesantes informaciones: COSTA, 1993: 173-174.
- ¹³³ COSTA, 1993: 163.
- ¹³⁴ GARCÍA TATO, 2004: 85, 184-185.
- ¹³⁵ GARCÍA TATO, 2004: 86, 185.
- ¹³⁶ GARCÍA TATO, 2004: 88, 186-188. La permuta realizada por Alfonso X con la Orden de San Juan fue ratificada por el infante Sancho – ya en lucha abierta con su padre – el 22 de febrero de 1283 (GARCÍA TATO, 2004: 89, 189).
- ¹³⁷ AFFREIXO, 1996: 32-33.
- ¹³⁸ BARROCA, 2001: 539.
- ¹³⁹ VENTURA, 2006: 202-203.
- ¹⁴⁰ Sus hermanos aparentemente fueron *frei* Pedro Martins – maestro de la Orden de Santa María de España en 1279 y maestro de la Orden de Santiago en 1280 – y *frei* Álvaro Martins, padre de Diego Mones, maestro de la Orden de Santiago en 1306.
- ¹⁴¹ Citas documentales tomadas de: VENTURA, 2006: 204-205.
- ¹⁴² Sobre la conquista de Moura y Serpa en tiempos de Sancho II de Portugal: VENTURA, 2006: 89.
- ¹⁴³ Al año siguiente, concretamente en el mes de febrero de 1250, acompañaron a Alfonso III de Portugal en su visita a la ciudad de Faro: João García – prior de la Orden de San Juan – y Rodrigo Martins, comendador sanjuanista de Távora (VENTURA, 2006: 92).
- ¹⁴⁴ AFFREIXO, 1996: 31. Sobre el *cursus honorum* de este personaje – cuyas fechas coinciden con el periodo estudiado – sabemos que entre 1250 y 1279 se documenta como consejero de Afonso III de Portugal (COSTA, 1993: 163; COSTA, 1999-2000: 187-188, 321).
- ¹⁴⁵ GARCÍA TATO, 2004: 92, 191.
- ¹⁴⁶ AFFREIXO, 1996: 32-33.
- ¹⁴⁷ GAUTIER DALCHÉ, 1995: 187-194.
- ¹⁴⁸ Probablemente tal decisión pueda vincularse con las “vistas de Ciudad Rodrigo”, celebradas en el mes de octubre de 1295 para la delimitación de la frontera entre los reinos de Castilla-León y Portugal. González Mínguez las considera como la base de la vertiente territorial del Tratado de Alcañices de 12 de septiembre de 1297 (GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2004: 228-229).
- ¹⁴⁹ Desempeñando este cargo lo encontramos, por ejemplo, el 3 de agosto de 1295 (TORRES FONTES, 1980: V, 10-11, 15-17).
- ¹⁵⁰ Carta editada en: AFFREIXO, 1996: 36.
- ¹⁵¹ En el siglo XVI la Orden de San Juan recuperó el control de las fortalezas de Serpa y Moura. Así Diego Fernandes de Almeida II – como representante regio y como prior de la Orden de San Juan – era comendador sanjuanista en Elvas, Moura, Serpa y Montouto en 1574 (ALMEIDA, 2006: 70).
- ¹⁵² La primera noticia relativa al reino toledano se retrasa al año 1144 (RODRÍGUEZ PICA-VEA-MATILLA, 2002: 152).

PORTUGAL E O MEDITERRÂNEO, ENTRE CASTELA E MARROCOS A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA MARÍTIMA NOS SÉCULOS XIV-XV E A NOÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO DESCONTÍNUO¹

Luís Adão da Fonseca

Embora o Oceano Atlântico seja espaço marítimo com raízes profundas na história ocidental (remonta a finais do século X, com as migrações oceânicas dos Escandinavos), para a Europa, o período que directamente interessa só vai desenvolver-se a partir de finais do século XI, inícios da centúria seguinte. Com efeito, quando o duque da Normandia conquista o trono inglês, o primeiro *Atlântico medieval* começa a fraguar-se nessa pequena *manga* que coincide com o Canal que separa a Inglaterra da França. Sendo este o verdadeiro ponto de partida da história oceânica, o processo extender-se-á a zonas cada vez mais amplas da geografia europeia, a ponto de, já na época moderna, o Oceano se tornar uma coordenada fundamental de toda a história ocidental. No entanto, não vou considerar toda a evolução oceânica medieval, mas apenas aquela que se relaciona com o espaço da Península Ibérica ocidental, de Castela e Portugal, e nomeadamente de este último. Aqui, lugar de cruzamento entre diferentes mares, o problema marítimo europeu vai ter uma especial importância. Com efeito, aqui, a articulação histórica *Oceano Atlântico-Mar Mediterrâneo* vai conferir a alguns aspectos da história marítima ocidental um grande significado, sobretudo visível nas centúrias terminais da Idade Média, já na transição para a época moderna. Será, assim, a consideração dessa articulação e a forma como ela foi assumida em termos de política naval pelo poder português o tema deste trabalho.

Começo por sublinhar dois aspectos, que reputo importantes.

Em primeiro lugar, a íntima ligação ao Mediterrâneo do espaço marítimo que, de Gibraltar se estende para Ocidente até às ilhas oceânicas (Açores, Madeira, Canárias), o qual constitui por assim dizer um *Mediterrâneo exterior*. Aliás, a bibliografia, desde há anos, vem chamando a atenção para essa articulação, qualificando este espaço como um verdadeiro *Mediterrâneo do Atlântico*².

Em segundo lugar, o modo como a história oceânica, a partir do século XII, afecta progressivamente a vida dos reinos da Península Ibérica ocidental. Em trabalhos anteriores tive oportunidade de explicitar esta questão. Partindo da consideração de que o Mediterrâneo e o Atlântico constituem os dois grandes

espaços marítimos com maior incidência na história da Europa, procurei perspectivar os territórios português e castelhano no cruzamento de ambos os espaços, mostrando em que medida o relacionamento externo dos dois reinos, quer entre si, quer com as outras regiões da Europa, podem ser vistos à luz desta dupla vocação. Tentei então definir um modelo operativo dinâmico, citando para o efeito palavras de Lucien Febvre, as quais, embora escritas num contexto diferente, julgo resumirem a perspectiva em que me situo: *c'est un problème de rapports, et non pas d'influences*³. Para que se compreenda melhor o que pretendo transmitir, tomo a liberdade de resumir o modo como essa articulação de espaços marítimos se teria realizado.

Assim temos, por um lado, um *primeiro Atlântico*, limitado entre o Mar do Norte e o Cantábrico, determinado por coordenadas meridianas, projectado verticalmente ao longo das costas francesas nos séculos XII e XIII, e, mais tarde, como consequência da abertura da rota do Estreito de Gibraltar, alargado para o Mediterrâneo Ocidental; mas, por outro lado, posteriormente, já iniciado o século XV, desenvolve-se um *segundo espaço Atlântico* que, embora nascendo do anterior e coexistindo com ele, se projecta horizontalmente no quadro da expansão mediterrânea para ocidente. Neste sentido, se Portugal é directamente afectado por esta dualidade, e não o sendo menos Castela, as relações entre ambas as coroas vão reflectir as consequências desta situação.

Com efeito, existe uma dependência estreita entre as relações bilaterais luso-castelhanas e a componente oceânica. Se Portugal está mais preocupado com as comunicações com o Norte da Europa (ou seja, se em Portugal predominam as exigências do *primeiro Atlântico* meridiano), o reino lusitano, política e diplomaticamente, estará mais ligado a Inglaterra e, consequentemente, no campo oposto a Castela. Se, pelo contrário, Portugal está mais preocupado com as comunicações em Gibraltar (ou seja, se em Portugal predominam as exigências do *segundo Atlântico* horizontal), política e diplomaticamente estará mais ligado a Castela. No fundo, a alternativa é mais complexa, já que, ao longo das centúrias em causa, e no interior de ambos os reinos, surgiram com frequência interesses divergentes (mais favoráveis às ligações setentrionais ou mais sensibilizados pelos problemas mediterrâneos), provocando, desta maneira, graves enfrentamentos em que as oposições a nível interno se misturam com alianças externas. De qualquer modo, o mar – *mar interior* ou *mar oceano*... e a rede de rotas que o atravessa – está quase sempre presente...

A explicitação deste processo não pode ser feita neste momento. Limiteme, assim, a referir as suas linhas fundamentais.

Em termos cronológicos, situamo-nos no arco temporal que pode ser situado entre 1267 (ano da assinatura do tratado de Badajoz, conjuntura em que, pela primeira vez, o problema estratégico do acesso ao Mediterrâneo se coloca como uma exigência prioritária à diplomacia portuguesa), e 1494 (ano da assinatura dos tratados luso-castelhanos de Tordesilhas, cuja componente de alargamento a outros oceanos não impede a resolução complementar da problemática própria deste *Atlântico-próximo*).

Como é sabido, o tratado de 1267, assinado em Badajoz, pacifica o contencioso entre os dois reinos decorrente da conquista do Algarve pelos portugueses em 1249⁴. Com efeito, esta conquista levantara um problema fundamental no relacionamento luso-castelhano, e que – em última análise – só vai ser resolvido pelo tratado de Alcanices, de 12 de Setembro de 1297. Em relação a este último acordo, sendo certo que, da parte lusitana, se logra o que se pode considerar a mais antiga fronteira terrestre da Europa, importa ter igualmente presente o que ele representa no sistema de relações internacionais de Portugal de então (sem que isto signifique o esquecimento de outros factores circunstanciais relacionados com o propósito lusitano de lograr uma rectificação territorial, aproveitando o difícil momento que vive o reino de Castela)⁵.

O ponto de partida para a questão é, como é sabido, a posse do Algarve. Para Portugal, não se trata de matéria secundária. Com efeito, da posse do Algarve dependeu a abertura gibraltarenha do reino português (ou seja, a sua abertura ao Mediterrâneo), e, conseqüentemente, toda e qualquer possibilidade de este reino manter como seus os territórios situados a sul do Tejo. No fundo, D. Afonso III e seu filho terão percebido muito bem que o novo enquadramento decorrente do fim da *reconquista* implicava para o reino a necessidade de definir uma política marítima, e também naval. Ou seja, por parte da monarquia portuguesa, terá existido a consciência de que se impunha dar continuidade à conquista do Algarve, através da sua defesa político-diplomática e acompanhada pela definição de uma estratégia marítima. Terá sido nesta sequência que se situará, como momento relevante, a definição fronteiriça de Alcanices.

Com efeito, na história das relações diplomáticas entre Portugal e Castela ao longo da Idade Média, a segunda metade do século XIII representa um momento importante. Termina então uma primeira fase (que preenche o período que, desde meados do século XII, se estende até meados do século XIII), no termo da qual se esgota o que se pode considerar a *Reconquista* na Península Ibérica ocidental. Não se trata, em rigor, do termo da *Reconquista*, mas sim do período em que as conquistas territoriais ao *Al-Andalus* constituíram o principal objectivo das monarquias cristãs do norte da Península.

Neste contexto, a conquista do Algarve, em meados do século XIII, por D. Afonso III, vai colocar imediatamente vários problemas à política externa portuguesa na Península Ibérica; a começar por Castela, que era o vizinho territorial. A chamada questão do Algarve, que só veio a ser resolvida em 1267, pelo tratado de Badajoz – como já se disse –, é o primeiro sinal de que o sistema se alterara. Terminara a *reconquista* em Portugal, e terminara também a primeira fase da *reconquista* em Castela, com a tomada de Sevilha, em 1248. Quer isto dizer, que a *Reconquista* como factor legitimador da *separação* entre Portugal e Castela, deixa de ter sentido na segunda metade do século XIII. A *fronteira*, como *marca* (no sentido medieval), espaço indefinido, impreciso, onde se separaram as obediências, por excelência a *fronteira da reconquista*, torna-se, na segunda metade do século XIII, progressivamente uma realidade do passado, dando lugar, de forma cada vez mais premente, a uma outra *fronteira*, a fron-

teira dos limites entre as diferentes soberanias. Nesta ordem de ideias, pode-se dizer que o tratado de Alcanices de 1297 se situa num quadro multifacetado em que as relações entre os poderes ibéricos – nomeadamente os luso-castelhanos – se desenvolvem num contexto novo, relativamente recente (data de meados da centúria), e caracterizado, por um lado, pela transformação da noção de fronteira própria da emergente noção de estado, e, por outro lado, pelo fim da reconquista territorial no ocidente da Península.

A consideração destes problemas não nos pode fazer esquecer que, contemporaneamente, se processam profundas transformações no sistema de comunicações internacionais no oeste europeu. É em finais do século XIII que tem lugar o alargamento ao Mediterrâneo do espaço do *primeiro Atlântico alargado*, a que há pouco aludi, e, mercê do qual, a Península ocidental vai aparecer estrategicamente colocada no seio da rota cujo ponto de referência axial se situa em Gibraltar. Consequentemente, numa conjuntura em que os avanços da *Reconquista* colocam Portugal e Castela lado a lado no extremo sul da Península, com a imperiosa necessidade de definirem as fronteiras em terras recentemente *reconquistadas*, as regiões meridionais adquirem uma insuspeita relevância porque se encontram na fachada de acesso ao Estreito.

Assim se explica a razão pela qual a monarquia portuguesa, na transição do século XIII para o XIV, extraindo todas as consequências que decorrem do fim da *Reconquista*, percebe que daí advém a necessidade de definir uma política marítima. Vejamos em que medida tal acontece. A este propósito, permito-me recordar que, poucos anos depois, em 1319, pela *Ad ea ex quibus* de João XXII, o rei de Portugal obtém do papa a fundação da Ordem de Cristo⁶. E, logo no ano seguinte, em 1320, pela bula *Apostolice sedis*, o mesmo papa – aludindo à acção do rei lusitano e à contratação do genovês Pessanha, em 1317, para chefiar a armada portuguesa – equipara a armação de galés no Estreito de Gibraltar à cruzada, ou seja, legitima a estratégia naval da monarquia portuguesa⁷. É difícil não estabelecer uma relação estreita entre estes dois diplomas, nomeadamente quando se recorda que, por disposição expressa da já citada bula de criação da Ordem, a sua primeira sede foi Castro Marim, próximo da foz do rio Guadiana. Manifesta-se, desta forma, a importância atribuída ao horizonte marítimo pelos novos responsáveis. A Ordem de Cristo institucionaliza, assim, a solução de continuidade na prossecução do *ideal de cruzada*, que, momentaneamente, parecia ter terminado em 1249, com a conquista de Faro aos muçulmanos.

Em resumo, em 1319-1320, a monarquia portuguesa define uma política militar para o reino, a partir da ampliação do entendimento tradicional de *Reconquista*: da luta no território *nacional* (se é que se pode assim dizer) evolui-se para a promoção da guerra num espaço que, embora situado fora das fronteiras do reino, se considera próximo. Ou seja, define-se então uma nova fronteira estratégica: com a passagem da continentalidade ao mar, a guerra marítima e o curso adquirem a dimensão de cruzada. Mas, ao mesmo tempo, as implicações diplomáticas desta estratégia política são evidentes: perante Castela, a defesa dos nossos interesses passa pela afirmação de uma *dupla fronteira*

(a fronteira territorial, por um lado, e, por outro, a fronteira estratégica da defesa das rotas comerciais e militares, situada mais além da primeira). São vários os exemplos que se poderiam apontar, situados cronologicamente na primeira metade do século XIV.

Verifica-se, deste modo, a importância do processo iniciado em finais do século XIII. Em inícios do século XIV, determina-se a fronteira estratégica meridional que aponta para Gibraltar. Não é por acaso que o rei de Portugal, quando organiza a armada portuguesa sediando-a no Algarve (especialmente em Tavira), declara ser o *Estreito* o seu espaço preferencial de navegação⁸.

No entanto, é importante ter consciência de que a definição do Estreito como *fronteira estratégica meridional* lusitana implica um grave problema: Gibraltar, nestes anos, também é definida, pelo reino de Castela, nos mesmos termos. Ou seja, Portugal coloca a sua fronteira estratégica *em casa do vizinho* – perdoe-se-me a expressão. Este pensamento estratégico só não constitui um temendo erro porque foi acompanhado por uma outra opção: a necessidade imperiosa de aliança e paz com Castela. Só assim Gibraltar não servirá de ponto de partida para constantes conflitos. Na realidade, esta vai ser uma constante na futura política diplomática lusitana: sempre que a conjuntura convida Portugal a dar prioridade a Gibraltar – e quem diz Gibraltar, diz Magreb, diz Mediterrâneo Ocidental –, é forçosa a aproximação peninsular. Quando são outras as prioridades, Gibraltar e o *Mar Interior* são esquecidos...

Creio que se entende agora o verdadeiro significado do tratado de Alcanices: assumida a necessidade de defender a conquista do Algarve como elemento indispensável da abertura de Portugal ao Mediterrâneo, assegurada esta posse pelo tratado de Badajoz de 1267, é evidente que a monarquia lusitana teria de atribuir prioridade à vertente peninsular. A história do que foi a política externa no reinado de D. Dinis é disso evidente⁹. Neste contexto, a resolução do contencioso da fronteira terrestre, em Alcanices, constitui condição indispensável. Em suma, este tratado, assinado em 1297, representa um momento chave em todo o processo. Enquanto complemento do que se assinara, anos antes, em Badajoz, retroprojecta-se para meados do século XIII, para a conquista do Algarve. Mas, aponta simultaneamente para o projecto que se vai concretizar nos primeiros anos do século seguinte: a definição de uma fronteira estratégica. Assim, em termos do nosso sistema de relações externas, Alcanices simboliza uma política de fronteiras que, definida entre 1250 e 1340, vai condicionar toda a nossa política externa até aos tempos modernos. A meu ver, as suas consequências perdurarão até finais do século XVI. Dito por outras palavras, o tratado de Alcanices constitui um evento determinante num processo de definição do sistema de relações externas de Portugal, o qual, desenhado na transição do século XIII para o XIV, se manterá sem grandes alterações durante mais de trezentos anos. Em termos materiais, trata da fronteira terrestre; formalmente, insere-se num modelo que aponta para uma fronteira de outro tipo: o da fronteira estratégica. Através deste processo, para Portugal, a fronteira do Mediterrâneo (entenda-se o Estreito de Gibraltar) é assumido, em termos políticos, como *lugar* onde se projecta uma

primeira noção de fronteira marítima, na sua tripla dimensão: afirmação de um poder naval, limite do espaço da Cristandade em face do mundo muçulmano, articulação diplomática com o reino vizinho. Por isso, qualifico-a como uma fronteira estratégica. Por isso, a considero tão importante.

Na perspectiva da história portuguesa, o processo não termina aqui. Posteriormente, em finais deste mesmo século XIV, com o tratado de Windsor, determinar-se-á a fronteira estratégica setentrional que aponta para o canal da Mancha. Portugal vive então um período especialmente agudo na sua vida político-social conhecido pela designação de crise de 1383-1385. Neste contexto, este tratado (para além do que representa em função da crise dinástica portuguesa – aspecto bem conhecido da bibliografia –), à luz de uma estratégia política significa que a monarquia portuguesa define uma fronteira estratégica setentrional para o país, colocando-a no referido canal. Recorde-se que, por força do estipulado no tratado, para além das suas implicações políticas e comerciais, a monarquia lusitana compromete-se a enviar anualmente uma armada para a defesa conjunta das águas do Canal. Numa conjuntura extremamente difícil como aquela, assumir esse compromisso só não pode ser interpretado como uma leviandade diplomática se se admitir que a monarquia portuguesa aceitava estar a defender, nos mares do norte, a fronteira marítima nacional¹⁰. Mas, para o caso presente, esta segunda fronteira, a setentrional, afasta-se no tema que me proponho considerar.

Assim, limito-me a referir que o significado da decisão plasmada em Windsor é, assim, tanto maior quanto se situa na sequência da decisão anterior, datada de inícios do século, pela qual Portugal tinha definido uma fronteira estratégica meridional, apontada para o Estreito de Gibraltar, como já disse. Em certa medida, ambas as fronteiras complementam-se (fundem-se, poder-se-á dizer) numa mesma doutrina defendida pelos responsáveis portugueses ao longo do século XIV, e que o Portugal do século XV vai directamente herdar – e desenvolver –, que assenta na conjugação de duas ideias-força: só é possível desenvolver uma política de âmbito europeu (continental ou peninsular) a partir do domínio das articulações de um espaço marítimo delimitado em função de Gibraltar, por um lado; e, por outro lado, o domínio de tais articulações pressupõe a definição de novos horizontes em função do papel fundamental da retaguarda marítima, que, no caso português, vai ter uma indispensável dimensão oceânica.

Aproveito para sublinhar esta última noção, de retaguarda, porque ela vai, em finais de *trezentos*, enriquecer a noção de fronteira marítima tal como tinha sido definida em meados da primeira metade da centúria, e à qual já fiz referência. Recordo o que atrás disse: a noção de fronteira marítima tinha, então, uma tripla dimensão: afirmação de um poder naval, limite do espaço da Cristandade em face do muçulmano, articulação diplomática com o reino vizinho. Surge agora uma quarta, a de retaguarda.

Se estas múltiplas facetas da noção de fronteira marítima estão já presentes no século XIV, será a centúria seguinte – e a referida dimensão oceânica – que lhes vai conferir uma maior expressão. Vejamos em que medida tal acontece.

Creio que isso tem lugar entre 1431 e 1494, quando se acentua a ideia de que o Atlântico é retaguarda na defesa de Portugal perante Castela. O matiz é importante. O cronista português de *quatrocentos* Gomes Eanes de Zurara expressou bem o problema quando escreveu que, aos portugueses, de *uma parte nos cerca o mar, e da outra temos muro no reino de Castela*¹¹. Com efeito, o processo vai-se fraguando ao longo da centúria, ampliado sucessivamente ao Atlântico *central e meridional*, até aos tratados de Tordesilhas, assinados entre Portugal e Castela em Junho de 1494. Neste sentido, os textos destes dois tratados, para além dos aspectos directamente relacionados com a partição marítima, confirmam e enraízam determinados conceitos estratégico-políticos que vêm de acordos anteriores: com efeito, a divisão atlântica, assumida dentro do espírito do *mare clausum*, implica a noção de que a área atribuída a cada monarquia é uma extensão da fronteira de cada reino; ou seja, o mar, entendido como uma retaguarda, é considerado como um *retro-horizonte* (cada monarquia reporta-se ao vizinho, mas a linha de referência aponta para o Atlântico, já *próximo*, já ocidental, já meridional). Por isso, tudo o que acontece no espaço reservado a cada monarquia é imediata e inexoravelmente avaliado como um argumento político no diálogo diplomático peninsular; recordem-se as implicações das viagens protagonizadas por Colombo e Vasco da Gama¹².

Vemos, assim, como, em termos de grandes linhas de actuação política, a herança recebida pelo Portugal do século XV não pode ser mais clara. Assumindo a tradição que vem da centúria anterior, o poder real parece ter a consciência clara de que a marginalidade de Portugal em relação ao continente europeu e à Península Ibérica só pode ser compensada pela assunção de uma centralidade em relação às rotas marítimas que ligavam o Mediterrâneo ao Mar do Norte, e vice-versa. Mas, a expansão oceânica vai reforçar esta ideia com uma segunda componente que, embora constitua uma consequência natural da primeira preocupação, incorpora a noção de mar como retaguarda.

Quererá isto dizer que, com a extensão da fronteira para horizontes cada vez mais afastados da Europa (Guiné, Atlântico Sul, Índico), a fronteira marítima mais antiga de Portugal, a fronteira de Gibraltar fica subalternizada? Creio que a resposta deve ser negativa, por várias razões que passo a explicar.

Recordo, em primeiro lugar, que, em termos estratégicos, o século XV – sobretudo depois de 1431 – apresenta algumas diferenças importantes em relação à orientação herdada da centúria anterior. Com efeito, se a política externa portuguesa ao longo da segunda metade do século XIV deve ser entendida no contexto europeu do que chamei o *primeiro Atlântico meridiano*, com atenção prioritária dada às comunicações com o norte, no século XV, o panorama europeu e peninsular altera-se substancialmente. Com efeito, a orientação política prevalecente tende a dar maior atenção aos interesses meridionais decorrentes da pacificação das rotas atlânticas (tenha-se em conta, nomeadamente, o final da guerra europeia, inevitável depois da Conferência de Arras de 1435), pelo que a correspondente pacificação das relações luso-castelhanas, neste contexto, é perfeitamente previsível e explicável. Compreende-se que, no século XV, o enqua-

dramento estratégico dominante se situe num espaço diferente, porque os problemas em debate também são outros. Já não se tratam das comunicações marítimas atlânticas de carácter meridiano – o *primeiro Atlântico meridiano* de que há pouco falava –, mas das comunicações marítimas meridionais que, a partir do Mediterrâneo ocidental acompanham a expansão do *mar interior* para o Oceano. É o *segundo Atlântico horizontal*, ao qual já se fez referência. Portugal retorna, assim, a uma política de interesse estratégico por Gibraltar, embora por uma outra via, o que significa, em termos políticos, o regresso a uma aproximação luso-castelhana. As pazes de 1411, os tratados de 1431, de 1479-1480 e de 1494 constituem claros exemplos desta nova orientação, abundantemente analisada pela bibliografia que estuda as relações entre as duas monarquias durante os reinados de João II, Henrique IV e Isabel em Castela, e Afonso V e João II em Portugal. Neste sentido, parecem-me fundamentais alguns aspectos da história portuguesa do século XV. É o caso, para começar, da conquista de Ceuta, em 1415 (que, nesta perspectiva, não pode deixar de ser relacionada com as tréguas luso-castelhanas de 1411, que acabei de referir), ou da expedição portuguesa com o propósito de conquistar Tânger, em 1437 (que, na mesma perspectiva, não pode deixar de ser relacionada com as pazes luso-castelhanas de 1431, que também acabei de referir). Em ambos os momentos, a posição gibraltarenha das cidades marroquinas aponta claramente para o horizonte mediterrâneo.

Recordo, em segundo lugar, que a estratégia delineada nos anos centrais da centúria é, a meu ver, muito interessante porque ultrapassa de longe o mero relacionamento bilateral. Foram os seus principais arquitectos o rei de Castela Henrique IV e de Portugal Afonso V. Atrás do plano de domínio marroquino posto em prática pelos portugueses, bem como da tentativa de conquista de Granada por Henrique IV de Castela¹³, está presente uma importante componente de estratégia económica (em que é clara a preocupação monopolista do controlo do comércio norte-africano), constituindo a resposta regional ao problema europeu relacionado com a evolução da balança de pagamentos entre o Noroeste europeu e o Mediterrâneo Ocidental em meados da centúria. Cientes do papel articulador que a geografia oferecia à fachada ocidental da Península, os responsáveis de Portugal e de Castela de então pretendem, assim, dar corpo a uma nova forma de equilíbrio peninsular, em que a *boca* do Mediterrâneo tem um papel fundamental. A referida orientação, valorizando as capacidades deste bloco atlântico, visa de facto uma política com horizontes europeus, qual seja a de controlar – através do Estreito de Gibraltar – tanto o acesso do Atlântico ao Mediterrâneo como da Europa ao Norte de África. Sensibilizados pela experiência das navegações atlânticas, pretendiam, na realidade, desenvolver uma política de âmbito continental a partir do domínio conjunto das articulações de um espaço marítimo bem delimitado em função de Gibraltar. A investigação que há anos fiz sobre a navegação corsária portuguesa neste mar mostrou, aliás, a relevância deste aspecto¹⁴.

Permito-me sublinhar, neste contexto, algo que me parece especialmente importante para o caso presente: como se acaba de comprovar, o interesse português por Castela e pelo Magrebe ocidental não pode ser compreendido no

quadro estreito de um relacionamento bilateral, antes de insere numa problemática mais ampla de dialéctica de espaços com expressão quase continental.

É sabido que essa estratégia, em termos políticos imediatos, fracassou: a derrota de Toro (1476) e a assinatura do tratado luso-castelhano de Alcáçovas-Toledo (1479-1480) constituem o melhor exemplo desse fracasso. Mas os pressupostos e aspirações subjacentes a essa estratégia vão perdurar e inspirar muitos aspectos da política externa portuguesa em relação a Castela, no reinado de João II. É o caso do tratado de Tordesilhas, já referido, onde esta doutrina de retaguarda marítima assente numa amizade luso-castelhana constitui, como já disse, a tónica dominante. E, nos anos que se seguem, com o rei D. Manuel, perdura esta mesma orientação. Em certa medida, a abertura da rota do Cabo com a viagem à Índia de Vasco da Gama, em 1497-1499, ainda a vai reforçar. Na realidade, à volta deste acontecimento é tomado um conjunto de medidas que se enquadram no que se pode considerar de *espírito de Tordesilhas*: tenham-se em conta, por exemplo, as consequências diplomáticas da viagem ou a política matrimonial do mesmo monarca, casando sucessivamente com princesas castelhanas. Efectivamente, as navegações lusitanas no Atlântico meridional e a chegada à Índia, ao contrário do que se poderia imaginar, fortalecem as vantagens políticas do reforço de uma aproximação a Castela, e, indirectamente, das nossas ligações ao Mediterrâneo.

É esta perdurabilidade da importância dada ao *mar interior* que explica, a meu ver, a presença constante de uma vertente gibraltarenha e marroquina na política tanto de D. João II como de D. Manuel. Foi, a meu ver, Jorge Borges de Macedo quem melhor explicitou os termos em que esta articulação foi feita: *Em rigor* – escreveu –, *na lógica do tempo, era para o Mediterrâneo que o Atlântico se «explicava»*¹⁵. Esta *explicação* tem, a meu ver várias facetas: já acontece nas décadas centrais do século XV, com as primeiras navegações portuguesas na costa atlântica de Marrocos e da Maurítânia, quando os marinheiros do Infante D. Henrique exploram o mar com uma mentalidade e atitude típica dos corsários do Estreito de Gibraltar (basta ler a *Crónica da Guiné* de Zurara, para o perceber¹⁶); depois, no *curriculum vitae* de tantos navegadores portugueses do Oceano, homens anteriormente experimentados nas rotas do *Mar Interior* (recorde-se, por exemplo, o nome de Bartolomeu Dias¹⁷), assim como na *genealogia* do conceito de *Atlântico*, onde a matriz insular de inspiração mediterrânea é fundamental¹⁸; finalmente, está presente na formulação dos pressupostos políticos da actuação oceânica da Casa Real portuguesa. Por isso, o acesso oceânico a Gibraltar não perde nenhuma da importância que tinha tradicionalmente na política portuguesa: *Essa parte do Atlântico nunca se autonomizou, nem podia autonomizar do Mediterrâneo* – observou ainda Jorge Borges de Macedo¹⁹. Assim se compreende que, por exemplo, o rei João II de Portugal tenha sempre procurado associar os *dois Atlânticos* (o Atlântico meridional e o *Atlântico próximo*, porta este do Mediterrâneo), como aconteceu, em 1494, com a assinatura simultânea de dois tratados de Tordesilhas: por um lado, o que é mais conhecido, o acordo relativo

à partição oceânica a partir de Cabo Verde; por outro, o que é menos conhecido, o acordo relativo à partição de áreas de influência na área de Gibraltar e nas pescarias das costas marroquina e da Mauritània.

Por isso, remata o mesmo autor:

As relações entre D. João II de Portugal e os Reis Católicos têm o Mediterrâneo como pano de fundo e como tema a crescente influência de Portugal naquela área. Afinal, é por intermédio de Portugal que a influência do Atlântico Sul entra no Mediterrâneo e se solda a este último. Não obstante, D. João II sabia que, apesar das praças do Norte de África, do apoio pontual dos genoveses interessados em manter as suas posições, perante Barcelona, e apesar do papel da costa portuguesa próxima, poucos, ou nenhuns, eram os pontos seguros de apoio que tinham conseguido alcançar naquela área do Mediterrâneo Ocidental. O seu único apoio, a moeda de troca, de que, verdadeiramente os portugueses, dispunham, digamos assim e com a qual podiam, efectivamente, negociar, era a sólida posição no Atlântico Sul. A finalidade de D. João II foi dar-lhe dimensão decisiva²⁰.

Na verdade, o Mediterrâneo mantém-se ainda, em finais do século XV, como a grande retaguarda do espaço marítimo português, o que, sendo verdade em termos económicos²¹, não o é menos em termos de estratégia política global (a partir de Gibraltar, o mar oceânico transforma-se em fronteira de expansão política). Daí que, com a viagem de Vasco da Gama à Índia, o Mediterrâneo não tenha perdido nada da sua importância. Percebem-no os mercadores italianos que, com força crescente, investem na *Rota do Cabo*, e percebe-o o poder real lusitano que, desde o princípio, entende que a chegada vitoriosa dos portugueses à Índia, porque constitui um evidente sucesso, reforça a necessidade de uma aproximação maior entre as duas monarquias. O *Atlântico-próximo*, centrado em Gibraltar, ibérico e magrebiano, transforma-se, assim, já com D. João II mas de forma muito mais clara com D. Manuel I, em área de compensação e segurança, fundamental na referida aproximação.

Não quero terminar sem antes chamar a atenção para um último aspecto. Acontece que, na doutrina estratégica portuguesa de finais do século XV e inícios do XVI, o mar meridional engloba, num único imaginário, tanto o Atlântico Sul como o Índico. É suficiente ler as fontes da época, como a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, para o perceber²². Esta visão está, aliás, subjacente à assinatura do tratado de Tordesilhas. No entanto, a chegada efectiva ao Oriente vai introduzir, abruptamente, neste imaginário aparentemente unitário, um importante elemento de diferenciação, ao transformar o horizonte da fronteira, em termos militares e diplomáticos, em fronteira bivalente. Como já se apontou, a experiência atlântica tinha plasmado essa fronteira em *retaguarda política*, no Ocidente. Mas, agora, com a guerra que se aproxima, no Oriente, a fronteira é *frente militar*.

Esta questão, a meu ver, constitui a grande e nova implicação estratégica definida após o regresso de Vasco da Gama em 1499. No fundo, o poder português tem de assumir politicamente uma doutrina que contemple a dupla face do

Oceano: no Atlântico central e meridional, o mar é pano de fundo de um embate diplomático peninsular, mas no Índico, com a guerra contra os muçulmanos e turcos, é também linha de frente. Quebra-se, deste modo, a orientação definida desde meados da segunda metade do século XV, sobretudo mercê do tratado das Alcáçovas; segundo esta orientação, a *fronteira* política oceânica era definida diplomaticamente no quadro ibérico. Mas, nos inícios do século XVI, regressa-se à *dualidade fronteiriça marítima*. De facto, regressa-se à doutrina naval dos tempos em que o Estreito de Gibraltar fora referência e articulação de uma fronteira estratégica múltipla (Atlântico *versus* Mediterrâneo, Magreb *versus* Ibéria, Castela *versus* Portugal). Aliás, o Índico será então, pelos responsáveis portugueses, visto como um espaço definido por vários *Gibraltares*. Em termos de relações políticas internacionais, corresponde ao que António Vasconcelos Saldanha chamou a tentativa de definir *os contornos de práticas jurídicas comuns no processo de relacionamento internacional, já não entre os membros de um mesmo sistema europeu, mas entre estes e potências estrangeiras ou externas ao mesmo*²³.

De qualquer modo, creio que uma desejável fundamentação empírica do que se acaba de expor se enriquecerá se for enquadrada por uma análise histórica de determinados conceitos-chave. Para citar apenas um exemplo, remeto para o que afirmei sobre a fronteira marítima de Portugal nos séculos XIV-XV, onde, como se viu, a realidade do Mediterrâneo tem um forte papel matricial. Inserindo este conceito de fronteira numa dialéctica de espaços marítimos de âmbito europeu, imediatamente se abre a porta para pensar esta mesma problemática em termos de dialéctica *centro-periferia*. Portugal, situado no encontro de mais de uma periferia (a das comunicações com o Norte, a das navegações oceânicas, e a dos contactos com o *Mar Interior*), afirma-se progressivamente como um pólo regional com uma importância cada vez maior enquanto zona intermédia, em que a sua condição periférica se atenua pelo que já se apelidou de *estatuto intersticial*.

Como se compreenderá, as considerações feitas não podem ser interpretadas como uma resolução definitiva do problema. Há ainda muitos aspectos a ponderar, pelo que estas observações devem ser entendidas como pontos de partida, que não se limitem a aceitar passivamente as posições assumidas pela tradição historiográfica da noção de fronteira, desde que Frederick Jackson Turner a formulou, em 1893, num ensaio justamente famoso²⁴. Já em 1955, reflectindo sobre a aplicabilidade desta mesma noção ao período medieval, Charles Julian Bishko chamava a atenção para a necessidade de a entender como uma zona periférica de colonização, demonstrando-o com abundantes exemplos²⁵. É óbvio que a respectiva formulação não é alheia às preocupações do momento em que o historiador apresenta a sua proposta particular. Quando, no rescaldo da Guerra de 1939-1945, Carlton Hayes perguntava *The American Frontier-Frontier of What?*²⁶, a resposta dada estava naturalmente informada pela circunstância particular da conjuntura de então. No caso presente, a proposta que apresento (perspectivar a fronteira marítima portuguesa nos séculos XIV e XV em termos de *articulação plástica* desenvolvida a partir da experiência do *estreito* enquanto cadinho onde dialogam *dualidades* como é o caso de Gibraltar) parece-me ser

bastante actual. Pelo menos, para um olhar português, o pensar um problema tão agudo e tão do nosso presente como é o da fronteira marítima a partir de uma experiência de *saída* do Mediterrâneo não pode deixar de ser aliciante.

Que relação tem tudo isto com o problema da soberania portuguesa? A resposta a esta questão vai ocupar a última parte deste meu texto.

Recordemos o episódio de Vasco da Gama. Entre outras medidas tomadas por D. Manuel I, é conhecida a decisão de incorporar novos títulos à monarquia portuguesa: *Senhor da Conquista, da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*. São várias as leituras que se podem fazer desta decisão; mas, neste momento, limito-me a referir um aspecto sublinhado por João de Barros. A propósito dos novos títulos reais assumidos pela monarquia portuguesa, o cronista explica que tais títulos não são recebidos de uma instância exterior, mas sim de *feitos excelentes que lhe podem dar títulos, não em nome, mas em acrescentamento de algum justo e novo Estado que por si ganharam*²⁷. É, na realidade, o conceito que o poder soberano é autónomo e de que a política se fundamenta na prática.

Uma leitura superficial do que acabo de dizer poderá qualificar esta doutrina como uma manifestação da teoria maquiavélica do poder, tão em voga na época. No entanto, creio que importa ir mais longe, porque julgo que aponta para algo mais. O próprio Barros, ao fazer a seguir a distinção entre rei e senhor (o monarca lusitano é *rei* de Portugal e *senhor de...*, porque, diz ele, o senhório, ao contrário da realeza, não implica jurisdição), outra coisa não faz senão o reconhecer que, no início da época moderna, essa monarquia lusitana, que exerce a soberania num determinado território europeu, *furtando-se a qualquer possibilidade de comparação ou compatibilidade política com as restantes coroas europeias, é a única que, numa dimensão verdadeiramente macroscópica, é compelida a agir jurídica e politicamente na realidade de várias «organizações» internacionais tão distintas quanto simultâneas. Distintas pelo espaço que compreendem, pelas raças que as preenchem, pela cultura que lhes preside, e, enfim, pelas instituições jurídicas que as regeram*²⁸.

Quer isto dizer que, quando há pouco apresentava o problema da convivência política peninsular na perspectiva da análise dos tratados e da política diplomática a ela ligada, estava no fundo a subentender que os tratados pressupõem a existência de sistemas internacionais, ou seja, pressupõem um determinado entendimento do que é a encarnação histórica do poder soberano. Neste sentido, o ano de 1498 funciona como ano fulcral no processo evolutivo da noção de poder soberano assumido pela monarquia portuguesa do Antigo Regime.

É óbvio que esta prática só logrou ser tão rapidamente implantada no Oriente porque Portugal tem, neste aspecto, uma herança bastante rica. Herança partilhada, desde a Idade Média, com os demais poderes peninsulares, e sobretudo actualizada desde os inícios do século XV em Marrocos e em África. A este respeito, é significativo o comentário colocado pelo cronista Zurara na boca do xeque de Haroub no momento em que presta vassalagem ao conde D. Duarte de Meneses:

Cuida que somos homens formados daquela mesma terra de que todos os são. Os primeiros reis que o foram em Portugal, que tinham o reino todo ganhado, prouve-lhes de avirem com os mouros e leixarem-nos viver na terra como ainda hoje vivem. Quanto à lei, cada um viverá naquela em que se entender de salvar, as almas sejam daquele que as criou e os corpos sejam del-Rei²⁹.

António Vasconcelos Saldanha, ao estudar as virtualidades que este sistema incarna no Oriente, considera que elas se vão sobretudo manifestar – e cito – num *processo de relacionamento internacional, não já entre os membros de um mesmo sistema europeu, mas entre estes e potentados estranhos ou externos ao mesmo*. E acrescenta:

É certo que – ao contrário do *jus publicum europaeum*, fundado, como queria Schmitt, na força global e conciliadora de uma ordenação do *espaço* terrestre centrada na Europa – esse tipo de Direito é um Direito problemático, precário, pendente do fio frágil dos tratados e da frequentemente duvidosa auto-obrigação da vontade de soberanos independentes, nas mais das vezes só temperado por considerações de *razão de estado* política ou económica³⁰.

É altura de terminar. Sem entrar agora no magno problema do modo como esta prática foi assumida na organização do poder português no Oriente tal como ele foi levado a cabo no início da época moderna, tenha-se apenas em conta que as questões jurídicas de base já estão presentes na prática peninsular tardo-medieval: é o caso da questão da personalidade jurídica dos fiéis de outras religiões, das alianças heterodoxas, da classificação civilizacional, para só citar as três analisadas pelo autor que acabo de citar. Neste contexto, defendo – ou melhor, apresento-a como hipótese de trabalho – que a experiência medieval vivida pela monarquia portuguesa desde o século XIII tenha tido uma fundamental importância. Foi uma experiência multiforme: experiência de pluralidade de espaços, experiência de mar como *retaguarda* fundamental na afirmação internacional da soberania lusitana, experiência de relacionamento não rígido inspirador da prática diplomática luso-castelhana no século XV. São eles aspectos determinantes da história portuguesa que foram já apontados.

Terá sido essa experiência, em suma, que terá contribuído decisivamente para a formação do elemento específico da noção portuguesa tardo-medieval e moderna de soberania: esta seria definida e entendida como um espaço político não contínuo. São os conhecidos versos de Camões, a propósito da *casa lusitana*: *De África tem marítimos assentos;/ É na Ásia mais que todas soberana;/ Na quarta parte nova os campos aral E se mais mundos houvera, lá chegara* (*Lusíadas*. VII.14).

Importa, no entanto, ter presente que, na génese desta noção de espaço político descontínuo, tem um papel fundamental o enquadramento de uma outra noção, de enorme importância estratégica e política: a noção de fronteira marítima. E voltamos, assim, ao início deste texto. Uma e outra estão profundamente relacionadas. Porque só é possível o entendimento de que a soberania

assenta num espaço político não contínuo se se considerar que esse espaço tem, apesar de tudo, a continuidade que lhe é dada por uma fronteira marítima mais extensa do que a fronteira terrestre. Com efeito, esta fronteira marítima, se for estrategicamente delimitada, tem um papel fundamental. Ao contrário de muitas outras fronteiras, nem separa nem une, articula. Geograficamente, estas articulações têm nome: são os canais e são os estreitos. É este, em suma, o papel do Estreito de Gibraltar, cadinho que comunica o Mediterrâneo com o Atlântico e que articula a Europa e a África, a Península Ibérica e o Magrebe. É este, em conclusão, e a meu ver, o grande interesse de uma análise dos problemas colocados pelas relações históricas entre Portugal, Castela e Marrocos ao longo da Baixa Idade Média. Por isso, é tão importante.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, João de, 1945 – *Ásia* (ed. CIDADE, Hernâni; MÚRIAS, Manuel). Lisboa: Agência Geral das Colónias, vol.1.
- BISHKO, Charles Julian, 1955 – *The frontier in medieval history* [texto apresentado no Annual Meeting of the American Historical Association, Washington, D. C., 1955. Disponível em: <<http://libro.uca.edu/aarhms/essays/bishko.html>> [consult. 15 de Abr. 2009].
- BRAUDEL, Fernand, 1983 – *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: D. Quixote, vol.1.
- CHAUNU, Pierre, 1969 – *L'Expansion Européenne du XIIIe au XVe siècle*. Paris: PUF.
- FEBVRE, Lucien, 1970 – *La terre et l'évolution humaine*. Paris: Albin Michel.
- FONSECA, Luís Adão da, 1978 – *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona: EUNSA.
- FONSECA, Luís Adão da, 1986 – *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- FONSECA, Luís Adão da, 1987 – *O Essencial sobre Bartolomeu Dias*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- FONSECA, Luís Adão da, 1988 – “O papel de Granada no horizonte da política peninsular portuguesa em meados do século XV” in SEGURA GRAIÑO, Cristina (ed.) – *Relaciones Exteriores del Reino de Granada* [IV Colóquio de Historia Medieval Andaluza]. Almeria: Instituto de Estudios Almerienses, p. 383-392.
- FONSECA, Luís Adão da, 1991 – *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Lisboa: Edições Inapa.
- FONSECA, Luís Adão da, 1997 – *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo 98 e Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.
- FONSECA, Luis Adão da (ed.), 1998 – *As relações de fronteira no século de Alcanices* (Actas das “IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, Porto, 1997). Porto (separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, IIª série, vol. 15).
- FONSECA, Luís Adão da, 2000 – “O sentido da novidade na Carta de Pero Vaz de Caminha”. *Revista USP*. S. Paulo, n.º 45, p. 38-47.
- FONSECA, Luís Adão da, 2001 – “O horizonte insular na experiência cultural da primeira expansão portuguesa”, in Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal – Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente (Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, 1999), [Lisboa], Universidade dos Açores e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vol. 1, p. 57-93.
- FONSECA, Luis Adão da, 2004 – “A soberania portuguesa no final da Idade Média: a génese da ideia de espaço político descontínuo” in MOTTA, Carlos C. L. Silva; CORREIA, José de

- Matos (ed.) – *Estudos Comemorativos dos 15 Anos da Licenciatura em Relações Internacionais*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, vol. II, p. 127-148.
- FONSECA, Luis Adão da, 2006a – “O Mediterrâneo e a fronteira marítima de Portugal nos séculos XIV-XV” in CAEDDU, Maria Eugénia; MELE, Maria Grazia (ed.) – *Frontiere del Mediterraneo*. Pisa: Edizioni ETS, p. 41-60.
- FONSECA, Luís Adão da, 2006b – “O corso e a guerra naval portuguesa entre o Mediterrâneo e o Atlântico no século XV. O testemunho de Zurara” in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel (ed.) – *La Península Ibérica entre el Mediterraneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV*. Sevilla-Cádiz: Diputación de Cádiz – Sociedad Española de Estudios Medievales, p. 233-254.
- HAYES, Carlton, 1946 – “The American Frontier – Frontier of What?”. *American Historical Review*, 50, n.º 2, p. 199-216. Disponível em: <http://www.historians.org/INFO/AHA_History/cjhhayes.htm> [consult. 15 de Abr. 2009].
- IRIA, Alberto, 1956 – *Descobrimientos Portugueses. O Algarve e os descobrimentos*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956, Tomo I.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel, 1997 – “La formación de la frontera de Portugal en los siglos XII y XIII y el Tratado de Alcañices (1297)”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo CXCIV, cuaderno III, p. 425-458.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1987 – *Historia Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, vol. 1.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1989 – “A política atlântica de D. João II e o Mediterrâneo” in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época* (Porto, 1988). Porto: CNCDP, vol. 1, p. 387-403.
- MARQUES, João Martins da Silva, 1944 – *Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- MATTOSO, José, 1987 – “As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio” in *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, p. 84-89.
- MAURO, F., 1988 – *A expansão europeia*. Lisboa: Estampa.
- MONUMENTA HENRICINA, 1960. Coimbra, vol. 1.
- PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor, 2005 – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SALDANHA, António Vasconcelos, 1990 – “Conceitos de espaço e poder e seus reflexos na titulação régia portuguesa da época da expansão” in *Actes de La découverte, le Portugal et l'Europe* (Paris, 1988). Paris: Fundação C. Gulbenkian, p. 105-129.
- SALDANHA, António Vasconcelos, 1997 – *Iustum Imperium, dos tratados como fundamento do Império dos portugueses no Oriente. Estudo de história do direito internacional e do direito português*. Lisboa.
- TRATADO [O] de Alcanices e a importância histórica das Terras de Riba Côa, 1998 (Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol, 1997). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- TURNER, Frederick Jackson, 1893 – *The Frontier In American History*. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~HYPER/TURNER/home.html>> [consult. 27 de Jul. 2007].
- ZURARA, Gomes Eanes de, 1978 – *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- ZURARA, Gomes Eanes de, 1992 – *Crónica da tomada de Ceuta*. Lisboa: Publicações Europa-América.

NOTAS

- ¹ Texto apresentado no colóquio *La Presence Portugaise au Maroc et ses influences*, organizado pela Comissão do Património da Academia do Reino de Marrocos (Safi, 2004.10.07-09.). Aproveito grande parte do que escrevi em publicações anteriores: FONSECA, 2004; FONSECA, 2006a.

- 2 Esta expressão encontra-se, por exemplo, em CHAUNU, 1969: 67 (onde fala do *plus méditerranéen des Atlantiques*; CHAUNU, 1969: 88) e em MAURO, 1988: 49 (onde fala do *Mediterrâneo do Atlântico Oriental*). Cfr. BRAUDEL, 1983: 250-256.
- 3 FEBVRE, 1970: 390.
- 4 MATTOSO, 1987: 84-89.
- 5 Sobre este tema, vejam-se: LADERO QUESADA, 1997; *Tratado [O] de Alcanices e a importância histórica das Terras de Riba Côa*, 1998; FONSECA, 1998.
- 6 *Monumenta Henricina*, 1960, doc. 61-62, p. 97-119.
- 7 *Monumenta Henricina*, 1960, doc. 71, p. 135-139.
- 8 IRIA, 1956: 130 e 158. A este propósito, é interessante referir as palavras com que o Sumo Pontífice, na bula de 1341 *Gaudemus et exultamus*, faz referência à política régia lusitana de criar uma força naval permanente: *Que el-rei de Portugal D. Dinis, teu pai, de clara memória, que entre os teus progenitores foi dos mais circunspectos na acção e um acérrimo perseguidor dos ditos inimigos, considerando que o dito reino do Algarve está na fronteira e vizinhança dos ditos inimigos, e que seria mais fácil a guerra e de maior dano para os adversários se estes fossem atacados por mar em galés e outros barcos próprios por pessoas desstras na arte da guerra por mar, mandou chamar de longes terras para o seu reino um homem conhecedor das coisas do mar e da guerra naval, e nomeou-o almirante dos seus reinos com grande soldo [refere-se ao genovês Manuel Pessanha], o qual mandou construir galés e outros navios apropriados, e tornou a gente portuguesa tão experimentada e audaz nas coisas pertencentes à guerra naval, pela prática e exercício delas que dificilmente se poderia então encontrar outro povo mais competente não só para a defesa dos ditos reinos, mas também para a vigorosa repulsão dos ditos inimigos* (*Monumenta Henricina*, 1960, doc. 84, p. 180. A transcrição está feita segundo a versão publicada por MARQUES, 1944: 71).
- 9 PIZARRO, 2005: 72-80; 101-124; 164-171; 185-187.
- 10 Sobre este tratado, veja-se o que escrevi em FONSECA, 1986.
- 11 ZURARA, 1992: 52.
- 12 Veja-se o que escrevi em FONSECA, 1991 e em FONSECA, 1997: 261-270.
- 13 A este propósito, importa ter presente que, paralelamente, Granada, ou seja, Málaga, foi nestes anos um ponto de interesse importante para a política portuguesa. Existem, por exemplo, vários textos onde se defende a sua conquista pelo rei lusitano (FONSECA, 1988).
- 14 FONSECA, 1978.
- 15 MACEDO, 1989: 388.
- 16 FONSECA, 2006b.
- 17 FONSECA, 1987.
- 18 FONSECA, 2001.
- 19 MACEDO, 1987: 389.
- 20 MACEDO, 1989: 397-398.
- 21 [C]om o poder marítimo no Atlântico Sul, o Mediterrâneo constituía ainda a área principal para o escoamento das riquezas de que Portugal dispunha, volta a escrever MACEDO, 1989: 401.
- 22 Cfr. FONSECA, 2000.
- 23 SALDANHA, 1997: 149 (cf. SALDANHA, 1997: 81, assim como as observações do mesmo autor em SALDANHA, 1990: 105-129). A noção de equilíbrio é sublinhada por MACEDO, 1987: 80-84.
- 24 TURNER, 1893.
- 25 BISHKO, 1955.
- 26 HAYES, 1946.
- 27 BARROS, 1945: 227.
- 28 SALDANHA, 1997: 81.
- 29 ZURARA, 1978: 318-319.
- 30 SALDANHA, 1997: 149.

MEDINA DEL CAMPO-ALMEIRIM: UNA PAZ ANHELADA Y PERMANENTEMENTE AMENAZADA

Vicente Ángel Álvarez Palenzuela

El 30 de octubre de 1431, en Medina del Campo, Castilla y Portugal firmaban una paz¹ largamente anhelada, en especial por parte del monarca portugués, que era ratificada en Almeirim el día 27 de enero de 1432². La paz ahora firmada había sido precedida por un acuerdo de treguas, firmado en Majano el 19 de julio de 1430, entre Juan II de Castilla, y Alfonso V de Aragón y Juan de Navarra. En conjunto, pueden dar la falsa impresión de clausurar definitivamente los enfrentamientos que Castilla mantiene con Portugal, de hondas raíces, y con Aragón y Navarra, mucho más reciente.

No es así. Para Alfonso V las treguas de Majano son apenas un paréntesis de nula utilidad, salvo la de permitirle un protagonismo secundario; su verdadero objetivo es mantener la guerra en Castilla por medio de sus hermanos, aunque aclarando que no es una acción contra su rey, sino contra los responsables de las hostilidades, y ampliar el alcance de la misma, obteniendo la alianza de Portugal, para lo que contaba con su hermana Leonor, un verdadero agente *aragonés* en la corte portuguesa³.

La paz entre Castilla y Portugal era para Juan I el logro de una honda aspiración, la consolidación de su dinastía, pero era también un medio de impedir un éxito demasiado rotundo de Juan II sobre los Infantes de Aragón, entre los que había intentado actuar como árbitro, sin éxito⁴; también para Duarte era imprescindible la paz, pero no menos el apoyo a los aragoneses. Para el monarca castellano, en particular para Álvaro de Luna, la paz era el medio de contrapesar la influencia aragonesa en Portugal e impedir un apoyo portugués a los proyectos aragoneses. Para Alfonso V esa paz no debía ser obstáculo a sus proyectos hostiles a Castilla. Menos aún lo era para sus hermanos Enrique y Pedro, que sostenían su resistencia a los acuerdos de Majano en sus fortalezas de Extremadura; no eran simples rebeldes a unos acuerdos perjudiciales para ellos, sino agentes de una política de mayor envergadura, siempre dirigida por su hermano mayor.

Estos condicionantes⁵ y los profundos y violentos cambios que experimenta en los años inmediatos la situación política castellana y portuguesa hacen que la paz de Medina del Campo-Almeirim, que constituye el punto de referencia de las relaciones castellano-portuguesas durante el siglo XV, se vea severamente amenazada en numerosas ocasiones.

LOS INFANTES DE ARAGÓN EN EXTREMADURA

Enrique y Pedro, Infantes de Aragón, refugiados en su fortaleza de Alburquerque, en buena comunicación con Portugal, prosiguen su resistencia, al margen de las treguas de Majano e intentan provocar el levantamiento de la nobleza castellana contra la *tiranía* de don Álvaro, siempre de acuerdo con las orientaciones de su hermano. La reacción del Condestable, con apoyo pontificio⁶, que supone la prisión o exilio de algunos nobles, la deposición de algunos eclesiásticos⁷ y la del propio infante Enrique como maestre de Santiago⁸, crea un primer obstáculo a la paz entre Castilla y Portugal cuando todavía se está negociando. El fracaso de las negociaciones de Ágreda-Tarazona sobre las indemnizaciones previstas en Majano, a pesar de las moderadas exigencias económicas de Alfonso V y Juan de Navarra, evidente ya en el otoño de 1431, alienta la resistencia de los Infantes en Extremadura y la búsqueda de apoyos en Portugal, a donde irán llegando algunos importantes partidarios⁹.

La resistencia de Enrique y Pedro rebasa el nivel de un conflicto interno de Castilla: implica a Portugal, cuyo apoyo solicitan los Infantes aragoneses, y compromete seriamente sus relaciones con Castilla; si se accede a la ayuda, opción hacia la que se muestran muy proclives los Infantes portugueses, sería muy difícil conservar la paz con Castilla. Ya en enero de 1432, durante su viaje a Portugal para obtener la ratificación de la paz de Medina del Campo, el doctor Diego González Franco tuvo ocasión de contemplar el acopio de armas y pertrechos para los Infantes, advirtió de ello a Juan II y reclamó de Juan I que prohibiese toda ayuda. Así lo hizo el monarca portugués, que, no obstante, prosigue sus contactos con los Infantes aragoneses, si bien es cierto que por intermedio de García Aznar, deán de Tarazona, embajador nombrado meses atrás por Alfonso V con amplios poderes para negociar acuerdos con Portugal¹⁰, que actúa también en representación de los Infantes Enrique y Pedro¹¹.

El apoyo de Juan de Sotomayor, Maestre de Alcántara, constituye el soporte fundamental de la rebeldía de los Infantes aragoneses, a los que en realidad debería haber combatido. Por ello Juan II intenta por todos los medios atraerse al maestre: negociaciones y acuerdos, presiones y empleo de la fuerza militar. Una última negociación mantuvo con Diego González Franco, el diplomático experto en relaciones con Portugal¹², que, apresado por el inconstante Maestre (28, junio, 1432), logró un acuerdo con el sobrino de éste Gutierre de Sotomayor, su liberación, la sustitución del tío por el sobrino en el Maestrazgo y, como esperpéntica conclusión, la prisión del infante Pedro, solo cuatro días después, lo que significaba, de hecho, el fin de la resistencia en Extremadura.

Naturalmente, el infante Enrique clama ayuda de Portugal, único auxilio posible; no sería militar, porque las fuerzas del infante habían quebrado y porque Portugal no desea romper la paz con Castilla, pero sí lo suficientemente eficaz como para salvar los restos del naufragio e intentar llegar a un acuerdo de mínimos, y, desde luego, inmediato. Antes de mediar el mes de julio, Pedro González Malfaia, mayordomo del infante Duarte, un diplomático experto en

asuntos castellanos, que había encabezado la legación que logró la firma de la paz de Medina del Campo, se entrevistaba en Salamanca con Juan II. Muy mesurado en lo referente a los Infantes de Aragón, se limitaba a solicitar seguro de muerte o lesión para el infante Pedro¹³. En su entrevista con Álvaro de Luna, el embajador portugués proponía, como aparente iniciativa personal, la liberación del infante Pedro a cambio de la rendición de todas las fortalezas que obedecían a Enrique¹⁴. La oferta, sometida al Consejo Real, fue aceptada, aunque se exigió ratificación del compromiso por parte del Infante.

Era el momento de que mostrase su eficacia la estancia en Portugal, en los últimos meses, de García Aznar, deán de Tarazona. El 11 de agosto el heredero portugués, en representación de su padre cuya conformidad se compromete a lograr, y de sus hermanos, y el embajador aragonés, en representación de su señor y de los hermanos de éste, firmaban un acuerdo en Torres Novas¹⁵. Esencialmente es un tratado de amistad, que, naturalmente, excluye actos hostiles entre los firmantes; pero lo que realmente se acuerda es que Portugal, sin romper la paz con Castilla, no le ayudará contra los Infantes, antes se esforzará en mantener la paz entre Castilla, Aragón y Navarra. Era el máximo compromiso exigible a Portugal que, con aguda visión de futuro, se garantizaba la vigencia de la paz de Medina del Campo, aunque los Infantes de Aragón lograsen algún poder en Castilla, hecho que, aunque por el momento parecía impensable, cerraba cualquier revisionismo. Para Castilla, el acuerdo de Torres Novas podía ser considerado, precisamente, como una ruptura de las vigentes paces.

Mientras se rendía Alba de Aliste, a finales de agosto, y el propio Enrique tenía un encuentro con tropas reales muy desfavorable para él, prosigue la misión diplomática de Pedro González Malfaia. El 23 de septiembre llega a Ciudad Rodrigo para dar cuenta del compromiso de Enrique de entregar todas las fortalezas a cambio de la liberación de su hermano; ha de volver a entrevistarse con el Infante porque la diplomacia castellana intenta que en el acuerdo se incluya la devolución de las villas castellanas que controlan los reyes de Aragón y Navarra¹⁶. Aunque, con toda lógica, Enrique no puede aceptar tal compromiso, un mes después, siempre mediante el embajador portugués, se firmaba el acuerdo que preveía la liberación del infante Pedro a cambio de la entrega de todas las fortalezas bajo control del Infante Enrique. En los meses siguientes se resolvían los aspectos técnicos: entrega de las fortalezas, tenencia en depósito del infante prisionero por su homónimo portugués, hasta la efectiva entrega de aquéllas, y algunos problemas sobrevenidos, como la inesperada resistencia de Alconchel, que obliga a nuevas intervenciones del experto diplomático portugués¹⁷.

No obstante, Castilla exige garantías de que la paz sigue vigente, porque, a su juicio, se han producido actos contrarios a las mismas. Tal sentido tiene el envío de Juan de Perea y Fernán López de Burgos, que se entrevistan con Juan I a comienzos de noviembre, en Almeirim, ciudad de especial significado para el caso. Allí, el 7 de noviembre, ratificaba el monarca el vigente acuerdo de paz con Castilla y declaraba nulo cualquier acto contra ella, sin duda alusión al pacto de Torres Novas que el monarca no había ratificado¹⁸. También hubieron

de suscribir idéntico juramento los infantes Duarte, Pedro y Enrique¹⁹. A comienzos de la segunda mitad de diciembre de 1432, la total liberación del infante Pedro ponía punto final a un episodio que constituyó el primer obstáculo para el mantenimiento de la paz.

LA REINA LEONOR Y LOS INTERESES ARAGONESES

La llegada al trono de Duarte supone un giro perceptible en las relaciones castellano-portuguesas, acorde con su protagonismo en el pacto de Torres Novas, que su padre desautorizara, y también con la influencia de la nueva reina, Leonor, hermana de los Infantes de Aragón. Inicialmente todo parece una perfecta continuidad de la paz que Juan I se esforzara en lograr. Para deshacer cualquier sombra dejada por los acuerdos de Torres Novas, Duarte envía a Castilla a Pedro González Malfaia y a un hermano de éste, con la misión de confirmar las vigentes paces entre ambos reinos; la propuesta fue aprobada por las Cortes que se celebraban en Medina del Campo, a lo largo de octubre de 1433²⁰.

Sin embargo, Duarte no olvida abogar por sus cuñados, los Infantes de Aragón, y Leonor se apresura a enviar a su capellán mayor, Gabriel Lourenço, para atraer la atención de su hermano Alfonso. En diciembre de ese año, Alfonso V encarga al agente portugués que informe de la situación al rey de Navarra, y que, ya de regreso en Portugal, muestre a Duarte la confianza que el rey de Aragón y sus hermanos tienen en él, y le agradezca su mediación a favor de los Infantes de Aragón, en particular para el logro de la incorporación de éstos a las treguas de Majano. En este asunto Duarte consideraba que tal incorporación permitiría una prórroga de su vigencia, que se extinguía el 25 de julio de 1435, y obtener del monarca castellano una ayuda para el sostenimiento de los Infantes durante la misma²¹.

Alfonso V se muestra muy interesado en lograr una prórroga de las treguas vigentes, de un año, argumentando la distancia a que se halla y la importancia de los asuntos a negociar, y dispuesto a ampliar a dos años dicha prórroga, con apenas dos condiciones: que, entretanto, Juan II financie a los Infantes con al menos 50 florines anuales, y que su hermano Pedro pueda excluir de dicha prórroga al Maestre de Alcántara y demás responsables de su prisión. Pide el monarca aragonés a su hermana que insista ante su esposo en este asunto, dando garantías de la colaboración aragonesa, y que le informe de cuantas iniciativas tome, para actuar conjuntamente. Atento a la coyuntura internacional, comunica que envía embajada al concilio de Basilea, que ha dado a sus embajadores instrucciones para colaborar con los portugueses, y solicita actitud recíproca por parte portuguesa.

Como contrapartida, Duarte ha reclamado a Alfonso V la ratificación del pacto de Torres Novas, prueba de la nueva postura portuguesa, y el pago de la dote de Leonor, todavía no efectuado. El monarca aragonés comunica a Duarte²² la ratificación de dicho pacto, envía 10.000 florines, se excusa de no

haber efectuado hasta ahora el pago, debido entre otras razones a los problemas castellanos, y promete hacerlo en cuanto sea posible. En respuesta a su hermana²³, hace una velada alusión a su sorpresa inicial por lo que él consideró escasa actividad de ella en su favor, le agradece sus gestiones, le comunica la ratificación del tratado, le promete pleno apoyo y le garantiza que no ha pretendido rebajar su dote, que no ha sido pagada por las expresadas dificultades. También agradece Alfonso V a los infantes portugueses Juan, Enrique y Fernando, el apoyo prestado por éstos a sus hermanos, y les remite a la más amplia información del embajador portugués²⁴.

En este indudable acercamiento entre el nuevo monarca portugués y los infantes de Aragón, probablemente ha de ser también tenida en cuenta la donación que Leonor de Aragón, madre de la reina de Portugal, hace a su hija, como parte de la legítima que le corresponderá heredar, de la villa de San Felices de los Gallegos, inquietantemente próxima a la frontera y punto de apoyo en una eventual acción contra Castilla²⁵. No parece demasiado aventurado ver en esta donación un agradecido presente a la posición de Duarte.

No obstante, el nuevo monarca portugués cuida mantener las mejores formas respecto a Castilla. Apenas ocho meses después de la confirmación de la paz entre ambos reinos, en mayo de 1434, enviaba Duarte a Castilla, una vez más, a Pedro González Malfaia y a su hermano con la misión de ofrecer al monarca castellano la gratuita participación portuguesa en la guerra contra Granada²⁶. La propuesta fue rechazada: la negativa ha de estar en relación con la aproximación entre el portugués y los Infantes de Aragón, que indudablemente está irritando al gobierno castellano.

También Alfonso V, que parece a punto de lograr sus objetivos en Italia, trata de mantener buenas relaciones con Castilla para lograr una solución airosa a las demandas de sus hermanos en este reino. En julio de 1435 llega a Segovia Juan de Luna, señor de Illueca, embajador de las reinas María de Aragón y Blanca de Navarra, para solicitar a Juan II la prórroga de las treguas de Majano, que están a punto de extinguirse. El monarca castellano otorga una prórroga hasta el próximo 1 de noviembre²⁷.

La derrota de Alfonso V en Ponza (5 de agosto de 1435), que parecía poner fin a los grandes proyectos aragoneses en Italia, provoca una intensa actividad diplomática. La reina María de Aragón solicita a su hermano Juan II una entrevista para negociar una nueva prórroga de la tregua vigente: el encuentro tuvo lugar en Soria, a partir del 20 de noviembre, en un ambiente de cordial familiaridad, en el que el monarca castellano, además de prolongar la tregua cinco meses más, colmó de regalos a su hermana y le entregó cierta cantidad de dinero para su otra hermana, Catalina, entonces en Zaragoza²⁸. Aunque con cierto retraso, la reina de Aragón comunica la noticia a Duarte, al que pide se interese por este asunto como si fuese propio²⁹. En el mes de noviembre concreta su petición solicitando a Duarte que actúe contra los genoveses y sus bienes en Portugal como medida de presión para la liberación de Alfonso V y de sus partidarios³⁰. Debió obtener éxito en su gestión la reina porque se muestra

satisfecha en las cartas que dirige a su embajador, al que comunica el inmediato regreso del infante Juan y la prórroga de las treguas con Castilla³¹, a Duarte³² y a sus hermanos Enrique y Pedro³³.

Precisamente ahora se atisba un cierto distanciamiento aragonés respecto al infante portugués Pedro, siempre alineado con la posición política de Álvaro de Luna, irreconciliable enemigo de los Infantes de Aragón. Estaba el Infante interesado en el logro de ventajosos matrimonios para sus cuñadas, Juana y Leonor de Urgel; en junio de 1435 había escrito a la reina María con una propuesta de matrimonio de Juana con el conde de Ourem y, solamente en diciembre, recibía una respuesta evasiva de la soberana³⁴; contrasta más aún esta carta con el tono empleado en cartas a Duarte, Leonor³⁵ y al infante Enrique³⁶ para agradecerles su consuelo e interés por la situación de Alfonso V tras el acontecimiento de Ponza. Meses después, le responderá de modo similar acerca del matrimonio de Leonor con el rey de Chipre, quejándose, al mismo tiempo, de lo que califica de ingratitud de Juana³⁷; el propio Alfonso V escribirá a Duarte ponderando el proyecto de matrimonio de ésta con el conde de Nola, al que Duarte ha negado su apoyo, sumándose a la opinión de su hermano Pedro³⁸. En 1438 se niega a tomar bajo su protección la villa de Alcolea de Cinca, dote de Isabel de Urgel, esposa del Infante³⁹.

Otro hecho que, sin duda, repercute en las relaciones luso-castellanas es el tratado de Toledo entre Castilla y los Infantes de Aragón⁴⁰. Constituye un éxito de Álvaro de Luna sobre los Infantes, aunque para el Infante Juan contenga interesantes perspectivas de futuro, y un innegable fortalecimiento del gobierno castellano, ahora exento de preocupaciones aragonesas, en su relación con el portugués, acaso demasiado próximo a aquéllos. De hecho, para evitar la posible generalización de un eventual conflicto, en un momento en que las relaciones castellano-portuguesas parecen deteriorarse severamente, se hizo preciso matizar el tratado de Toledo, declarando incluidos en él al rey y a los infantes portugueses y excluyendo toda obligación de cada una de las partes de ayudar a cualquiera de las otras dos si se produjese un enfrentamiento entre ellas⁴¹.

LAS RECLAMACIONES MUTUAS

En este ambiente, acaso por una cierta posición de fuerza del gobierno castellano tras el tratado de Toledo, o por influencia de la reina Leonor, verdadero agente en Portugal de los intereses aragoneses⁴², indudablemente distanciada ya del Infante Pedro, claramente afecto a la posición de Álvaro de Luna, se plantean dos nuevos problemas en las relaciones luso-castellanas, ambos capaces de crear una situación difícil a la paz entre ambos reinos: por parte portuguesa, las reclamaciones sobre Canarias; por parte castellana, la reintegración territorial de las diócesis castellanas a su situación anterior al Cisma.

En julio de 1436, en un momento de severo enfrentamiento entre Eugenio IV y el concilio de Basilea, llegaba a Bolonia una embajada portuguesa, que

había salido de Lisboa en enero de este año; también se halla en esta ciudad, desde comienzos de este año, una delegación castellana encabezada por Luis Álvarez de Paz y Juan Bocanegra, que van a protagonizar un duro forcejeo diplomático. Los representantes portugueses presentan al Pontífice importantes y audaces peticiones: que se anule la bula que vedaba toda intervención portuguesa en Canarias y se le otorgue la facultad de someter las islas no ocupadas aún por cristianos, alegando que éstas pertenecen a África, territorio cuya conquista fue otorgada a Juan I⁴³; que no se provea ninguna diócesis de su reino sin su consentimiento; y que se unan a la diócesis de Ceuta las rentas y territorios portugueses que fueran de la jurisdicción de las diócesis de Tuy y Badajoz. Estas dos últimas peticiones fueron rechazadas de plano: la relativa al nombramiento de obispos, por osada, aunque se daban garantías de idoneidad y adecuación de quienes fuesen nombrados; el reajuste territorial de las diócesis, por ser contrario a las disposiciones del concilio de Constanza, que ordenara la reintegración a sus diócesis de las tierras desmembradas a causa del Cisma, y porque provocaría la reacción del concilio de Basilea y la protesta castellana⁴⁴.

Sin embargo, la cuestión de Canarias obtuvo favorable acogida. Eugenio IV otorga a Duarte el derecho de conquista y posterior incorporación a Portugal de las islas todavía no sometidas a cristianos, únicas, matiza el Pontífice, a las que se refería la bula que había prohibido las intervenciones portuguesas⁴⁵. Como era previsible, la reacción castellana fue inmediata: antes de dos meses una nueva bula de Eugenio IV precisaba que, al reconocer los pretendidos derechos de Duarte, no se proponía lesionar los intereses del rey de Castilla, que reiteradamente ha manifestado que las Canarias le corresponden por antiguo título y por otras razones, y rogaba al monarca portugués no hiciese nada que pudiese perturbar la paz existente entre ambos reinos⁴⁶.

En efecto, la respuesta castellana no se limita solo al asunto canario, al que desde luego se da máxima importancia, sino que plantea una gran ofensiva diplomática que remueve los fundamentos mismos de las relaciones entre ambos reinos y provoca una reacción portuguesa no menos contundente. En marzo de 1437 Alfonso González de Lemos ha hecho llegar a Duarte información sobre posibles concesiones pontificias a Castilla muy contrarias a los intereses portugueses: que vuelvan a la jurisdicción de Compostela las diócesis portuguesas que habían pertenecido a su provincia eclesiástica y que se reintegren a las diócesis de Tuy, Ciudad Rodrigo y Badajoz los territorios de estas diócesis que habían sido incorporados a diócesis portuguesas; que se niegue a Portugal el derecho a la conquista de África, incluida Ceuta; y que los Maestrazgos de las Órdenes Militares portuguesas sean sometidos a la obediencia de los respectivos castellanos⁴⁷.

Inmediatamente ordena el monarca portugués a don Gómez, abad de Santa María de Florencia, que, en caso de que se confirme la concesión de estas demandas castellanas, requiera al Pontífice que las anule; si se negare, que procure ganar tiempo, que haga ver al Santo Padre que será inevitable la guerra entre Portugal y Castilla, porque piensa defender sus derechos con las armas en

la mano, y que sume sus esfuerzos a los de Alfonso Gómez, el maestro fray Juan de Santo Tomás, el maestro Francisco y los doctores Juan de Beleaga y Gonzalo Anes, que están plenamente al corriente de los deseos del rey.

El 15 de abril, Duarte recibió confirmación, por Alfonso González de Lemos, de que las concesiones habían sido efectivamente otorgadas, aunque los agentes portugueses en la Curia, esgrimiendo el inminente peligro de guerra, habían logrado que la bula fuese puesta en secuestro. De nuevo escribe el monarca al abad de Florencia, el 16 de mayo de 1437: le comunica que ha enviado a Rodrigo Anes de Asnais, canónigo de Évora, portador de una súplica al Pontífice, y le ordena que, siempre de acuerdo con los otros agentes portugueses, presente al Papa los oportunos requerimientos, excluyendo la vía de demanda y cualquier apelación al concilio, del que Portugal, como otros reinos, ha comenzado a tomar distancias. Le envía algunos fragmentos de la paz de Almeirim y la bula de Bonifacio VIII por la que eleva a metropolitana a la diócesis de Lisboa y le da como sufragáneas las de Évora, Guarda y Lamego, hasta entonces dependientes de Compostela, y la de Silves, desgajada de la de Sevilla, e instrucciones para proceder ante el Pontífice y en la Curia⁴⁸: ha de presentar como inevitable la guerra entre Castilla y Portugal, si se hace efectivas las decisiones adoptadas; recordar los largos años de enfrentamiento, los daños derivados de ello y cómo Portugal ha respetado la paz aunque, dice, Castilla diera motivos para romperla; en fin, hacer presente que este enfrentamiento obligará a abandonar la guerra contra los moros, con las consiguientes consecuencias negativas para todos⁴⁹.

En el asunto de la devolución de algunas diócesis a sus antiguas provincias eclesiásticas ha de presentar una negativa absoluta, porque ello supondría intolerables agravios, como que Évora y Lisboa, reducida a obispado, volvieran a depender de la jurisdicción de Compostela, hecho inaceptable. Tampoco ha de aceptar la reintegración a las diócesis de Tuy, Ciudad Rodrigo y Badajoz de los territorios portugueses que en tiempos les pertenecieron: a lo sumo podría aceptar que pasasen a jurisdicción directa del Papa. Si se obtuviese solución favorable, agradecerá al Papa y a los cardenales la decisión, y cuidará que sea destruida la bula, si ya hubiese sido redactada, y retirada del registro, si ya hubiese sido registrada. En caso de decisión contraria, comunicará privadamente al Papa y a los cardenales que el rey de Portugal defenderá sus derechos por las armas, en ningún caso apelará al concilio, e informará a los obispos de Porto y Viseo, que están en el concilio, si viniesen a la Curia.

Un amplio memorando, fechado el mismo día, que deberá hacer llegar el mencionado canónigo de Évora al abad de Santa María de Florencia, contiene agudas y muy personales consideraciones de Duarte en relación con estos problemas, que nos revelan, mejor que cualquier otro documento, la realidad de las difíciles relaciones entre Castilla y Portugal, a pesar de la paz vigente⁵⁰. Someter territorios portugueses a la jurisdicción de castellanos sería ocasión de sufrir graves injusticias, porque “os trautos das pazes nom podem dos coraçoos arrin-
quar tam grande fundamento de odios e malquerenças”, derivados de años de

enfrentamientos; supondría un grave deterioro de la justicia e incremento de la delincuencia, de lo que se deriva destrucción de la tierra, “do que teemos çertamente que aos prellados castellaos pouco pesaria”; impediría de hecho toda apelación, dadas las dificultades y gastos que exigirían; afectaría a la obediencia de los preladados del reino y de otros muchos súbditos; y perjudicaría gravemente a Lisboa, de nuevo sometida a una sede tan distante. En estas condiciones, la guerra sería inevitable porque los castellanos, “... consiirando a grandeza de sua terra e multidooe de sua gente, husam continuadamente de taees maneiras, que sam asaz trabalhosos de soportar”, qué sucedería si contasen con tales ventajas?

La situación actual debe pues permanecer inalterable. Primero para evitar tales daños; segundo, porque un Pontífice no debe anular decisiones de otro, caso de la bula de Bonifacio VIII; tercero, porque Martín V, considerando estas razones, decidió mantener la situación; cuarto, porque la guerra entre Castilla y Portugal dificultaría la defensa de Ceuta e impediría el envío de la proyectada expedición portuguesa a Tánger y la guerra de los castellanos contra Granada; y quinto, porque deben evitarse a toda costa los desastres que acompañan a toda guerra. Estos mismos peligros se agravan en el caso de los territorios de las diócesis de Tuy, Ciudad Rodrigo y Badajoz, por el hecho de ser fronterizos. En cuanto a las Órdenes Militares, la de Avís nunca fue visitada por nadie y sería gran deshonor que lo fuera ahora siendo su Maestre el infante don Fernando; caso similar el de la Orden de Santiago, cuyo Maestre es el infante don Juan, independiente del Maestre castellano desde época de Dionís.

Un mes después, el 25 de junio, informado de la efectiva expedición de la bula de reintegración de territorios portugueses a las citadas diócesis castellanas, escribe nuevamente Duarte al abad de Santa María de Florencia: insiste en los mismos argumentos ya expuestos y en su decisión de sostenerlos por la fuerza, reitera la fidelidad de Portugal al Pontífice, y ofrece la tentadora solución de otorgar las rentas de los territorios en cuestión a los cardenales Branda de Castillione y Lucidio de Comité⁵¹. Dos días después escribe a Antonio Martins de Chaves, obispo de Oporto, embajador ante el concilio, donde se están presentando peticiones castellanas paralelas a las presentadas al Pontífice⁵². Una de ellas, impulsada por el cardenal Juan Cervantes, comendatario de Tuy, sobre reintegración de territorios de esta diócesis; otra, presentada por el Maestre de Calatrava, para que se le autorice la visita de la Orden de Avis⁵³. En cuanto a la primera, el obispo de Oporto debe resaltar que es contraria a la paz de Almerim, insistir en las razones ya conocidas y, apoyándose en su amistad personal con el cardenal, rogarle que retire tal demanda. Sobre la segunda, que considera mera maniobra de agitación, ha de alegar que la Orden es exenta y requerir su retirada por las razones arriba indicadas. Le comunica la posibilidad de presentación de una súplica ante las delegaciones del Concilio, tal como le aconseja el doctor Diego Alfonso Mangancha, solicitando la nulidad del procedimiento por haber sido presentado simultáneamente ante dos jueces diferentes, Papa y Concilio, y que éste se inhiba y lo remita al Pontífice, árbitro acordado por ambos reinos en el tratado de Almeirim.

El mismo 27 de junio se fechan las instrucciones a Rodrigo Anes de Asnais, embajador ante el Pontífice, que deberá actuar según las instrucciones enviadas al abad de Santa María de Florencia, de acuerdo con éste y los demás portugueses en la Curia, silenciando la cuestión de Lisboa, que, según la información recibida, no ha sido planteada por los castellanos. Le encomienda, además, la obtención de dos bulas ya concedidas por Eugenio IV: una, sobre el agrupamiento de las rentas de los numerosos hospitales locales en instituciones más viables, solicitada en su momento por Fernán López de Acedo, y otra, otorgada en el primer año del pontificado del pontífice, que le autoriza la provisión de veinticinco beneficios⁵⁴.

La batalla diplomática en la Curia parece bien orientada para los intereses de Portugal; en septiembre de 1437 el abad de Santa María de Florencia ya había informado a Duarte de que el Pontífice había anulado las bulas otorgadas a Castilla sobre la cuestión de las diócesis⁵⁵. Esa situación induce a Luis Álvarez de Paz a reclamar a Alfonso García de Santa María, que se halla en Basilea al frente de la delegación castellana ante el Concilio, el envío de un informe sobre el asunto de las Canarias, del que es el máximo especialista. El prelado castellano envía un exhaustivo informe⁵⁶, cuyos argumentos ponen punto final al debate sobre las mismas: son castellanas por antiguo derecho, procedente de la legitimidad romana heredada por los reyes godos; por proximidad, porque el norte de África, la antigua Tingitania, pertenece a Castilla; y por primera ocupación, ya que lo fueron en época de Enrique III.

La dura batalla diplomática no concluye en victoria para ninguno de los dos contendientes en la Curia, ni tampoco la que se libra en el seno del concilio ante el que, pese a la reiterada voluntad de Duarte de no hacerlo, se presenta la cuestión desde comienzos de 1438⁵⁷. El encendido debate sostenido ante las diputaciones del Concilio y ante una comisión especial designada al efecto no llegó a conclusión alguna, sino a recomendar que se mantenga la situación actual, no hacer nuevas concesiones a Portugal y pedir a las partes la colaboración en la lucha contra los infieles⁵⁸.

La solución tampoco era satisfactoria para los intereses castellanos. Sin duda por esta razón Juan II decidió el envío de una embajada a Portugal con una reclamación de máximos: devolución a los prelados de Tuy y Badajoz de las iglesias que les fueron arrebatadas en razón del Cisma; que los Maestrazgos de Avis y Santiago de Portugal vuelvan a la obediencia de las Órdenes de Calatrava y Santiago de Castilla y que las elecciones tengan lugar en este reino y sean confirmadas por los respectivos Maestres; y que algunos obispados portugueses vuelvan a la jurisdicción del arzobispo de Sevilla. Al requerimiento acompaña la exigencia de devolución de los buques castellanos tomados por los portugueses⁵⁹. La embajada llegó a Portugal en septiembre de 1438, en el momento en que se produce la muerte de Duarte; las tensiones subsiguientes a la muerte del monarca hicieron pasar a segundo plano la querrela: aunque las peticiones castellanas fueron estudiadas en los primeros meses de 1439, la respuesta fue meramente dilatoria⁶⁰. No es que el problema se resuelva: pasa a segundo plano, sustituido por nuevos factores de tensión.

LA FALLIDA REGENCIA DE LEONOR

La muerte de Duarte introduce cambios radicales en la situación política: abre un enfrentamiento en Portugal, que se manifiesta inicialmente en las Cortes de Torres Novas (noviembre 1438), pese a las cordiales apariencias con que se clausuran, y culmina en las de Lisboa (diciembre 1439-enero 1440); y permite un verdadero intento de asalto al poder de los Infantes de Aragón, tanto en Castilla, donde provocan la caída de Álvaro de Luna, como en Portugal, utilizando como trampolín la regencia de Leonor. Esas tensiones se convierten en una nueva amenaza para la paz entre ambas monarquías.

De modo absolutamente simultáneo, en efecto, los Infantes de Aragón se hacen de nuevo con el poder en Castilla (junio de 1439), que supone el destierro de Álvaro de Luna (octubre), e inician nuevas acciones en Portugal con objeto de sostener a su hermana Leonor en la regencia de este reino. La primera señal es una carta, aparentemente personal, de la reina María de Aragón a la condesa de Barcelos, en respuesta a otra de ésta en la que probablemente le daba cuenta de los primeros enfrentamientos en razón de la regencia⁶¹. En agosto, la reina de Aragón, enterada de las disensiones entre Leonor y el duque de Coimbra y quizá también de la maniobra de éste de renunciar a su cargo de *Defensor do Reino*, escribe a la reina de Portugal pidiéndole noticias del curso de los acontecimientos, que ella misma vincula con los hechos de Castilla⁶².

En octubre de 1439, disipada la ilusión de un acuerdo entre Leonor y el infante Pedro, es el propio Alfonso V quien interviene directamente en este asunto. Por medio de Alfonso de Olivares envía el monarca aragonés a los infantes de Portugal su pésame por el fallecimiento de Duarte⁶³, ocurrido hacía más de un año, y le pedía servicio al nuevo rey, al que también escribe⁶⁴ y a su hermana Leonor. Con gran rapidez el ambiente se torna bélico en las fechas inmediatamente anteriores a las Cortes de Lisboa, como muestran las peticiones presentadas ante ellas por Viseo, para atender a su defensa ante un posible ataque castellano⁶⁵, o la carta de la reina María de Aragón pidiendo al Infante que vuelva a la concordia con su cuñada⁶⁶, o la misiva de Eugenio IV al propio don Pedro, en respuesta a un relato de los acontecimientos hecho por éste, en que le pide moderación y prudencia y le garantiza que no dará credibilidad automática a las informaciones que le envíe la Reina⁶⁷.

Aunque aparentemente los Infantes de Aragón controlaban el poder en Castilla, lo cierto es que Álvaro de Luna dirigía el Consejo a distancia. Esa situación les obliga a contemporizar con la situación en Portugal, a pesar de las quejas de Leonor, que pierde la custodia de sus hijos y se ve apartada de la regencia⁶⁸. Sucesivamente envían a Alfonso Enríquez con la petición de que no se modifiquen los acuerdos de las Cortes de Torres Novas, a lo que se le responde que no se ha hecho otra cosa que quitarle preocupaciones que superan sus fuerzas y entregar el regimiento del reino a quien le correspondía⁶⁹, y al deán de Segovia, que solicita se preste a la Reina el debido acatamiento. En su entrevista con Leonor el deán le aconseja que, dada la situación en Castilla, que impide a

sus hermanos ayudarla eficazmente, simule una postura conciliadora hasta que, modificada la situación, sea posible cumplir sus proyectos en Portugal⁷⁰.

Alfonso V de Aragón tenía un proyecto que permitiría impedir un indeseable enfrentamiento y lograr el control del poder en Portugal: se trata de la misma solución que se había aplicado en Castilla para la regencia de Juan II, compartida por la reina Catalina y el Infante Fernando, en este caso la reina Leonor y el infante Pedro. Es la misión que, en febrero de 1439, confía a Jacobo Gerardi, obispo de Segorbe. Deberá éste informar a la reina María y pedir toda su colaboración, del mismo modo que a sus hermanos Juan y Enrique, y también al rey de Castilla, al que agradecerá la restitución de bienes a sus hermanos; a la reina de Portugal, le comunicará el deseo de concordia y le pedirá que se someta al proyecto; en cuanto al infante Pedro, le manifestará los mejores deseos de concordia y le pedirá su colaboración en cuanto sea de justicia, como a los miembros de la nobleza portuguesa que considere favorables⁷¹.

Muy reveladoras, las instrucciones secretas proporcionadas al obispo de Segorbe. Se trata por todos los medios de lograr la concordia en las mejores condiciones posibles para Leonor, a cuyo efecto ha de actuar de acuerdo con el obispo de Lérida y con los infantes aragoneses. Casi adulator ante el duque de Coimbra, debe insistir en la buena disposición hacia él del rey de Aragón, incluso desautorizando parcialmente a Leonor, que, dada su juventud y desconocimiento de las leyes del reino, ha podido dar motivos para el enfrentamiento, considerando, en fin, que “tal cas es fet de dona”. Todo ello porque el verdadero temor de Alfonso V es que los portugueses repitiendo la decisión que llevó al trono a Juan I, arrebatan el trono a su sobrino homónimo para entregárselo al duque de Coimbra. Si el infante portugués se niega a la concordia, se promoverán desavenencias entre él y sus hermanos y los nobles. En todo caso se procurará que la Reina se instale en lugar que garantice su seguridad y libertad de movimientos, y acompañada de sus hijos⁷².

La reina de Aragón secunda fielmente los proyectos de su marido: expide credenciales para el obispo de Segorbe ante el arzobispo de Braga⁷³ y otros magnates portugueses⁷⁴, así como ante los reyes de Castilla y el Príncipe de Asturias⁷⁵. En septiembre, a punto de ponerse en marcha la iniciativa largamente preparada, escribe a la reina de Castilla⁷⁶, para que actúe de acuerdo con sus hermanos Juan y Enrique, y a éstos, aconsejándoles la organización de la embajada que en nombre de Castilla y de los propios Infantes debe acompañar al obispo de Segorbe, y comunicándoles que García Aznar, obispo de Lérida, que años atrás había negociado la alianza entre Aragón y Portugal, estaba preparado para intervenir nuevamente si la embajada no alcanzaba los objetivos previstos⁷⁷. También escribe a Leonor, que se había quejado de la aparente falta de interés de la reina de Aragón por sus asuntos, para garantizarle su apoyo y darle noticias de las iniciativas que estaban en marcha⁷⁸.

Todavía en septiembre el proyecto sigue siendo lograr un acuerdo entre Leonor y Pedro para el gobierno de Portugal, de acuerdo con las instrucciones que, el 13 de septiembre remite Alfonso V a su esposa pidiéndole el máximo

interés⁷⁹, y las cartas que dirige a los Infantes portugueses mostrando su alegría por la concordia iniciada⁸⁰. Pero el panorama cambia radicalmente en el mes de octubre en que los Infantes de Aragón logran el destierro de don Álvaro de la Corte, en lo que parece ser el final de su vida política, y la celebración del matrimonio del Príncipe de Asturias con Blanca de Navarra, hija del infante Juan. Entonces sale hacia Portugal una embajada castellana encabezada por Alfonso de Aragón, bastardo del infante Juan, y el obispo de Coria para presentar una protesta por las violencias que sufren los castellanos en tierra y mar y por el despojo de Leonor, cuya inmediata restitución exigen⁸¹. La propia embajada reflejaba la división castellana: mientras oficialmente se presentaban estas reclamaciones, el obispo de Coria garantizaba a don Pedro que la embajada no reflejaba el pensamiento de Juan II, ahora sometido a los Infantes, y que nunca se harían efectivas las amenazas expuestas. Naturalmente, el Regente pedía a los embajadores castellanos que abandonaran el reino.

El 31 de octubre la reina Leonor abandonaba Almeirim y se refugiaba en Crato, gesto que podía considerarse una verdadera declaración de guerra; así lo interpreta el infante Pedro, que escribe a las ciudades del reino ordenándoles que se preparen para la guerra⁸². Entonces, quizá con deliberado retraso, llega a Santarém el obispo de Segorbe, nombrado embajador nueve meses atrás. Como era de esperar recibió una agria respuesta del Regente que condicionó cualquier negociación al regreso de la Reina⁸³. Tal como estaba previsto, Alfonso V ponía en marcha ahora la intervención de García Aznar, obispo de Lérida⁸⁴. Casi al mismo tiempo Leonor abandonaba Crato, ante la amenaza de las fuerzas del Infante, entraba en Castilla, y se instalaba en Alburquerque, confiando en una resolutoria acción militar de sus hermanos, en particular de Alfonso.

Nunca regresará a Portugal. No fue posible la intervención militar en Portugal porque, desde enero de 1441, se reanudaba en Castilla una verdadera guerra civil; a pesar de que los Infantes logran reafirmar su poder en junio de este año e imponer un nuevo destierro a don Álvaro⁸⁵, carentes del apoyo directo del rey de Aragón, son incapaces de tomar el poder definitivamente en Castilla e imponer el restablecimiento de su hermana en Portugal. Como en otras ocasiones, Alfonso V ha de limitarse a proferir amenazas de guerra y enviar sucesivas embajadas planteando sus reclamaciones⁸⁶. Así trascurren los próximos meses, con sonoras declaraciones bélicas y duros requerimientos, pero también con la sensación, al menos por parte de Alfonso V y de su esposa, de no estar dispuestos a aventurarse a una guerra⁸⁷. A medida que transcurre el tiempo, se incrementa el desánimo de Leonor, defraudada en sus expectativas de recibir el esperado apoyo⁸⁸, y Alfonso V se limita con mayor claridad a pedir la intervención de Juan II para lograr una solución negociada, primero mediante Juan de Híjar y Berenguer Mercader, después por medio de Luis Despuig, obteniendo siempre las mejores palabras⁸⁹ y a promover un gran movimiento a favor de su hermana⁹⁰.

A lo largo de 1443 los Infantes de Aragón parecen afirmarse en Castilla por medio de los matrimonios de Enrique y Juan con Beatriz Pimentel y Juan Enrí-

quez, respectivamente, y mediante el golpe de estado dado por don Juan. Tales acontecimientos provocan que una parte de la nobleza castellana se sitúe junto a Álvaro de Luna y que se busque el apoyo del duque de Coimbra; don Pedro pondrá severas condiciones para su intervención en Castilla⁹¹, pero actuará en Andalucía para impedir que el infante Enrique se apodere de Sevilla⁹². Parece a punto de producirse una nueva confrontación: de hecho, Alfonso V escribe a su esposa ordenándole que permita la entrada de aragoneses en Castilla porque, según sus informaciones, el Infante don Pedro prepara tropas para atacar a los Infantes⁹³; sin embargo, aunque Alfonso V trata de obstaculizar los proyectos de matrimonio de los hijos del duque de Coimbra⁹⁴, María le escribe en el tono más afectuoso, lisonjero, aunque sin duda falso⁹⁵.

Lo cierto es que ni los Infantes logran controlar la situación castellana, ni la guerra con Portugal parece posible. El propio Alfonso V pide resignación a su hermana⁹⁶ y ordena que se le conceda una pensión⁹⁷, muestra de lo irreversible de su situación, y solicita nuevamente la mediación de Juan II⁹⁸; por su parte, la reina María, que pondrá la máxima diligencia en la gestión de aquella dotación económica para Leonor⁹⁹, reclama prudencia al infante Enrique¹⁰⁰, siempre el menos reflexivo del grupo familiar.

Entonces ya la sensación de derrota es absoluta. En enero de 1445 Leonor envía a Alburquerque a Gabriel Lourenço, su capellán mayor, para que, por medio del conde Arraiolos, negocie una solución con el regente de Portugal que el permita el simple regreso junto a sus hijos, no como reina, sino como hermana menor, entregada simplemente a su benevolencia¹⁰¹. No es posible saber el resultado de una negociación que, al parecer, fue bien acogida por el duque de Coimbra: la muerte de Leonor (19 de febrero de 1445) cerraba un asunto que complicara las relaciones castellano-portuguesas. Un día antes había fallecido en Villacastín la reina María de Castilla¹⁰²; estos luctuosos acontecimientos, y la derrota de los Infantes en Olmedo (19 mayo de 1445), culminada con el fallecimiento del Infante Enrique (Calatayud, 15 de junio) parecen poner fin definitivo a las perturbaciones por ellos protagonizadas. Es el momento de asentar sobre nuevas bases la paz entre Portugal y Castilla.

EL DIFÍCIL EQUILIBRIO DE LA PAZ

Las tropas portuguesas que Juan II pidiera al Regente portugués cuando reunió sus tropas en Ávila, porque sospechaba una posible entrada de tropas aragonesas en favor de los Infantes¹⁰³, y que éste había prometido enviar, no pudieron intervenir en la batalla de Olmedo porque, debido a las previas negociaciones sobre su volumen y pago, entraron en Castilla cuando ya se había producido la derrota de los Infantes. Sin embargo, la expedición que mandaba don Pedro, Condestable de Portugal, hijo del duque de Coimbra, no sería ni mucho menos estéril. Durante la breve estancia de la fuerza expedicionaria portuguesa en Mayorga se cerró el acuerdo para el matrimonio de Juan II e Isabel,

hija del infante portugués Juan, que en 1439 se había mostrado sumamente hostil a la regencia de Leonor: es la muestra del deseo de Álvaro de Luna y del Infante Pedro, ahora indiscutibles gobernantes de Castilla y Portugal, de consolidar una estrecha colaboración entre ambos y volver a los matrimonios entre ambas familias reales como soporte de la paz entre ambos reinos. También fue ocasión para comprobar los profundos obstáculos que se oponían a la paz: a pesar de las disposiciones de Juan II ordenando que se diese la mejor acogida a los portugueses, no faltaron incidentes, incluso con víctimas mortales. El propio rey, que agasajó a los jefes de la expedición, optó por despedirlos tras una breve estancia para evitar los enfrentamientos¹⁰⁴.

Para la política aragonesa era preciso salvar los restos del naufragio, tarea que correspondió a la reina María¹⁰⁵: recuperar a la infanta Juana, que de acuerdo con los deseos de su madre debía vivir bajo la tutela de la reina de Aragón¹⁰⁶, lograr el retorno a Portugal de parte de los servidores de la difunta reina¹⁰⁷, y enviar recursos para aliviar una situación de extrema necesidad¹⁰⁸. A pesar de todo, el rey de Aragón no se da por vencido porque no es fácil la paz en Castilla, donde el Príncipe de Asturias y sus colaboradores Pacheco y Girón van a ser desde ahora un factor de inestabilidad¹⁰⁹, y porque la situación tiene implicaciones internacionales. Él mismo no desaprovecha cualquier pretexto, como dar pábulo al rumor, absolutamente falso, del envenenamiento de Leonor y María, lo que le permite suspender negociaciones en curso con Castilla¹¹⁰, ni abandona la idea de una nueva aproximación a Portugal, donde tampoco es fácil la paz interna, sobre la base de una renovación del pacto de Torres Novas, ahora más claramente orientado contra Castilla¹¹¹. Para esta aproximación cuenta con la mediación que, en enero de 1447, hace oficial el duque de Borgoña¹¹².

En julio de 1447 tenía lugar el matrimonio de Juan II de Castilla e Isabel, punto culminante de la política de colaboración de Álvaro de Luna y el infante Pedro; pero, en los meses siguientes, a pesar de que en mayo de 1448 se consumaba el matrimonio de Alfonso V e Isabel, hija del duque de Coimbra, crecía en Portugal la oposición al regente, encabezada por su hermanastro, el duque de Bragança, y su sobrino, el conde de Ourem¹¹³, a la que no faltó el apoyo aragonés¹¹⁴. Una vez más hemos de subrayar el paralelismo con los acontecimientos castellanos: Álvaro de Luna no espera a ser despedido, como le sucede al Regente portugués, y opta por dar un golpe de Estado, similar al protagonizado por el infante Juan. En realidad solo lograr alargar agónicamente un trágico destino, que se cumple en Alfarrobeira para el infante Pedro (20 de mayo de 1449), y en el cadalso de Valladolid, para el Condestable castellano (3 de junio de 1453).

La nueva situación permite un nuevo incremento de la presencia aragonesa en Portugal¹¹⁵, que trata de lograr una alianza entre ambos reinos para posibles acciones contra Castilla¹¹⁶, cuyo objetivo es, indudablemente, el derribo de don Álvaro. Inevitablemente se aprecia una nueva tensión en las relaciones castellano-portuguesas: se muestra en la concesión de asilo al conde de Benavente¹¹⁷, aunque se le prohíba la actividad bélica y, finalmente, se ordene su expulsión¹¹⁸;

y en las nuevas tensiones en torno a Canarias, desde que el infante Enrique pretende comprar a Maciot de Bethencourt sus derechos sobre Lanzarote¹¹⁹ e impulsa diversas operaciones sobre Canarias de las que se queja reiteradamente Juan II, que considera tales acciones contrarias a la paz vigente¹²⁰.

Desde comienzos de 1451 se inicia un acercamiento del Príncipe de Asturias a Portugal, sin duda auspiciado por Alfonso V de Aragón como un aspecto más de la vieja política de los Infantes de Aragón, de la que es instrumento importante el conde de Benavente¹²¹; es una opción hacia la que va inclinándose la política portuguesa a medida que se confirma la pérdida de poder de Álvaro de Luna¹²². Las negociaciones para el matrimonio del heredero castellano con la infanta Juana alivian tensiones y facilitan el acuerdo sobre los problemas atlánticos; el matrimonio de Enrique, ya rey de Castilla, permite suponer que se ha puesto punto final a las tensiones y se ha logrado la plena garantía de las paces de 1431.

No es así, en realidad: el recrudecimiento de la tensión política interna en Castilla en la segunda mitad del reinado de Enrique IV, los dramáticos avatares del matrimonio de Enrique y Juana y su reflejo más grave, el problema sucesorio, provocan una división interna de Castilla y la intervención de Alfonso V en defensa de los derechos de su sobrina y esposa, la princesa Juana. Esta decisión abre un doloroso paréntesis en el sistema de paz creado en Medina del Campo-Almeirim, pero no supone su final: cuando se reconstruya la paz, en Alcáçovas, ésta se concibe como una renovación de las *paces antiguas* a las que se pretende dar continuidad. En realidad, las bases sentadas en ellas se extienden hasta el tratado de Tordesillas, solución última a los nuevos aspectos que el descubrimiento de nuevas tierras ha añadido al viejo problema de las navegaciones atlánticas.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A., 1992 – *La situación europea en época del concilio de Basilea. Informe de la delegación del reino de Castilla*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”.
- ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A., 2002 – “Enrique, infante de Aragón, maestre de Santiago”. *Medievalismo*, n.º 12, p. 37-89.
- ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A., 2006 – “María, infanta de Aragón y reina de Castilla” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. vol. 4, p. 349-370.
- CARRIAZO, J. de M. (ed.), 1940 – *Crónica de don Álvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago*. Madrid: Espasa Calpe.
- CARRILLO DE HUETE, P., 1946 – *Crónica del halconero de Juan II*, ed. J. de M. CARRIAZO. Madrid: Espasa Calpe.
- LOPE BARRIENTOS, 1946 – *Refundición de la Crónica del Halconero*, ed. J. de M. CARRIAZO. Madrid: Espasa Calpe.
- LOPES, Fernão, 1990 – *Crónica de D. João I*, ed. M. Lopes de ALMEIDA e A. de Magalhães BASTO. Lisboa: Livraria Civilização.

- MORENO, H. Baquero, 1972 – “A expedição enviada pelo Infante D. Pedro ao reino de Castela em 1441”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, n.º 5, p. 59-79
- MORENO, H. Baquero, 1973a – “Carta do Infante D. Pedro aos conselheiros de Barcelona sobre a situação política portuguesa de 1438 a 1440”. *Portugaliae Histórica*. Lisboa, 1, p. 266-272.
- MORENO, H. Baquero, 1973b – *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques.
- MORENO, H. Baquero; FREITAS, I. Vaz de, 2006 – *A Corte de Afonso V. O tempo e os homes*. Gijón: Trea.
- MONUMENTA *Henricina*, 1960-1974. Coimbra: Comisión V Centenario Infante don Henrique.
- NUNES, E. Borges, 1963 – *Dom Frey Gomez, abade de Florença*. Braga.
- PÉREZ DE GUZMÁN, F., 1947 – *Crónica de Juan II, en Crónicas de los Reyes de Castilla*, ed. C. ROSELL. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, vol. 68.
- PINA, Rui de, 1977 – *Crónicas de Rui de Pina*, int. e rev. de M. Lopes de ALMEIDA. Porto: Lello e Irmão.
- SANTARÉM, Visconde de, 1842-1860 – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., 1951 – “El Atlántico y el Mediterraneo en los objetivos políticos de la Casa de Trastámara”. *Revista Portuguesa de História*, t. 5, vol. II, p. 287-307.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., 1960 – *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante don Enrique. 1393-1460*. Madrid: C.S.I.C.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., 2003 – *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y rivalidad. El proceso de construcción de la Corona española*. Madrid: La Esfera de los Libros.
- VALERA, D. de., 1941 – *Memorial de diversas hazañas. Crónica de Enrique IV*, ed. J. de M. CARRIAZO. Madrid: Espasa Calpe.
- ZURITA, J., 1970-1980 – *Anales de la Corona de Aragón*, ed. Angel CANELLAS LÓPEZ. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, CSIC.

NOTAS

- ¹ ANTT – *Livro das Demarcações e Pazes*, fols. 142 y sigs. Pub. *Monumenta Henricina...*, IV, doc. 9.
- ² A.G.S. – *Patronato Real*, leg. 49, 21. Pub. SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960, doc. 49: 183-207. También, *Monumenta Henricina...*, IV, doc. 15.
- ³ Su opinión sobre las treguas, y los proyectos que abriga, quedan claramente expuestos en las instrucciones dadas a Juan Fernández de Híjar, al que envía a Portugal el 15 de octubre de 1430 (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2692, f. 111. *Monumenta Henricina*: III, 158).
- ⁴ Intervino Juan I por medio de sus embajadores Martín González de Ataíde y Nuño Martins da Silveira, que negoció con castellanos y aragoneses entre enero y abril de 1430. El 1 de abril propuso a Alfonso V poner las diferencias en manos del monarca portugués, a lo que accedió el aragonés, aunque con condiciones (ZURITA, 1970-1980, tomo 3, libro 13, cap. 63. SANTARÉM, 1842-1860: I, 306-307). La firma de las treguas de Majano, sin previa comunicación ofendió al soberano portugués (SANTARÉM, 1842-1860: I, 309-310).
- ⁵ Aunque ambas partes desean la paz, las dificultades que es preciso superar son tales que en su propio texto se prevé que se mantenga su vigencia aunque por una de las partes se incumpla alguno de los capítulos de la misma. Vid. Paz de Medina del Campo, art. 15; paz de Almeirim, cap. 14. *Monumenta Henricina*: IV, 42-43; IV: 79, respectivamente.
- ⁶ Martín V otorgó licencia para proceder contra miembros de las Órdenes Militares y eclesiásticos, el 16 de mayo de 1431, A.V. – Reg. Vat. 370, f. 118r-119v, y el 25 de mayo del mismo año. A.V. – Reg. Vat. 370, f. 83r.

- 7 El obispo de Coria fue depuesto el 25 de septiembre de 1431 (A.V. – Reg. Vat. 365, f. 51r-52r).
8 24 de enero de 1431 (CARRILLO DE HUETE, 1946: 86-87).
- 9 En mayo de 1432 zarpa de Alicante la infanta Catalina, con cinco galeras y una nao, para reu-
nirse en Portugal con su esposo, el infante Enrique (ÁLVAREZ PALENZUELA, 2002: 73).
10 1431, abril, 17. Barcelona. ANTT – Gaveta 18, mazo 4, n. 19. SANTARÉM, 1842-1860: I,
310-311.
- 11 El 2 de mayo de 1432, en Elvas, le otorgan poderes para negociar con Juan I y sus hijos
(ANTT – Gaveta 18, mazo 4, n. 19. SANTARÉM, 1842-1860: I, 318. *Monumenta Henri-*
cina: IV, doc. 22).
- 12 Sobre la actitud del Maestre y su prisión y la del infante Pedro, ÁLVAREZ PALENZUELA,
2002: 73-77. Amplio relato de estos acontecimientos, PÉREZ DE GUZMÁN, 1947, 1432,
caps. XI-XII: 507-508 y sigs.
- 13 CARRILLO DE HUETE, 1946, cap. 130: 133-134. LOPE BARRIENTOS, 1946: cap. 77,
136. SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960: 49.
- 14 CARRILLO DE HUETE, 1946, cap. 131: 134. LOPE BARRIENTOS, 1946, cap. 77: 136-137.
- 15 ANTT – Gaveta 18, mazo 4, n. 19. SANTARÉM, 1842-1860: I, 318-319 (muy resumido).
Monumenta Henricina: IV, doc. 33 (texto completo). Insertas en el documento se hallan las
confirmaciones de los infantes portugueses Pedro (Leiria, 22 de agosto de 1432), Fernando,
(Atouguia, 28 de agosto, *Monumenta Henricina*, IV, doc. 37) y Juan, (Alcácer do Sal, 22 de
septiembre, *Monumenta Henricina*: IV, doc. 38), y de Juan de Navarra (San Mateo, 29 de
junio de 1433, *Monumenta Henricina*: IV, doc. 63).
- 16 CARRILLO DE HUETE, 1946, cap. 143: 141. LOPE BARRIENTOS, 1946, cap. 81: 142.
17 Vid. SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960: docs. 54-57, 60, 63.
- 18 A.G.S. – Patronato Real, leg. 49, f. 23. SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960: doc. 51: 207-209.
- 19 A.G.S. – Patronato Real, leg. 49, f. 22. SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960, doc. 52: 210-213.
- 20 LOPE BARRIENTOS, 1946, cap. 69: 126. Fue pregonada el día 31 de octubre. El cronista
subraya que la reina de Portugal es hermana de la castellana, a modo de argumento de paz,
y la buena recepción otorgada al embajador portugués.
- 21 1435, diciembre, 15. Palermo. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2693, f. 147 v. *Monumenta*
Henricina: IV, doc. 105.
- 22 1435, diciembre, 17. Palermo. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2693, f. 148v. *Monumenta*
Henricina: IV, doc. 106.
- 23 Con idéntica fecha, A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2693, f. 149 r. *Monumenta Henricina*:
IV, doc. 107.
- 24 A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2689, f. 182v. *Monumenta Henricina*: IV, doc. 108.
- 25 1434, abril, 7. Monasterio de Santa María de las Dueñas. Medina del Campo. ANTT –
Gaveta 17, mazo 7, n. 20. *Monumenta Henricina*: V, doc. 1. SANTARÉM, 1842-1860: I,
320-321.
- 26 SANTARÉM, 1842-1860: I, 321. *Monumenta Henricina*: V, doc. 15. CARRILLO DE
HUETE, 1946, cap. 144: 160.
- 27 ÁLVAREZ PALENZUELA, 2002: 78.
- 28 PÉREZ DE GUZMÁN, 1947 [1435], cap. 11: 526-527. CARRILLO DE HUETE, 1946: 221.
29 1435, septiembre, 7. Valencia. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2975, f. 171v. *Monumenta*
Henricina: V, doc. 85.
- 30 La reina escribe a Duarte desde Soria, a donde se ha trasladado para la entrevista con Juan
II (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3176, f. 72v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento,
doc. 100). En el mismo sentido escribe a su cuñada Leonor (A.C.A. – Cancillería Real, reg.
3176, f. 72v-73r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 101); además, envía a Felipe
Boil como embajador para lograr la adopción de estas medidas (A.C.A. – Cancillería Real,
reg. 3176, f. 73r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 99).
- 31 A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3176, f. 80v-81r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento,
doc. 102.

- ³² A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3176, f. 80r-80v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 103.
- ³³ A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3176, f. 80v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 104.
- ³⁴ 1435, diciembre, 5. Monzón. La reina explicaba que no correspondía a ella, sino a su marido el Rey, ocuparse del matrimonio de Juana, que, además, había recibido otras ventajosas propuestas (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3176, f. 85v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 106).
- ³⁵ 1435, diciembre, 21. Monzón. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2975, f. 182r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 108, y 1436, enero, 30. Monzón. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2985, f. 39v. *Monumenta Henricina*, XV, suplemento, doc. 109. A la reina Leonor le comunica que hará exequias por su madre, y el matrimonio de Juana de Urgel con el conde de Foix.
- ³⁶ 1435, diciembre, 14. Monzón. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3176, f. 90v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 107.
- ³⁷ 1437, febrero, 1. Barcelona. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2988, f. 114r-114v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 115. El 15 de mayo de 1436 la Reina había comunicado al infante Pedro la muerte del conde de Foix, a los diez días de haber contraído matrimonio con Juana de Urgel. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2988, f. 7r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 111.
- ³⁸ 1438, mayo, 18. Capua. El monarca aragonés afirma que se trata de un matrimonio ventajoso y que la negativa de la novia se debe a “siniestras informaciones” (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2695, f. 120r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 119). También escribe al infante Pedro, en términos similares; en este caso recuerda, con evidente ironía, que ya se negó a un matrimonio con el rey de Chipre, alegando que este reino estaba muy lejos de Aragón (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2695, f. 120v-121r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 120).
- ³⁹ 1438, abril, 16. Barcelona. El Infante se lo había pedido en el mes de enero; la Reina se niega alegando que es el Infante Juan el gobernador de Aragón (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3177, f. 4r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 118).
- ⁴⁰ ÁLVAREZ PALENZUELA, 2002: 79.
- ⁴¹ 1437, marzo, 7. Valencia. Al confirmar el tratado de Toledo don Enrique, infante de Aragón, invoca el tratado de Torres Novas, por él ratificado en Arronches (17.XI.1432), y recuerda la omisión de la parte portuguesa en el tratado que ahora confirma. Por esta razón se les incluye ahora y se especifica la condición indicada (ANTT – Gaveta 15, mazo 23, n. 14. *Monumenta Henricina*: VI, doc. 13).
- ⁴² Los contactos entre Aragón y Portugal son intensos e incluyen siempre el protagonismo de la reina Leonor. En las semanas inmediatas al tratado de Toledo, la reina María de Aragón responde por medio de Álvaro Gonçalves, capellán de Leonor, a determinadas cuestiones de interés para ambos reinos, que ha de tratar con Duarte, Leonor y el infante Pedro (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2988, f. 86v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 112).
- ⁴³ En su petición hace una somera historia de la presencia portuguesa en algunas de las Canarias habitadas por paganos, de su arribada forzosa a otras en que había presencia de cristianos, donde se produjeron algunos incidentes que minimiza, y de la obtención de una bula por el obispo de las islas prohibiendo toda acción portuguesa en ellas (Bib. Apost. Vat. Cod. Lat. 1932, f. 99. *Monumenta Henricina*: V, doc. 129).
- ⁴⁴ 1436, agosto, 31. Bolonia. A.V. – Reg. Vat. 359, f. 305. *Monumenta Henricina*: V, doc. 130.
- ⁴⁵ 1436, septiembre, 15. A.V. – Reg. Lat. 336, f. 189r-189v. *Monumenta Henricina*: V, doc. 137.
- ⁴⁶ 1436, noviembre, 6. Bolonia. A.V. – Reg. Vat. 359, f. 157v. *Monumenta Henricina*: V, doc. 144. y A.V. – Arm. XXXI, vol. 54, f. 747. (copia de 1630). *Monumenta Henricina*: V, doc. 143.
- ⁴⁷ 1437, marzo, 23. Santarém. Instrucciones remitidas al abad de Florencia a las que, dice Duarte, se incorpora una súplica al Pontífice (*Monumenta Henricina*: VI, doc. 13).
- ⁴⁸ El 11 de julio de este mismo año le envía, además, un traslado de la bula por la que Boni-

- facio VIII había eximido a la Orden de Avis de visita por la Orden de Calatrava. Le pide que solicite ratificación o la concesión de nueva exención con dependencia directa de la Sede Apostólica (*Monumenta Henricina*: VI, doc. 43).
- 49 *Monumenta Henricina*: VI, doc. 23.
- 50 *Monumenta Henricina*: VI, doc. 24.
- 51 1437, junio, 25. *Monumenta Henricina*: VI, doc. 36.
- 52 1437, junio, 27. Lisboa. *Monumenta Henricina*: VI, doc. 37.
- 53 Súplica de 3 de julio de 1436, *Monumenta Henricina*: V, doc. 124.
- 54 *Monumenta Henricina*: VI, doc. 38.
- 55 1437, septiembre, 12. Ruy Galvao, secretario de Duarte, escribe al abad acusando recibo de su carta (*Monumenta Henricina*: VI, doc. 61).
- 56 A.G.S. – Estado. Francia. Leg. K-1711, fols. 131r-146v. Estudio detallado sobre el contenido de este informe (ÁLVAREZ PALENZUELA, 1992: 87-91).
- 57 ÁLVAREZ PALENZUELA, 1992: 92-95.
- 58 30 de mayo de 1438. Fallo de la *Comisión de Doce*. La carta remitida a Duarte en A.G.S. – Estado. Francia. Leg. K-1711, fols. 514v-515v.
- 59 SANTARÉM, 1842-1860: I, 324.
- 60 SANTARÉM, 1842-1860: I, 325.
- 61 A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3002, f. 71r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 125.
- 62 1439, agosto, 21. Zaragoza. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3002, f. 96r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 126.
- 63 A.C.A. – Cancillería Real, registro 2651, f. 133. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 8.
- 64 A.C.A. – Cancillería Real, registro 2651, f. 133v. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 9.
- 65 La ciudad pide ayuda económica a las Cortes, que la conceden, para realizar obras urgentes de fortificación, aprovechando las torres con que cuenta, con objeto de hacer frente a un posible ataque castellano (ANTT – Cancillería de Alfonso V, liv. 2. f. 22v. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 21).
- 66 1439, diciembre, 18. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3007, f. 31rr. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 128.
- 67 1440, enero, 15. A.V. – Reg. Vat. 367, f. 142. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 33.
- 68 PINA, 1977 – *Crónica de don Alfonso V*, cap. 53. SANTARÉM, 1842-1860: I, 325.
- 69 El embajador visita a la Reina en Sintra y le promete todo el apoyo de sus hermanos. SANTAREM, 1842-1860: I, 325.
- 70 PINA, 1977 – *Crónica de don Alfonso V*, cap. 53. SANTARÉM, 1842-1860: I, 326-327.
- 71 1440, febrero, 22. Gaeta. A.C.A. – Cancillería Real, registro 2694, f. 170v-171v. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 44.
- 72 A.C.A. – Cancillería Real, registro 2696, f. 32v-34v. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 45. El embajador recibió, además, credenciales ante el infante don Juan, los condes de Barcelos, Ourem y Arraiolos, el obispo de Évora, Pedro Eanes Lobato, Vasco Fernandes Coutinho, el mariscal de Portugal, el arzobispo de Braga, el capitán Alvaro Vasques de Almada y los ciudadanos de Lisboa (A.C.A. – Cancillería Real, registro 2694, f. 171v-172r. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 46).
- 73 1440, mayo, 26. Lérida. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3002, f. 180r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 129.
- 74 Con idéntica fecha, dirigida a los infantes portugueses Juan y Pedro, a los condes de Barcelos y Arraiolos, y a los ciudadanos de Lisboa (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3002, f. 181r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 130).
- 75 También en esta fecha (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3007, f. 114v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 131).
- 76 1440, septiembre, 12. Valencia. Credencial a favor de Diego de Saldaña que viene de Nápoles con decisiones de Alfonso V sobre la suerte de Leonor (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3011, f. 8r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 132).

- 77 Con esta misma fecha recomienda a los Infantes que acompañen al obispo de Segorbe mosén Luis Aguilo y un doctor castellano (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3011, f. 8v-9r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 133).
- 78 Carta con la misma fecha (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3011, f. 185v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 134).
- 79 1440, septiembre, 13. Gaeta. Sobre este mismo asunto se ha puesto en contacto con nobles portugueses partidarios de Leonor, por medio de Vasco de Gouveia (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2651, f. 156r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 135).
- 80 A.C.A. – Cancillería Real, registro 2651, f. 156v. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 106. En el mismo sentido escribe al conde de Barcelos, A.C.A. – Cancillería Real, registro 2651, f. 156v. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 107, y a numerosos miembros de la nobleza portuguesa: Nuño de Gois, prior de Crato; Fernando de Castro, Gonzalo Pereira, Juan Álvares Pereira, Álvaro Pires de Távora, Leonel de Lima, Martín Vasques da Cunha, Juan Dossem, el arzobispo de Braga, Luis Álvares de Sousa, Alfonso Nogueira, Fernando Afonso, Fernando de Cascais y Alfonso de Cascais (A.C.A. – Cancillería Real, registro 2651, f. 157. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 108).
- 81 Descripción de las peripecias de la embajada en Ruy de Pina, *Crónica de don Alfonso*, cap. 62, p. 304. SANTARÉM, 1842-1860: I, p. 330.
- 82 1440, noviembre, 1. En ese sentido escribe a Coimbra (A.C.M.C. – Cartas originais dos Infantes, 60. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 113), a Lisboa (A.H.C.M.L. – cód. 18 (Livro 2º dos reis D. Duarte e D. Afonso V), doc. 22. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 114), y, con fecha 2 de noviembre, al obispo de Coimbra para que colabore en su defensa (A.C.M.C. – Cartas originais dos Infantes, 61. *Monumenta Henricina*: VII, doc. 115).
- 83 PINA, 1977 – *Crónica de don Alfonso V*, cap. 53. SANTARÉM, 1842-1860: I, 332-333. El embajador visitó a la reina en Crato, pero no logró su regreso.
- 84 1440, diciembre, 26. Se expiden credencial a favor del obispo ante el Regente, los infantes portugueses Juan y Enrique y la reina Leonor (A.C.A. – Cancillería Real, registro 2651, f. 134r-135v. *Monumenta Henricina*: VII, docs. 121-125).
- 85 El destierro de don Álvaro provoca, a instancias del maestre de Alcántara, Gutierre de Sotomayor, el envío de tropas por parte del infante Pedro. Las operaciones se limitan a la toma de Montánchez, el abastecimiento de los castillos de Benquerencia y Magacela y la destrucción de Zalamea (MORENO, 1973b: 209-211).
- 86 También reclamaciones de Juan II, en realidad de los Infantes de Aragón: 1441, septiembre, 20. Juan II comunica a Murcia preparativos bélicos contra Portugal si no se atienden sus reclamaciones (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960: 56. Pub. doc. 66: 274-275). En enero de 1442 una nueva embajada presentaba un ultimátum a don Pedro, al que éste, con el respaldo de las Cortes de Évora, respondía con la firme negativa al regreso de Leonor, pero ofreciendo una indemnización.
- 87 Solo un año después de su exilio en Castilla, escribe María de Aragón a Leonor, asegurándole que le habrá escrito antes, si lo hubiera sabido, y deseándole lo mejor en su asuntos. No es preciso subrayar lo inverosímil de esta carta (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3011, f. 185v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 140).
- 88 1442, enero, 11. La reina de Aragón ofrece todo su apoyo a Leonor y le pide noticias de su convalecencia, informada de que se halla muy deprimida (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3011, f. 192r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 142). En diciembre de este año vuelve a escribirle, sorprendida, dice, de que sus hermanos no hagan más por ella (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3269, f. 54r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 147).
- 89 El 10 de marzo de 1443 entrega Luis Despuig una carta a Juan II reclamándole una efectiva intervención; con cierta altanería, Alfonso V deja entrever que, en caso contrario, tendrá que dejar Nápoles y encargarse personalmente del asunto (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2934, f. 85r-87r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 149). El 16 de abril responde Juan II al embajador aragonés que está negociando con embajadores portugueses una solución

- para Leonor, de acuerdo con los deseos de ésta y de sus hermanos (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2934, f. 88r-92r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 150).
- ⁹⁰ 1443, marzo, 28. Nápoles. Deslizándose siempre la idea de un próximo retorno a la Península, Alfonso V, por medio de Pedro de la Panda, pide ayuda para Leonor a Juan II, nuevamente, a los infantes Juan y Enrique y a altos personajes castellanos: el Príncipe de Asturias, la reina María, Pedro de Velasco, conde de Haro; Diego Gómez de Sandoval, conde de Castro; Íñigo López de Mendoza, Alfonso Pimentel, conde de Benavente; Diego Manrique, Adelantado Mayor de Castilla; Pedro de Estúñiga, conde de Plasencia; Álvaro de Luna, Gutierre Álvarez, arzobispo de Toledo; Fernán Álvarez, conde de Alba; y Fadrique Enríquez, almirante (A.C.A. – Cancillería Real, registro 2652, fols. 39v-41r. *Monumenta Henricina*: VIII, docs. 16-18).
- ⁹¹ 1444, febrero, 13. Évora. Esencialmente, pide garantías que impidan un cambio de alianzas, el control militar y político de la situación y recursos económicos para el desarrollo de las eventuales operaciones militares (ANTT – Corpo Cronológico, parte 2, mazo 239, doc. 12. *Monumenta Henricina*: VIII, doc. 77).
- ⁹² 1444, febrero, 15. Évora. Envía una embajada a Enrique para comunicarle que ha tomado a la ciudad de Sevilla bajo su protección y que debe retirarse de ella (ANTT – Corp. Chron. P.1, mazo 1, doc. 16. V. de SANTARÉM, 1842-1860: I, 340-341. *Monumenta Henricina*: VIII, doc. 81).
- ⁹³ 1444, marzo, 24. Nápoles. A.C.A. – Cancillería real, registro 2698, f. 57r-57v. *Monumenta Henricina*: VIII, doc. 90.
- ⁹⁴ 1444, marzo, 26. Instrucciones de Alfonso V a sus embajadores ante Eugenio IV, Berenguer de Erill y Bautista de Platamone, para que impidan que el Pontífice conceda dispensa para el matrimonio de una hija del duque de Coimbra con el rey de Portugal, o que la anule si ya la ha concedido (A.C.A. – Cancillería real, registro 2698, f. 46r. *Monumenta Henricina*: VIII, doc. 93).
- ⁹⁵ 1444, febrero, 3. Valencia. Aunque María confiesa sentirse perpleja por el trato dado a Leonor, garantiza que tiene la mejor disposición hacia el duque y en modo alguno tiene hacia él sentimientos hostiles (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3185, f. 85r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 152).
- ⁹⁶ 1444, julio, 6. Es la recomendación que le hace por medio de su embajador Luis Despuig, con el argumento de que pronto se resolverán sus problemas (*Monumenta Henricina*: VIII, doc. 124).
- ⁹⁷ 1444, julio, 2. Alfonso V ordena a la reina María que se conceda a Leonor una pensión anual de 5.000 florines mientras esté privada de sus rentas (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3141, f. 102v-104v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 154).
- ⁹⁸ 1444, agosto, 26. Luis Despuig desarrolla, con ese objetivo, su segunda embajada en Castilla (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2934, f. 92v-95r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 156). La respuesta del monarca castellano, llena de buenas palabras, achaca el fracaso de sus gestiones a la actuación de Enrique y Juan (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2934, f. 96r-101r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 154).
- ⁹⁹ 1444, agosto, 3. Valencia. La reina María comunica a Leonor la asignación económica decidida por su hermano y lamenta el desplome de todas las posiciones de los Infantes de Aragón en Castilla (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3188, f. 123r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 155). A pesar de todas sus gestiones, no es posible dar la orden de efectuar el pago hasta el 23 de diciembre de este año. En ese momento María ordena la entrega inmediata de 2.000 florines porque Leonor se halla en extrema necesidad (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3040, f. 71r-v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 163). A comienzos de enero insiste en la urgencia de que se efectúe el primer pago (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3040, f. 76v-77r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 164).
- ¹⁰⁰ 1444, octubre, 8. Valencia. Le comunica que, de acuerdo con las órdenes del rey, no puede enviarle otra ayuda que la de los voluntarios que lo deseen (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3187, f. 186v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 159).

- 101 PINA, 1977 – *Crónica de don Alfonso V*, cap, 84. SANTARÉM, 1842-1860: I, 341.
- 102 ÁLVAREZ PALENZUELA, 2006: 368-370.
- 103 1445, abril, 28. Coimbra. Alfonso de Segura, deán de Sevilla, acuerda con el infante Pedro el envío de 250 hombres de armas y otros tantos peones, además de los mil hombres de armas y mil ballesteros, ya solicitados por Juan II, y contratados, en las mismas condiciones y con idéntica retribución (AG.S. – Patronato Real, leg. 49, f. 28. SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960: 275-277. *Monumenta Henricina*: VIII, doc. 189).
- 104 La simple petición de ayuda a Portugal produjo el rechazo de algunos miembros de la nobleza castellana, alguno tan poco sospechoso de no ser afecto al monarca como Pedro Fernández de Velasco, conde de Haro. Apenas fueron seis días de estancia, pero los viejos odios parecían estar todavía demasiado recientes (PÉREZ DE GUZMÁN, F. 1947, 1445, c. X, p. 630; 1445, c. 14, p. 632-633, y 1445, c. 15, p. 633).
- 105 De la desolación de María tras el fallecimiento de sus cuñadas, en vísperas del grave enfrentamiento que desemboca en Olmedo, dan buena cuenta las cartas que escribe al obispo de Lérida (29 de marzo) y al prior del monasterio de Valle de Hebrón (31 de marzo) solicitando su consuelo (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3230, f. 25r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 166).
- 106 Por su parte, María pide a Juan II que ordene se facilite a Vasco de Gouveia, servidor de Leonor, su gestión para el viaje de Juana, según los deseos de su madre. 1445, junio, 2. Valencia (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3193, f. 60r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 172). Escribe también este día a su procurador en Castilla, Fernando de Rianza, para que active las gestiones ante el rey de Castilla, de quien sospecha no permitirá el viaje de la Infanta a Valencia (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3192, f. 66r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 173). A Francisco de Manresa le da instrucciones para el viaje de la Infanta y el alojamiento de sus servidores catalanes, no del resto, sobre los que ya proveerá, para evitar fricciones (1445, junio, 5. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3038, f. 104r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 176).
- 107 Esta es la misión que confía a Esteban Jordán (1445, junio, 9. Valencia. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3230, fols. 45r-46v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, docs. 177 y 178). En octubre de este año confía una misión similar a Ramón Cerdán, que debe insistir ante el infante Pedro para que acepte a los antiguos servidores de Leonor (A.C.A. – Cancillería Real. Registro 3185, fols. 132r-133v. *Monumenta Henricina*: IX, docs. 52-56).
- 108 1445, mayo, 26. Valencia. Ordena a Rafael Ferreira, su tesorero, para que de 20 florines a Gil Vázquez, capellán de Leonor, y 12 florines a Gonzalo Mesurado, para su mantenimiento (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3230, fols. 33v-34r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, docs. 170 y 171). Al comunicar a su sobrina que la recibe en su casa, le envía por Francisco de Manresa 500 florines, cantidad de que dispone en este momento (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3038, f. 104v. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 175). Pide a Mateo de Pujades, tesorero del rey, dinero para hacer frente al sostenimiento de los servidores de Leonor (1445, junio, 21. Valencia. A.C.A. – Cancillería Real, reg. 3038, f. 108v-109r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 181).
- 109 Credencial de María de Aragón a favor de Abraham Amigo, judío portugués cuyos bienes habían sido confiscados y su familia reducida a prisión por ser servidor de la reina Leonor, ante el Príncipe de Asturias y Juan Pacheco (A.C.A. – Cancillería Real. Registro 3041, fol. 174v-175r. *Monumenta Henricina*: IX, docs. 21 y 22).
- 110 1445, mayo, 27. Alfonso V da esa orden a sus embajadores en Castilla, el obispo de Lérida y Luis Despuig (A.C.A. – Cancillería Real. Registro 2698, fol. 96r-96v. *Monumenta Henricina*: VIII, doc. 193).
- 111 1446, junio, 10. Nápoles. Delega en Juan de Navarra su representación para este asunto, en este caso sin la excepción del rey de Castilla que entonces se había introducido (A.C.A. – Cancillería Real. Registro 2654, fol. 57v. *Monumenta Henricina*: IX, doc. 97).
- 112 A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2699, f. 57v. *Monumenta Henricina*: IX, doc. 145. Alfonso

- V la acepta con condiciones, entre ellas el regreso a Portugal y la reposición de todos los servidores de Leonor, la devolución de sus rentas y la entrega de la infanta Juana.
- 113 MORENO, 1973b: 255-259.
- 114 Indudablemente es la misión que lleva el heraldo *Cataluña*, que actúa como representante de Alfonso V de Aragón en la boda del monarca portugués. Las credenciales se expiden el 4 de abril de 1448 (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2539, f. 134r. *Monumenta Henricina*: IX, doc. 178). Es también portador de credenciales ante los Infantes Pedro, Enrique y Fernando, la duquesa de Coimbra, el condestable don Pedro, y los condes de Ourem, Abrantes, Marialva y Odemira (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2359, f. 135r. *Monumenta Henricina*: IX, doc. 179).
- 115 1448, noviembre, 4. Alfonso V de Aragón agradece al arzobispo de Braga, al infante Enrique y al duque de Bragança los servicios prestados a su hermana Leonor; se alegra de la toma del poder por el rey y les pide que le ayuden. Envía como embajador a Fernando Vaz (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2651, f. 230v-232r. *Monumenta Henricina*: XV, suplemento, doc. 186). Parte importante de esa presencia es la rehabilitación de antiguos partidarios de Leonor. 1449, enero, 20. Alfonso V de Aragón ruega a Alfonso V de Portugal, al infante Fernando y al arzobispo de Lisboa la reposición de Felipe Jordao en el priorato de San Pedro de Lisboa, que le fue arrebatado por el infante Pedro en razón de los servicios prestados a la reina Leonor (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2542, f. 76r. *Monumenta Henricina*: X, doc. 4).
- 116 1449, enero, 27. Nápoles. Alfonso V otorga amplios poderes a su hermano Juan para la firma de un acuerdo con Alfonso V de mutua defensa frente a Castilla, ahora que se ha hecho cargo efectivo del gobierno (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2649, f. 160v-161v. *Monumenta Henricina*: X, doc. 5). En el mes de abril, el monarca aragonés envía como embajador a Portugal a fray Vasco de Oliveira, Comendador de Coimbra, de la Orden del Hospital (A.C.A. – Cancillería Real, reg. 2545, f. 21r. *Monumenta Henricina*: X, doc. 44).
- 117 Se le autoriza a entrar en Portugal en febrero de 1449, *Monumenta Henricina*, X, doc. 8; tras su breve estancia en Castilla, se le autoriza una nueva entrada en agosto de este año (A.H.N. – Osuna, carpeta 8, n. 21. *Monumenta Henricina*: X, doc. 75).
- 118 1450, febrero, 19. Se ordena su expulsión por haber hostilizado territorio castellano (A.H.N. – Osuna, Leg. 3909, n. 17. *Monumenta Henricina*: X, doc. 129). No obstante, en junio de este año, el monarca portugués se muestra dispuesto a aceptar nuevamente al conde, a petición de Juan de Navarra (A.H.N. – Osuna, Leg. 3909, n. 20. *Monumenta Henricina*: X, doc. 187).
- 119 SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960: 64.
- 120 1452, mayo, 25. Toledo. *Monumenta Henricina*: XI, doc. 138.
- 121 A.H.N. – Osuna, legajo 3909, n. 21. *Monumenta Henricina*: XI, doc. 20.
- 122 SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1960: 63-64.

INFLUÊNCIA DAS ALTERAÇÕES DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA NOS FACTORES EXÓGENOS DE REPRODUÇÃO DE UMA COMUNIDADE – O CASO DE OLIVENÇA (1760-1850)¹

Maria João Guardado Moreira

Jorge Román

Sonia E. Colantonio

Pilar Zuluaga

Maria José Blanco

Vicente Fuster

As comunidades raramente se encontram livres das influências externas, antes constituem sistemas de interacção e interdependência relativamente abertos, definindo-se relativamente ao meio social envolvente. A sua dimensão, localização geográfica ou a diversidade de funções desempenhadas (económicas, militares, religiosas...) são aspectos que não podem deixar de ser considerados quando se pretendem analisar os processos sociais de determinada comunidade.

O estudo das migrações afigura-se-nos essencial para compreender a importância dos factores exógenos dos mecanismos de reprodução social e económica de uma comunidade, nomeadamente porque nos permitirá saber até que ponto ela é permeável, ou não, à influência de factores externos. Interessa, por outro lado, compreender as relações que se estabelecem dentro da própria comunidade, desta em relação ao exterior e a interacção exterior/comunidade.

Os registos paroquiais são uma fonte essencial neste tipo de estudos, designadamente os de casamento. A partir da análise sistemática das naturalidades dos cônjuges fornecidas pelos registos de casamentos, será possível construir matrizes elucidativas do papel das migrações e de algumas relações sociais projectadas pelo casamento enquanto fenómeno de diferenciação e de interacção social, bem como averiguar a contribuição dos factores endógenos ou exógenos na reprodução demográfica de uma comunidade.

O estabelecimento de laços matrimoniais, durante o Antigo Regime Demográfico, fazia-se principalmente entre indivíduos da mesma freguesia ou de freguesias próximas. O grau de endogamia geográfica dos nubentes era nesta altura elevado. Frequentemente, a possibilidade de contrair matrimónio dependia de um conjunto de variáveis, como seja a situação económica anterior ou a

distância geográfica. Na verdade, o habitual era os casamentos realizarem-se entre indivíduos do mesmo contexto social em função do mercado matrimonial local, ou seja, a endogamia geográfica constituía uma das características do casamento nesta época.

A escolha de Olivença prende-se com o facto de ser um caso paradigmático de uma comunidade que alternadamente pertenceu a Portugal e Espanha, o que a torna um cenário ideal para perceber até que ponto a existência de fronteiras, consideradas como barreiras de tipo político, influenciam as suas relações com o meio envolvente e, mais concretamente, de que modo esta circunstância, assim como a sua função militar, condicionaram as relações sociais entre indivíduos da mesma, ou de diversa, procedência geopolítica.

Na verdade, a história da soberania desta comunidade está repleta de um vai-vém constante entre Castela/Espanha e Portugal. Em 1297, devido ao tratado de Alcanices, Olivença, juntamente com outras praças, torna-se portuguesa. Mais tarde, em 1567, o Duque de San Germán conquista a cidade permanecendo sob o domínio espanhol até 1688, ano em que se celebra em Lisboa um tratado que a devolve ao domínio português. Durante a Guerra da Sucessão de Espanha, a ponte de Nossa Senhora da Ajuda é destruída em 1709 por forças espanholas, situação que se mantém até à actualidade. Já no século XIX, devido à guerra que vai opor Espanha e França a Portugal, Olivença novamente passa para soberania espanhola, tal como ficou estabelecido nos Tratados de Badajoz e de Madrid (1801). Com a ocupação de Portugal e a fuga da Família Real para o Brasil, Espanha quebra o Tratado de Paz de Badajoz, o que deu origem à sua anulação, bem como aos direitos que tinha adquirido sobre Olivença. Em 1810, Portugal negocia com o Conselho de Regência de Espanha a restituição daquela praça e um ano depois as tropas portuguesas ocupam-na. No entanto, o General Beresford ordenou a sua entrega às autoridades espanholas, talvez porque a Inglaterra quizesse evitar perder o que tinha conseguido com o Tratado Luso-Britânico de 1810. Tanto no Tratado de Paris (1814), como na Acta Final do Congresso de Viena (1815) se reconhece os direitos portugueses sobre Olivença. Embora a própria Espanha reconheça, aquando da assinatura do Tratado de Viena, as legítimas reclamações das autoridades portuguesas, Olivença vai permanecer sobre a soberania espanhola violando o que tinha ficado estabelecido em 1801. Em 1840 é proibido o uso da língua portuguesa, mesmo nas igrejas, e ainda que em 1864 se tenha assinado um convénio entre os dois países ibéricos, em que se delimitava a fronteira que os separa desde o Minho até à confluência do Caia com o Guadiana, este processo não teve seguimento, precisamente devido à questão de Olivença. Foi só em 1926 que se assinou um acordo entre os dois países para delimitar as fronteiras, embora tenha continuado em aberto a que se encontra entre a desembocadura dos rios Caia e Cuncos no Guadiana. Durante a Guerra Civil Espanhola, o Coronel Rodrigo Pereira Botelho manifestou a sua intenção de ocupar Olivença, chegando mesmo o Regimento de Caçadores 8 de Elvas a preparar-se para o fazer, o que só não veio a acontecer devido à intervenção dos seus superiores hierárquicos.

Apesar das vicissitudes que foram marcando a questão de Olivença, a construção de uma nova ponte de Nossa Senhora da Ajuda, a pouca distância da antiga, é concretizada em 2000. Todavia, para evitar eventuais implicações políticas que a sua construção, ou comparticipação espanhola, poderia representar para a soberania portuguesa, o seu financiamento foi assegurado na totalidade pelo Estado português, sendo a execução da obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Elvas. Mas as relações entre os municípios alentejanos e estremenhos daquela região foram reforçadas com a criação, em 2008, de uma *Euroregião*, com uma população de mais de 260.000 habitantes e que integra Albuquerque, Arronches, Badajoz, Campo Maior, Elvas, Estremoz, La Codosera, Olivença e Portalegre.

FONTES E METODOLOGIA

Neste projecto de investigação foram levantados os registos dos casamentos realizados em Olivença entre 1750-1850, ou seja, cinquenta anos antes e cinquenta anos depois de a soberania passar para Espanha. Na totalidade analisaram-se 3.954 assentos, procedentes das paróquias de Santa Maria do Castelo (1750-1850) e de Santa Maria Madalena (1774-1843). No sentido de podermos comparar regiões que, apesar de geograficamente próximas, conheceram histórias políticas diferentes, recolheram-se e analisaram-se também os assentos de Juromenha (entre 1760-1840, 550 assentos) e do Alandroal (1775-1825, 509 registos)².

Todavia, para esta análise específica – estudo dos factores endógenos e exógenos de reprodução de uma comunidade – considerámos apenas uma amostra de 1.233 assentos que correspondem aos casamentos celebrados nestas três localidades nos períodos de 1760-1769, 1790-1799 e 1830-1839, sendo que para Olivença foram recolhidos 988, para Juromenha, 164 e para o Alandroal, 81. Para a escolha destas décadas tomámos como ponto de referência 1801, ano em que Olivença muda de soberania, centrando-nos na década imediatamente anterior e as outras duas distanciadas deste marco, de modo a percebermos tendências anteriores e posteriores que não estivessem influenciadas pela proximidade dos acontecimentos políticos. Por outro lado, havia necessidade de conseguir séries completas, o que no caso do Alandroal não foi possível pois só havia séries completas para o período de 1790-99.

A metodologia utilizada segue de perto a proposta por David Justino³ e que o autor aplicou à freguesia de S. Julião do Monte do Trigo: recolheram-se os apelidos dos contraentes e dos seus pais, bem como os lugares de nascimento e residência. Em seguida construíram-se matrizes de contingências relativas que nos permitiram entender a predominância dos factores endógenos ou exógenos de reprodução no seio da comunidade escolhida. Estas matrizes foram construídas com base em círculos concêntricos que se definem pela distância em linha recta à freguesia em análise. Formaram-se, assim, quatro conjuntos:

<a 30 km; 30-50 km; 50-100 km; >100 km, que serviram também de base para cartografar os locais de proveniência dos nubentes.

Os registos paroquiais fornecem-nos, pois, uma boa fonte de informação, sobretudo em épocas pré-estatísticas, para o estudo das migrações e da importância dos factores exógenos de reprodução social e económica de uma comunidade. É possível detectar, através dos registos de casamentos, alguns movimentos migratórios pelo confronto das naturalidades e das residências dos cônjuges. No entanto, a utilização exclusiva destas fontes não está isenta de críticas. A primeira questão que se pode colocar prende-se com a população abrangida, apenas a que passa pela instituição do casamento, o que pode colocar problemas de representatividade, embora se reconheça a importância do casamento como factor condicionante da fecundidade e da transmissão do património em sociedades históricas. Escapam, todavia, ao registo do pároco os celibatários e as faixas marginais da população. Por outro lado, este tipo de metodologia não permite detectar migrações de famílias já constituídas, embora se possam obter algumas pistas através do confronto das naturalidades dos pais (nos assentos de baptismo) com as informações dos registos de casamentos. Daí o poder recorrer-se a outro tipo de fontes (róis de confessados, livros de décimas, actas de vereação) no sentido de alargar o campo problemático e consolidar hipóteses.

Apesar destas limitações, os registos paroquiais de casamento são fontes essenciais para conseguir uma primeira aproximação ao estudo das migrações nas sociedades pré-industriais. Foi este o nosso principal objectivo ao ensaiarmos a aplicação desta metodologia a Olivença que, aliado ao particular contexto desta localidade nos permite, por outro lado, analisar de que modo a fronteira influencia (ou não) o sentido e o volume das deslocações populacionais. Na verdade, se a raia pode dividir as populações que se encontram próximas geográfica, histórica e culturalmente, também pode ser uma linha fluida que junta mais do que separa.

A COMUNIDADE

No início do século XVIII a vila de Olivença, segundo a *Corografia* do Padre Carvalho Costa⁴, teria 2.000 fogos (cerca de 6.400 habitantes). Em meados do século, as *Memórias Paroquiais*⁵ apontam para que o número de fogos tenha diminuído para 1.494 (cerca de 4.781 habitantes⁶) e o censo de 1801 indica a existência de 1.744 fogos onde residiam 5.569 indivíduos, sendo que a freguesia de Santa Maria do Castelo tinha um peso populacional maior do que a de Santa Maria Madalena. Aliás, era naquela que estava localizado o castelo dominado por “huma torre, obra del Rey D. João o Segundo, a qual sendo tam alta, o engenho construhio de fácil subida, pois pelas 17 ruas, que dentro lhe fizerão, ficão as suas ameyas coroadas de artelheria”⁷. A localização fronteira de Olivença fez com que desempenhasse um papel estratégico em termos

defensivos da fronteira luso-espanhola, tanto para Portugal como para Espanha. No primeiro caso, juntamente com Campo Maior e Elvas, formava um primeiro obstáculo à penetração no interior do território, procurando evitar ataques directos a Lisboa. No caso de Espanha, podia funcionar como escudo protector de Badajoz, ao mesmo tempo que controlava os núcleos portugueses raianos mais próximos. Não é, pois, de estranhar que as corografias da época destacassem esta função de linha defensiva. Caetano de Lima diz: “He a villa de Olivença huma das melhores Praças do Alentejo (...). Tem hum bom Castello com huma Torre quadrada, que he a melhor de toda a Província”⁸, enquanto Oliveira Freire refere que “tem esta Comarca as melhores Praças do Reyno, entre as quaes são mais consideraveis Olivença, Mourão e Campo mayor”⁹.

Praça militar, mas também centro económico, tanto no que diz respeito ao comércio como à agricultura (“opulenta no comercio a que vem a mayor parte do Alentejo a trocar seus géneros por trigo, de que he tam fertil”¹⁰), pelas suas características militares e económicas era, portanto, natural que Olivença fosse um pólo de atracção para as regiões circundantes¹¹.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Começando por analisar a origem dos cônjuges de Olivença, regiões portuguesas e espanholas circundantes e o resto das regiões dos dois países, para os diferentes períodos entre 1770-1850, a primeira conclusão a que podemos chegar é a de que a maioria dos nubentes era originária de Olivença, sobretudo depois da mudança de soberania, com valores superiores a 65% (Quadro n.º 1). Por outro lado, há um maior peso dos cônjuges provenientes de Portugal, principalmente das regiões mais próximas (Évora/Portalegre), do que das outras regiões espanholas, mesmo das contíguas (caso de Badajoz). Tal pode estar relacionado com a instabilidade que se vivia naqueles anos. A percentagem de nubentes provenientes de Espanha conhece um aumento, a partir de 1801, mas mais evidente entre 1841-50, embora mesmo assim com valores inferiores aos dos portugueses (14% e 16%, respectivamente). Note-se, todavia, que na década em que Olivença passa para Espanha (1801-1810), há um aumento dos cônjuges oriundos deste país, enquanto diminuem os provenientes de Portugal, para voltarem, no caso dos portugueses, a valores próximos dos anteriores nas décadas seguintes.

Quadro n.º 1 – Percentagem de nubentes por país e região de origem

| | | | 1770- -1780 | 1781- -1790 | 1791- -1800 | 1801- -1810 | 1811- -1820 | 1821- -1830 | 1831- -1840 | 1841- -1850 | |
|----------|----------------------|----------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------|
| Portugal | Évora/ Portalegre | Homens | 18,77 | 14,59 | 13,57 | 6,44 | 8,14 | 8,22 | 9,12 | 10,10 | |
| | | Mulheres | 6,15 | 7,78 | 5,04 | 2,53 | 4,65 | 5,48 | 3,46 | 3,71 | |
| | | Total | 24,92 | 22,37 | 18,60 | 8,97 | 12,79 | 13,70 | 12,58 | 13,81 | |
| | Outras regiões | Homens | 10,30 | 14,59 | 10,66 | 5,75 | 8,84 | 7,53 | 5,35 | 2,06 | |
| | | Mulheres | 2,33 | 3,70 | 4,84 | 2,07 | 1,16 | 2,51 | 0,94 | 0,82 | |
| | | Total | 12,62 | 18,29 | 15,50 | 7,82 | 10,00 | 10,05 | 6,29 | 2,89 | |
| | Total | | 37,54 | 40,66 | 34,11 | 16,78 | 22,79 | 23,74 | 18,87 | 16,70 | |
| | Oliveira | | Homens | 19,77 | 20,04 | 25,39 | 32,18 | 28,84 | 30,14 | 29,87 | 29,90 |
| | | | Mulheres | 40,20 | 36,38 | 36,63 | 42,53 | 38,14 | 35,16 | 40,25 | 39,38 |
| Total | | | 59,97 | 56,42 | 62,02 | 74,71 | 66,98 | 65,30 | 70,13 | 69,28 | |
| Espanha | Badajoz | Homens | 0,83 | 0,97 | 0,97 | 2,30 | 1,16 | 2,74 | 2,52 | 4,12 | |
| | | Mulheres | 1,00 | 1,36 | 2,33 | 1,61 | 3,72 | 3,20 | 3,46 | 3,71 | |
| | | Total | 1,83 | 2,33 | 3,29 | 3,91 | 4,88 | 5,94 | 5,97 | 7,84 | |
| | Outras regiões | Homens | 0,50 | 0,19 | 0,39 | 3,45 | 3,95 | 2,28 | 3,77 | 4,33 | |
| | | Mulheres | 0,17 | 0,39 | 0,19 | 1,15 | 1,40 | 2,74 | 1,26 | 1,86 | |
| | | Total | 0,66 | 0,58 | 0,58 | 4,60 | 5,35 | 5,02 | 5,03 | 6,19 | |
| | Total | | 2,49 | 2,92 | 3,88 | 8,51 | 10,23 | 10,96 | 11,01 | 14,02 | |

Fonte: FUSTER; ROMÁN; BLANCO; COLANTONIO; ZULUAGA; MOREIRA, 2006.

Se distinguirmos o sexo, notamos que, independentemente do período considerado, há mais homens do que mulheres oriundas das regiões portuguesas, enquanto no caso dos espanhóis esta diferença é menos evidente. A predominância é claramente das mulheres naturais de Oliveira, também no caso dos homens, ainda que aqui a percentagem não seja tão elevada, subindo depois da alteração da soberania.

Quadro n.º 2 – Percentagem de casamentos, segundo a origem de ambos os cônjuges

| | 1770- -1780 | 1781- -1790 | 1791- -1800 | 1801- -1810 | 1811- -1820 | 1821- -1830 | 1831- -1840 | 1841- -1850 |
|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Espanha | 0 | 0,82 | 1,64 | 4,46 | 4,31 | 5,14 | 3,27 | 5,86 |
| Portugal | 11,07 | 14,81 | 13,52 | 1,98 | 7,18 | 9,35 | 2,61 | 2,51 |
| Oliveira | 36,43 | 29,63 | 43,03 | 61,39 | 50,72 | 51,40 | 52,29 | 50,63 |
| Espanha/Oliveira | 2,50 | 3,70 | 2,46 | 5,94 | 6,22 | 7,48 | 11,11 | 12,97 |
| Espanha/Portugal | 1,79 | 0,41 | 2,46 | 1,98 | 5,26 | 4,67 | 5,23 | 2,93 |
| Portugal/Oliveira | 48,21 | 50,62 | 36,89 | 24,26 | 26,32 | 21,96 | 25,49 | 25,10 |
| Total | 280 | 243 | 244 | 202 | 209 | 214 | 153 | 239 |

Fonte: FUSTER; ROMÁN; MOREIRA; ZULUAGA; BLANCO; COLANTONIO, 2007:106.

Se considerarmos os casais, segundo a sua procedência, em vez dos cônjuges separadamente, encontramos outra perspectiva de análise (Quadro n.º 2). Podemos observar que há um aumento gradual das uniões endogâmicas (ambos os cônjuges nasceram em Olivença), principalmente depois da mudança de soberania (61% em 1801-1810). Também nesta altura aumenta o número de casais constituídos por espanhóis e oliventinos (de 2,5%, em 1770-80, 5,9%, em 1801-10, para 13% entre 1841-1850). Pelo contrário, os formados por portugueses e oliventinos reduzem-se de 48,2% para 25,1%, embora continuem a ter um peso percentual significativo no contexto matrimonial desta localidade. Assim, apesar da fronteira que separa os dois países ibéricos se ter alterado no princípio do século XIX, a manutenção de interacção e relações com as regiões portuguesas mantém-se ainda que a intensidade, no caso do mercado matrimonial, se possa ter reduzido. Olivença permanece, portanto, como uma comunidade relativamente aberta ao exterior, possivelmente muito por influência das suas características polarizadoras em termos económicos, bem como pela importância da sua praça militar.

Esta circunstância pode também ser comprovada pela análise das matrizes de contingências relativas (Quadro n.º 3).

Entre 1760-69, cerca de 41% dos homens que casaram em Olivença vêm de fora da vila, enquanto 43,2% são oliventinos. Dos que vêm de fora são os nubentes masculinos oriundos da região mais distante (zona 4) que se destacam (12,2%) e que casam predominante com mulheres de Olivença. Embora em cerca de 34% dos casamentos realizados nesta década ambos os cônjuges fossem da freguesia em análise, estamos perante uma comunidade onde os factores exógenos de reprodução têm um peso não negligenciável. A maioria dos migrantes eram homens (41%) contra apenas 9% de mulheres que vinham, principalmente, de localidades próximas (zona 1) casar a Olivença.

Podemos, igualmente, destacar um certo peso dos recasamentos tanto entre viúvos como entre viúvos(as) e solteiros(as), tendo quase o mesmo peso relativo os recasamentos em que um dos cônjuges é um viúvo ou uma viúva. Todavia, nem sempre se conseguiu identificar a origem dos cônjuges viúvos(as), já que frequentemente não era indicado o local de nascimento. Nestes casos estão integrados numa categoria própria (Hv/Fv) e considerados como da localidade.

Na última década do século XVIII cresce a percentagem de homens de Olivença (49%) que contraem casamento principalmente com mulheres também da vila o que se traduziu num ligeiro aumento dos casamentos endogâmicos (39,7%). Todavia, a percentagem de mulheres migrantes cresce relativamente à década anterior (12%), embora distante do número de homens que se deslocam para Olivença (33%), tanto de zonas próximas (zona 1), como das mais distantes (zona 4). Estas são, aliás, as duas zonas mais representativas em termos de origem dos homens exteriores à comunidade.

Já depois de a soberania passar para Espanha, o número de casamentos endogâmicos, com vimos, aumenta em termos globais (Quadro n.º 2). Todavia, na década de 1830-39 (Quadro n.º 3) desce ligeiramente quando comparado com

a década anterior (35,2%). Em compensação, cresce o número de casais em que o homem vem das freguesias mais próximas (zona 1) e a nubente é oliventina (13,6%). Aliás, nesta época, aumenta o peso dos homens provenientes da zona 1 (20,3%), seguidos daqueles que se deslocam mais de 100km para chegar até Olivença (14%). A mobilidade continua a ser sobretudo masculina (35%), embora nesta década o número de mulheres que se desloca (15%), principalmente das localidades circunvizinhas, tenha aumentado quando comparado com décadas anteriores. Registe-se, por outro lado, uma diminuição assinalável da percentagem dos recasamentos que desce quase para metade do verificado anteriormente.

Quadro n.º 3 – Frequência relativa (percentagens) – Olivença

| 1760-1769 | Fv | F0 | F1 | F2 | F3 | F4 | Total |
|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Hv | 4,80 | 6,55 | 1,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12,66 |
| H0 | 3,93 | 33,62 | 1,75 | 2,62 | 0,44 | 0,87 | 43,23 |
| H1 | 0,87 | 8,30 | 0,87 | 0,00 | 0,00 | 0,44 | 10,48 |
| H2 | 1,31 | 7,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,87 | 10,04 |
| H3 | 1,31 | 8,30 | 0,44 | 0,44 | 0,00 | 0,87 | 11,35 |
| H4 | 1,31 | 10,04 | 0,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12,23 |
| Total | 13,54 | 74,67 | 5,24 | 3,06 | 0,44 | 3,06 | 100,00 |

| 1790-1799 | Fv | F0 | F1 | F2 | F3 | F4 | Total |
|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Hv | 4,80 | 3,49 | 0,87 | 0,22 | 0,00 | 0,00 | 9,39 |
| H0 | 2,62 | 39,74 | 3,71 | 1,31 | 0,66 | 1,09 | 49,13 |
| H1 | 0,87 | 8,52 | 1,53 | 1,53 | 0,44 | 0,87 | 13,76 |
| H2 | 0,22 | 2,40 | 1,09 | 0,44 | 0,00 | 0,00 | 4,15 |
| H3 | 1,09 | 6,11 | 0,87 | 0,44 | 0,66 | 1,09 | 10,26 |
| H4 | 2,40 | 7,21 | 1,53 | 0,66 | 0,44 | 1,09 | 13,32 |
| Total | 12,01 | 67,47 | 9,61 | 4,59 | 2,18 | 4,15 | 100,00 |

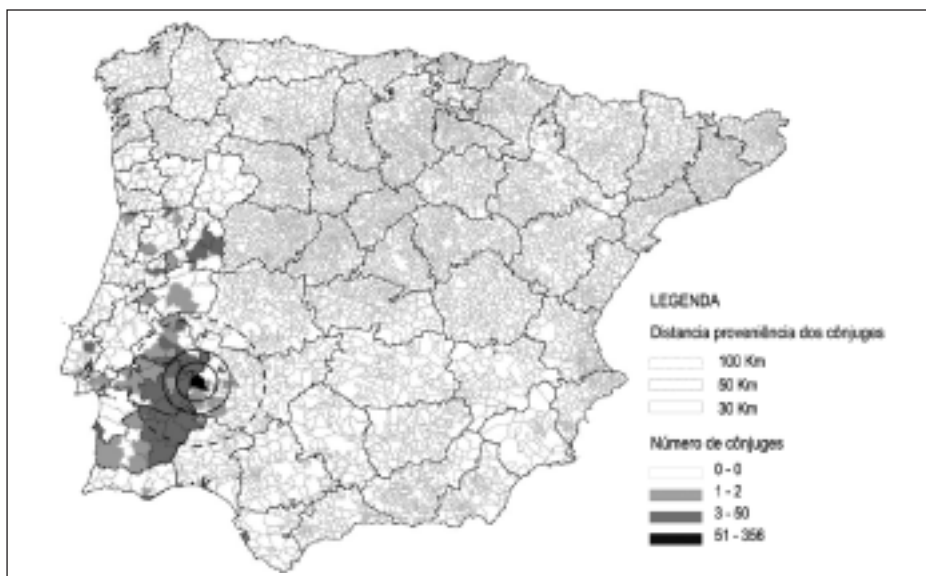
| 1830-1839 | Fv | F0 | F1 | F2 | F3 | F4 | Total |
|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Hv | 2,99 | 2,99 | 0,33 | 0,00 | 0,00 | 0,33 | 6,64 |
| H0 | 0,00 | 35,22 | 10,30 | 0,33 | 0,66 | 1,00 | 47,51 |
| H1 | 0,66 | 13,62 | 5,32 | 0,66 | 0,33 | 0,33 | 20,93 |
| H2 | 0,66 | 1,99 | 1,00 | 0,66 | 0,00 | 0,66 | 4,98 |
| H3 | 0,33 | 3,65 | 1,66 | 0,00 | 0,00 | 0,33 | 5,98 |
| H4 | 1,33 | 6,64 | 1,66 | 1,33 | 0,66 | 2,33 | 13,95 |
| Total | 5,98 | 64,12 | 20,27 | 2,99 | 1,66 | 4,98 | 100,00 |

Legenda das matrizes:

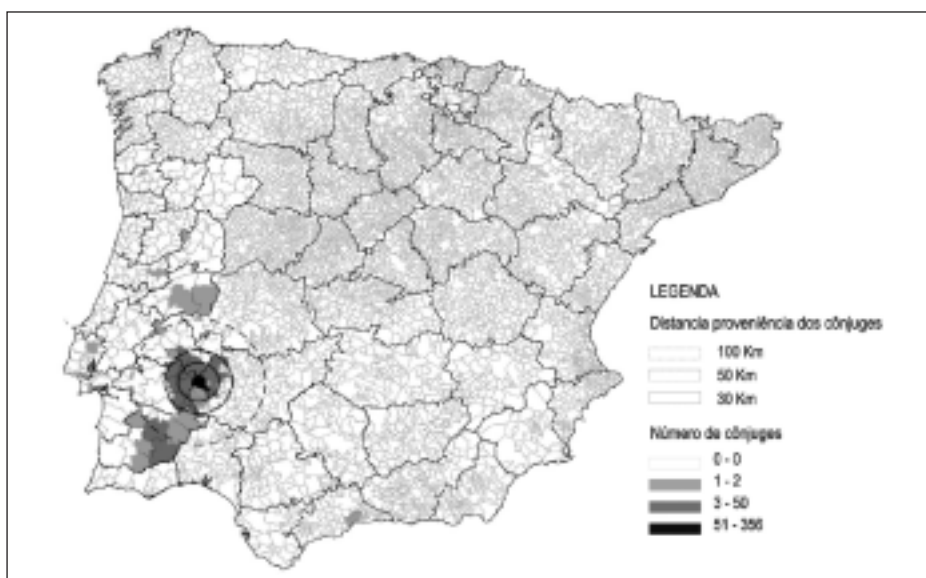
Hv = Homens viúvas; **Fv** = Mulheres viúvas; **H0** = Homens da localidade; **F0** = Mulheres da localidade; **H1** = Homens de entre 0 a 30 km distância; **F1** = Mulheres de entre 0 a 30 km distância; **H2** = Homens de entre 30 a 50 km distância; **F2** = Mulheres de entre 30 a 50 km de distância; **H3** = Homens de entre 50 a 100 km de distância; **F3** = Mulheres de entre 50 a 100 km de distância; **H4** = Homens de mais de 100 km; **F4** = Mulheres de mais de 100 km.

Vejamos a representação cartográfica dos locais de origem dos nubentes, o que nos dá uma melhor percepção das regiões de origem dos homens e das mulheres que vêm casar a Olivença¹².

Mapa n.º 1 – Localidades de origem dos homens que casaram em Olivença nos períodos: 1760-1769 e 1790-1799



Mapa n.º 2 – Localidades de origem das mulheres que casaram em Olivença nos períodos: 1760-1769 e 1790-1799



Comparando os mapas n.^{os} 1 e 2 tornam-se visíveis padrões de mobilidade diferentes entre homens e mulheres, não só quanto ao volume das deslocações, mas também em relação às distâncias. Os homens percorrem distâncias maiores, embora as regiões relativamente mais próximas sobressaíam, casos de Évora/Portalegre e Beja, o mesmo não sucede com as localidades espanholas que, nestes anos, têm pouca expressão. Todavia, é possível encontrar migrantes masculinos oriundos das regiões da Guarda, de Lisboa, Sines, ou de mais a norte, Porto, Lamego ou Armamar. Existem, no entanto, exceções pois há registo de mulheres provenientes da zona de Castelo Branco ou da Guarda. Porém, tanto num caso como noutro, nota-se uma certa semelhança no que diz respeito ao campo migratório, desenhando-se sobretudo uma tendência que privilegia as deslocações do sudoeste.

Com a passagem de Olivença para a soberania espanhola (Mapas n.^{os} 3 e 4) a modificação mais notória é o aumento de migrantes provenientes de Espanha, não tanto da província de Badajoz, mas de localidades mais distantes, por exemplo: Córdova, Granada, León, Palencia, Murcia, Oviedo, Santander, Sevilha. Permanecem, como já anteriormente referimos, como locais de origem regiões portuguesas, apesar de Olivença estar agora do outro lado da raia, o que parece indicar que a fronteira não é um obstáculo e que se mantém relações que não se circunscrevem ao território limítrofe. Como se pode observar, as deslocações fazem-se, tanto no caso dos migrantes femininos como no dos masculinos, percorrendo distâncias entre os 50 km e os 100 km, ou até superiores.

Mapa n.º 3 – Localidades de origem dos homens que casaram em Olivença no período: 1830-1839



Mapa n.º 4 – Localidades de origem das mulheres que casaram em Olivença no período: 1830-1839



Vejam agora qual a importância dos factores exógenos de reprodução social em Juromenha e no Alandroal, duas vilas fronteiriças que não passaram pelas vicissitudes que marcaram Olivença quanto ao seu posicionamento face à fronteira luso-espanhola.

Ambas as vilas são também praças militares, embora com menor dimensão populacional¹³. Juromenha, no princípio do século XVIII, contaria com 250 vizinhos (cerca de 1000 habitantes)¹⁴, em 1758, 131 vizinhos¹⁵ (cerca de 524 habitantes) e em 1801, 530 habitantes. O Alandroal, 600 vizinhos (cerca de 2.280 habitantes) segundo a *Corografia* do padre Carvalho Costa¹⁶ e 1.249, em 1801.

Em Juromenha (Quadro n.º 4), em 1760-69, apenas 10,4% dos casamentos eram celebrados entre pessoas do concelho. A maior percentagem de casamentos era celebrada entre mulheres da freguesia e homens provenientes da zona 1 que era a principal região de origem dos nubentes masculinos que aí casaram (43,8%), apesar de também a zona 4 ter algum peso relativo (14,6%). Quanto às mulheres, eram maioritariamente da freguesia (41,8%). Todavia, 25% vieram da zona 1 e casaram (12,5%) com homens também das localidades mais próximas (zona 1), o que revela a existência de um certo comportamento endogâmico entre os migrantes oriundos desta zona. Os recasamentos têm, nesta década, um peso significativo, principalmente entre viúvos (10,4%), o que pode estar relacionado com a conjuntura de crise da década de 60, problemas de subsistência, crises de mortalidade e a chamada Guerra Fantástica¹⁷.

Estamos, portanto, perante uma comunidade aberta, ainda que a mobilidade tenha origem nas regiões mais próximas. No final do século, 1790-99, aumenta

ligeiramente a endogamia comunitária, embora continue a ser mais elevada a percentagem de casamentos entre mulheres de Juromenha e homens oriundos da zona 1. Entre os noivos continua a ser maior o número de mulheres da localidade e de homens que provêm das áreas circunvizinhas, embora agora quase a par daqueles que são naturais da freguesia onde se realiza o casamento. Mantém-se, por outro lado, a preferência das mulheres que se deslocam de distâncias inferiores a 30 km em casarem com homens dessa mesma área. Tanto num como no outro período observado, a mobilidade é sobretudo masculina (cerca de 44%), ou seja, os imigrantes são na sua maioria homens e percorrem distâncias maiores (ver Mapas n.ºs 5 e 6), sendo que 17% dos migrantes masculinos vêm da zona 4.

Quadro n.º 4 – Frequência relativa (percentagens) – Juromenha

| 1760-1769 | Fv | F0 | F1 | F2 | F3 | F4 | Total |
|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Hv | 10,42 | 2,08 | 0,00 | 2,08 | 0,00 | 0,00 | 14,58 |
| H0 | 4,17 | 10,42 | 4,17 | 2,08 | 0,00 | 0,00 | 20,83 |
| H1 | 2,08 | 20,83 | 12,50 | 4,17 | 2,08 | 2,08 | 43,75 |
| H2 | 0,00 | 2,08 | 2,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,17 |
| H3 | 2,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2,08 |
| H4 | 2,08 | 6,25 | 6,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14,58 |
| Total | 20,83 | 41,67 | 25,00 | 8,33 | 2,08 | 2,08 | 100,00 |

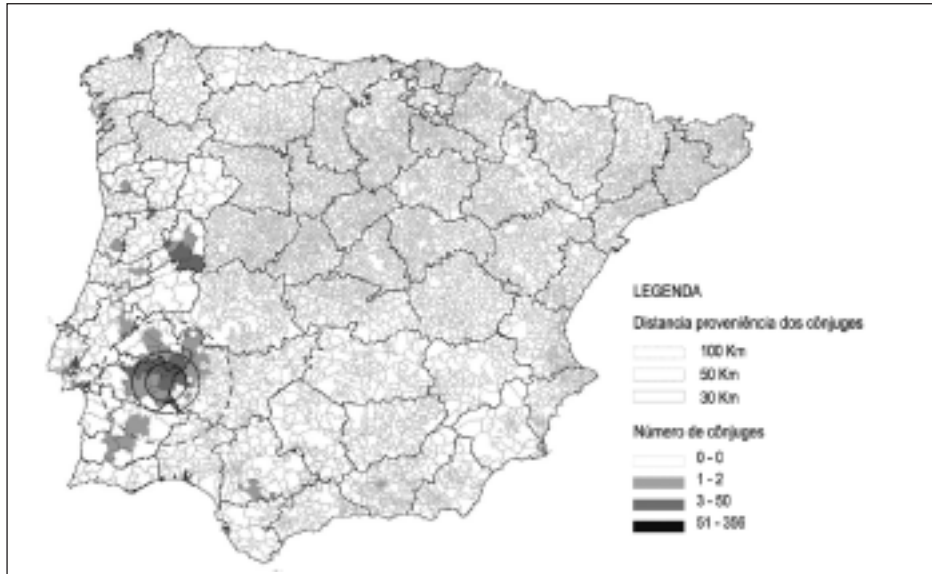
| 1790-1799 | Fv | F0 | F1 | F2 | F3 | F4 | Total |
|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|---------------|
| Hv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| H0 | 0,00 | 14,29 | 11,43 | 4,29 | 0,00 | 0,00 | 30,00 |
| H1 | 0,00 | 18,57 | 12,86 | 2,86 | 0,00 | 1,43 | 35,71 |
| H2 | 0,00 | 4,29 | 2,86 | 4,29 | 0,00 | 0,00 | 11,43 |
| H3 | 0,00 | 1,43 | 1,43 | 1,43 | 0,00 | 1,43 | 5,71 |
| H4 | 0,00 | 4,29 | 5,71 | 2,86 | 1,43 | 2,86 | 17,14 |
| Total | 0,00 | 42,86 | 34,29 | 15,71 | 1,43 | 5,71 | 100,00 |

| 1830-1839 | Fv | F0 | F1 | F2 | F3 | F4 | Total |
|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Hv | 8,70 | 10,87 | 6,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26,09 |
| H0 | 4,35 | 8,70 | 4,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17,39 |
| H1 | 8,70 | 13,04 | 6,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28,26 |
| H2 | 2,17 | 0,00 | 4,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6,52 |
| H3 | 4,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,35 |
| H4 | 6,52 | 4,35 | 4,35 | 0,00 | 0,00 | 2,17 | 17,39 |
| Total | 34,78 | 36,96 | 26,09 | 0,00 | 0,00 | 2,17 | 100,00 |

Legenda das matrizes:

Hv = Homens viúvas; **Fv** = Mulheres viúvas; **H0** = Homens da localidade; **F0** = Mulheres da localidade; **H1** = Homens de entre 0 a 30 km distância; **F1** = Mulheres de entre 0 a 30 km distância; **H2** = Homens de entre 30 a 50 km distância; **F2** = Mulheres de entre 30 a 50 km de distância; **H3** = Homens de entre 50 a 100 km de distância; **F3** = Mulheres de entre 50 a 100 km de distância; **H4** = Homens de mais de 100 km; **F4** = Mulheres de mais de 100 km.

Mapa n.º 5 – Localidades de origem dos homens que casaram em Juromenha nos períodos: 1760-1769, 1790-1799 e 1830-1839



Mapa n.º 6 – Localidades de origem das mulheres que casaram em Juromenha nos períodos: 1760-1769, 1790-1799 e 1830-1839



Entre 1830-39 os recasamentos adquirem novamente expressão. Veja-se a percentagem de mulheres e homens viúvos (respectivamente, 34,8% e 26,1%) que contraem matrimónio com solteiros provenientes das várias regiões. Lem-

brems-nos que este período é marcado pela ocorrência de surtos de cólera (1833-35), que atingiram tanto Portugal como Espanha¹⁸, e que o recasamento actua como mecanismo de reequilíbrio populacional e de recomposição social. Nesta década não há grandes alterações no que diz respeito à origem e preferências dos nubentes. Continua a ser uma comunidade com um baixo grau de endogamia (8,7%), mesmo inferior ao período anterior.

No Alandroal (Quadro n.º 5), à semelhança do que se verifica nas outras duas comunidades, a migração é sobretudo masculina (30,8% de homens contra 19,7% de mulheres). Predominam os cônjuges do Alandroal, o que tem como consequência uma percentagem relativamente significativa de casamentos endogâmicos (29,6%), sendo que a mobilidade mais frequente é aquela que tem origem nas regiões mais próximas (Mapas n.ºs 7 e 8). É a comunidade que regista os valores mais elevados de recasamentos nesta década.

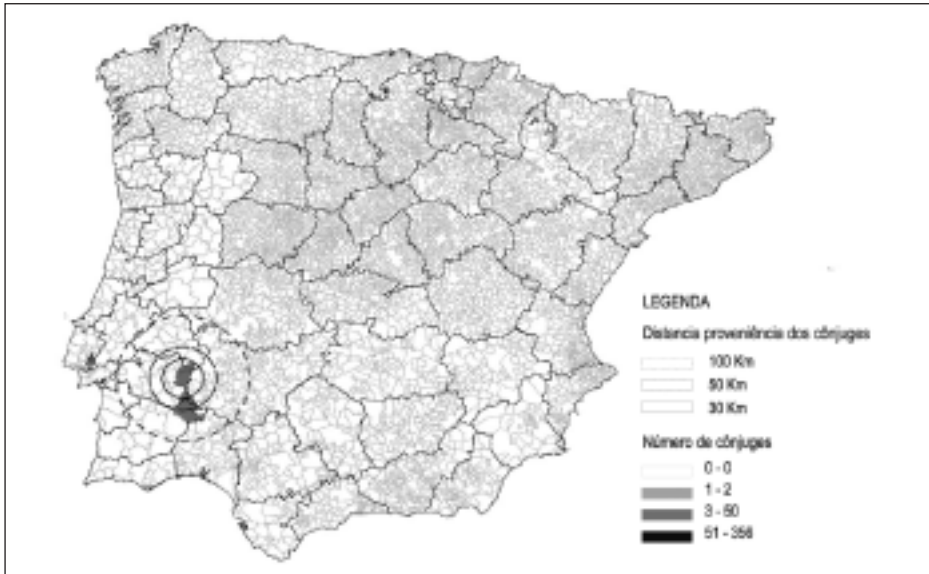
Quadro n.º 5 – Frequência relativa (percentagens) – Alandroal

| 1790-1799 | Fv | F0 | F1 | F2 | F3 | F4 | Total |
|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Hv | 8,64 | 4,94 | 2,47 | 1,23 | 0,00 | 0,00 | 17,28 |
| H0 | 2,47 | 29,63 | 8,64 | 2,47 | 0,00 | 2,47 | 45,68 |
| H1 | 3,70 | 13,58 | 2,47 | 1,23 | 1,23 | 0,00 | 22,22 |
| H2 | 1,23 | 2,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3,70 |
| H3 | 1,23 | 2,47 | 0,00 | 1,23 | 0,00 | 0,00 | 4,94 |
| H4 | 0,00 | 2,47 | 1,23 | 1,23 | 0,00 | 1,23 | 6,17 |
| Total | 17,28 | 55,56 | 14,81 | 7,41 | 1,23 | 3,70 | 100,00 |

Mapa n.º 7 – Localidades de origem dos homens que casaram em Alandroal no período: 1790-1799



Mapa n.º 8 – Localidades de origem das mulheres que casaram em Alandrial no período: 1790-1799



CONCLUSÕES

Vários estudos têm analisado o mercado matrimonial relacionando as relações de masculinidade nas idades casadoiras¹⁹ como um indicador da ausência/oferta de um determinado sexo. Todavia, este tipo de observação só é possível quando se dispõe de informação estatística desagregada por sexo e idade. Ora, em Portugal, este tipo de dados datam de 1864, anteriormente o censo de 1801 agrega a população entre 1-7 anos, 7-25 e 25-40 anos, o que significa que apenas podemos fazer uma aproximação estimada às relações de masculinidade entre os 21 e os 30 anos, ou seja, das idades casadoiras. Sendo assim, para épocas em que não se dispõe deste tipo de informação, o estudo dos factores endógenos e exógenos de reprodução de uma comunidade através da análise da naturalidade dos cônjuges pode, igualmente, elucidar-nos sobre o mercado matrimonial, bem como sobre a mobilidade das populações em sociedades do passado.

Embora a mobilidade no Antigo Regime correspondesse principalmente a uma mobilidade local, mesmo que intensa, a análise das comunidades aqui consideradas mostra a existência, para além das migrações de pequena distância, de uma mobilidade de proveniências mais distantes.

Olivença, Juromenha e Alandroal são comunidades que partilham a sua condição de territórios fronteiriços, praças militares e, no caso de Olivença, uma história de alternância da sua soberania entre os dois vizinhos ibéricos.

Olivença é, no entanto, das três comunidades analisadas, aquela onde a endogamia geográfica é mais significativa (os casamentos entre nubentes da localidade oscilam entre os 33% e os quase 40%). Já Juromenha é a comunidade que se reproduz, maioritariamente, através de mecanismos exógenos (os casamentos entre nubentes da localidade não ultrapassa os 14% nos períodos observados). Em todos os períodos é maior a percentagem de casamentos entre mulheres da comunidade e homens provenientes das localidades que se encontravam num raio de 30 km. Também nas décadas em análise e nas três comunidades, a mobilidade é sobretudo masculina, ou seja, os imigrantes são na sua maioria homens e percorrem distâncias maiores.

Podemos encontrar outros exemplos de freguesias onde o grau de endogamia geográfica também não é elevado, embora não comparáveis às comunidades urbanas onde, devido à sua especificidade, era maior a exogamia geográfica²⁰. No Monte do Trigo, em meados do século XVIII, apenas 10,8% dos casamentos eram realizados entre cônjuges naturais da freguesia²¹. Em S. Vicente da Beira²², no princípio do século, em termos médios, 68% da sua população é proveniente do exterior, havendo portanto um baixo grau de endogamia comunitária e um peso relativo das localidades que se encontravam num raio de 30 km. Em meados de setecentos aumenta progressivamente a endogamia comunitária, tendência que se acentua no final do século (com valores de 55% em 1780-81)²³.

A proveniência dos migrantes tem, portanto, tendência em efectuar-se em círculos concêntricos, variando o seu número na razão inversa da distância – as migrações fazem-se sobretudo a uma pequena distância, até porque a vila mais próxima se torna frequentemente num local de atracção motivado por horizontes de trabalho insuficientes no local de partida.

A demarcação da fronteira é, em todos os momentos históricos, uma artificialidade e uma invenção, embora a sua delimitação acabe, de uma forma ou de outra, por condicionar os países e as regiões que as circundam. Fronteira que, nestes casos, para além do seu significado político, se materializa em fortalezas estrategicamente colocadas, aparecendo então a fronteira defensiva. Esta concepção, sobretudo em épocas de instabilidade interna e entre os dois países, não deixou de condicionar a ocupação e as potencialidades destes espaços fronteiriços.

A maneira como podemos pensar as relações entre população e fronteira, todavia, não pode ficar presa à visão de fronteira como obstáculo. Até porque no caso de Olivença a proximidade geográfica e uma história política quase sempre comum até 1801 a aproxima das regiões circunvizinhas. Aliás, na maioria das vezes, as comunicações entre as populações eram fluidas, conheciam-se bem, tinham modos de vida e até interesses semelhantes, veja-se o caso do Minho e da Galiza, da Beira Interior ou do Alentejo. Exemplo disto é a continuidade da mobilidade entre estas regiões, mesmo quando a fronteira política muda.

Quando Olivença passa para o domínio espanhol há uma redução do número de cônjuges, sobretudo homens, e de casais de origem portuguesa. Em

contrapartida, aumentam os cônjuges provenientes de Espanha, apesar de em 1841-1850 os casamentos entre portugueses e oliventinos continuarem a ser significativos. No final do período observado, a endogamia comunitária reforça-se: os casamentos celebrados entre naturais de Olivença representam metade do total das uniões. Se é certo que a fronteira que separa Portugal de Espanha se tornou uma barreira que afectou a escolha do cônjuge, não fechou o espaço e a intercomunicação entre as populações continuou. Prova disso é o facto de os casais formados por portugueses e oliventinos serem o dobro dos formados por naturais de Olivença e espanhóis.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, M. N., 1995 – “Reconstituição de paróquias e análise demográfica. Estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850” in *Actas do III Congresso de ADEH*. Porto: Edições Afrontamento, Porto, vol. I.
- AMORIM, M. N., 2005 – *O Pico. A Abordagem de uma ilha. I – As Famílias. Tomo I – As famílias de S. João nos finais do século XIX*. São Roque: Câmara Municipal de São Roque / NEPS.
- BLANCO CARRASCO, José Pablo; SANTILLANA PÉREZ, Mercedes, 2004 – “Mercado matrimonial, migraciones y movilidad social en Extremadura, ss. XVI-XVIII”. Comunicação apresentada ao *VII Congresso da la Asociación de Demografía Histórica / Associação de Demografia Histórica (ADEH)*, Granada, 1-3 Abril. Disponível em: <www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Blanco_Carrasco_J_P.pdf>.
- COSTA, Padre Carvalho da, 1706 – *Chorografia Portuguesa e Descrição Topografica do Reyno de Portugal*. Lisboa, tomo II.
- COSME, João, 1992 – “A população das Dioceses de Elvas e Portalegre na 1.^a metade do Século XVIII”. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 7 (nova série), p. 153-183.
- COSME, João, 2001 – “A população da Diocese de Elvas em 1724”. *População e Sociedade*. Porto, CEPESE, n.º 7, p. 115-127.
- COSME, João, 2006 – “Olivença (1640-1715). População e Sociedade”. *Revista de Estudos Extremeños*, tomo LXII, n.º II (Maio-Agosto), p. 753-824.
- DIOGO, Helena Isabel; MOREIRA, Maria João Guardado, 1990-93 – “Migrações internas setecentistas: o caso de S. Vicente da Beira”. *Estudo da História. Boletim da Associação de Professores de História*, n.º 12-13-14-15 (II série), p. 911-918.
- DIOGO Helena Isabel; MOREIRA, Maria João Guardado, 1994 – “Migrações internas para S. Vicente da Beira no século XVIII” in *Comunicações das I Jornadas de História Regional do Distrito de Castelo Branco*. Castelo Branco, p. 133-138.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo, 1998 – *Calvão. Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870) População, Sociedade e Mentalidades*. Chaves.
- FREIRE, Antonio de Oliveira, 1739 – *Descrição corografica do reyno de Portugal, que contém huma exacta relação de suas províncias*. Oficina de Miguel Rodrigues.
- FUSTER, V.; ROMÁN, J.; BLANCO, M. J. et al, 2006 – “Variación de la frontera hispano-portuguesa en Olivenza (España) en 1801 y el cambio en la estructura matrimonial”. Poster apresentado no *IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología Biológica*. Ouro Preto, Brasil, 11-14 Outubro.
- FUSTER, Vicente; ROMÁN, Jorge; MOREIRA, M.^a João Guardado et al, 2007 – “Influence of Spanish-Portuguese border changes in 1801 on the mating pattern of Olivença” in *BODZSÁR, Éva B.; ZSÁKAI Annamária (ed.) – New perspectives and problems in Anthropology*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p. 101-108.

- GARCIA, José Manuel Pérez, 1995 – “Demografía cualitativa y conjuntura en las Rías Bajas gallegas. El ejemplo del Salnés (1750-1838)” in REHER, David (coord.) – *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectivas para o futuro. Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*. Porto: Edições Afrontamento, vol. I.
- JUSTINO, David, s.d. – “Factores exógenos de reprodução económica, social e culturais em comunidades rurais. Uma posposta de abordagem numa perspectiva histórica” (artigo inédito).
- LIMA, Luis Caetano de, 1734-36 – *Geografia historica de todos os estados soberanos da Europa*, Lisboa, 2 vols.
- PEREZ MOREDA, Vicente, 1980 – *Las crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- REHER, David, 1994 – “Dimensiones del mercado matrimonial en España durante la Restauración”. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII, XII, 2/3, p. 45-78.
- REHER, David, 1996 – *La familia en España. Pasado y present*. Madrid: Alianza Editorial.
- REIS, Maria da Conceição Coelho dos, 2003 – *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855. Estudo Demográfico*. Guimarães: Universidade do Minho.
- RIBEIRO, Ana Rita, 1995 – «Aspectos sociodemográficos da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)». *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 252-263.
- RODRIGUES, Teresa, 2008 – “Detecção e Análise dos períodos de sobremortalidade em Portugal (séculos XVI a XIX) – o ponto de situação” in *Homenagem a Jorge Crespo*. Lisboa: FCSH-UNL.
- ROMÁN, Jorge; MOREIRA, Maria João Guardado; ZULUAGA, Pilar, et al, 2007 – “Estudios de isonimia en Portugal: consideraciones metodológicas”. *Antropo*, 14, 47-59. Disponível em: <www.didac.ehu.es/antropo>.
- ROWLAND, Robert, 1987 – “Nupcialidade, família, Mediterrâneo”. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. 2, p. 128-143.
- ROWLAND, Robert, 1988 – “Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional” in PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, David Sven (ed.) – *Demografía Histórica en Españ*. Madrid: El Arquero.
- SANTOS, Rui, 1995 – *Celeiro de Portugal algum dia. Crescimento e crises agrárias na região de Évora 1595-1850*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- SOLE, Maria Glória Parra Santos, 2001 – *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*. Guimarães: AAN/ NEPS, Monografias 12.
- VOLPI, A. S., 1995 – “Reconstituição de Famílias e Reconstituição de Paróquias” in REHER, David (coord.) – *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectivas para o futuro. Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*. Porto: Edições Afrontamento, vol. I.

NOTAS

- ¹ Este trabalho integra-se no projecto de investigação “*Influencia de los cambios políticos de la delimitación de fronteras entre España y Portugal sobre la estructura genética y demografía histórica de una población de Extremadura*” financiado pelo Ministerio de Ciencia y Tecnología, de Espanha (Proyecto N.º CGL2004-00928/BOS). Uma primeira versão foi apresentada no III Congresso Português de Demografia, que se realizou em Lisboa, em Setembro de 2008, na sessão *População, História e Modernidade*.
- ² Os dados de Oliveira foram recolhidos nos centros de Historia Familiar da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, (Mórmon) a partir dos livros de casamento microfil-

- mados. Os dados de Juromenha e Alandroal procedem do Arquivo Municipal de Elvas e do Arquivo Distrital de Évora onde se fizeram fotografias digitais.
- 3 JUSTINO, s/d. Ver também DIOGO; MOREIRA, 1994: 136-137.
- 4 COSTA, II, 1706: 539.
- 5 *Memórias Paroquiais*, 1758 (<http://ttonline.iantt.pt/>).
- 6 No sentido de obviar a difícil problemática de encontrar um multiplicador que transforme fogos em habitantes, usámos o coeficiente 3,2 habitante/fogo, tanto para o princípio do século XVIII, como o quantitativo das *Memórias Paroquiais*, que se deduz do Censo de 1801 para a vila de Olivença, uma vez que esta contagem oferece tanto valores de habitantes como de fogos. Daí que estes quantitativos devam ser tomados como uma mera aproximação indicativa ao total da população desta vila.
- 7 COSTA, II, 1706: 538.
- 8 LIMA, II, 1734-36: 268.
- 9 FREIRE, 1739: 153
- 10 COSTA, II, 1706: 539. Também nas *Memórias Paroquiais* se refere que “De todos os frutos he abundante Olivença e excelente sobre quase todas as terras da provincia em trigo e cevada” (“Olivença”, *Memórias Paroquiais*, 1758, disp. em <http://ttonline.iantt.pt/>).
- 11 Veja-se a este propósito a análise realizada por João Cosme, embora para uma época anterior (COSME, 2006).
- 12 Uma vez que o objectivo é ter uma visão geral da dispersão espacial das localidades e influência da passagem da soberania de um país para outro, juntámos no mesmo mapa as décadas anteriores a 1801 e, noutra, a década posterior a este acontecimento, distinguindo, no entanto, os sexos. O mesmo procedimento foi utilizado para Juromenha e Alandroal, embora juntando num mesmo mapa todos os períodos.
- 13 Utilizámos a mesma metodologia já indicada para Olivença quanto ao multiplicador para transformar fogos em habitantes: usámos o coeficiente 3,8 habitante/fogo, para o Alandroal e 4 para Juromenha, ambos que se deduzem do Censo de 1801. Também aqui consideramos estes quantitativos meramente indicativos do volume das populações destas vilas.
- 14 COSTA, II, 1706: 625. O valor apresentado pelo padre Carvalho Costa parece sobreavaliado quando em confronto com as fontes posteriores.
- 15 *Memórias Paroquiais*, 1758 (<http://ttonline.iantt.pt/>).
- 16 COSTA, II, 1706: 628.
- 17 Para a região de Évora veja-se SANTOS, 1995: 229-235; 206-265.
- 18 RODRIGUES, 2008. PÉREZ MOREDA (1980: 395) refere que em 1833 a cólera ultrapassa os limites de Portugal chegando a Espanha e, em Setembro desse ano, chega a Olivença e Badajoz. Todavia, como vimos (Quadro 3), o peso dos recasamentos em Olivença entre 1831-39 é menor do que em Juromenha.
- 19 REHER, 1994: 45-74; REHER, 1996; BLANCO CARRASCO; SANTILLANA PÉREZ, 2004.
- 20 REHER (1990: 84-85) encontrou valores elevados de exogamia geográfica em Cuenca: 60,9% dos homens e 57,4 das mulheres não eram naturais da cidade, embora viessem de comunidades localizadas dentro de um raio de 50 km.
- 21 JUSTINO, s.d.
- 22 DIOGO, MOREIRA, 1994: 135.
- 23 Para outras comunidades veja-se FAUSTINO, 1998: 99; SOLE, 2001: 135; REIS, 2003: 38; RIBEIRO. 1995: 253. Na Galiza encontramos uma endogamia geográfica mais acentuada: (GARCIA, 1995: 147) em Salnés mais de 70% dos noivos são dessa localidade.

ESPAÑA ANTE EL NACIMIENTO DE LA *REGENERAÇÃO*: LA TENTATIVA DE UNA INTERVENCIÓN MILITAR (ABRIL-JULIO DE 1851)

Ignacio Chato Gonzalo

LA *ENTENTE* CONSERVADORA DE NARVÁEZ Y COSTA CABRAL

El pronunciamiento militar que, en abril de 1851, se encargó de capitalizar Saldanha en Oporto significó, además de un punto y aparte en la dinámica política lusa¹, un importante giro en las relaciones bilaterales entre España y Portugal. Hasta entonces, el predominio político de las fuerzas moderadas en ambos países, lideradas por Narváez en España y Costa Cabral en Portugal, había supuesto una larga etapa de entendimiento entre los gobiernos que se fueron formando a uno y otro lado de la frontera. Una *entente* conservadora que dio inicio, en Portugal, con la restitución de la Carta en febrero de 1842 y, en España, con la defenestración de Olózaga y los progresistas del gobierno en noviembre de 1843 y la proclamación de la mayoría de edad de Isabel II. La identidad política de los ministerios moderado y *cartista* tuvo como base de entendimiento la ayuda mutua ante cualquier tentativa revolucionaria y el control de los exilados residentes en sus respectivos países. Esta afinidad – y la solidaridad intergubernamental en que derivaba – sólo vino a interrumpirse a raíz de la revuelta de María da Fonte y la llegada al gobierno de la nueva política aperturista auspiciada por el duque de Palmela². De hecho, verificado este cambio ministerial, que desalojaba momentáneamente del poder a los *cabralistas*, el gobierno de Istúriz prestó especial colaboración a las huestes del conde de Tomar, al objeto de dar término a las pretensiones reformistas de Palmela, tomando una parte muy activa en los asuntos portugueses González Bravo, entonces Ministro de España en Lisboa. A pesar de la oposición del gobierno inglés, el general Saldanha, perfectamente identificado todavía con el grueso del *cartismo*³, gracias a su ascendencia en el ejército, se encargó de restituir a este partido en el gobierno, que no había visto alterada sustancialmente su intrincada red de influencias y clientelas.

El regreso del *cabralismo* frustró las esperanzas de los *setembristas*, que se veían obligados a optar por la vía de la revolución como único medio de alcanzar el poder y aspirar a un cambio de régimen, lo que desembocó en la insurrección de Oporto y el enfrentamiento civil que vino a conocerse como la

*Patuleia*⁴. El resultado final del conflicto, aun admitiendo una victoria sin vencidos, no permitió que la situación política avanzara por la línea de apertura y conciliación que auspiciaba el gobierno inglés, malogrando las perspectivas reformistas que buscaban el definitivo derrumbe del *cabralismo* y dejando en papel mojado las estipulaciones contenidas en la Convención de Gramido. Quedaba así cerrada toda opción al establecimiento de una línea conciliadora en el gobierno, como parecía pretender ya en esas fechas el propio Saldanha, y, mucho menos, la sustitución de los *cabralistas* por los *setembristas* o *patuleias* – como ahora venían a conocerse –, tal y como pretendía el ministerio británico. No obstante, tras la guerra, el partido *cartista* no era capaz de mantener, como antes, ni la unidad ni la fortaleza que había mostrado en gobiernos precedentes, lo que permitió al Mariscal desprenderse de la tutela del conde de Tomar, favorecido por las disidencias internas y las pugnas filiales dentro de la familia Cabral⁵. Sólo la amenaza revolucionaria que se vivió en Europa en 1848 ayudó a que la coalición moderada pudiera mantenerse en la Península por unos años más, lo que venía a anunciar que, como vendría a ocurrir tres años después en Portugal, cuando la percepción del peligro viniera a reducirse, la política preventiva auspiciada por el moderantismo, y concretamente por el *cabralismo*, se convertiría en completamente prescindible. El regreso del conde de Tomar a la presidencia del gobierno en junio de 1849 y el mantenimiento de una política ya entonces anacrónica, condujo al propio Saldanha a una mayor aproximación hacia los sectores más tibios del *setembrismo* y a plantear sus primeras intenciones insurreccionales⁶.

La década de los cuarenta llegaba a su fin. La hegemonía política del moderantismo en la Península, que había contado para su permanencia en el poder con el completo apoyo de la monarquía – Isabel II en España y María II en Portugal –, que venía a identificar la naturaleza del régimen y su propia supervivencia con los principios que venían a representar moderados y *cartistas*, y con el sostén que le suministraba el control efectivo sobre el ejército (complementado, en el caso de los *cabralistas*, a raíz de la *Patuleia*, con los Batallones Nacionales), venía a resquebrajarse. El principio de exclusivismo que Narváez y el conde de Tomar impusieron en la dinámica del liberalismo resultaba ya, a mitad de siglo, insuficiente e inconveniente. Tanto dentro de las propias filas moderadas, como era el caso de los puritanos en España, o del propio Saldanha en Portugal, como desde las oposiciones progresista y *setembrista*, se hacía patente la necesidad de romper con la inercia de la exclusión del adversario y ensayar nuevas vías tendentes a la conciliación. Un nuevo rumbo que permitiera, al menos, cierto grado de estabilidad política, gracias a la asunción compartida de una misma base constitucional, y al ensayo de nuevas propuestas políticas, como la alternancia de los partidos en las tareas de gobierno o, como vendría a ocurrir en un futuro próximo, la fusión o unión de los partidos. Del éxito de esas propuestas iba a depender el dispar itinerario que los regímenes liberales siguieron en España y Portugal, así como los diferentes objetivos políticos que vendrían a representar las culturas políticas en ambos países⁷.

El triunfo del pronunciamiento de Saldanha vino a significar un verdadero punto de asimetría en el devenir del liberalismo peninsular. El carácter estrictamente militar del levantamiento, excluyendo la participación de civiles en el mismo; la unidad del ejército bajo el mando del Mariscal, subordinando a los oficiales de uno y otro signo gracias a la “promoción monstruo” que vendría a decretar; el respaldo dado por la propia monarquía a este nuevo giro político, especialmente por parte de Fernando de Coburgo, verdadero cómplice del nuevo devenir político⁸, constituyeron elementos determinantes en el éxito de la *Regeneração*⁹. No obstante, es importante subrayar el papel representado por las fuerzas políticas que, a excepción del *cabralismo* recalitrante, que pronto iba a quedar desplazado y al margen del nuevo espacio político, supieron adaptarse a las nuevas reglas que venían a definirse. El grueso del *setembrismo* fue capaz de contener las aspiraciones de su ala radical, asumiendo los límites que implicaba el mantenimiento de la Carta, mínimamente reformada con el Acto Adicional de junio de 1852, que apenas recogería sus pretensiones políticas. La formación del partido *histórico*, como reformulación ideológica y estratégica del viejo *setembrismo*, mostraba los límites admisibles dentro del nuevo orden regenerador, situación que pronto iba a expresar las contradicciones existentes en su seno, entre la fracción más templada – la que vendría a conocerse como “*unha branca*” – y la más radical – la “*unha preta*”¹⁰. Pero el verdadero artífice del cambio de régimen fue el partido *regenerador*, la fuerza política que conformaron diversos líderes del antiguo *cartismo*, que supieron contemporizar sus planteamientos con las necesidades y exigencias de un nuevo sistema político que pretendían estable y garante del orden. Y es que la estabilidad política resultaba ser la condición esencial para dar término al largo proceso constituyente y poner las bases del desarrollo económico y del progreso material del país, verdadero ingrediente ideológico con el que se iba a recubrir al nuevo orden político que venía a instaurarse y base del pretendido consenso entre los distintos partidos. Porque, en efecto, eliminadas del lenguaje político las veleidades constitucionales, los nuevos partidos de la *Regeneração* asumieron como principio común la irrenunciable necesidad de las mejoras materiales, que sólo parecía encontrar disenso en la forma expansiva – o no – de financiarlas, exhibiendo el partido *histórico* una actitud restrictiva en cuanto al presupuesto, que vendría a sustanciar en su defensa de las “economías”¹¹.

LA REGENERAÇÃO Y LA PREVENCIÓN DEL MODERANTISMO ESPAÑOL

Mientras que en Portugal venían a esbozarse los primeros trazos modernizadores que iban a conducir a la construcción del nuevo régimen político, en España, con el poder todavía en manos de los moderados – Bravo Murillo había sustituido a Narváez en la presidencia del gobierno en enero de 1851 –, se iba a mantener la política de prevención ante la amenaza revolucionaria. Los sucesos

de Portugal se percibieron como una oleada postrera de la revolución europea, especialmente peligrosa por su cercanía y contigüidad política, que convertía a lo acontecido en el país vecino en un riesgo de estimable consideración. Desde los inicios del levantamiento de Saldanha, el gobierno español mostró una especial cautela, preparándose para la eventualidad de una posible intervención, como había ocurrido cuatro años antes, que debiera restituir el orden de cosas preexistente. Durante los primeros momentos del pronunciamiento, antes de estallada la sublevación de Oporto, el gobierno español adoptaba una postura neutral, si bien mostrando claramente sus simpatías por “los mantenedores de la causa del orden y de las leyes”, expectante ante el desenlace de los acontecimientos, aunque avisando de su intención de intervenir en el momento en el que “la insurrección tomase un rumbo que pusiera en peligro el trono de la Reina Doña María de la Gloria”¹². Una cuestión que, a raíz de los sucesos de Oporto en la noche del 24 de septiembre¹³, iba a despertar especial preocupación, temiéndose que Saldanha hiciera caso de las propuestas de los más radicales, que ya entonces abogaban por la abdicación de la Reina y la entronización de su hijo, Pedro V, estableciéndose una regencia en manos del propio Mariscal¹⁴. Anticipándose a cualquier posibilidad, Bertrán de Lis, entonces Ministro de Estado, instruía a los Ministros de España en Londres, Javier Istúriz, y París, Donoso Cortés, al objeto de explorar los ánimos de los gobiernos inglés y francés respectivamente, en el caso de plantearse la necesidad de una intervención militar en Portugal. Mientras que el ministerio francés se mostraba conforme a la postura española y justificaba sus miras preventivas, el gobierno inglés, en boca de Palmerston, dejaba fuera, por el momento, cualquier intervención, confiando en la capacidad de María II y de los sublevados de encontrar una solución estable y aceptable para los aliados, y esperando que, con el nombramiento de Saldanha como jefe del gobierno, llegara el resultado pacífico y apetecido del proceso revolucionario¹⁵. Un punto de vista que el gobierno de Bravo Murillo no iba a compartir, siendo menos optimista ante el desenlace, “previendo desde luego la exigencias que a la sombra del alzamiento del ejército podrían presentar los partidos, su influencia podría, en efecto, traer la abdicación de Doña María de la Gloria, la elevación al trono del príncipe heredero o la preponderancia de los elementos democráticos o miguelistas”. A partir de entonces, el objetivo del gobierno español – y de su Legación en Lisboa – fue el conseguir de Saldanha una postura atemperada, para lo que se trató de “hacerle conocer la pendiente resbaladiza en que se hallaba; y convencerle de que el gobierno español no había tenido nunca empeño de conservar en el poder a determinadas personas, pues su único y constante deseo era el sostener el trono portugués, conservar el orden y no abrir las puertas a la revolución”¹⁶.

María II, poco adicta a Saldanha y a las veleidades revolucionarias que éste había protagonizado, que no escondía sus afinidades con Costa Cabral y sus postulados políticos, una vez dado como triunfante el pronunciamiento, cedió su voluntad a la influencia británica¹⁷. Esta actitud no dejó de sorprender y molestar al Representante español, Alcalá Galiano, que veía poco reconocidos

sus ofrecimientos y la protección que estaba dispensando su gobierno para sostener, precisamente, su persona, tratando de prevenir cualquier riesgo que pudiera destronarla. Reconocía que los *cabralistas* estaban molestos con la actitud mesurada con que, interpretaban, había actuado el ministerio de Bravo Murillo, considerando que con Narváez la intervención militar en su apoyo se hubiera ordenado de inmediato¹⁸.

La llegada de Saldanha a Lisboa, verificada el 17 de mayo, no vino, a ojos de la Legación española, a tranquilizar la situación¹⁹. La excepcional acogida que recibió el Mariscal, en detrimento de la propia Reina, venía a intensificar los temores de que éste pudiera tomar una orientación demasiado extremada, e incluso admitiese como posible la abdicación de María II²⁰. A partir de entonces, el objetivo del gobierno español iba a consistir en tratar de neutralizar toda opción revolucionaria por medio de la influencia que, sobre el nuevo jefe del gobierno, debían ejercer, en comandita, Hamilton Seymour y Alcalá Galiano²¹. La proclama hecha por el General el 8 de mayo venía a expresar la ascendencia que todavía tenían en él los postulados de los radicales, lo que hacía temer una deriva excesivamente complaciente con las pretensiones políticas de los *patuleias*:

Consolidemos el trono de S. M. la Señora D.^a Maria II y a su Dinastía; reformemos la Carta Constitucional; hagamos una elección realmente libre, para que pueda haber una verdadera representación nacional; y el sistema de inmoralidad y de corrupción, de peculio y de robo, que se había arbolado en la teoría del gobierno, será sustituido por la justicia y libertad, por la moralidad y economía²².

La formación de su primer gobierno no supuso, en opinión del Plenipotenciario español, paso ninguno para la estabilidad del país²³. Antes al contrario, la identificación *setembrista* de los nuevos ministros y la alta capacidad de mando de Saldanha, de quien se tenían todas las desconfianzas, hacían temer de los derroteros por los que pudiera conducirse el gobierno²⁴. De esta misma opinión era Hamilton Seymour, que al objeto de evitar cualquier justificación a las intenciones preventivas e intervencionistas del gobierno español, iba a tratar de reconducir los pasos del Mariscal, condescendiente en exceso a los deseos de los radicales. A tal fin marcó las directrices a las que Saldanha debía sujetar su conducta, si quería desprenderse definitivamente de la amenaza de una posible intervención española y, de paso, evitar la enemistad del gabinete británico, que quedaban reunidas en cuatro puntos: “1.º Que sean respetadas la autoridad y dignidad del trono en la persona de la actual Reina. 2.º Que no se dé a España el menor motivo de queja o temor. 3.º Que resista el Ministerio a los clubes y 4.º, que cuide de no dejar que vengan aquí a plantar su bandera y oficina de revolucionarios los de la compañía cosmopolita revolucionaria, cuya junta directiva reside en Londres por ahora”²⁵. Unas exigencias que el General parecía dispuesto a aceptar. No obstante, las

seguridades de mantener el orden y respetar el trono que daba Saldanha tanto a Seymour como a Alcalá Galiano de poco servían cuando venían de una personalidad tan compleja y contradictoria como la suya²⁶. A pesar de ello, y aunque resultara contradictorio, el Representante español consideraba que, más allá de sus veleidades revolucionarias, su permanencia en la jefatura del gobierno resultaba lo más conveniente en esos momentos.

La situación política parecía estabilizarse, dejándose en suspenso la actividad del gobierno hasta la convocatoria de elecciones, trasladando la iniciativa al nuevo Parlamento que, con carácter constituyente, viniera a ocuparse de la reforma de la Carta y de la definición del nuevo régimen. Esta contención que parecía mostrar el gobierno era saludada con aprobación por el gobierno inglés que, a partir de ese momento, iba a limitar la presión que debía ejercerse sobre Saldanha y su ministerio. Fue el propio Palmerston el que estableció cuál debía ser la nueva línea de conducta de los “aliados” con respecto a Portugal: “que en el momento actual no hay peligro que amenace, estando conformes los partidos en Portugal en dejar a la decisión de las Cortes convocadas la solución de todos los puntos, que hoy se cuestionan y que cualquier ademán o movimiento de parte de la España produciría un efecto contrario, dando armas a los partidos de revolución y de reacción. Que sometidos los partidos a la discusión de las Cortes, no podría haber caso de abdicación forzada, sino por la voluntad general de la nación; que la España no podrá intervenir sino conquistando el Portugal y concluyendo por considerar como mejor política de actualidad adherirse al principio estricto de no intervención y de observación de los acontecimientos que vayan desarrollándose en aquel Reino”²⁷. Quedaba así confirmada la doctrina de no intervención, que el gabinete británico había tratado de imponer desde el inicio del proceso revolucionario y que, en ese momento, las circunstancias políticas permitían sostener.

No obstante, el gobierno español no iba a conformarse con el estado de cosas que había resultado en Portugal, receloso del rumbo radical y revolucionario hacia el que, todavía, podría conducirse el régimen político en ese país y que, con respecto al posible destronamiento de la Reina, no estaba dispuesto a consentir. A instancias del mismo Istúriz, el nuevo Ministro de Estado, el marqués de Miraflores, iba a intentar resucitar el mismo argumento que sirvió de excusa para la reedición de la Cuádruple Alianza en 1847, la posible participación de los migue-listas en el escenario político y, más en concreto, en la cuestión dinástica. A esta improbable aparición incluía otro elemento de perturbación, éste sí más convincente, que apuntaba a la peligrosa intromisión de los miembros de la democracia. El gobierno español se resistía a renunciar a la estrategia preventiva frente a la amenaza que suponía el contagio revolucionario, incapaz de admitir las consecuencias de la abdicación o el destronamiento de María de la Gloria, auténtica expresión de la amenaza al orden y a la propia institución monárquica:

... que la España no aspira ni a su supremacía ni aun influjo preferente en Portugal; que se contenta con evitar en él todo suceso que pueda complicar

por contagio a que por desgracia se halla tan preparado el mundo moral de toda Europa, la quietud de este país y la seguridad de los principios monárquicos que tanto interesa conservar ilesos en España como en Portugal, a imitación de cómo se conservan en Inglaterra, país tan eminentemente monárquico; esta cuestión no es controvertible, es completamente de existencia. La caída de la Reina D^a María del Trono sería un principio de perturbación cuyas consecuencias es más fácil deplorar que medir, y no se diga que si abdicaba la Reina en su hijo y se constituyese una regencia, el principio monárquico quedaba a salvo, no porque si la gran institución de la Monarquía, personificada vigorosamente ha caído en algún país de Europa ante el empuje de las doctrinas disolventes que amenazan la existencia, no sólo de los Tronos, sino de la sociedad y aún de la familia, que debería suceder necesariamente dejando correr, sin ninguna especie de correctivo, las consecuencias extremas del triunfo de una insurrección que, cual todas al vencer, creen sus caudillos estar a su mano parar y fijar a su antojo; no tardando mucho en verse desbordados e impotentes para verificarlo; yo, a decir verdad, no puedo lisonjearme de que el mariscal Saldanha sea una excepción a la regla general común a todas las revoluciones²⁸.

Pero el gobierno británico no iba a permitir, como en el cuarenta y siete, la reedición de la Cuádruple Alianza. No aceptaba, en absoluto, el argumento de la cuestión dinástica como justificación para una nueva intervención, ni admitía siquiera el que pudiera esgrimirse la presencia del miguelismo como elemento perturbador. Lord Howden dejaba clara la postura británica al respecto, dando por terminada la época en la que tanto el legitimismo, como cualquier fuerza progresista o revolucionaria, pudieran ser considerados como una amenaza contra el orden europeo. De hecho, hasta justificaba y aplaudía la acción acometida contra el gobierno del conde de Tomar y el predominio político de los *cabralistas*²⁹. La política de prevención resultaba inadmisibile:

En aquella época se trataba de dos cuestiones de sucesión, cuestiones que por su esencia, y además por la ley pública de gente, tocaban de cerca otras potencias, en atención a los importantísimos intereses que se hallaban comprometidos en la solución de dichas cuestiones. Las cuestiones de sucesión siempre han sido asuntos excepcionales y colocados en una categoría aparte. Había, a la verdad, dos tronos que peligraban, y V. puede contestarme que hoy día hay uno que peligra también. Sí, pero peligraban ellos en aquel entonces, delante una cuestión europea, la cual, como cuestión de sucesión, estaba ligada íntimamente con el conjunto general de las potencias, y no sólo con la gran familia que empuña los cetros del mundo, sino con los intereses de los pueblos que rige. No se puede alegar que esta situación se ha vuelto a producir en Portugal; por eso digo que una intervención, aún un amago de intervención, por descolorido que sea, hecho a la ligera, dejaría en adelante, tanto la España como el Portugal, a la misericordia de todas las potencias más fuertes que ellas, siempre cuando se les antojara de descubrir microscópicamente ideas que les hiriesen o hechos que les incomodasen³⁰.

La estrategia diplomática española, respetando las directrices planteadas por el gobierno inglés, aunque sin compartir la sustancia política que aducía, no iba a prescindir de su pretendido derecho a intervenir en el momento en el que el trono de María II viniera a amenazarse³¹. Estos eran los principios sobre los que pretendía sujetar su conducta ante la cuestión portuguesa:

1. A la adopción del principio general de no intervención en las cuestiones interiores de ningún país independiente.
2. A no extender en este momento nuestros pasos diplomáticos en Lisboa más allá que a la acción moral de buenos consejos dados por nuestro Ministro, de acuerdo común con el Ministro de Inglaterra en aquella corte.
3. A sostener eficazmente el Trono de la Reina D^a María contra toda coacción graduada de tal por S. M. Fidelísima misma.
4. A que llegado el caso de obrar en esta dirección, se procure con todo esfuerzo verificarlo de acuerdo y en unión con la Inglaterra, sin desistir del empeño de llevar a cabo aquel intento, aunque este acuerdo no pudiera por desgracia conseguirse.
5. Que el gobierno español tiene absoluta necesidad de prepararse a todas las eventualidades, sin que sus preparativos, cualquiera que sea su naturaleza, signifiquen querer escaparse de la línea de conducta indicada³².

Una posición que no contaba, lógicamente, con el beneplácito del gobierno inglés, que pretendía dar por zanjada la crisis portuguesa y evitar cualquier acción por parte de los moderados españoles. De ahí que el marqués de Miraflores iniciara entonces una campaña de contactos con otros gobiernos más afines, buscando su apoyo ante la eventualidad de una intervención militar en Portugal que pudiera no disponer del consentimiento británico. El gobierno francés reiteró su apoyo, reconociendo explícitamente el derecho que asistía a España, llegado el caso, de participar en los asuntos portugueses. A los gobiernos de Viena, Berlín y San Petersburgo se les instaba, en el caso de que fuera necesaria una acción militar, a dar su respaldo y ayuda por medio de sus ministros en Lisboa, mostrando su firmeza en la defensa del trono en manos de María II³³. De todos modos, de poco iban a servir al gobierno español las muestras de apoyo que, desde Bélgica, Austria, Prusia y Rusia, vinieron a recibirse. Mientras el ministerio inglés mantuviera su total repulsa a una acción de fuerza contra el nuevo régimen establecido en Portugal, imposible resultaba la oportunidad de entrar *manu militari* en el país vecino. Así lo avisaba lord Howden que, con justificada suspicacia, pedía explicaciones a Miraflores a raíz del llamamiento de una nueva quinta para incrementar los efectivos del ejército, viéndose en la necesidad de recordar las especiales obligaciones que, para su gobierno, implicaba la alianza luso-británica: “existen tratados de naturaleza muy restrictiva entre la Inglaterra y el Portugal desde los tiempos más remotos, los cuales se han renovado constante y sistemáticamente y por los cuales la Inglaterra está obligada a suministrar al Portugal un inmediato auxilio en

buques y soldados, no sólo en el caso de ser atacado por una Potencia extranjera, sino que, en el muy preciso y peculiar lenguaje de estos antiguos tratados, en el caso de que “sus enemigos, perseguidores o rivales intenten, preparen, o en cualquier manera aparezcan deseos de infestarla, oprimirla o invadirla”³⁴. Dada la persistencia del gobierno español en sus intenciones intervencionistas, el Ministro inglés en Madrid, lord Howden, llegaba a plantear a su gobierno en qué situación podría ser admisible una acción militar española, en cuyo caso el gobierno británico debía no sólo permitir, sino colaborar, en una nueva incursión española en Portugal. La respuesta que daba Palmerston, desaconsejando a su ministro cualquier empatía con las pretensiones españolas, era tajante, indicando que sólo podría ser motivada en el improbable caso de que el mismo gobierno luso viniera a solicitarla, con el beneplácito de la Reina, o estallara una revolución total en ese país que acabara con las instituciones establecidas.

El único caso de hipótesis para el cual la España desea vivamente el acuerdo común de los aliados de Portugal y principal especialmente el de la Gran Bretaña, de una manera igual o semejante a la que se verificó en la época de 1847, a que ya me he referido, sería sola y únicamente para el día en que un gobierno portugués cualquiera, a cuya cabeza estuviese la Reina legítima y constitucional D^a. María de la Gloria, reclamase, en un caso de necesidad que a Portugal sólo toca apreciar, la cooperación y auxilio de sus dos más inmediatos e íntimos aliados, la Inglaterra y la España, o en el que la anarquía triunfante amenazase inminentemente destruirlo todo, echando por tierra el Trono portugués y la Constitución del Estado, no teniendo en tan desgraciada eventualidad ni la Inglaterra ni la España un gobierno portugués, siquiera fuese de hecho, que conservase la condición de tal con quien pudieran ambas Potencias entenderse, o a quiénes dirigirse, siéndoles por otra parte forzoso a ambas atender al cumplimiento preciso de obligaciones tan sagradas para las dos naciones interesadas en la conservación social y política del Portugal, con quien tantos intereses y tan amistosas simpatías ligan a la Inglaterra y la España³⁵.

Mientras tanto, los representantes de Inglaterra y España seguían con su labor, tratando de reconducir a Saldanha por los derroteros del orden e impedir su deriva hacia el campo de los radicales³⁶. Y es que, ciertamente, en esos momentos, el Mariscal se veía disputado por las fuerzas emergentes de la revolución, habiendo quedado los *cabralistas*, ya entonces, fuera de la pugna política. Por un lado los *cartistas* reconvertidos hacia el movimiento regenerador, con Rodrigo da Fonseca a la cabeza, por el momento excluidos en la formación del primer gobierno de la *Regeneração*, que planteaban un mínimo en el camino de las reformas y defendían la vuelta al orden y a la estabilidad. Por el lado opuesto los radicales o *patuleias*, representados y liderados por Leonel Tavares, que proyectaban más avances en el proceso revolucionario iniciado y que pretendían un rápido y continuado proceso democratizador, sin temer el horizonte “republicanizante” al que apuntaban. Identificados con el gobierno constituido, los *setembristas* templados, los que vendrían a formar el partido

nacional y que posteriormente llamarían *histórico*, que ocupaban el centro-izquierda del espacio político y proyectaban continuar con las reformas iniciadas, aspirando a una modificación sustancial del régimen existente. La entrada de políticos de esta corriente en el ministerio presidido por Saldanha, y muy especialmente del duque de Loulé, que iría a convertirse en la cabeza visible del mismo, expresaba claramente el escoramiento del gobierno hacia los planteamientos del *setembrismo* y el mantenimiento, sin opción de discontinuidad, del movimiento revolucionario iniciado en abril³⁷.

En cumplimiento de sus instrucciones, Alcalá Galiano iba a mantener distintas entrevistas con el nuevo jefe del gobierno portugués, al objeto de reconducirle, en la manera de lo posible, por la senda de la moderación. A finales del mes de mayo, en una coyuntura que consideraba “peligrosa al trono de Portugal, a la seguridad de la Princesa que lo ocupa, y al orden público”, el Representante español le hacía llegar la inquietud de su gobierno por los riesgos que podían devenir de continuar la situación en el punto en que se encontraba. Saldanha le respondía “que no había el menor motivo para tenerla, pues va aquí todo prósperamente; que la influencia de los clubes en el gobierno es imaginaria”, negando las pretendidas influencias que los radicales ejercían sobre su ministerio. Añadía que, en términos financieros, no había intención ninguna de llevar a cabo la bancarrota que se anunciaba y, en relación al rumbo político del país, aseguraba que iba a realizarse en un tono de mesura: “no habrá Cortes Constituyentes; que la Carta será reformada por medios legales; que si bien la ley electoral será dada por decreto, según ha sido costumbre en Portugal, será la elección indirecta y se exigirá propiedad a los electores y elegibles”. Y en lo referido al mantenimiento de María II en el trono, daba todas las seguridades: “que será respetada la Reina en el uso de sus legítimas prerrogativas y en su dignidad, así como observadas las leyes en cuanto es compatible con la revolución recién hecha”. En definitiva, el Mariscal trasladaba al Plenipotenciario español las seguridades que éste quería escuchar, dando perfectas garantías a las demandas que tanto él como su colega británico le presentaban: “que él sabía que sería víctima de los revolucionarios si la revolución se desboca, que además desea conservar cabal e íntima amistad con nuestro gobierno y el británico”, ofreciendo dar satisfacción a los recelos que pudieran surgir a ojos del país vecino³⁸.

Este alarde de moderación y buena disposición quedó, no obstante, limitado por sus confesadas buenas relaciones con los sectores más radicales, lo que sin duda había comunicado a Alcalá Galiano para dar muestras de su control de la situación: “el mismo Duque me habló de cuán satisfechos han quedado de su conducta los revolucionarios, y estar bien con tales gentes no es lo que da mejor idea de lo presente, ni lo que asegura mejor para lo venidero”. Además, Saldanha se hacía eco, mostrando una excesiva credulidad, de los rumores que circulaban en relación a supuestas intenciones reaccionarias, sospechas con las que los radicales pretendían atraer al General hacia su estrategia revanchista y hacerle partícipe de la necesidad de extremar el alcance de la revolución:

... tiene llena la cabeza de la idea de que hay proyectos de lo que él llama reacción, esto es, de un movimiento contra su poder y persona. Como semejante idea es descabellada pues los del partido ahora vencido, sólo tratan de ponerse a cubierto de las resultas del triunfo de sus contrarios, he notado que éste es el medio de que se valen con ventaja los que quieren influir en el ánimo del Mariscal y lo consiguen excitando en su ánimo la desconfianza y suspicacia de su situación, y propios también de su condición, en la cual todo tiene vivo efecto³⁹.

Poco tiempo dejó transcurrir Alcalá Galiano, sabedor de la falta de una línea de conducta clara y terminante por parte de Saldanha, efectuando una nueva visita al jefe del gobierno. En esta ocasión, el Representante español le mostraba cuáles eran los principios sobre los que su gobierno pretendía sujetar su conducta con respecto a Portugal, desvaneciendo los recelos y temores relativos a una inminente intervención militar española, resumida en los cinco puntos anteriormente expuestos. La política que el gobierno de Bravo Murillo pretendía seguir en la cuestión portuguesa fue recibida con satisfacción por el General, que, a su vez, reiteraba su voluntad de establecer un buen entendimiento entre los dos países y conducir al suyo por una senda que se atrevía a calificar de conservadora, sin permitir cuestionar, en absoluto, el trono de María II: “pues no podía (según él decía) haber desavenencias entre el gobierno español y el portugués estando él resuelto, como lo estaba, a proceder con arreglo a doctrinas conservadoras y monárquicas. Sobre la abdicación de la Reina (me afirmaba) tan lejos está de pensarse en ella que, según había yo notado, ni aun los diarios de la oposición más acalorada la piden ya”. Declaraba que no iba a permitir acción revanchista alguna contra los *cabralistas* y “que eran tales sus intenciones que si en las Cortes próximas llegan a tener mayoría los hombres de ideas extremadas serán luego disueltas”. Un propósito de enmienda que entonces parecía al Representante español lejos de las intenciones reales del General, pero que vendría a confirmarse meses después. En este encuentro, Alcalá Galiano recibió de Saldanha las más terminantes protestas de aunar su conducta política con los principios sostenidos por el gobierno español, si bien de escaso crédito le resultaban al Representante español, pues “por desgracia, tal es carácter del personaje en cuyas manos está hoy la suerte de Portugal, que unas explicaciones como las que acabo de referir no deben, con todo, inspirar gran confianza. Suele el Duque decir lo que no piensa y además suele mudar con frecuencia de modo de pensar, y agrega a esto ser por su condición natural en extremo débil y mudable y estar por la situación en que se ha puesto precisado a obedecer a varias influencias”⁴⁰. Lo que sí venía a tranquilizar al Representante español era la actitud del gobierno luso con respecto al ejército, que lejos de interpretar como una medida tendente a la conciliación, consideraba como un freno al proceso revolucionario:

Hay un suceso que debe desvanecer ciertos temores. El actual Ministerio va en la carrera civil quitando los empleos a todos los hombres moderados para

darlos a los de ideas opuestas y extremadas. Pero en el ejército no procede lo mismo y esto que es importantísimo aquí donde el ejército manda, nace de una causa sabia. Los militares que han ayudado al Duque en su empresa contra Tomar, son todos cartistas y algunos de los de más poder y nombre, entre ellos le han declarado que no han hecho la revolución para dar a los setembristas el mando. Tal declaración es hija del principio de interés personal menos noble, pero toma la capa de un principio político y puede producir medianamente buenas consecuencias⁴¹.

Aunque el ejército, verdadero baluarte del orden, se encontraba esencialmente bajo el control de los *cartistas*, el estado político del país seguía dando evidencias de su giro a la izquierda, sin que Saldanha diera muestras de querer reconducir las cosas hacia un estado moderado o conservador, como había declarado al Plenipotenciario español⁴². La ley electoral que vino a aprobar el 20 de junio – “lo más desvariada que cabe discurrir y favorable por demás a las ideas y al interés de la revolución más radical”, como analizaba Alcalá Galiano – parecía confirmar la preeminencia de los *setembristas* en los diversos ámbitos de la administración, disponiendo ahora de los instrumentos institucionales y administrativos para fabricar las elecciones a su antojo. Resultaba así una situación contradictoria y paradójica, como acertaba a describir el Representante español: “apoyándose el gobierno en las doctrinas y en los hombres que llevan la calificación de *setembristas* y queriendo al mismo tiempo conservar el apoyo de los militares y de unos pocos personajes de otras carreras devotos de la Carta y de máximas monárquicas y moderadas”. La ambigüedad del jefe del gobierno, tratando “de dar gusto al mismo tiempo a personas cuyas opiniones e interés distan mucho entre sí”, generaba una incertidumbre y una indefinición que no debía prolongarse⁴³. De ahí que la remodelación ministerial de 7 de julio fuera interpretada como una acertada decisión, tendente a reconducir al gobierno hacia posturas más templadas, que sirviera de contrapeso a la ascensión política que la izquierda había logrado tras los sucesos de abril.

El paso dado por Saldanha era especialmente bien recibido por el gobierno español, que con el cambio ministerial entendía se daba cumplimiento a las garantías verbales dadas a Alcalá Galiano. Así venía a manifestarlo el marqués de Miraflores en el Senado, exponiendo abiertamente cuál había sido la postura del ministerio ante la cuestión portuguesa y cómo era valorada, en esos momentos, la situación política del país vecino. Comenzaba asentando la idea de la posible intervención española en el caso que se viera la necesidad “de atender a la defensa de sus intereses esenciales”, que concretaba en “el caso en que el Trono de la Reina constitucional de Portugal pudiera estar en peligro”. Trataba de despejar toda reticencia acerca de cómo pudieran afectar otras cuestiones ideológicas o de partido, declarando que “el gobierno no considerará nunca, o difícilmente y con raras excepciones, como interés esencial suyo, los nombres de los individuos que lo componen, ni tampoco puede mirar como esencial el triunfo de un partido político sobre otro”. En cualquier caso, añadía Miraflores,

el gobierno español siempre contaría “con la aquiescencia y amistad de los gobiernos aliados de Portugal, y muy singularmente tendría en cuenta las relaciones que median entre Portugal e Inglaterra”. En definitiva, el gobierno español, en boca del Ministro de Estado, interpretaba que la situación política del país vecino en esos momentos parecía no exigir ninguna medida excepcional:

... el gobierno de S. M. no considera en próximo peligro ese Trono, pues los sucesos que han pasado en el vecino Reino, y los que están pasando todavía, y que el gobierno no repite aquí porque hartos los conoce el Senado, no han exigido hasta ahora más que buenos consejos, y estos consejos no han tenido que ser otros que los que puede y debe dar un benévolo y sincero amigo de un gobierno con quien le unen intereses de buenas relaciones y armonía; así que no tengo inconveniente en declarar, porque no concibo que al hacerlo comprometo ningún secreto diplomático, que las instrucciones dadas por la Gran Bretaña y por el gobierno español a sus representantes, así como las del gobierno francés a los suyos, son completamente idénticas, dirigidas todas a aconsejar al hombre que se halla al frente del gobierno de aquel país y al gobierno todo, cuán útil es a los intereses generales del mundo entero la templanza y la adopción de medidas que aseguren el Trono constitucional de Portugal en la cabeza de la Reina Doña María de la Gloria; y si alguna duda pudiese abrigar el gobierno de S. M. acerca del efecto de los pasos dados cerca del gobierno aliado de Portugal, podría tranquilizar completamente al Senado, declarando que el Mariscal Saldanha, Presidente del Consejo de Ministro de la Reina Fidélísima, ha declarado de la manera más solemne que daba las seguridades más absolutas respecto a las cuestiones que pudieran excitar a cualquiera Nación aliada a creer que podían peligrar los principios monárquicos, y ha manifestado de la manera más positiva que no era cuestión de abdicación de S. M. la Reina de Portugal, como se supuso un momento, y que mientras la Reina le continuase su confianza, no podía obrar más que con arreglo a los antecedentes monárquicos que todos conocemos en el ilustre Duque⁴⁴.

Cuando todo parecía indicar que la tranquilidad pública se instalaba definitivamente en Portugal, nuevos sucesos despertaron los recelos del gobierno español, temeroso de un repunte del movimiento revolucionario. Era Alcalá Galiano el que daba noticia de haberse producido ciertos conatos de rebelión en el seno del ejército, en concreto de dos regimientos, uno en Beja, en el Alentejo, y otro en la propia capital. Estos hechos preocuparon hondamente al Representante español, no tanto por la alteración del orden que pudieran suponer, sofocados con rapidez y sin problemas por parte del gobierno, como por dar coartada a los que pretendían mantener la existencia de planes reaccionarios, lo que podría “inclinarse más al duque de Saldanha a los *setembristas*”. En consecuencia, lejos de considerar la situación en progresiva calma y tendente a la estabilidad, preveía un futuro próximo lleno de incertidumbres:

Tal es hoy la situación de los negocios en esta capital y monarquía. La indisciplina en el ejército, el poder civil puesto en las provincias en manos de

los setembristas, si bien con excepciones, el Ministerio fluctuando entre los partidos opuestos, y próximas unas elecciones de las cuales nadie (excepto el duque de Saldanha si es sincero) espera que salgan otras Cortes que unas compuestas de hombres violentos y revolucionarios. He aquí lo que se advierte y lo que debe inspirar graves temores en punto a la situación de Portugal en lo futuro y en periodo no muy lejano⁴⁵.

A esta difícil situación vinieron a sumarse los rumores de una inminente insurrección en Oporto, que encendieron las alarmas de los gobiernos español y británico, este último en prevención de las intenciones intervencionistas del ministerio moderado. Fue el propio cónsul inglés en Oporto el que apuntó el peligro de que estallase un nuevo movimiento revolucionario, noticia que impulsó inmediatamente nuevas comunicaciones diplomáticas entre los dos ministerios al objeto de calibrar su alcance y, por parte inglesa, evitar una precipitada acción militar española⁴⁶. Alcalá Galiano, a pesar de su visión pesimista de la situación, negaba todo riesgo de insurrección en esos momentos, expectantes como estaban las fuerzas políticas de los resultados de la próxima contienda electoral: “si bien el estado de este reino dista mucho de ser satisfactorio en lo presente, o de prometer felicidades en lo provenir, no hay, juzgando por los datos que deben servir de norma a nuestros juicios, causa para temer por ahora una alteración de la paz pública, pues las gentes de opiniones revolucionarias se prometen lograr sus fines por medio de las próximas cortes en que piensan tener la mayoría”⁴⁷. En cualquier caso, el gobierno español consideraba entonces que de la postura que adoptara Saldanha con respecto a los *setembristas* iba a depender el futuro del país, animando a Alcalá Galiano a continuar sobre él con la política de consejos y reconveniones:

... procure sacar todo el partido posible de los recientes conatos de rebelión militar felizmente sofocados en el Alentejo y en el mismo Lisboa y de la sublevación de que fue el blanco la autoridad superior de Beja, para persuadir al duque de Saldanha cuánto importa, a fin de evitar nuevos disturbios, cuya repetición no podría menos de inspirar serios temores, no introducir ni en el ejército ni en la administración civil elementos que repugnan a los sentimientos monárquicos de los pueblos y del soldado, cuya fidelidad considera en el día el gobierno de S. M. como el más interesante apoyo de la Reina D^a. M^a de la Gloria⁴⁸.

Lo cierto es que, a raíz de la entrada de Rodrigo da Fonseca y de Fontes en el gobierno, se confirmó el giro templado y conservador que Saldanha había anunciado al Representante español. Un cambio de política que no suponía, como hubiera sido del gusto del gobierno español – y sería intención de la diplomacia española años más tarde⁴⁹ – el retorno del moderantismo en forma de un *cartismo* renovado. Antes al contrario, se trataba de una verdadera reformulación política que afectaba a todas las fuerzas preexistentes, que bajo el común denominador del movimiento de la *Regeneração* iba a agrupar al cen-

tro del arco político, excluyendo, eso sí, a los extremos, como eran considerados los *cabralistas* y los radicales. Por medio de una pretendida reconciliación nacional y la fe general en las mejoras materiales, lo que sirvió para caracterizar de manera común a este conjunto heterogéneo de fracciones como “progresista”, se lograba cierta confusión en el ámbito de las ideologías, limando las diferencias – hasta entonces insalvables – entre los viejos partidos. Aunque resulte innegable la existencia de cierto consenso entre las fuerzas políticas, y que esto viniera a expresarse en el carácter “pasteleiro” que vendrían a adoptar diversos ministerios en esos primeros años, las líneas y directrices de *setembristas-históricos* y *cartistas-regeneradores* no siempre resultaron coincidentes, apuntando a una divergencia que cada vez resultaría mayor. El período pre-electoral iba a servir de escenario en el que marcar las primeras diferencias, en un momento en el que el lenguaje político todavía no conseguía ilustrar la nueva realidad partidista⁵⁰.

Aunque el resultado de las elecciones se vaticinaba claramente decidido a favor de los *setembristas*, no parecía entonces inquietante una mayoría parlamentaria del elemento izquierdista. De hecho, Alcalá Galiano no creía sustancialmente alterable el nuevo orden político establecido en Portugal: “No por eso creo que al pronto mude mucho la situación de este Reino, pues aun los setembristas pensarían antes en repartirse los empleos que en obrar contra el Trono o contra su Soberana”⁵¹. A pesar de ello, el gabinete regenerador se empeñaba en anunciar, bien fuera para tranquilizar al gobierno español, bien por falta de previsión política, que los *setembristas* no iban a alcanzar un resultado electoral tan favorable como suponían, insistiendo en que pasase lo que pasase, el ministerio presidido por Saldanha garantizaba plenamente el orden vigente. Así venía a exponerlo el nuevo Ministro de Extranjeros, Jervis de Atougia:

... protestó que él y sus colegas, en amor al Trono y al orden, no cedían a los de la Reina, mi Soberana. Repuse yo que sin hacer agravio al mismo Sr. Jervis o a sus compañeros, pues no era ofenderlos suponerles otras opiniones que las del actual Gobierno español en ciertos puntos controvertibles, o que se controvierten, podría suceder y, aún era de temer, que el Ministerio de S. M. Fidelísima fuese más arrimado que el de España a las ideas a que es común dar al dictado de progresistas. Se rió de esto el Sr. Jervis y me aseguró que el Gobierno de S. M. Fidelísima está resuelto a oponerse a toda tentativa de desorden o a toda reforma extremada y que si una u otra cosa intentaban las próximas Cortes, los Ministros que hoy son están resueltos a aconsejar a S. M. la disolución o a renunciar sus cargos⁵².

El nuevo parlamento vino a consagrar un cuerpo multipartidario en el que, bajo la común denominación de partido progresista o nacional, se agrupaban los líderes de los antiguos partidos – *setembrista* y *cartista* –, sin que resultara fácil mantener la identificación política precedente. Aunque al gobierno español – y a la propia Legación española en Lisboa – no les iba a resultar fácil apercebirse del transformismo político que estaba teniendo lugar en el país

vecino, empeñados como estaban en mantener el esquema de confrontación entre el orden moderado que defendían y el peligro de la revolución, con el que identificaban cualquier alteración del régimen vigente, su posición ante los sucesos de Portugal varió significativamente. La idea de la intervención militar se fue esfumando al considerar que el trono de María II, a la que, como Isabel II en España, asimilaban con el propio orden existente, no corría ningún riesgo. Además, la nueva estabilidad política que implicaba la *Regeneração* hacía innecesaria cualquier prevención por parte española. Bien es cierto que la prolongada ausencia de Narváez, a quien se le atribuía la línea más dura e intervencionista del moderantismo hispano, facilitó la atemperación de la diplomacia española, que desde el mes de julio fue relajando su presión sobre los asuntos portugueses, dando por zanjada la ofensiva diplomática iniciada en abril. De ahí que carecieran de todo crédito los rumores que, desde noviembre de 1851, circularon en Portugal en relación a un posible entendimiento entre el conde de Tomar y Narváez, tendente a reponer a ambos en los respectivos gobiernos peninsulares y a restituir la hegemonía moderada. De hecho, ni siquiera el regreso del duque de Valencia a la jefatura de gobierno, ocurrida tras la experiencia del Bienio, iba a dar pie, en absoluto, a resucitar la estrategia de prevención ante cualquier supuesto peligro revolucionario. Desde entonces – y hasta la proclamación de la república en 1910 – el gobierno español no planteó, ni ideó siquiera, intervención ninguna en Portugal.

No cabe duda de que la intensa actividad política, diplomática y militar que el gobierno español desplegó en el quinquenio 1847-1851 iba a condicionar la percepción que, desde Portugal, iba a tenerse del país vecino. Dos intervenciones en tan escaso lapso de tiempo – la participación militar en la *Patuleia*, que condicionó el signo de la contienda civil, y la ofensiva diplomática frente al movimiento regenerador, que no pasó de tentativa – debían influir en la conciencia colectiva de los portugueses. Y aunque los presupuestos que actuaron en los gobiernos españoles en ambas ocasiones fueron estrictamente políticos y partidistas, no iba a resultar difícil confundir intervención con invasión, convirtiéndose, a partir de entonces, en argumento irrefutable para los que vendrían a esgrimir la idea de la amenaza española. Fue en esta coyuntura, precisamente, en la que vino a eclosionar el iberismo, que no por casualidad iba a tener en Portugal su primer espacio de difusión y discusión. La conexión ferroviaria entre los dos países y la publicación de *A Iberia*, de Sinibaldo de Mas, iban a constituir los primeros jalones de un complejo y poco esclarecido movimiento, que a partir de entonces iba a condicionar, hasta un grado sorprendente, las relaciones peninsulares⁵³.

BIBLIOGRAFIA

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1993 – *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*. Lisboa: Editorial Estampa.

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1999 – *Apologia da História Política: estudos sobre o Século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2002 – *A Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral 1847-1851*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2003 – “Um aristocrata no Cabralismo”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 165, p. 1243-1257.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2005 – *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2001 – “História de um nado morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 157, p. 989-1012.
- CARNOTA, Conde da, 1880 – *Memoirs of Field-Marshal the Duke de Saldanha with selections from his correspondence*. Londres: John Murray, vol. II.
- CATROGA, Fernando, 1985 – “Nacionalismo e Ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”. *Cultura – História e Filosofia*. Lisboa, vol. IV, p. 419-463.
- CHATO GONZALO, Ignacio, 2004 – *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846-1910)*. Mérida: Junta de Extremadur – Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, vol. I.
- CHATO GONZALO, Ignacio, 2008 – “La modernización política del liberalismo peninsular (1851-1856): la Regeneração portuguesa y el Bienio progresista”. *Revista de Estudios Políticos*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, n.º 139, enero-marzo, p. 107-140.
- CHATO GONZALO, Ignacio, 2007 – “Portugal e Espanha em 1856: a díspar evolução política do liberalismo peninsular”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 182, p. 55-75.
- EIRAS ROEL, Antonio, 1970 – “Moderados y *cartistas*: la ‘Patuleia’ y la reacción española”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António Vasconcelos, t. XI, p. 189-228.
- LÓPEZ CORDÓN, María Victoria, 1975 – *El pensamiento político-internacional del federalismo español*. Barcelona: Planeta.
- MACEDO, António Teixeira de, 1984 – *Traços de História Contemporânea, 1846-1847*. Lisboa: Edições Rolim.
- MARTINS, Oliveira, 1996 – *Portugal Contemporâneo*, 10ª ed. Lisboa: Guimarães Editores.
- MAS, Sinibaldo de, 1852 – *A Iberia: memoria en que se provam as vantagens políticas, economicas e sociais da União das duas monarchias peninsulares em uma só nação, traducida por un Filo-Ibérico*. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.
- MAS, Sinibaldo de, 1853 – *A Iberia: memoria en que se provam as vantagens políticas, economicas e sociais da União das duas monarchias peninsulares em uma só nação, escripta originalmente em hespanhol por um philo-portuguez, e traduzida e precedida de um prologo por um jornalista portuguez*. Lisboa: Typ. Universal.
- MAS, Sinibaldo de, 1854 – *La Ibéria: memoria sobre la conveniencia de la Unión pacífica y legal de Portugal y España*. Madrid: Impr. de M. Rivadeneyra.
- MATOS, Sérgio Campos, 2006 – “Iberismo e Identidade Nacional (1851-1910)”. *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, vol. 14-15, p. 349-400.
- MÓNICA, Maria Filomena, 1996 – *Europa e Nós. Uma Polémica de 1853*. Lisboa: ICS, Quetzal Editores.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 1995 – *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1850-1870)*, 2 vols. (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000 – “Relações entre Portugal e Espanha no 3º quartel do século XIX – os aspectos cultural e económico”. *População e Sociedade*. Porto, CEPESE, p. 101-111.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2002 – “Sinibaldo de Mas: a difusão da *Iberia* em Por-

- tugal e do Iberismo no Oriente”. *População e Sociedade*, Porto: CEPES/Edições Afrontamento, n.º 8, p. 213-230.
- PORRAS Y RODRÍGUEZ DE LEÓN, Gonzalo de, 2001 – *Dos intervenciones militares hispano-portuguesas en las guerras civiles del siglo XIX*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 1990a – *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 1990b – “Centralização-descentralização. Uma polémica nos meados do século XIX”. *Revista de Ciências Históricas*. Universidade Portucalense, vol. V, p. 343-352.
- ROBLES JAÉN, Cristóbal, 2003 – *España y la Europa liberal ante la crisis institucional portuguesa (1846-1847)*. Murcia: Universidad de Murcia.
- ROCAMORA, José Antonio, 1994 – *El nacionalismo ibérico*. Salamanca: Universidad de Valladolid.
- SANTOS, Manuel José Pinto dos, 1989 – “Sobre o Cabralismo” in COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Vega.
- SARAIVA, José Hermano, 1993 – *História de Portugal*, 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SARDICA, José Miguel, 2001 – *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1995 – *História de Portugal*, 2ª ed. Lisboa: Verbo, vol. 8.
- TOMÁS VILLARROYA, Joaquín, 1991 – “El estado y la política en la gran etapa moderada, 1843-1868” in JOVER ZAMORA, José María (dir.) – *La Era Isabelina y el Sexenio Democrático (1834-1874)* 3ª ed. Madrid: Espasa-Calpe.

NOTAS

- 1 El significado de la *Regeneração* en la modernización política portuguesa en: CHATO GONZALO, 2008.
- 2 En cuanto a la revuelta de Maria da Fonte: MACEDO, 1984: 65-77. Con respecto al significado aperturista del nuevo gobierno de Palmella: MARTINS, 1996: 156-159; SERRÃO, 1995: 106-110; BONIFÁCIO, 1993: 22-23 y BONIFÁCIO, 2002: 19-29. La reacción del gobierno español ante los cambios políticos sucedidos en Portugal: CHATO GONZALO, 2004: 37-49.
- 3 Acerca de la posición de Saldanha dentro del *Cartismo* y de la gravedad establecida en su seno por los hermanos Cabral: BONIFÁCIO, 2003.
- 4 La mejor interpretación de la naturaleza y devenir de este conflicto en: BONIFÁCIO, 1993. En cuanto a la responsabilidad del gobierno español en la acción de Saldanha: EIRAS ROEL, 1970. La exposición de la respuesta internacional al conflicto y el proceso que condujo finalmente a la intervención militar en: CHATO GONZALO, 2004: 49-84. El discurrir de la participación militar española en Portugal en: ROBLES JAÉN, 2003; ver también: PORRAS Y RODRÍGUEZ DE LEÓN, 2001.
- 5 SANTOS, 1989. Con respecto a las desavenencias políticas entre los hermanos Cabral: BONIFÁCIO, 2002: 29-39.
- 6 Los moderados españoles, con Narváez a la cabeza, destacaron en la aplicación de políticas de prevención frente a las supuestas tentativas revolucionarias, desarrollando una línea reaccionaria y dictatorial: TOMÁS VILLARROYA, 1991: 234-235. En cuanto a la situación del gobierno de Saldanha ante la revolución de 1848: RIBEIRO, 1990a. Las desavenencias dentro del *cartismo* y su evolución en su última fase de gobierno: BONIFACIO, 2002: 83-89, 113-245.

- ⁷ Ver al respecto: CHATO GONZALO, Ignacio, “El liberalismo en España y Portugal (1846-1854): paralelismos y divergencias”, comunicación presentada al congreso *Sagasta y el liberalismo europeo*, Fundación Sagasta-Universidad de La Rioja, Logroño, septiembre de 2004.
- ⁸ José Hermano Saraiva había ya apuntado el apoyo de don Fernando a la tentativa de Saldanha, señalando la conexión existente entre el rey consorte y Alexandre Herculano, verdadero *alma mater* del proyecto regenerador (SARAIVA, 1993: 418). En cuanto a las relaciones entre Herculano y Saldanha y la preparación del movimiento político-militar liderado por el Mariscal: MARTINS, 1996: 227-232. Fátima Bonifácio ha aportado nuevas perspectivas en relación al papel representado por don Fernando en la caída del *cabralismo* y el triunfo de la *Regeneração* (BONIFÁCIO, 2005: 211-225).
- ⁹ CHATO GONZALO, 2008.
- ¹⁰ El papel del radicalismo en el funcionamiento del sistema de la *Regeneração* y la deriva republicanizante que implicaba ha sido destacado por BONIFÁCIO, 1999: 241-290. El papel del radicalismo en la evolución del primer gobierno *setembrista*: BONIFÁCIO, 2001.
- ¹¹ Con respecto al sentido y significado político de la *Regeneração*: SARDICA, 2001: 63-106.
- ¹² Así se lo trasladaba el Ministro de Estado español, Bertrán de Lis, al Ministro inglés en Madrid, Lord Howden, en una reunión mantenida el 22 de Abril (Despacho del Ministro de Estado al Ministro de España en Lisboa – Alcalá Galiano –, 28 de abril de 1851, Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (AMAE) – Política Exterior, Legajo H-2629) Bertrán de Lis aseguraba a Howden que no llevaría a cabo ninguna acción sin que existiera comunicación previa con el gobierno inglés.
- ¹³ Saldanha, al parecer, había tratado dos días antes, de incógnito, levantar las guarniciones de la ciudad sin conseguirlo y, desencantado, parecía decidido a desistir del pronunciamiento y a pasar la frontera española por Tuy y embarcarse en Vigo en un buque destino a Inglaterra (Despacho del Cónsul de España en Oporto, 25 de abril de 1851, AMAE, legajo H-2629).
- ¹⁴ Alcalá Galiano se hacía eco, aunque dando escaso crédito, de los gritos que en Oporto venían a darse en contra de la Reina y a favor de la regencia (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 27 de abril de 1851, legajo H-2629). Bertrán de Lis instruía a Alcalá Galiano para que, mostrando una perfecta neutralidad y abstención en los asuntos políticos, ofreciese a María II la protección del pabellón español, utilizando para tal efecto, si las circunstancias obligaban, el vapor “Castilla” enviado al puerto de Lisboa (Despacho del Ministro de Estado al Ministro de España en Lisboa, 30 de abril de 1851, legajo H-2629). Se trataba de la misma conducta que la que se había ordenado al Representante español en los primeros momentos del levantamiento de Saldanha y comunicadas el 14 de abril. Los únicos consejos que se consideraban entonces oportunos para María II, y así se le trasladaba a Alcalá Galiano para que pudiera hacerlos llegar, pretendiendo la complicidad del Ministro británico en Lisboa, Hamilton Seymour, eran “que lo más conveniente a la conservación del prestigio del trono y de sus reales prerrogativas sería que entrasen a los consejos de la Corona personas de opiniones no marcadas en uno u otro partido”, al objeto de atemperar, en lo posible, el signo que viniera a darse a la revuelta.
- ¹⁵ Despachos de los Ministros de España en París y Londres de 26 y 29 de abril de 1851 respectivamente, legajo H-2629. El 29 de abril embarcaba el conde de Tomar rumbo a Vigo, desde donde se trasladaría a Madrid para ocupar la jefatura de la Legación portuguesa (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 30 de abril de 1851, legajo H-2629).
- ¹⁶ Instrucciones del Ministro de Estado al Ministro de España en Lisboa de 10 de mayo de 1851, legajo H-2629. La postura del gobierno español quedaba establecida en el Despacho remitido por Bertrán de Lis: “Desarrolláronse los sucesos con tal rapidez que dueño enteramente hoy día de la situación el duque de Saldanha, es la única áncora de la esperanza para el trono de S. M. doña María de la Gloria. Esta augusta Señora le acepta como principal consejero de la Corona, le convida con vivas instancias a encargarse del poder ministerial y parece entregarse con confianza y resignación en sus brazos. En el interés del principio

- monárquico, el gobierno español acepta a su vez estos hechos, por funesto y lamentable que sea el ejemplo que ofrecen. Entiende que para salvar aquel mismo trono es indispensable empezar por salvar al duque de Saldanha de los extravíos de su propio triunfo y alejarlo, según muy oportunamente intenta hacerlo ese Ministro de S. M. Británica, de las asechanzas de los bandos revolucionarios, democrático o miguelista, que se agitan en derredor del Mariscal” (Despacho del Ministro de Estado al Ministro de España en Lisboa, 17 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- ¹⁷ La resistencia de María II por dimitir al conde de Tomar del gobierno y la insistencia de su marido, don Fernando, por dar pronta solución al pronunciamiento de Saldanha se puede seguir en la citada obra de BONIFÁCIO (2005: 213-225). La actitud de la Reina, nada dispuesta a favor de Saldanha, no era desconocida para el propio Mariscal, que pudo interceptar una carta enviada por María II a don Fernando, en la que le animaba a su marido a sofocar la revuelta, hablando con desprecio del Mariscal y declarando que, llegado el caso, debía ser fusilado. Así lo comunicaba Alcalá Galiano (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 14 de mayo de 1851, AMAE – legajo H-2629).
- ¹⁸ Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 10 de mayo de 1851, legajo H-2629.
- ¹⁹ Temerosos de la influencia que los *setembristas* podían ejercer sobre el Mariscal, tanto Seymour y Alcalá Galiano, como la propia María II, actuaron en el sentido de urgir la salida de Saldanha de Oporto y su llegada a Lisboa. La Legación española se planteó, incluso, ofrecer el vapor “Castilla” para embarcar a Saldanha y sus tropas para que acelerara su llegada, invitación que no se llegó a formalizar por no ser la Reina quien lo acabara solicitando y por la oposición del Ministro británico. Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 7 de mayo de 1851, legajo H-2629. La decidida actitud de Carlos Mascarenhas al frente de la Guardia Nacional contribuyó a que los desórdenes en la capital no pasaran de simples conatos (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 5 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- ²⁰ Alcalá Galiano describía la recepción popular de Saldanha por las calles de la capital y la dispar recepción que el Mariscal y los monarcas tuvieron en el Teatro de San Carlos, que bien podía interpretarse como una ofensa – consentida y promovida por el propio Saldanha – para María II. (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 17 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- ²¹ Así lo expresaba el propio Seymour: “que los ministerios español e inglés se entendieran uno al otro perfectamente y, manteniendo una mano ligera sobre el Mariscal, animarle cuando lo haga bien, y llamarle al orden cuando disponga a salirse del curso” (Carta de Seymour a lord Howden, 9 de mayo de 1851, legajo H-2629). En circular a los Gobernadores Civiles, remitida desde el Cuartel General de Oporto, Saldanha insistía en la necesidad de establecer la moralidad en el gobierno, en contraposición de la arbitrariedad ejercida por el conde de Tomar, defendiendo el final del “sistema de exclusión” de los partidos que venía manteniéndose y la urgencia de establecer garantías para la libertad de elección de diputados. Y añadía: “Libertad unida con orden, justicia y moralidad es indispensable”. Circular de 29 de abril (CARNOTA, 1880: 276-277).
- ²² Proclama “Habitantes de Lisboa”, Cuartel General de Oporto, 9 de mayo de 1851, Typ. D’Alvares Ribeiro.
- ²³ Alcalá Galiano recelaba de cualquier situación bajo el control de Saldanha, augurando seguras complicaciones: “No es dable pensar aún cuáles serán los actos del ministerio, cuya composición está en el día confiada al mariscal Saldanha, ni cuál será el desarrollo de las exigencias de los partidos que a la sombra del alzamiento de las tropas portuguesas se ajusten. Podrán estas exigencias llegar hasta a punto de traer la forzosa abdicación de S. M. doña María de la Gloria, la elevación al trono del príncipe heredero con el nombramiento arbitrario de una regencia, la preponderancia del elemento democrático o la del elemento miguelista y por último la guerra civil” (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro

- de Estado, 16 de mayo de 1851, AMAE, legajo H-2629). A finales del mes de mayo, el Ministro de la Gobernación español daba cuenta de los conatos de un nuevo levantamiento por parte de oficiales *cartistas* en diversos destacamentos de Elvas, Campomayor y Estremoz, en desacuerdo con el tinte radical que adquiriría el nuevo gobierno. No obstante, planteaba la posibilidad de que este movimiento militar tuviera como objeto dar justificación al propio Saldanha para dar un giro a su gobierno y desprenderse de la tutela de los *setembristas* (Nota del Ministro de la Gobernación, 31 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- 24 Así venía a expresarlo Alcalá Galiano: “Sin embargo, no es en la composición del Ministerio en lo que veo yo más peligro, pues lo que más debe causar temor y pena es la conducta del personaje que está a su frente. Si el duque de Saldanha a pesar de sus calidades de caballero y aún de literato, nunca ha brillado ni por lo liso y firme de su proceder ni por el acierto en sus obras o siquiera en sus palabras, hoy da muestras de casi verdadera alteración en su juicio. Los aplausos que ha recibido han desvanecido una cabeza muy propensa al achaque del desvanecimiento. (...). Todo cuanto podía temerse de él está corroborado por lo ocurrido en la composición del ministerio. El conde de Lavradio y Rodrigo Fonseca Magalhães no han querido ser ministros con él porque su deseo en la reforma de la Carta que ha prometido y se propone hacer es llevar a efecto la tal reforma no por medios legales y por las Cortes, sino por providencias ministeriales o dictatoriales pues en su mente la reforma consiste en destituir a sus contrarios de la Cámara de Pares y del Consejo de Estado” (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 23 de mayo de 1851, legajo H-2629). En relación a las dificultades de Saldanha por formar su primer ministerio y la renuncia inicial de destacados líderes de lo que vendría a ser el nuevo centro regenerador, como sería el caso de Lavradio o Rodrigo da Fonseca. El ministerio quedó finalmente conformado por lo que podría considerarse la izquierda templada, con el duque de Loulé a la cabeza (BONIFÁCIO, 2005: 230-232).
- 25 Estas indicaciones, transmitidas directamente por Seymour a Saldanha, eran comunicadas por Alcalá Galiano a su gobierno (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 2 de junio de 1851, AMAE – legajo H-2629).
- 26 Alcalá Galiano describía la singular personalidad de Saldanha: “Pero como él mismo suele contradecirse mezcla con ideas de orden otras muy al revés, las cuales no encubre porque en su cabeza no cabe que nos parezcan mal. Además hay cosas que él calla o en que dice todo lo contrario de lo que piensa o intenta. Por mucho que blasone de caballero, el mariscal Saldanha, y aunque tenga algunas notables pruebas de tal, la veracidad no es cualidad de que pueda con razón gloriarse; y falta a la verdad más veces de intento y otras sin intención de hacerlo, porque en poquísimo espacio de tiempo suele pensar de cien modos diferentes y aún contrarios unos a otros. Además, su juicio, nunca muy firme, está sin duda alguna hoy algo más quebrantado que de ordinario. De este modo, con su vanidad de continuo halagada y nunca satisfecha de alabanzas en oraciones o en vivas; con su credulidad, con la desconfianza propia de quien teme lo que merece, debe causar constante inquietud mientras esté en sus manos la suerte de un estado” (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 27 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- 27 Estos principios eran transmitidos por lord Palmerston a Istúriz (Despacho del Ministro de España en Londres al Ministro de Estado, 5 de junio de 1851, legajo H-2629). El principio de no injerencia en los asuntos políticos portugueses había sido expuesto, con anterioridad, por lord Howden, Ministro inglés en Madrid, al marqués de Miraflores (Carta del Ministro de Inglaterra en Madrid al Ministro de Estado, 28 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- 28 Carta del marqués de Miraflores a lord Howden, 27 de mayo de 1851, legajo H-2629.
- 29 Ya durante la *Patuleia* – y posteriormente tratando de hacer cumplir lo establecido en la Convención de Gramido –, el gobierno inglés pretendía un cambio político que asociase el poder en Portugal con la política aperturista que patrocinaban los *setembristas* templados, dando término al conservadurismo monolítico que representaba el *cabralismo*. Lord Howden, en nombre de su gobierno, daba completo amparo al proceso revolucionario iniciado

en abril: “Hace tiempo que es notorio a cualquier observador imparcial de la marcha de las cosas de Portugal que el conde de Tomar estaba mal quisto, como Ministro, de la gran masa de la nación portuguesa, y que su impopularidad, que cada día iba en aumento, amenazaba perjudicar los sentimientos de la nación portuguesa respecto de su Soberana, por cuya voluntad personal consideraban los portugueses que un indigno Ministro era conservado en el poder a despecho de la voluntad del país. No es posible aprobar los medios que se emplearon para expresar los sentimientos de la nación respecto de la posición ministerial del conde de Tomar, pero es menester tener en cuenta que había confeccionado de tal manera el Parlamento, que impedía que aquella corporación fuese el órgano de la opinión nacional, y que sus medidas administrativas sofocaban arbitrariamente cualquiera otra exposición legítima del descontento nacional. A la nación no le quedaba por consiguiente otra alternativa que o continuar sometida a ser gobernada por hombres y por medidas contrarias a sus opiniones y a su voluntad, o librarse de un intolerable yugo por algún medio irregular e inconstitucional en su naturaleza” (Carta del Ministro de Inglaterra en Madrid al Ministro de Estado español, 1 de junio de 1851, legajo H-2629).

- ³⁰ Despacho del Ministro de Inglaterra en Madrid al Ministro de Estado, 27 de mayo de 1851, legajo H-2629.
- ³¹ El marqués de Miraflores explicitaba la política de prevención que el gobierno español debía mantener ante la amenaza revolucionaria, que seguía completamente vigente: “Sin entrar en muchas consideraciones, V. E. comprenderá fácilmente que la cuestión del sostén o hundimiento de un trono en las circunstancias actuales de Europa, no puede menos de ser una cuestión europea, y que lo mismo que son el reducido teatro de los Cantones suizos una revolución radical vino a ser la señal de la gran conflagración de 1848, fuese una insurrección militar en Portugal la señal de otra conflagración no menos grave, al menos para la Península hispano-lusitana, y acaso para todo el mediodía de Europa. Como quiera que sea, si a tiempo de precaver semejante conflicto nos viésemos en la necesidad de lanzarnos al palenque para combatir la revolución portuguesa, V. E. conoce de cuánta importancia será para el gobierno de S. M. el contar con un decidido apoyo moral por parte de las Potencias que figuran en primera línea como sostenedoras de los principios del orden social y, sobre todo, del principio monárquico en el norte de Europa” (Despacho del Ministro de Estado español al Ministro de España en Viena, 30 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- ³² Despacho del Ministro de Estado español (Miraflores) al Ministro de España en Londres (Istúriz), 29 de mayo de 1851, legajo H-2629.
- ³³ Despachos del Ministro de Estado (Miraflores) al Ministro de España en París (Donoso Cortés) – 24 y 30 de mayo de 1851 respectivamente – y a los Ministros de Viena y Berlín (30 de mayo de 1851), legajo H-2629. Al Ministro de España en Bélgica se le instruía para obtener el apoyo de ese gobierno para que, utilizando la especial relación de familia que le unía a la monarquía británica, tratara de inclinar al gobierno inglés en apoyo de los postulados del gobierno español (Despacho del Ministro de Estado de 30 de mayo, legajo H-2629). Complementaba esta iniciativa diplomática con el envío de dos buques españoles más a las aguas del Tajo: la corbeta “Colón” y el bergantín “Patriota” (Orden del Ministro de Marina de 30 de mayo de 1851, legajo H-2629). Sobre el papel de estos buques españoles en las aguas del Tajo, avisaba el marqués de Miraflores: “Estas fuerzas navales tienen por objeto proteger los intereses de nuestros naturales y tener a V. E. en situación ventajosa para todas las eventualidades; pero de ningún modo para ostentar situación ni posición hostil, sino por el contrario, toda de moderación, de templanza y de deseos de que no surjan pasiones ni dificultades de ninguna especie” (Despacho del Ministro de Estado al Ministro de España en Lisboa, 30 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- ³⁴ Nota de lord Howden al marqués de Miraflores, 3 de junio de 1851, legajo H-2629.
- ³⁵ Carta de lord Palmerston al Ministro de Inglaterra en Madrid, 3 de junio de 1851. Esta nota era contestación de otra anterior que lord Howden le había remitido a Londres el 1 de junio, legajo H-2629.

- ³⁶ Así describía la difícil y agitada situación de Portugal el marqués de Miraflores: “Pero al ver hoy día la composición definitiva del nuevo ministerio portugués y algunas de sus primeras disposiciones, al ver continuar el inaudito desenfreno de la prensa de Lisboa y Oporto y las ovaciones que tan en desdoro de la Corona recibe el duque de Saldanha, empieza el gabinete de S. M. a recelar de la conducta, de la blandura de carácter del Mariscal, de los compromisos que puede haber contraído con los enemigos de su Reina y a desconfiar de la posibilidad de contener el empuje de la demagogia en un brazo que tanto tarda en esgrimir la espada contra ella. Teme que ya no basta para dominar la situación los medios morales de la persuasión y aún de la amenaza, y que si las próximas elecciones a Cortes dan a Portugal el resultado que es de prever, puedan las exigencias del partido que triunfe arrollar hasta el trono de la Reina D^a. María de la Gloria” (Despacho del Ministro de Estado español a los Ministros de Viena, 30 de mayo de 1851, legajo H-2629).
- ³⁷ SARDICA, 2001: 135-138.
- ³⁸ Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 26 de mayo de 1851, AMAE – legajo H-2629.
- ³⁹ Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 26 de mayo de 1851, AMAE, legajo H-2629. La actitud revanchista de los *setembristas*, instalados en diversas esferas de la administración local, fue recriminada por el propio Saldanha, que se vio obligado a remitir una circular a los gobernadores civiles para propiciar cierta conciliación. Circular de 20 de mayo de 1851 (CARNOTA, 1880: 301-302). Semanas más tarde, enviaba un oficio al Ministro del Reino, Pestana, para que actuara sin contemplaciones contra aquellos gobernadores que no habían hecho caso de las circulares remitidas, manteniendo unas actitudes exclusivistas que la *Regeneração* pretendía superar (CARNOTA, 1880: 302-303).
- ⁴⁰ Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 4 de junio de 1851, AMAE – legajo H-2629. Alcalá Galiano añadía en su caracterización del personaje: “En general, el duque de Saldanha no tiene cabeza para los negocios, aunque sea instruido y hasta literato y oye lo que se le dice enterándose poco de ello, porque se está oyendo a sí propio, personaje a quien admira y glorifica hasta un punto increíble”. Con respecto a las elecciones, el nuevo gobierno decretó una importante modificación del decreto electoral de 20 de junio, incluyendo rectificaciones de carácter conservador relativo a la selección de las comisiones de “recenseamento” y confirmando el carácter indirecto de las mismas, sin atender la que había sido principal demanda de los radicales (SARDICA, 2001: 138-139).
- ⁴¹ SARDICA, 2001: 138-139.
- ⁴² En la primera semana de junio, el Ministro de Estado estaba resuelto a intensificar, nuevamente, la actividad diplomática para granjearse el apoyo internacional ante una intervención que volvía a considerarse probable. Donoso Cortés transmitía al ministerio francés la percepción que de la situación política portuguesa tenía su gobierno: “Desgraciadamente la composición definitiva del ministerio portugués, algunas de sus primeras disposiciones, el desbordamiento inesperado de la prensa de Lisboa y de Oporto, las ovaciones a favor de su persona, que el duque de Saldanha acepta en detrimento del esplendor del trono y otros hechos, dan lugar a temer al gabinete de Madrid la dulzura tan conocida del carácter del Mariscal, los compromisos que haya podido contraer con los enemigos de su Reina, y a desconfiar de la posibilidad de comprimir los esfuerzos de la demagogia por el empleo de un brazo que lo deja para más tarde en lugar de combatirla. El gobierno español teme, pues, que los medios morales de la persuasión no sean ya suficientes para dominar la situación, y mucho menos si las próximas elecciones diesen en Portugal el resultado que se puede prever, las exigencias del partido triunfador bien podrían arrastrar hasta el trono de doña María de la Gloria” (Despacho del Embajador de España en París al Ministro de Asuntos Exteriores de Francia, 7 de junio de 1851, legajo H-2629).
- ⁴³ Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 5 de julio de 1851. Alcalá Galiano comunicaba con antelación las informaciones que corrían acerca de la inminente modificación ministerial. Anunciaba la posible entrada en el gobierno de Rodrigo da Fon-

- seca, Almeida Garrett y Fontes Pereira de Melo. Finalmente, entraron en el gobierno Rodrigo y Fontes, que sustituían a Loulé, Ferreira Pestana y Soure. Ver también: SARDICA, 2001: 136-137.
- 44 Intervención del marqués de Miraflores en el Senado. Diario de Sesiones de Cortes, Senado, sesión de 10 de junio de 1851, p. 38-39. Este discurso fue remitido por el Ministerio de Estado a las principales legaciones y embajadas españolas en Europa, al objeto de informar del mismo a los gobiernos en los que se hallaban representados y para ajustar su conducta a los principios que en él quedaban consignados. El tono y el contenido de este discurso fue del completo agrado del gobierno inglés, que encontró afín con la línea de conducta que había pretendido imponer en los asuntos de Portugal.
- 45 Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 19 de julio de 1851, AMAE – legajo H-2629. En efecto, el duque de Saldanha, bien por tranquilizar al Representante español, bien por una sorprendente candidez, auspiciaba la derrota electoral de los *setembristas*: “Con este motivo hablé de política con el mismo Mariscal, quien me aseguró que en las próximas Cortes no tendrán mayoría los setembristas, aunque sí formarán un cuerpo numeroso que calificaba de oposición el mismo Ministro. Entonces yo, con tono de chanza amistosa, le dije que según las apariencias los setembristas más eran aliados del gobierno que oposición. Él recibió mis palabras con buen humor, pero procuró convencerme de que estaba engañado. La verdad es que el mismo Duque no sabe ni cuál es su verdadera situación, ni lo que sucederá ni lo que él desea” (legajo H-2629).
- 46 Despacho del Ministro de Estado al Ministro de España en Londres, 16 de julio de 1851. Esta comunicación era trasladada por Istúriz a Palmerston, quien inmediatamente pedía explicaciones a su Cónsul en Oporto. Éste explicaba que había informado al Capitán General de Galicia los rumores que corrían por esa ciudad, sin que hubiera dado a esta conversación carácter oficial ninguno y sin haber dado él mismo visos de veracidad a semejante noticia. De hecho rectificaba completamente, negando toda posibilidad de producirse cualquier alteración del orden en esa ciudad: “Creo que los jefes progresistas aquí no están enteramente satisfechos con el curso de los acontecimientos, y con el proceder del ministerio actual, saben, al menos, demasiado bien cuáles sean los sentimientos de las potencias extranjeras, para que intenten adelantar sus designios por la fuerza o desplegar las miras extremas de su partido; y los adictos a don José Bernardo da Silva Cabral, lo mismo que los partidarios del conde de Tomar, deben saber que por ahora ni el ejército ni el pueblo están dispuestos a levantarse a favor de ninguno de ellos. En las próximas elecciones de diputados a Cortes acaso ocurran algunos desórdenes, pero sean cuales fueren, los términos en que obre el partido que sufra la derrota, no es probable, según los mejores informes, que ninguno de ellos recurra a la violencia antes de que sea conocido en todo el país el resultado probable de las elecciones. Desde la última revolución se han enviado a Madrid, muy frecuentemente, según creo, informes como los que han llegado a noticia de V. y me parece que muchos de ellos, sino todos, eran falsos, y tenían el objeto de alarmar al gobierno español, e inducirle a que interviniese en los negocios de este país” (Despacho del Cónsul de Inglaterra en Oporto – Edwin J. Johnston – a lord Palmerston, 30 de julio de 1851, legajo H-2629). A esta comunicación le seguían otras de Mr. Pakenham, nuevo Ministro de Inglaterra en Lisboa, que negaba cualquier riesgo de insurrección en el país, lo que trasladaba el propio Palmerston a Istúriz (Nota de lord Palmerston a Istúriz, 11 de agosto de 1851, contenida en el Despacho de éste al Ministro de Estado de 14 del mismo mes, legajo H-2629).
- 47 Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 23 de julio de 1851, legajo H-2629. Con anterioridad, a raíz del cambio ministerial de 7 de julio, Alcalá Galiano había informado del descontento de los *setembristas* en Oporto e incluso de los rumores de un levantamiento: “Se habla mucho de proyectos de levantamiento revolucionario en Oporto, ciudad que es la capital revolucionaria de este Reino y donde afirman que los hombres de opiniones extremadas están en orden y prontos para alzar bandera, dirigiéndolos el

- famoso José Passos” (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 7 de julio de 1851, legajo H-2629).
- 48 Despacho del Ministro de Estado al Ministro de España en Lisboa, 24 de julio de 1851. En un despacho anterior, había instruido Miraflores a Alcalá Galiano para que comunicara a Saldanha que “animados a seguir por el camino de la lealtad y de los principios monárquicos y constitucionales, el cual de su ilustración y nobles sentimientos es de esperar se mantenga a desafecto de los halagos y alharacas de los partidos contrarios. En ese camino puede V. E. asegurar al duque de Saldanha que no le faltará jamás el apoyo de España y de su gobierno” (Despacho del Ministro de Estado al Ministro de España en Lisboa, 18 de julio de 1851, legajo H-2629).
- 49 CHATO GONZALO, 2007.
- 50 Alcalá Galiano hacía patente esta situación, cuando los *regeneradores* no disponían todavía de una precisa identificación política: “En el día de ayer domingo celebró su gran reunión electoral el partido aquí generalmente llamado cartista y digo llamado generalmente por ser así la verdad, aunque a los ministros y a los amigos de éstos que no son setembristas inco-moda no poco oír que no pasa por cartista el actual Ministerio” (Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 27 de octubre de 1851, AMAE, Correspondencia con Embajadas y Legaciones, legajo H-1689).
- 51 Legajo H-1689.
- 52 Despacho del Ministro de España en Lisboa al Ministro de Estado, 8 de noviembre de 1851, legajo H-1689.
- 53 Uno de los principales enemigos del programa *fontista* y, en especial, de la unión ferroviaria de Portugal con España fue Alexandre Herculano, que llevó a cabo una intensa campaña periodística en el diario *O Português* en contra de este proyecto. La prensa *setembrista* y la ministerial defendió abiertamente la conveniencia de su construcción, destacando en esta tarea Lopes de Mendonça en el diario *A Revolução de Setembro*. En esas mismas fechas tuvo lugar el debate entre Herculano y Lopes de Mendonça en torno al papel de las comunicaciones y la nacionalidad portuguesa, que traslucía, en parte y como trasfondo, la cuestión del iberismo (MÓNICA, 1996). Ver también: TAVARES, 1990b. MAS, Sinibaldo de – *A Iberia: memoria en que se provam as vantagens politicas, economicas e sociais da União das duas monarchias peninsulares em uma só nação*, Typographia de Castro & Irmão, Lisboa, 1852. La segunda edición portuguesa, corregida y aumentada, tuvo lugar un año después, síntoma del éxito editorial y del interés público por el tema: *A Iberia: memoria en que se provam as vantagens politicas, economicas e sociais da União das duas monarchias peninsulares em uma só nação. Escrip-ta originalmente em hespanhol por um philo-portuguez, e traduzida e precedida de um prologo por um jornalista portuguez*, Typ. Universal, Lisboa, 1853. La obra de Sinibaldo de Mas no se publicó en España sino hasta tres años después, en 1854, sin por otra parte arrastrar la polémica y la intensidad publicística que provocó en Portugal su edición (MAS, 1854). Latino Coelho prologó, anóni-mamente, la primera edición portuguesa. Un profundo estudio de Sinibaldo de Mas, el contexto en el que fue concebida la obra y su difusión y repercusiones en Portugal en: PEREIRA, 2002. Durante esos años salieron a la luz en España y Portugal diversas publi-caciones en las que se hacía ardiente defensa de la unión peninsular. Ver al respecto: LÓPEZ CORDÓN, 1975: 179-180; ROCAMORA, 1994: 47-48. Acerca del significado del iberismo: CATROGA, 1985; PEREIRA, 1995 y 2000; CHATO GONZALO, 2004: I, 22-30 y II, 323-333; MATOS, 2006.

AS RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À UNIÃO EUROPEIA (1910-1997)

António José Queirós

Ao longo dos séculos não foi fácil o relacionamento entre Portugal e Espanha. A independência do território português foi frequentemente vista por alguns sectores do país vizinho como uma inaceitável “mutilação”. Não admira, pois, que ciclicamente tenham surgido alguns afloramentos iberistas com o objectivo de incorporar Portugal no todo peninsular.

No século XX, por mais de uma vez esteve em discussão a velha questão do iberismo. As mudanças de regime, primeiro em Portugal, mais tarde em Espanha, trouxeram para as primeiras páginas dos jornais um assunto tantas vezes discutido no recato de algumas chancelarias europeias. Frequentemente a imprensa falou do “perigo espanhol”, algumas do “perigo português”, fazendo eco de uma realidade incontornável: a íntima ligação dos destinos históricos de ambos os países. De facto, nada do que se passa de um lado da fronteira poderá ser ignorado do outro lado, sendo certo que as opções políticas de um país se reflectem a prazo, mais ou menos breve, no outro país da península.

O objectivo deste trabalho é, pois, o de procurar fazer um balanço (necessariamente breve) das relações luso-espanholas desde a implantação da República em Portugal (5 de Outubro de 1910) até ao Tratado de Amesterdão (2 de Outubro de 1997), diploma que consagrou uma Europa mais democrática e social e procurou conferir à União Europeia (institucionalizada formalmente em 7 de Fevereiro de 1992, pelo Tratado de Maastricht) uma identidade renovada¹.

A queda da Monarquia em Portugal não foi vista com bons olhos pelo rei Afonso XIII e por largos sectores de Espanha. Só quase um ano depois, em 11 de Setembro de 1911, é que o governo espanhol reconheceu oficialmente a República. Esse reconhecimento tardio e colectivo (no mesmo dia o regime português era reconhecido igualmente pela Inglaterra, Áustria, Alemanha e Itália), segundo o jornal *España Nueva* “não deve ter podido regozijar grande coisa os homens que regem as novas instituições portuguesas”².

A situação agravar-se-ia com as incursões monárquicas, de Paiva Couceiro. Face às actividades dos *paivantes*, o governo espanhol demonstrou sempre uma posição ambígua, que muito contribuiu para aprofundar o mal-estar que se vivia nas relações entre os dois países peninsulares. Daí o apelo de Bernardino Machado ao governo espanhol para que ajudasse “a terminar de vez uma situação que não fica bem nem a Portugal nem à Espanha”³. José Canalejas, pri-

meiro-ministro espanhol, acabaria por ordenar o internamento dos monárquicos portugueses em Cuenca, mas alguns deles continuariam a sua acção contra-revolucionária a partir de Salamanca, Zamora, Lugo, Ourense e Pontevedra.

Em 1913 eram cada vez maiores os rumores de uma próxima guerra na Europa. No inevitável jogo de alianças, Portugal via com alguma apreensão o papel que lhe estaria reservado. Winston Churchill, que entrara para o Almirantado britânico em 1912, não dava grande valor à aliança luso-britânica. Segundo ele, era bem mais importante a aliança com a Espanha que com Portugal⁴. Considerava, aliás, que à Grã-Bretanha seria impossível manter boas relações com os dois países ibéricos. Para Churchill, a Espanha devia ser “autorizada ou até encorajada a absorver o seu vizinho”⁵.

Quando a guerra estalou, em Agosto de 1914, o governo português não sabia muito bem o que fazer. Pedem-se instruções ao *Foreign Office*. Chegam por telegrama, ambíguas: que Portugal se abstivesse de qualquer declaração de neutralidade, mas que evitasse entrar em beligerância. O Parlamento português faz-lhe a vontade. No dia 7 de Agosto declara-se ao lado da Inglaterra mas não contra a Alemanha.

Como a Espanha se declarara neutra, era voz corrente em Portugal que a nossa posição teria de ser diferente da nação vizinha. O republicano Joaquim Ribeiro, que viria a participar na guerra como voluntário, sintetiza numa frase as razões que, na época, mais vezes foram invocadas pelos partidários da intervenção: “Indo, garantiríamos, pelo menos, a nossa independência, o nosso domínio colonial, e conseguíamos uma situação que nos permitiria confiar no futuro, deixando a Espanha de constituir, para nós, um perigo”⁶.

A beligerância portuguesa não era, pois, bem vista pela Inglaterra. Não só pela evidente ineficácia do exército português, mas também pelas implicações que podia ter em Espanha. Em Londres não se ignorava a existência de largos e influentes sectores germanófilos na sociedade espanhola. Era convicção do governo inglês que a entrada de Portugal no conflito europeu reforçaria o germanofilismo em Espanha. Temia-se igualmente que a beligerância portuguesa levasse a Alemanha a tomar posse das colónias portuguesas em África e estabelecesse nesses territórios bases contra a Inglaterra⁷.

Muito tempo passaria ainda até Portugal ser considerado país beligerante. A instabilidade política mantinha-se com as sucessivas mudanças de governo.

A partir de 25 de Janeiro de 1915, o general Pimenta de Castro vai presidir a um dos mais contestados governos da República, frequentemente apodado na imprensa republicana de “governo de traição”. Temia-se que a barafunda em que o país vivia fosse pretexto para uma intervenção espanhola. Em Lisboa, o clima era claramente insurreccional. Na madrugada do dia 14 de Maio estala a revolução. Os combates duram até ao dia 16. O balanço foi trágico: cerca de 200 mortos e 1000 feridos.

O ministro de Espanha em Lisboa, marquês de Villasinda, preocupado com a segurança da colónia espanhola na capital portuguesa, pede ao seu governo o envio de um barco. Madrid envia três.

Houve quem visse neste episódio mais do que uma operação de defesa dos interesses dos cidadãos espanhóis. Foi o caso de Magalhães Lima (que aceitara integrar o governo saído da revolução). Para ele, a “esquadriha espanhola tinha entrado na barra, não com intenções pacíficas mas, ao contrário, hostis”⁸.

Para além de Espanha, também a França e a Inglaterra enviaram barcos. Mas não para proteger os seus cidadãos nacionais: a sua vinda teria em vista proteger a República contra as *intenções* espanholas⁹.

Após o 14 de Maio, a situação política, aparentemente, estava mais clarificada. Com a vitória nas eleições de 13 de Junho de 1915, o Partido Republicano Português (PRP) assumia plenamente o poder. No dia 6 de Agosto, Bernardino Machado é eleito Presidente da República e, em finais de Novembro, Afonso Costa volta à chefia do governo substituindo José de Castro, Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente Lusitano.

No programa de Afonso Costa, um ponto se destacava: a entrada de Portugal na guerra. Em 6 de Agosto (data da eleição de Bernardino Machado), a Inglaterra enviara ao governo português um *memorandum* dando conta de que não colaboraria com Portugal (caso o nosso país se tornasse beligerante) se houvesse qualquer complicação com a Espanha¹⁰. Havia, pois, que mudar de estratégia. A aproximação a Espanha era mais que nunca uma prioridade. O desejo de ser considerado um país beligerante justificava-o plenamente. Assim, nos inícios de Dezembro, Afonso Costa informava o Conselho de Ministros que se preparavam “vários actos de aproximação entre Portugal e Espanha, constituindo os primeiros uma exposição espanhola em Lisboa”¹¹.

A partir daí, salvo raras excepções, desaparecem dos jornais republicanos as referências ao “perigo espanhol”. O diário republicano *O Mundo* fazia eco do novo clima que se pretendia em relação à Espanha. Em 9 de Dezembro de 1915, escrevia Henrique de Vasconcelos nesse jornal: “Os nossos sentimentos para com Espanha não são apenas os de bons vizinhos, mas os de amigos”.

Estas súbitas manifestações de amizade não seduziram o marquês de Villalinda, que escreveu:

Tem sido até agora de pura forma e obedeceu apenas a um desejo de aparentar propósitos, que facilitem ao Partido Democrático português, que está no poder, a continuação dos seus fins de política externa em relação com a guerra europeia e uma cooperação mais desembaraçada de Portugal na referida contenda. Trata-se de dar ao povo português a impressão de que Portugal tem a retaguarda assegurada no que se refere a Espanha¹².

Esta nota foi enviada ao ministro de Estado espanhol no dia 10 de Dezembro. No dia anterior houvera mudança de governo em Madrid: o liberal conde de Romanones substituíra o conservador Eduardo Dato.

A chegada de Romanones ao poder foi um acontecimento feliz para o governo português. Romanones era visto como um aliadofilo; daí que a beli-

gerência desejada pelo governo português não representasse para a Espanha nenhum constrangimento.

Em 9 de Março de 1916, na sequência da requisição dos barcos alemães que se encontravam em águas nacionais (feita pelo governo português a pedido da Inglaterra), os alemães declaram guerra a Portugal.

Em Lisboa, a 15 de Março, forma-se o governo da União Sagrada. Juntou os *democráticos* de Afonso Costa e os *evolucionistas* de António José de Almeida. Também a Espanha trocou o seu representante em Lisboa: Villasinda é substituído por Antonio López Muñoz, amigo pessoal de Romanones. “Lopez Muñoz (...) é o *embaixador especial do nosso desejo de chegarmos a umas relações mais intimas*”, dirá Romanones a Leal da Câmara¹³.

A partir de Fevereiro de 1917, são cada vez maiores os sinais de aproximação entre Portugal e Espanha. Félix Lorenzo, director do *El Imparcial*, promove neste jornal de Madrid uma intensa campanha que ficou conhecida como “harmonia ibérica”. Intelectuais e políticos de ambos os países colaboram nessa campanha.

De uma forma geral, a campanha foi aplaudida. Mas houve excepções. No Porto, o jornal *A Montanha* pronunciou-se mais do que uma vez, de forma violenta, contra essa “harmonia ibérica” que classificava como um “neo-iberrismo”¹⁴.

Em Espanha, foi Miguel de Unamuno quem ergueu a voz, denunciando os que falavam de harmonia ibérica como sendo os que “há quatro ou cinco anos sonhavam com a conquista de Portugal”¹⁵.

Em meados de Junho, a instabilidade que se vivia em Espanha provocou a queda de Romanones. López Muñoz e Félix Lorenzo saem igualmente de cena, não se voltando a falar de “harmonia ibérica”.

Também em Portugal, para não variar, a instabilidade político-social voltava às primeiras páginas dos jornais. O governo da União Sagrada caíra em Abril. Afonso Costa toma posse no dia 25 desse mês como primeiro-ministro de um governo exclusivamente *democrático*.

Devido à guerra, eram cada vez mais difíceis as condições de vida das populações. Os preços subiam, o trigo faltava. Em meados de Maio há um ambiente de caos e violência em Lisboa. Muitas lojas e armazéns são assaltados. “Revolução da fome”¹⁶, assim chamou Jaime Cortesão a essa situação explosiva.

Depois dos assaltos vieram as greves. No jornal *A Luta*, o seu director, José Barbosa, ia afirmando que a crise política “mais tarde ou mais cedo (...) terá de ser resolvida pelos meios extralegais, pela violência, pela revolução!”¹⁷

Seria justamente na sede deste jornal que a revolução seria preparada. Aproveitando a ausência de Afonso Costa em Paris e dos oficiais do exército mais fiéis à República (na Flandres, à frente do Corpo Expedicionário Português), Sidónio Pais instala-se no dia 5 de Dezembro no Parque Eduardo VII com algumas forças do exército e alguns grupos de civis armados. Três dias depois é ele o detentor do poder.

Ao longo do ano que durou o consulado sidonista foram cordiais as relações luso-espanholas. Quando se deu o 5 de Dezembro, o primeiro-ministro espanhol era Manuel García Prieto que representava em Espanha a chamada “neutralidade neutra”, isto é, a “neutralidade germanófila”¹⁸. Sidónio Pais, por sua vez, fora embaixador em Berlim. Em Paris, segundo Jaime Cortesão, o golpe militar dezembrista foi lapidarmente classificado: “c’est la prise de Lisbonne par les Allemands”¹⁹.

Durante grande parte do sidonismo (até Setembro de 1918) a representação diplomática portuguesa em Madrid foi entregue a Egas Moniz, fundador do Partido Centrista Republicano e principal aliado político de Sidónio Pais. Quando deixou Madrid, para tomar posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, Egas Moniz foi felicitado por várias personalidades espanholas. Afonso XIII, por exemplo, dizia-se “particularmente reconhecido pelo seu eficaz trabalho para estreitar os vínculos de sincera amizade entre Portugal e a Espanha”²⁰.

Na noite de 14 de Dezembro, quando se preparava para embarcar para o Porto, Sidónio Pais foi assassinado a tiro na estação do Rossio. Um ano depois, um conhecido advogado, José Soares da Cunha e Costa, escreverá no jornal católico *A Época*:

Sidónio Pais foi o único estadista republicano que compreendeu o problema peninsular. Portugal e a Espanha contrariariam uma íntima aliança, de fecundas consequências, em que além da reciprocidade dos interesses económicos fora prevista a recíproca defesa contra quaisquer veleidades de revolução social (...). Não quis o Destino que a questão se resolvesse²¹.

Em 11 de Novembro, portanto, ainda antes da morte de Sidónio Pais, a guerra chegava ao fim. Na Conferência da Paz que se lhe seguiu, em Paris, Portugal tinha justificadas expectativas de um desfecho favorável aos seus interesses.

Egas Moniz, que chefiava a delegação portuguesa, por indicação de Sidónio Pais dava preferência aos objectivos financeiros. Com a sua substituição por Afonso Costa, em meados de Março de 1917, as pretensões de Portugal serão redefinidas. Pretendia o nosso país estar representado no Conselho Executivo da Liga das Nações e na Comissão Financeira, ter preferência no pagamento das indemnizações e recuperar Quionga e Olivença²².

A imprensa dá grande relevo às pretensões portuguesas. Porém, a pouca abertura da Inglaterra às nossas posições levam ao abandono do objectivo Olivença. O próprio Afonso Costa se encarregaria de o justificar em entrevista publicada no dia 28 de Abril de 1917 no *Diário de Notícias*. Segundo Afonso Costa, a questão de Olivença não podia ser tratada na Conferência da Paz pelo facto da Espanha não ter sido beligerante e, por tal motivo, não ter aí representante. Portugal não tinha, pois, a quem se dirigir.

A situação foi vista pela generalidade da imprensa como uma grande “injustiça”. Mas a “injustiça” maior ainda estava para acontecer quando a Espanha, um país neutro, conseguiu um lugar no Conselho Executivo da Socie-

dade das Nações, em detrimento de Portugal. Afonso Costa protestou energicamente. A imprensa portuguesa também. O jornal *A Manhã*, por exemplo, fazia a seguinte interrogação: “Portugal perdeu a guerra?” No mesmo artigo escrevia: “Portugal perde na Península Ibérica a hegemonia a que tinha direito sob o ponto de vista internacional, o direito advindo da sua clara adesão a uma causa que a Espanha equivocadamente defendeu, a uma causa pela qual deu todos os seus recursos e se arruinou”²³.

Em rigor, nenhum republicano tinha que estranhar o que aconteceu. Por mais de uma vez a Inglaterra tratara o governo português com sobrançeria e até com desprezo. A Espanha, por sua vez, soube fazer uma política inteligente. Aproximou-se dos EUA (os verdadeiros vencedores da guerra) e não descurou as relações com a Inglaterra. Quando Afonso Costa procurou esclarecer a nomeação da Espanha para o Conselho Executivo da Sociedade das Nações junto de um representante britânico este afirmaria “que a Espanha tinha para si a qualidade de potência mais importante entre as neutrais europeias e que prestara durante a guerra verdadeiros serviços aos Aliados, internando os submarinos alemães, fornecendo-lhes os seus minerais e abrindo-lhes créditos consideráveis”²⁴.

Os aliados premiavam, assim, a neutralidade espanhola e castigavam a beligerância portuguesa. Aos olhos da opinião pública, contudo, era a Inglaterra que surgia, uma vez mais, como carrasco das nossas pretensões.

Pouco mais de um mês após a morte de Sidónio Pais, as Juntas Militares que, a exemplo de Espanha, se formaram em Portugal, proclamaram a Monarquia em Lisboa e no Porto. No Sul, a situação foi rapidamente resolvida pelas forças leais à República. No Norte, o impasse duraria até 13 de Fevereiro de 1919.

A imprensa espanhola, tal como em 1911, 1912 e 1913, não deixaria de denunciar o apoio que algumas autoridades galegas davam aos monárquicos portugueses. Romanones, novamente primeiro-ministro, nega o envolvimento espanhol. Sabe-se, no entanto, que Afonso XIII, em 2 de Fevereiro, falou com Arthur H. Hardinge, representante do governo britânico em Madrid, questionando-o sobre “a ideia de reconhecer como beligerante a administração realista do Porto”²⁵. A resposta chegará de Londres no dia 11 e será negativa. Afonso XIII via assim gorar-se, uma vez mais, um pretexto para intervir em Portugal.

O envolvimento da Espanha nas questões portuguesas seria denunciado, mais que uma vez, em 1920, um ano terrível, ano de muitas greves e atentados bombistas. Cunha e Costa, o advogado atrás citado, sugere uma solução para a “catástrofe” em que o país está mergulhado: “Para se salvar, Portugal carece de um ponto de apoio externo. Sem esse ponto de apoio, a salvação é impossível. Sem um sólido apoio externo *que o faça respeitar*, Portugal nunca passará de um pedaço de cortiça à mercê da vaga. Esse sólido apoio externo só da Espanha poderá vir”²⁶.

O assunto não parecia ser meramente académico. De tal forma que o rei deposto, D. Manuel II, chegara mesmo a denunciar que a Espanha trabalhava “activamente para conseguir da Sociedade das Nações um mandato de intervenção em Portugal”²⁷.

As constantes referências ao “perigo espanhol” não contribuía, como é evidente, para um clima de mútua confiança entre os dois países vizinhos. A situação agravar-se-ia quando algumas figuras destacadas da República, Machado Santos, Carlos da Maia e António Granjo, foram barbaramente assassinadas na noite de 19 de Outubro de 1921, a tristemente célebre “Noite Sangrenta”. Mais uma vez se insinuou que a Espanha havia financiado os assassinatos, criando um ambiente de anarquia que justificasse a intervenção²⁸.

Faltam as provas que confirmem os rumores. Porém, se a Espanha “oficial” esteve isenta de responsabilidades, o mesmo não terá sucedido com alguns elementos espanhóis com fortes ligações aos emigrados monárquicos portugueses²⁹. As dúvidas, aliás, iriam persistir ao mais alto nível. António José de Almeida diria mesmo a Raul Brandão: “Cada vez estou mais desconfiado que o dedo da Espanha andou no 19 de Outubro...”³⁰.

Depois deste trágico acontecimento, os jornais citam frequentemente o nome de alguns militares para tomarem conta dos destinos do país. O desprestígio dos partidos políticos era cada vez mais evidente. Em Espanha, a situação não era muito diferente. Em meados de Setembro de 1923, o general Primo de Rivera, invocando “a salvação da pátria”, constituiu um Directório Militar e toma conta do poder. As relações entre os dois governos da Península conhecem então uma fase de grande cordialidade. Primo de Rivera, em entrevista a António Ferro, define o relacionamento de Portugal e Espanha de forma objectiva e clara: “Sou partidário duma política fraternal. É bom, porém, esclarecer este ponto. Eu sou um grande amigo de Portugal mas um inimigo, muito sincero, do iberismo. Irmãos, sim, mas vivendo em casas diferentes!... Nem desejo saber como Portugal se governa. A Espanha não tem que se meter onde não é chamada...”³¹.

A situação política em Portugal não dava sinais de estabilizar. Os ministérios iam-se sucedendo uns atrás de outros. O terrorismo bombista continuava. No dia 18 de Abril de 1925 há uma tentativa de movimento militar que acaba por abortar. O PRP, com maior ou menor dificuldade, vai ganhando as eleições mas o desencanto toma conta do país. Alguns jornais fazem apelos mais ou menos velados à intervenção militar. É o caso de *O Século* que, em 25 de Março de 1926, considera mesmo Portugal “fora de civilização”.

O general Gomes da Costa, que fora assediado mais de uma vez para chefiar “movimentos”³², acaba por agir. Em 28 de Maio de 1926 marcha de Braga para Lisboa. No dia seguinte caía o governo *democrático* de António Maria da Silva. No dia 30, Mendes Cabeçadas forma governo e assume todas as Pastas. A 31 o Parlamento é encerrado por um esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana. Portugal acertava o passo com a Espanha e a Itália, países dominados por ditaduras militares.

Logo após o golpe, a Espanha manifestou a sua simpatia e o “firme propósito de estreitar sem limites toda a espécie de laços com o nobre país português”³³. Como sinal de aproximação e boa vontade, em 15 de Junho a legação espanhola em Lisboa é elevada à categoria de embaixada; Portugal retribuirá o gesto uma semana depois.

Fruto do desanuviamento das relações entre os dois Estados, é assinado em 1927 o primeiro Acordo sobre o Douro Internacional; em 1928, realiza-se a conferência Económica Luso-Espanhola, que resolveu alguns problemas comuns ligados sobretudo às comunicações. Nesse mesmo ano foi assinado o Tratado de Conciliação e Arbitragem, que definia o traçado das fronteiras terrestres dos dois países. Culminando este ambiente de harmonia, o general Óscar Carmona, Presidente da República, visita oficialmente Espanha durante a Exposição Iberoamericana de Sevilha, em Outubro de 1929.

Em 1931, porém, a situação vai alterar-se. Regressa a tensão e a desconfiança na sequência da proclamação da II República espanhola. A mudança de regime do lado de lá da fronteira é considerada pela ditadura portuguesa como altamente perigosa. Em Lisboa não se ignorava que o governo republicano espanhol desejava a mudança política em Portugal. Um dos maiores entusiastas da mudança era Manuel Azaña que, nas vésperas de assumir o cargo de Presidente do governo espanhol, não se coibira de dar apoio pessoal a elementos que intervieram na tentativa do golpe militar que teve lugar em Lisboa no dia 26 de Agosto de 1931³⁴. Azaña confessará mesmo que a queda do regime português “*colmaría todas mis ambiciones, y ya podría decir que había hecho un servicio a España*”³⁵.

É justamente no período em que Azaña é primeiro-ministro, isto é, de finais de 1931 a Setembro de 1933, que o governo espanhol promove uma autêntica “guerra oculta” contra o regime português³⁶. Nesse período foram proporcionadas armas e dinheiro aos sectores republicanos portugueses refugiados em Espanha. Estes sectores, no entanto, reflectiam no exílio as divisões de que já haviam dado mostras ao longo da Primeira República³⁷.

Com a vitória das forças conservadoras espanholas nas eleições de Novembro de 1933 vai esmorecer a animosidade entre os dois governos peninsulares. Em Setembro de 1935, numa nota oficiosa, Salazar (chefe do governo desde 5 de Julho de 1932) escreverá mesmo que “as relações com a Espanha devem ser tão amistosas e cordiais de modo a que desapareçam, desse lado, todas as desconfianças e preocupações”³⁸.

Mas quem continuava desconfiado e preocupado era o governo português, que temia uma reviravolta política em Madrid. Se as esquerdas viessem a triunfar nas eleições gerais de 16 de Fevereiro de 1936 haveria um perigo a dobrar: “o revolucionário e o iberista”³⁹. Temia-se mesmo estar em causa a própria independência do país⁴⁰. A vitória da Frente Popular nessas eleições e o regresso ao poder de Manuel Azaña⁴¹ foram, pois, vistos como uma catástrofe pelo governo de Salazar.

A situação interna em Espanha não demorou a degradar-se a olhos vistos. A Falange (uma organização fascista) inicia uma intensa actividade terrorista, que terá pronta resposta da extrema-esquerda. Em todos os sectores políticos formam-se milícias de carácter paramilitar. Entre 3 de Fevereiro e 17 de Julho de 1936, como resultado de inúmeros atentados e confrontos por motivos políticos, há 269 mortos (150 nos núcleos urbanos, 119 nos núcleos rurais)⁴². Entre os mor-

tos contam-se o vice-presidente das Cortes Luís Jiménez de Asúa (a 11 de Março) e o deputado monárquico Calvo Sotelo (a 13 de Julho). Este último acontecimento vai desencadear uma onda de levantamentos militares, primeiro em Marrocos, logo depois em algumas cidades do continente. O chefe do movimento é o general Sanjurjo, exilado desde 1934 em Portugal, no Estoril. No dia 18 de Julho, num campo perto de Cascais, o avião em que o general embarcara capotou e incendiou-se quando se preparava para levantar voo. Sanjurjo morre nesse acidente. À frente do movimento militar sucede-lhe o general Francisco Franco.

Para Salazar era imperiosa a vitória dos nacionalistas na guerra civil espanhola. O chefe do governo português via o que se passava em Espanha como uma espécie de luta entre o bem e o mal. Num telegrama confidencial, enviado ao ministro de Portugal em Washington, escreve: “O Governo Português entende, e desde o princípio o tem dito, que o problema de Espanha não é simplesmente uma luta armada entre dois partidos, mas uma luta de duas civilizações ou da civilização contra a barbárie”⁴³.

A ajuda do Estado Novo aos nacionalistas foi extraordinariamente importante para o sucesso de Franco. Essa ajuda foi dada a vários níveis: político, económico, logístico e, sobretudo, diplomático. Salazar foi, pode dizer-se, o “porta-voz internacional da Espanha nacionalista”⁴⁴. Mas persistiram algumas diferenças significativas entre os dois países, sobretudo a nível de política externa. De facto, durante a Guerra Civil, a Espanha nacionalista aproximou-se claramente do eixo Roma-Berlim. Por sua vez, Portugal (pese embora o apoio a Franco, as importantes relações económicas com a Alemanha e a indisfarçável simpatia de Salazar pela ditadura de Mussolini) continuava a fazer da aliança luso-britânica um pilar essencial da defesa da sua independência e da integridade do seu império colonial.

Ainda antes do fim do conflito espanhol, avolumavam-se os sinais de que a Europa não tardaria em ser palco de nova confrontação armada. Era, pois, do interesse comum afastar da Península esse cenário mais que provável. Em Setembro de 1938, um despacho do general Jordana, ministro dos Assuntos Exteriores, para o embaixador em Lisboa, Nicolás Franco, dá a medida das preocupações do governo de Franco: “A extrema gravidade da situação internacional, dada a actual tensão e notícias alarmantes (...), obrigam-me a pensar na possibilidade de guerra europeia, que teria repercussões na nossa, tendo em conta o propósito da França de invadir a Catalunha ou a zona de Marrocos. Dada a situação especialíssima de Portugal, é do máximo interesse conhecer qual seria a sua atitude em relação a nós na eventualidade de uma guerra, a qual transferiria o conflito espanhol para o terreno internacional, obrigando a deslindar campos e colocando todos frente à sua própria responsabilidade”⁴⁵.

É justamente nesse mês de Setembro, no dia 16, que Nicolás Franco se encontra com Salazar no Caramulo. Aí, pede-lhe para que o governo português defina a sua posição em caso de conflito internacional. Nessa circunstância era bem possível que os dois países ibéricos estivessem “ligados a beligerantes adversários entre si”⁴⁶. A Espanha, segundo Nicolás Franco, manter-se-ia neu-

tral, assegurando Salazar o mesmo propósito de neutralidade e de “intangibilidade de fronteiras” entre os dois países⁴⁷.

É, pois, neste contexto que começa a esboçar-se o projecto de um Tratado de Amizade e Não Agressão entre Portugal e Espanha, tendo como interlocutores directos o general Jordana e o embaixador português Pedro Teotónio Pereira.

As negociações foram (na expressão de Pedro Teotónio Pereira) “inutilmente difíceis”⁴⁸. As propostas iniciais espanholas foram rejeitadas, porque colidiam com a aliança luso-britânica. Só quando Londres deu o seu *agrément* (era do seu interesse uma Península Ibérica neutral⁴⁹) é que o tratado foi assinado, acto que ocorreu no dia 17 de Março de 1939. As partes contratantes obrigavam-se a respeitar as fronteiras comuns, a não praticar actos de agressão ou invasão entre si, não consentindo igualmente que dos respectivos territórios pudessem ser lançados ataques à outra parte através de terceiros⁵⁰.

Com o Pacto Ibérico (ou Peninsular, como preferia o governo português) a Espanha procurava garantir a inviolabilidade das suas fronteiras em caso de uma possível intervenção britânica; falhou, contudo, o seu desejo inicial de se substituir à influência britânica em Portugal. Salazar mantinha-se fiel à velha aliança com os ingleses. Uma Espanha cada vez mais germanizada era um bom argumento para não alterar um acordo que vigorava há cinco séculos e meio.

Pese embora a assinatura do Pacto Ibérico (que a Oposição republicana no exílio considerou constitucionalmente nulo e contrário à Aliança luso-britânica⁵¹), persistiram em Espanha alguns sectores que não escondiam o seu desejo de anexar Portugal. A Falange era um deles. Dirigida por Serrano Súñer, cunhado de Franco, chegara mesmo a distribuir mapas em que Portugal fazia parte do “império espanhol”⁵².

Desde o início da 2.^a Guerra Mundial, em Setembro de 1939, a Europa assistia à marcha triunfal dos exércitos nazis. Em 12 de Junho de 1940 (mês em que a França é ocupada) a Espanha (que, ao contrário de Portugal⁵³, nunca se pronunciara oficialmente pela neutralidade) declara a sua “não-beligerância”. Quatro dias mais tarde, o governo de Franco (através do general Vigón, chefe do alto Estado-Maior) oferece-se a Hitler para entrar no conflito a troco de um conjunto de reivindicações territoriais em África⁵⁴.

No mês anterior, Portugal corria sério risco de invasão espanhola, na sequência de um boato segundo o qual os aliados se preparavam para desembarcar na costa portuguesa⁵⁵. É neste contexto que Salazar reafirma a neutralidade portuguesa⁵⁶.

Com a derrota alemã na Batalha da Inglaterra era cada vez mais iminente a ocupação nazi da Península e o ataque a Gibraltar. Os sectores germanófilos do país vizinho trabalham no sentido da participação espanhola nos planos do Eixo; o Estado-Maior Central de Espanha chega ao ponto de estabelecer planos de invasão de Portugal⁵⁷.

Serrano Súñer e Franco aconselham o embaixador português Pedro Teotónio Pereira a que Portugal renuncie ao “peso morto da aliança com a Inglaterra”⁵⁸. Sem essa aliança, obviamente, seria mais difícil a resposta britânica às

forças do Eixo. Salazar é, portanto, confrontado com um dilema: se se aproxima dos aliados corre o risco de uma invasão espanhola e nazi; se escolhe as potências do Eixo, era quase certa a ocupação das ilhas atlânticas pelos exércitos aliados, bem como de Angola e Moçambique pela África do Sul.

Das diligências diplomáticas que têm então lugar entre Portugal e Espanha, com o óbvio conhecimento das autoridades inglesas e alemãs, irá negociar-se um Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão que será assinado em 29 de Julho de 1940, em Lisboa.

Atendendo às circunstâncias desse momento, o Protocolo (como afirma Fernando Rosas) foi “um gesto diplomático da maior importância para os britânicos”, já que “a neutralização da Península” era vital para os interesses ingleses. Daí que esse texto (como refere o mesmo historiador) tenha merecido “activa desaprovação” de Serrano Súñer “e do sector germanófilo da Falange”⁵⁹. Apesar disto (mas seguramente devido aos êxitos militares nazis), na remodelação governamental levada a cabo por Franco, em 18 de Outubro, Serrano Súñer (que visitou Berlim em meados de Setembro) toma conta da Pasta dos Assuntos Exteriores. Cinco dias mais tarde, o caudilho espanhol encontra-se com Hitler em Hendaia. A invasão de Gibraltar e de Portugal volta a estar em cima da mesa e Franco mostra-se novamente disponível para aderir ao Eixo a troco das já faladas concessões territoriais. A reivindicação espanhola colocaria, porém, novos cenários, com as implicações que teriam em Itália e na França de Vichy⁶⁰. Daí Hitler não ter respondido positivamente a Franco, o que não o impediu de, a 12 de Novembro, ter assinado a “directiva n.º 18” onde se estabeleciam “as ordens para a *Operação Félix* de ataque à Península”, cujo objectivo essencial era “expulsar os ingleses do Mediterrâneo ocidental”⁶¹. As operações nos Balcãs e a invasão da União Soviética afastaram, porém, a ameaça nazi da Península.

Em Espanha, no entanto, a ideia da invasão de Portugal subsistia em alguns meios militares. Em 1941 estudam-se mesmo “as medidas preparatórias”, confiadas ao general Aranda, director da Escola de Guerra⁶². Mas Franco parecia estar mais preocupado com o que se passava na Rússia e mandou a Divisão Azul juntar-se ao exército alemão que combatia nessa frente⁶³.

A 11 de Fevereiro de 1942, em Sevilha, Franco e Salazar encontram-se pela primeira vez frente a frente. No comunicado oficial anuncia-se que foram analisados “os problemas políticos e económicos de carácter geral suscitados pela situação actual do mundo como problemas privativos dos dois Estados, tendo-se acordado manter de futuro o mais estreito contacto para a salvaguarda dos interesses comuns, dentro dos termos estabelecidos nos referidos convénios”⁶⁴. A moderação espanhola não era, obviamente, alheia à entrada dos Estados Unidos da América (EUA) no conflito, em Dezembro de 1941⁶⁵.

Em Setembro, Franco remodela novamente o seu governo. Jordana, um neutral, substitui Serrano Súñer. Hitler perde posições na Europa; o mesmo acontecia com os falangistas no governo de Franco. Com o desembarque aliado no Norte de África, em 11 de Novembro de 1942, é afastada definitivamente a

ameaça de invasão nazi da Península. Jordana visita Portugal em Dezembro, altura em que é tornada pública a constituição do Bloco Ibérico⁶⁶.

Em Espanha, apesar da “neutralidade” de Jordana, continuava o “entusiasmo” do regime franquista a favor do Eixo. Porém, com a queda de Mussolini (em Julho de 1943), o desembarque americano na Sicília, a rendição italiana (firmada pelo governo de Badoglio), o governo de Franco anuncia finalmente em Outubro a sua neutralidade, embora “vigilante”. A ambivalência do regime só acabaria, porém, em Maio de 1944, com o acordo tripartido entre Espanha, Grã-Bretanha e EUA. Franco iniciava, a partir daí, a reorientação estratégica do seu governo, no sentido de uma neutralidade “benevolente” com os aliados e muito particularmente com os EUA⁶⁷. O que não iria impedir (como se verá) a condenação e o isolamento internacional do seu regime por parte dos vencedores.

Portugal, por sua vez, com a concessão de facilidades dada aos Aliados para a utilização dos Açores⁶⁸ e com o embargo do volfrâmio para a Alemanha, evoluía de uma neutralidade estrita (“neutralidade continental”, na expressão do embaixador britânico em Lisboa⁶⁹) para uma “neutralidade colaborante”⁷⁰. Salazar tinha, pois, boas razões para dizer o que disse em 8 de Maio de 1945, na Assembleia Nacional: “Bendigamos a Paz! Bendigamos a Vitória!”.

Como afirma Fernando Rosas, “a posição portuguesa, apesar das oscilações, não deixa, no seu conjunto, de ser substancialmente colaborante com a Grã-Bretanha”⁷¹. Daí que, a vitória dos aliados (logo da Grã-Bretanha) significava, afinal (apesar das dificuldades de relacionamento entre o governo português e os EUA), a manutenção do Estado Novo (com Salazar no poder, para desencanto da Oposição⁷²) bem como das colónias. Com vitória do Eixo talvez nem sequer tivesse sobrevivido a independência de Portugal⁷³.

O pós-guerra não foi fácil para o regime de Franco. Enquanto o regime salazarista era aceite (e até mesmo elogiado nos meios ocidentais⁷⁴), a ditadura franquista seria alvo da hostilidade dos aliados. Na conferência de Potsdam, que decorreu de 17 de Julho a 2 de Agosto, foi decidido, por proposta de Estaline, que a Espanha não seria admitida na ONU enquanto o regime espanhol se assemelhasse aos regimes fascistas que acabavam de ser vencidos na guerra.

Em Fevereiro de 1946, o regime de Franco é condenado na Assembleia-Geral das Nações Unidas. No início de Março, a França encerra a sua fronteira com a Espanha; nesse mesmo mês, o regime espanhol volta a ser condenado pela França, Grã-Bretanha e EUA. Em Abril, a Polónia afirma que esse regime constitui uma ameaça para a paz mundial, conclusão a que chega também o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em Dezembro, a Espanha é expulsa dos organismos internacionais sob a égide da ONU, através de uma resolução que recomendava que os países membros dessa Organização retirassem os seus representantes de Madrid. O isolamento de Espanha era então quase total. Em Madrid permaneciam apenas os embaixadores de Portugal, Suíça, Irlanda e Vaticano.

A “questão espanhola” era incómoda para Salazar. Como não convinha ao governo português ser associado a um regime considerado fascista, foi-se dando um afastamento entre os dois países. Esse afastamento foi particularmente evi-

dente entre o Outono de 1945 e meados de 1947, fruto das circunstâncias atrás descritas. Mas esta circunstância não significou um abandono total. Como dizia Nicolás Franco, logo em Setembro de 1945, Portugal fizera “talvez de mais, concessões formais”, mas, no fundo, não mudara de “atitude”⁷⁵.

Para Salazar, contrariamente ao que pretendiam outros países, não convinha que ocorressem em Espanha grandes mexidas políticas. Franco no poder era sinónimo (na óptica de Salazar) de ordem e estabilidade. Estando o regime franquista isolado internacionalmente era evidente para Salazar que a Espanha não poderia ter veleidades iberistas (isto é, anexionistas).

A partir de 1947, com a crescente influência da União Soviética na Europa de Leste, o regresso ao poder dos partidos conservadores na Europa Ocidental e o avanço do anticomunismo nos EUA, criaram-se condições para quebrar o isolamento de Franco e do seu regime. Os embaixadores que se haviam retirado em 1946 regressariam em 1951.

O clima de guerra-fria favoreceu igualmente o desenvolvimento das relações entre os dois vizinhos ibéricos. Salazar podia agora apoiar o governo franquista de forma mais aberta. Esse apoio foi dado logo em Julho de 1947, na Conferência de Paris, convocada na sequência do discurso do Secretário de Estado norte-americano, George Marshall, proferido em 5 de Junho desse ano na Universidade de Harvard. Portugal foi convidado a participar na referida Conferência; a Espanha, não. Bem tentou o ministro português Caeiro da Mata sensibilizar os outros países participantes para que a Espanha integrasse o chamado “Plano Marshall”⁷⁶. A Grã-Bretanha e a França, porém, inviabilizariam a proposta portuguesa.

Em Agosto de 1948, Portugal e Espanha dão novo sinal de entendimento prorrogando o Tratado de Amizade e Não Agressão. Mas este clima de concórdia seria ensombrado pela adesão de Portugal ao Pacto Atlântico. Considerava o governo espanhol que a negociação unilateral de Portugal se opunha ao espírito do Pacto Ibérico. Para Franco, “España, al no ser invitada al Pacto Atlántico, quedaría en condiciones de inferioridad respecto a Portugal puesto que Portugal contrae por el Pacto Atlántico obligaciones que también envuelven España sin buscarlas”⁷⁷. A exclusão da Espanha era, pois, considerada inadmissível.

Salazar não manifestava grande entusiasmo pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), mas a entrada de Portugal nessa organização dava-lhe a possibilidade, como bem refere Medeiros Ferreira, de aparecer “na cena internacional como o principal interlocutor ibérico”⁷⁸. Daí que, mesmo contra a vontade espanhola, a adesão de Portugal à NATO seja formalizada em Washington, no dia 4 de Abril de 1949.

A visita oficial de Franco a Portugal, de 22 a 27 de Outubro desse ano, para além do óbvio sinal de que as relações entre os dois países voltavam a estar desanuviadas, foi vista pela imprensa espanhola como um passo para quebrar o isolamento internacional do regime espanhol. Na verdade, a partir de 1950, a Espanha volta a ter condições para se integrar plenamente na cena internacional. Em Novembro, as Nações Unidas aprovam uma resolução que autoriza os

seus Estados-membros a restabelecer relações diplomáticas com a Espanha, o que acontecerá antes do final desse ano com os EUA.

Nos anos seguintes, a Espanha é admitida em organismos internacionais: FAO (1950), Organização Mundial de Saúde (1951), União Postal Internacional (1951), Organização Internacional da Aviação Civil (1951), UNESCO (1952), Organização Internacional do Trabalho (1953).

Em 1955, Portugal e Espanha eram finalmente admitidos na ONU. Portugal formalizara o seu pedido de adesão em 1946, pedido que fora então rejeitado. A Espanha, devido à condenação do seu regime, não chegaria sequer a formalizar o pedido de adesão.

O ano de 1955 é particularmente significativo para os dois países ibéricos. Desde logo pela adesão à ONU, mas também, e sobretudo, por marcar uma clara inversão de papéis: enquanto a Espanha se abre cada vez mais ao exterior, Portugal faz o percurso inverso, caminhando para a política do “orgulhosamente sós”, situação que se acentuará dramaticamente a partir de 1961.

Com a adesão à ONU, a política externa portuguesa, segundo Franco Nogueira, confundir-se-á “em vasta medida, com a política ultramarina portuguesa”⁷⁹. A questão colonial é assumida de forma diversa pelos dois países ibéricos. Enquanto que Portugal insiste na tese de que não tem colónias mas Províncias Ultramarinas, a Espanha iniciou o processo de descolonização “com pragmatismo e sem complexos”⁸⁰. O que não significa que o mesmo não tenha decorrido com reticências, contradições e, até, alguns confrontos (no Ifni)⁸¹. Mas não deixa de ser um facto que assinou em 7 de Abril de 1956 a declaração que consagrou a independência de Marrocos e em 1963 concedeu um estatuto autonómico à Guiné. Em Outubro de 1968, na sequência de um referendo, é votada a independência deste território. No ano anterior, a Espanha entregara já o Ifni ao reino alauíta.

A divergência de posições quanto à questão colonial criou no governo português um sentimento de desconfiança relativamente ao seu parceiro ibérico. Nem os encontros de Salazar e Franco em 1957, 1960 e 1963, alteraram esse sentimento. Bem pelo contrário. Depois do início da guerra nas colónias portuguesas de África, várias vezes a Espanha colocaria reservas em apoiar o seu vizinho peninsular, chegando mesmo o seu embaixador na ONU, Félix Lequerica, a votar contra Portugal.

Não admira, pois, que a partir do último encontro entre Franco e Salazar escasseassem os contactos entre dirigentes portugueses e espanhóis. De 1963 a 1969, não houve contactos nem conversações ao nível de Chefes de Governo, Chefes de Estado ou ministros dos Negócios Estrangeiros entre os dois países⁸². Nas relações luso-espanholas instalara-se, pois, uma rotina diplomática e comercial⁸³.

A amizade peninsular, tradicionalmente referida nos discursos de fim-de-ano, era acima de tudo uma imagem de retórica. A balança comercial luso-espanhola espelhava bem a situação: dois vizinhos que praticamente se ignoravam mutuamente⁸⁴.

Com a nomeação de Marcelo Caetano para Presidente do Conselho de Ministros, em Setembro de 1968, deu-se, porém, um novo impulso às relações peninsulares. O novo chefe de governo português visita Madrid em Maio de 1970. Nessa ocasião assina o 3.º Protocolo Adicional ao Tratado de 1939. Esse documento estabelecia consultas periódicas entre os dois países, alargando a colaboração bilateral ao plano técnico e económico, referindo, ainda, a necessidade de estabelecer condições para uma cooperação política entre os dois países.

Os contactos entre governantes tornam-se a partir daí mais frequentes, crescem as relações comerciais, mas persistem diferenças assinaláveis no plano internacional. A Espanha continuava a abrir-se ao exterior, nomeadamente ao Leste europeu; Portugal, mercê da guerra em África, via-se cada vez mais isolado internacionalmente. A situação manter-se-ia assim até à revolução de 25 de Abril de 1974. A Revolução dos Cravos, a mais pacífica de todas as revoluções portuguesas contemporâneas, poria fim ao regime do Estado Novo e ao seu isolamento internacional.

Em Espanha foi grande o impacto da revolução. No dia seguinte aos acontecimentos de Lisboa o Conselho de Ministros do governo espanhol, presidido por Franco, concluía “que o facto teria repercussões negativas para Espanha”⁸⁵, o que não obsteu a que no dia 29 de Abril reconhecesse a Junta de Salvação Nacional.

No período revolucionário as relações entre ambos os países foram alvo das maiores cautelas. Segundo Melo Antunes, “houve a preocupação de não criar em Espanha a ideia de que pretendíamos exportar a Revolução (...) e fazer ver aos espanhóis que, inclusivamente com a Revolução, não devia haver uma mudança nas relações políticas entre os dois povos”⁸⁶.

Durante o ano de 1974 foram intensos os contactos diplomáticos entre Madrid e Lisboa, espelhando a normalidade das relações entre os dois países. No entanto, a viragem à esquerda do regime português após o 11 de Março de 1975 provocou um novo clima de tensão.

Grupos extremistas espanhóis, como a ETA e a FRAP, movimentavam-se à vontade no território português onde tinham contactos privilegiados com partidos e organizações da extrema-esquerda; o mesmo acontecia em Espanha com elementos contra-revolucionários do ELP e do MDLP.

Embora o Governo espanhol negasse qualquer apoio à contra-revolução portuguesa não restam dúvidas sobre o comprometimento do regime franquista com essas forças⁸⁷.

A referida viragem à esquerda verificada em Portugal no dia 11 de Março não é certamente alheia, como afirma Medeiros Ferreira, às “movimentações de tropas espanholas na zona de Badajoz, ou da passagem de avantajados meios militares norte-americanos pelas bases sediadas em território espanhol, como a de Rioja”⁸⁸. Medeiros Ferreira (que foi ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional⁸⁹) afirmaria mais tarde que (embora não os pudesse divulgar) dispunha “de testemunhos” que confirmavam “como uma eventualidade séria a intervenção militar de Espanha em Portugal nesse momento”⁹⁰.

Em 10 de Julho de 1975, face ao clima de mútua desconfiança, Melo Antunes (então Ministro dos Negócios Estrangeiros) desloca-se a Madrid para “aquietar as preocupações espanholas”⁹¹.

Em Setembro desse ano, com a queda do V Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves, e a tomada de posse de um novo Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo, militar dos sectores moderados do Movimento das Forças Armada (MFA), há uma nítida inflexão no regime português. Foi justamente em Setembro de 1975, no dia 27, que se deu um acontecimento da maior gravidade e que poderia ter custos bem mais elevados do que aqueles que efectivamente vieram a ter: o assalto e saque à embaixada espanhola em Lisboa. Segundo Melo Antunes “foi um dos momentos mais dramáticos e mais difíceis das relações entre os dois países”⁹². A Espanha reagiu serenamente, embora retirasse o seu embaixador, suspendesse a cotização do escudo e encerrasse alguns postos fronteiriços. O governo português, por sua vez, assumiu as responsabilidades morais e materiais do acontecimento.

Com a morte de Franco, em 20 de Novembro de 1975, e o golpe militar em Portugal, no dia 25 desse mês, liderado por Ramalho Eanes, foram criadas as condições para o estabelecimento de regimes democráticos em ambos os países. A normalização das relações é plenamente restabelecida em 12 de Fevereiro de 1976, na Guarda, com o encontro dos ministros que tutelavam os Negócios Estrangeiros dos dois países, Ernesto Melo Antunes e José Maria Areilza.

Em Novembro do ano seguinte é assinado o novo Tratado de Amizade e Cooperação, “pedra angular em que assentam as modernas relações luso-espanholas”⁹³. Em 1983 assinar-se-ia um Protocolo Adicional ao Tratado.

Se a democracia contribuiu para a normalização das relações luso-espanholas não lhe deu, porém, de imediato, o impulso com que muitos sonhavam. Em Abril de 1985, numa conferência proferida em Madrid, o socialista Jaime Gama (então ministro dos Negócios Estrangeiros) dizia ser tempo de corrigir “alguns desequilíbrios e assimetrias”, bem como dar andamento “à prossecução de um diálogo político verdadeiramente adulto, moderno e dinâmico, susceptível de corresponder às justas expectativas e anseios” das novas gerações, pondo “termo, de uma vez por todas, aos enganos e fantasmas do passado” e, desse modo, permitindo “colocar em parâmetros novos” o relacionamento entre os dois países⁹⁴.

A entrada simultânea dos dois países na CEE, em 1 de Janeiro de 1986, veio, finalmente, dar uma nova dinâmica ao relacionamento bilateral, sobretudo no campo económico. Pouco tempo depois desse acontecimento histórico, escrevia Fernández Ordóñez, ministro espanhol dos Assuntos Exteriores:

Yo deseo que esta nueva dinámica sea aprovechada para favorecer el estrechamiento de relaciones com Portugal. Por encima de lo que nos separa, hay miles de pequeñas y grandes cosas que nos unen. De la forma en que resolvamos nuestra contribución a la construcción de una Europa más unida dependerán también los avances en la relación bilateral que si hoy no es mala puede – y, en mi opinión, debe – ser mucho mejor⁹⁵.

Quatro anos depois de terem sido proferidas estas palavras a situação era realmente diferente. Em 24 de Outubro de 1990, em Madrid, o primeiro-ministro português Cavaco Silva dava disso testemunho, referindo-se “ao fortíssimo aumento do intercâmbio, em todos os planos, que está a acontecer entre os dois países, ao mesmo tempo que se reforçam a estima e o respeito mútuo, na individualidade própria de cada um”⁹⁶.

Confiante no futuro parecia estar, em 1996, o Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio. No encerramento da Conferência Portugal-Espanha, que decorreu em Lisboa em 28 e 29 de Novembro, afirmava:

Estamos, de facto, a atravessar uma nova era nas relações entre os nossos dois países. A esta nova era corresponde uma nova geração de espanhóis e portugueses, formada em democracia, liberta de preconceitos e confiante na nossa capacidade para enfrentar em conjunto os desafios que impõe a modernidade. São esses que nos exigem uma relação normal e franca entre os nossos dois Estados, em que a defesa dos interesses recíprocos se realize num quadro de cooperação, sem tabús inúteis⁹⁷.

Porém, apesar da reciprocidade de interesses e do aumento de intercâmbio (de que falava Cavaco Silva), mantinham-se (e assim tem continuado) os desequilíbrios no comércio bilateral entre Espanha e Portugal. Apesar do grande fluxo comercial, o saldo é claramente favorável a Espanha⁹⁸.

Para além destes desequilíbrios, persistem velhos problemas, tais como a gestão dos recursos hídricos, que tem como pano de fundo um preocupante Plano Hidrológico Espanhol, plano que (como dizia em 1997 Nunes Correia) “está a ser «escrito em betão» antes de ser escrito em papel”⁹⁹.

A integração de ambos os países em organizações como a NATO e a UEO, se por um lado dá garantias a Portugal de que as suas *fronteiras de soberania* já não correm o risco do “perigo espanhol”, não deixa, por outro lado, de colocar novos desafios subjacentes justamente ao facto de, pela primeira vez, Portugal e Espanha partilharem um espaço geoestratégico comum. As dificuldades que Portugal conheceu para manter em Oeiras um dos três comandos regionais da NATO no Atlântico são disso prova bem evidente. Embora o então ministro da Defesa, António Vitorino, referisse (em Julho de 1997 no Instituto da Defesa Nacional) que a discussão relativamente à definição da área de responsabilidade do comando de Oeiras ultrapassava “o relacionamento bilateral, não se tratando, como alguns pretendem fazer crer, de uma guerra nossa com a Espanha”, não deixava de reconhecer que isso constituía um problema em termos de Parlamento (já que o governo de que fazia parte era minoritário) e de opinião pública¹⁰⁰.

Lidar com esta nova realidade não é fácil, como escreveu Eduardo Lourenço:

Portugal ainda não se ajustou interiormente a si mesmo como ex-potência africana. (...) Como a Espanha não o fez, antes pelo contrário, com a América Latina e Marrocos. Mas parece claro que também não ajustou a sua óptica

à nova realidade peninsular e que tanto Portugal como Espanha continuam a jogar, em excesso, os seus clássicos jogos de nações ao puro estilo dos séculos XVIII e XIX¹⁰¹.

Atendendo a que os dois países integram o mesmo sistema de alianças e organizações internacionais, movimentando-se, pois, nos mesmos “tabuleiros”, a afirmação de Portugal já não passa por uma “estratégia de descontinuidade”. A cooperação em vários domínios (inclusive no militar, nomeadamente no âmbito da NATO) é fundamental (como afirmava Durão Barroso, em Outubro de 1997, no Instituto de Defesa Nacional) para dissipar “certos obstáculos psicológicos (...) ao mesmo tempo que evita conceder-se a Madrid a representação exclusiva ou hegemónica do espaço peninsular”¹⁰².

Depois dos Tratados de Maastricht e de Amesterdão (apesar deste ser visto como “um tratado de meio de percurso”¹⁰³), a União Europeia deixou de ser um mero espaço de interesses económicos, afirmando-se cada vez mais como uma “comunidade de tipo federal”, com todas as consequências políticas que daí decorrem.

Pese embora as hesitações e os percalços que têm vindo a verificar-se na Europa, é, pois, um horizonte *federalista* que se perspectiva para Portugal. Mas não, como muitos sonharam e outros temeram, sob o manto tutelar de Madrid.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes hemerográficas

Diário de Notícias. Lisboa (1917)
Época (A). Lisboa (1919, 1920)
Iberia. Paris (1945)
Luta (A). Lisboa (1917)
Manhã (A). Lisboa (1919)
Monarquia (A). Lisboa (1919)
Montanha (A). Porto (1911, 1912, 1917)
Mundo (O). Lisboa (1915)
Século (O). Lisboa (1926)
Situação (A). Lisboa (1917)
Unir. Paris (1939)

Memórias, relatos e textos da época

AZAÑA, Manuel, 1996 – *Memorias políticas, 1931-1933*. Barcelona: Grijalbo Mondadori.
 BRANDÃO, Raul, 1933 – *Vale de Josafat – III Volume de Memórias*. Lisboa: Seara Nova.
 CORRESPONDÊNCIA de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, (1931-1939), 1987.
 Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, vol. I.
 CÂMARA, Leal da, 1917 – *Miren Ustedes*. Porto: Livraria Chardron.
 CORTESÃO, Jaime, 1969 – *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora.
 COSTA, Marechal Gomes, 1930 – *Memórias*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

- DEZ *Anos de Política Externa (1936-1947)*, 1965. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol. IV.
- FERRO, António, 1927 – *Viagem à Volta das Ditaduras*. Lisboa: Empresa «Diário de Notícias».
- LIMA, Magalhães, s.d. – *Episódios da Minha Vida*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, vol. I.
- MARTINS, Rocha, 1920 – *Pimenta de Castro, Dictador*. Lisboa: Rocha Martins.
- PEREIRA, Pedro Teotónio, 1973 – *Memórias*. Lisboa: Verbo, vol II.
- PIMENTEL, João Sarmiento, 1974 – *Memórias do Capitão*, 2.^a ed. Porto: Editorial Inova.
- RIBEIRO, Joaquim, s.d. – *Na Guerra. Depoimento dum Voluntário*. Lisboa: Portugal-Brasil, Limitada.

Estudos de carácter específico

- BARROSO, José Manuel Durão, 1998 – “A Identidade Europeia de Segurança e Defesa (Alguns elementos sobre a Evolução da Posição Portuguesa)”. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n.º 84.
- CORREIA, Francisco Nunes, 1997 – “Intervenção de Francisco Nunes Correia” in *Actas da Conferência Portugal-Espanha*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- COSTA, Francisco Seixas, 1998 – “Portugal e o Desafio Europeu”. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n.º 85.
- DELGADO, Iva, s.d. – *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- FERREIRA, José Medeiros, 1989 – *Um Século de Problemas – As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FERREIRA, José Medeiros, 1992 – *Portugal na Conferência da Paz – Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal Editores.
- FERREIRA, José Medeiros, 1993 – “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”. *Política Internacional*. Lisboa, n.º 6.
- GAMA, Jaime, 1985 – *Política Externa Portuguesa, 1983-1985*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- GARCÍA PÉREZ, Rafael, 2000 – “Espanya y la Segunda Guerra Mundial” in TUSELL, Javier; AVILÉS, Juan; PARDO, Rosa (ed.) – *La política exterior de España en el siglo XX*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- GIL PECHARROMÁN, Júlio, 1997 – *Historia de España – La Segunda República – Esperanzas y frustraciones*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos, 1996 – *Franco e Salazar. As Relações Luso-Espanholas durante a Guerra Fria*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- LOFF, Manuel, 1996 – *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras.
- LOURENÇO, Eduardo, 1995 – “O novo destino da Península”. *Finisterra*. Lisboa, n.º 17.
- MAGALHÃES, José Calvet de, Abril 1989 – “Portugal e a defesa ocidental: a política atlantista, 1945-1974”. *Proserpina*. Merida, n.º 8.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1974 – *O Segundo Governo de Afonso Costa (1915-1916)*. *Actas dos Conselhos de Ministros*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- MARTINS, Hermínio, 1999 – “O Federalismo no Pensamento Político português”. *Penélope*. Lisboa, n.º 18.
- NOGUEIRA, Franco, 1981 – *História de Portugal (1933-1974)*. Porto: Livraria Civilização.
- NOGUEIRA, Franco, 1986 – *Salazar*, 3.^a ed. Porto: Livraria Civilização Editora, vol. III.
- OLIVEIRA, César, 1995 – *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas – Política e Economia*. Lisboa: Edições Cosmos.
- ORDOÑEZ, Fernández, 1986 – “Espanya ante la CEE”. *Estratégia*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, n.º 1.

- QUEIRÓS, António José, 1997 – *O jornal portuense A Montanha e as relações luso-espanholas (1911-1926)*. Amarante: Edições do Tâmega.
- REINO, Fernando, Junho 1990 – “As relações luso-espanholas no contexto de uma Europa unida”. *Política Internacional*. Lisboa, n.º 2, vol. 1.
- ROMERO SALVADO, Francisco J., 2006 – *A Guerra Civil de Espanha*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ROSAS, Fernando, 1988 – *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*. Lisboa: Fragmentos.
- SAMPAIO, Jorge, 1997 – “Intervenção de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa” in *Actas da Conferência Portugal-Espanha*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- SÁNCHEZ CERVELLO, Josep, 1993 – *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SILVA, Aníbal Cavaco Silva, 1991 – *Ganhar o Futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, Novembro 1994 – “«Morrer pela Pátria!?» Porque foi Portugal para a Guerra”. *História*. Lisboa, n.º 2 (Nova Série).
- TELO, António, 1991 – *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. Lisboa: Vega, 2 vols.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, 1980 – *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha, 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, 1985 – *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha, 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, 1998a – *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- TORRE [GÓMEZ], Hipólito de la, 1998b – “La Conspiración Iberista de Manuel Azaña”, in ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri, p. 209-220.
- TUSELL, Javier, 1994 – *Manual de História de España. Siglo XX*. Madrid: Historia 16.
- VICENTE, Ana, 1992 – *Portugal visto pela Espanha – Correspondência Diplomática, 1939-1960*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- VILAR, Juan B., 2000 – “La Descolonización Española en Africa” in TUSELL, Javier; AVILÉS, Juan; PARDO, Rosa (ed.) – *La política exterior de España en el siglo XX*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- VINCENT-SMITH, John, 1975 – *As Relações Políticas Luso-Britânicas, 1910-1926*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VITORINO, António, 1997 – “A Política de Defesa Nacional”. *Nação e Defesa*. Lisboa, n.º 83.
- WHEELER, Douglas L., s.d. – *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

NOTAS

- 1 Este texto, agora revisto, foi escrito no âmbito do Curso de Auditores de Defesa Nacional (1997/1998).
- 2 *A Montanha*, 15 de Setembro de 1911.
- 3 *A Montanha*, 31 de Março de 1912.
- 4 VINCENT-SMITH, 1975: 43.
- 5 VINCENT-SMITH, 1975: 43.
- 6 RIBEIRO, s.d.: 18. Sobre as razões da participação portuguesa na guerra, veja-se TEIXEIRA, 1994: 6-15.
- 7 As colónias portuguesas correram perigo em mais de um momento, nomeadamente em 1898 e 1912, anos em que a Inglaterra e a Alemanha mantiveram adiantadas conversações no sentido de partilhar entre si algumas colónias portuguesas.
- 8 LIMA, s.d.: 257.
- 9 MARTINS, 1920: 305.

- 10 MARQUES, 1974: 51.
11 MARQUES, 1974: 46
12 Cit. in TORRE GÓMEZ, 1980: 176.
13 CÂMARA, 1917: 35-36.
14 *A Montanha*, 7 de Abril de 1917.
15 *A Montanha*, 14 de Junho de 1917.
16 CORTESÃO, 1969: 30.
17 *A Luta*, 1 de Setembro de 1917.
18 TORRE GÓMEZ, 1980: 190.
19 CORTESÃO, 1969: 121.
20 *A Situação*, 17 de Outubro de 1917.
21 *A Época*, 31 de Dezembro de 1919.
22 FERREIRA, 1992: 34.
23 *A Manhã*, 9 de Maio de 1919.
24 Cit. in FERREIRA, 1992: 55.
25 FERREIRA, 1992: 34.
26 *A Época*, 26 de Fevereiro de 1920.
27 *A Monarquia*, 4 de Dezembro de 1919.
28 WHEELER, s.d.: 230.
29 TORRE GÓMEZ, 1980: 97-98.
30 BRANDÃO, 1933: 109.
31 FERRO, 1927: 234.
32 COSTA, 1930: 236.
33 Telegrama (de 8/6/1926) do Ministro de Estado do governo espanhol para o Embaixador de Espanha em Lisboa, cit. in TORRE GÓMEZ, 1985: 121.
34 OLIVEIRA, 1995: 35.
35 AZAÑA, 1996: 262.
36 TUSELL, 1994: 417. Sobre este período, ver TORRE [GÓMEZ], 1998b: 209-220.
37 PIMENTEL, 1974: 334 e seguintes.
38 OLIVEIRA, 1995: 38. A longa nota oficiosa, de 20 de Setembro, intitulada “O momento político. Grandes e pequenas questões da política portuguesa” foi publicada com grande destaque na imprensa da época. O 4.º capítulo é dedicado à política externa.
39 FERREIRA, 1989: 47.
40 TORRE GÓMEZ, 1998a: 99.
41 O governo da Frente Popular, presidido por Azaña, é formado a 19 de Fevereiro. Em Maio, Azaña é eleito Presidente da República. O governo passa a ser presidido (a partir do dia 10 desse mês) por Casares Quiroga.
42 GIL PECHARROMÁN, 1997: 128.
43 Dez Anos de Política Externa (1936-1947), 1965: 54.
44 ROMERO SALVADO, 2006: 101.
45 Telegrama oficial, de 14 de Setembro de 1938 (Ministério dos Assuntos Exteriores, R/1058, Exp. 8) cit. in DELGADO, s.d.: 188.
46 LOFF, 1996: 205.
47 JIMÉNEZ REDONDO, 1996: 38.
48 Sobre as negociações luso-espanholas do Pacto Ibérico, ver PEREIRA, 1973: 168-173.
49 Com a neutralidade da Península, Gibraltar não corria perigo e a Inglaterra assegurava livre acesso dos seus barcos ao Mediterrâneo (ROSAS, 1988: 111).
50 Este Tratado tem sido interpretado das mais diversas formas pelos historiadores. Uma boa síntese dessas interpretações pode ler-se em JIMÉNEZ REDONDO, 1996: 40-41.
51 *Unir*, 15 de Junho de 1939.
52 ROSAS, 1988: 110.
53 A posição de Portugal face ao mais que provável conflito foi anunciada por Salazar, na

- Assembleia Nacional, em 22 de Maio de 1939. Uma nota oficiosa, de 2 de Setembro desse ano (isto é, no dia seguinte à invasão da Polónia pela Alemanha nazi), confirmou a posição de neutralidade.
- 54 GARCÍA PÉREZ, 2000: 308.
- 55 ROSAS, 1988: 114.
- 56 Alguns sectores republicanos condenavam a neutralidade portuguesa, que consideravam contrária aos interesses nacionais. Defendiam a intervenção, vista como uma consequência lógica da situação geográfica do país e dos seus compromissos internacionais, bem como um meio de defesa territorial, tanto do continente como do império (*Unir*, 13 de Março de 1939).
- 57 ROSAS, 1988: 114.
- 58 ROSAS, 1988: 115.
- 59 ROSAS, 1988: 116.
- 60 GARCÍA PÉREZ, 2000: 310.
- 61 ROSAS, 1988: 117 e 122.
- 62 ROSAS, 1988: 118.
- 63 Criada em Agosto de 1941, e integrada no exército nazi, a Divisão Azul combateu em território soviético até Outubro de 1943 (GARCÍA PÉREZ, 2000: 313).
- 64 Cit. in NOGUEIRA, 1986: 374. Os convénios a que se referia este comunicado eram o Tratado de Amizade e Não-Agressão entre Portugal e Espanha (de 17 de Março de 1939) e o Protocolo Adicional (29 de Julho de 1940).
- 65 JIMÉNEZ REDONDO, 1996: 52-53.
- 66 Sobre o significado do Bloco Ibérico para Portugal e Espanha, ver JIMÉNEZ REDONDO, 1996: 54-56.
- 67 GARCÍA PÉREZ, 2000: 319-320.
- 68 A Grã-Bretanha teve autorização para utilizar os Açores como base de apoio às suas acções militares a partir de 8 de Outubro de 1943. Em 28 de Novembro desse ano, Portugal e os EUA assinam um acordo que estabelecia “a forma de participação indirecta” do nosso país no Pacífico (tendo em vista a situação de Timor). O acordo previa a construção de uma base nos Açores (em Santa Maria) que ficaria sob controlo norte-americano (MAGALHÃES, 1989: 57). Sobre as conversações (tensas e duras) com a Grã-Bretanha e com os EUA, veja-se TELO, 1991: I, 157-163; II, 193-209.
- 69 FERREIRA, 1993: 143.
- 70 Expressão utilizada por Salazar no discurso que proferiu em 18 de Maio de 1945 na Assembleia Nacional.
- 71 ROSAS, 1988: 25.
- 72 À medida que se aproximava o final da Guerra, sectores oposicionistas no exílio (portugueses e espanhóis) sonhavam com uma viragem democrática na Península. Em Londres, integrado no ciclo de Conferências Iberoamericanas, realizou-se no dia 16 de Dezembro de 1944, na Casa Basca (Euzko Etxea), um encontro de exilados a que presidiu Manuel de Irujo. Foram conferencistas Armando Cortesão (por Portugal), Luís Araquistain (por Espanha) e Carlos Pi Sunyer (pela Catalunha). Por proposta de Armando Cortesão fundou-se uma Comissão Pró-Comunidade Ibérica, composta pelos citados conferencistas e por Manuel Irujo, presidente de Euzco Etxea. Este último viria, pouco tempo depois, a apresentar um esboço de constituição ibérica, a que chamou “Bases para um Regime Constitucional de Comunidades de Nações Ibéricas”. Seriam seus membros as Repúblicas de Espanha, Portugal, Catalunha, Galiza e País Basco (*Iberia*, Juillet/Octobre, 1945). O assunto, porém, estava longe de ser consensual. O socialista Luís Araquistain, por exemplo, opunha-se à federalização do território espanhol. Federação, sim, mas apenas entre a Espanha e Portugal (MARTINS, 1999: 31). A manutenção dos regimes de Salazar e Franco acabaria, porém, com quaisquer veleidades iberistas (de cariz federal ou confederal).
- 73 Veja-se o relatório do Adido do Ar na embaixada alemã em Espanha, de 7 de Maio de 1941 (ROSAS, 1988: 126-128).

- 74 Foi o caso de um relatório dos Serviços de Informação dos EUA sobre Portugal em que a ditadura portuguesa era considerada “benévola” (JIMÉNEZ REDONDO, 1996: 104-105).
- 75 Despacho reservado n.º 441, *Embajada de España a ministro Asuntos Exteriores*, Lisboa, 11 de Setembro de 1945, cit. in JIMÉNEZ REDONDO, 1996: 127.
- 76 Paradoxalmente, Portugal acabaria por não beneficiar do primeiro exercício do Plano Marshall (1948-1949), muito por causa dos “preconceitos” de Salazar relativamente aos EUA. O agravamento da situação cambial e financeira iria, porém, levá-lo a rever a situação e a candidatar Portugal ao segundo exercício desse Plano (1949-1950). Assim se conseguiu uma preciosa assistência de 59 milhões de dólares (REINO, 1990: 40 e FERREIRA, 1993: 145).
- 77 Telegrama (não assinado) do Generalíssimo Franco a Nicolás Franco, Madrid, 19 de Março de 1949, cit. in VICENTE, 1992: 60.
- 78 FERREIRA, 1989: 61.
- 79 NOGUEIRA, 1981: 232.
- 80 REINO, 1990: 43.
- 81 Sobre o assunto, veja-se VILAR: 391-410.
- 82 OLIVEIRA, 1995: 165-166.
- 83 OLIVEIRA, 1995: 165-166.
- 84 OLIVEIRA, 1995: 168.
- 85 SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1993: 346.
- 86 Entrevista concedida por Ernesto Melo Antunes a Josep Sánchez Cervelló, em 13 de Março de 1986, cit. in SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1993: 347.
- 87 SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1993: 351.
- 88 FERREIRA, 1989: 72.
- 89 O I Governo Constitucional tomou posse a 23 de Julho de 1976. Cessou funções a 23 de Janeiro de 1978.
- 90 Cit. in REINO, 1990: 44.
- 91 OLIVEIRA, 1995: 208.
- 92 Entrevista concedida por Ernesto Melo Antunes a Josep Sánchez Cervelló, em 13 de Março de 1986, cit. in SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1993: 354.
- 93 GAMA, 1985: 202.
- 94 GAMA, 1985: 201-202.
- 95 ORDOÑEZ, 1986, 18-19.
- 96 SILVA, 1991: 261.
- 97 SAMPAIO, 1997: 294.
- 98 Segundo dados do governo espanhol (citados pela agência Lusa (24/2/2009), em 2008 a Espanha importou um total de 9,21 mil milhões de euros em bens e serviços portugueses, mais 1,6% do que em 2007. Já as exportações para Portugal subiram 8,8%, para 16,54 mil milhões de euros. O saldo das trocas comerciais entre os dois países foi, pois, favorável a Espanha em 7,32 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 11,2% relativamente a 2007.
- 99 CORREIA, 1997: 98.
- 100 VITORINO, 1997:40.
- 101 LOURENÇO, 1995: 10.
- 102 BARROSO, 1998: 124.
- 103 COSTA, 1998: 20.

CULTURA E COOPERAÇÃO: DESAFIOS E ENTRAVES À RELAÇÃO IBÉRICA NO CONTEXTO EUROPEU

Maria de Fátima Amante

INTRODUÇÃO

As fronteiras entre os Estados afirmaram-se, nas últimas décadas, como um dos objectos de estudo mais interessantes no âmbito da investigação social. Numa abordagem verdadeiramente transdisciplinar, apoiando-se em metodologias qualitativas e quantitativas, as fronteiras têm tido uma visibilidade cada vez maior. Este interesse por parte da ciência tem sido acompanhado pelos agentes políticos, sobretudo em se tratando de fronteiras no espaço da União Europeia¹.

A fronteira luso-espanhola não é, a este título, excepção. Inicialmente trabalhada ao nível da história e da geografia, consolidou-se mais recentemente, também, como um interesse maior da sociologia e da antropologia. Em qualquer destes domínios tem-se assumido como uma categoria de análise fundamental quando abordamos as relações Portugal-Espanha².

É amplamente reconhecido que a relação entre os Estados e as sociedades ibéricas se caracteriza por um padrão de inconstância. É uma relação marcada por períodos de relativa consonância e outros de afastamento, onde se destaca um clima de suspeição política entre as partes, que se acentuou a partir do século XVII e atingiu o seu auge no século XIX quando a Questão Ibérica se tornou verdadeiramente explícita. Este contexto foi, segundo Pereira, “responsável pelo reacender e agudizar das desconfianças que marcaram a vivência dos dois povos na época contemporânea”³. É uma divergência histórica e culturalmente construída, que nem o Pacto Ibérico⁴, que tornou irmãs as ditaduras, conseguiu dirimir⁵, já que, como observou Adriano Moreira, “A relação peninsular das soberanias portuguesa e espanhola não se afastou desta moldura geral, alterando modelos conjunturais, mas fazendo prevalecer a desconfiança, sobretudo portuguesa, que se aprofundou à medida que o centralismo castelhano pareceu inseparável do projecto de unificação política ibérica”⁶. Nos anos oitenta do século XX em que coincidiram, em ambos os países, os primeiros tempos de democracia, governos socialistas e a adesão à Comunidade Económica Europeia (1986) inaugurou-se uma nova etapa na relação entre os Estados ibéricos.

Na actualidade, as relações Portugal-Espanha atravessam um momento particularmente favorável, de “continuado reforço em termos económicos (...) e do desenvolvimento de contactos entre as sociedades civis dos dois países”⁷.

Ambos os governos estão conscientes e reforçaram recentemente a importância da cooperação, destacando particularmente a cooperação transfronteiriça. Foi este o sentido da XXI Cimeira Luso-Espanhola realizada em Évora em Novembro de 2005 durante a qual, decidiram os seus representantes, “incrementar o desenvolvimento de todos os instrumentos previstos na *Convenção Luso-Espanhola de Cooperação Transfronteiriça* (...) dentro de um quadro mais vasto da “estreita colaboração e de confiança recíproca”⁸. A análise do documento que reúne as conclusões do encontro referido, confirma o empenhamento institucional que se concretizou na assinatura de vários acordos bilaterais nos quais adquirem particular relevo a melhoria das ligações ferroviárias entre os dois países, que se têm como imprescindíveis para agilizar a circulação transfronteiriça de comboios de mercadorias, a criação de plataformas logísticas nas regiões transfronteiriças e igualmente a melhoria de acessibilidades rodoviárias entre pólos fronteiriços cuja vitalidade dependeu, tradicionalmente, da sua localização⁹. Há portanto, um consenso institucional em torno da cooperação luso-espanhola, destacando-se em particular a cooperação transfronteiriça.

O documento referido permite constatar uma identificação com os objectivos que genericamente têm sido traçados para a cooperação transfronteiriça, no contexto da União Europeia. A cooperação transfronteiriça tem vindo, desde meados dos anos noventa, a ser apresentada de modo holístico, pensada em várias dimensões e numa perspectiva integrada¹⁰. É neste quadro que a cooperação transfronteiriça cultural, “uma das que menos atenção recebeu”¹¹, começa finalmente a ganhar relevo.

A cultura, enquanto conjunto de valores, atitudes, crenças e orientações, comumente associada a modos de vida específicos é, cada vez mais, encarada como uma dimensão que pode dinamizar ou enterrar o sucesso noutros domínios¹². Por este motivo tem-se constituído como variável imprescindível na discussão de temas como sejam a relação entre os Estados ou a adopção de padrões de consumo globais.

Sugerimos que, no contexto da presente discussão, se considere a cultura como uma matriz de valores que confere sentido à existência social, algo de fundamental importância quando pensamos a relação entre partes, seja entre pessoas, grupos, comunidades ou Estados.

Neste artigo, propomo-nos um duplo objectivo: perceber de que forma a cultura se tem conseguido impor como uma das dimensões da cooperação transfronteiriça e o modo como favorece ou dificulta a cooperação através da fronteira.

Para tratar os objectivos a que nos propomos, utilizamos estratégias metodológicas diferentes: por um lado, a análise de documentos que regulam a cooperação transfronteiriça, por outro, recorreremos ao discurso directo das populações raianas¹³. Pensar as políticas da União Europeia na perspectiva das populações locais, numa lógica de base – topo, apresenta-se actualmente como uma das possibilidades de pesquisa que caracterizam a abordagem antropológica da Europa e da União Europeia¹⁴.

É a partir dos que historicamente construíram a sua identidade local e nacional em contacto directo com a fronteira política e nas relações com *o outro* que mais facilmente se têm encontrado explicações para episódios de adesão e resistência a medidas europeias.

Defendemos que no domínio da cooperação transfronteiriça, a cultura se apresenta simultaneamente como o maior desafio e maior entrave quando se pensa a cooperação ao nível das populações fronteiriças luso-espanholas.

A ZONA RAIANA LUSO-ESPANHOLA E A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

A zona fronteiriça que separa Portugal e Espanha é uma zona de grandes contrastes em termos socioeconómicos e de articulação territorial: uma curta franja litoral – *raia húmida* – mais dinâmica em termos económicos e demográficos, e uma larguíssima faixa interior, a chamada *raia seca*, muito deprimida.

Não é fácil a definição do conceito de zona fronteiriça, na medida em que, dificilmente encontramos um critério único na delimitação da extensão territorial onde seja possível detectar efeitos da fronteira¹⁵. Recorremos, por isso, a uma definição operatória, baseada em dois critérios distintos. Por um lado, o critério objectivo da coincidência entre limites concelhios – e de comarca, no caso de Espanha – e limite nacional¹⁶. Por outro lado, a concepção que as populações têm de quem são os raianos, que se revelou ainda mais restritiva¹⁷. Referimo-nos assim, a zonas relativamente próximas da fronteira onde a articulação entre a população de um e outro lado foi, tradicionalmente, uma característica recorrente.

A raia luso-espanhola foi caracterizada, na década de setenta do século passado, como fronteira do subdesenvolvimento tal era o atraso experimentado pelas populações que ali viviam. Dizia-se que “na zona fronteiriça há pouca vida o que, na linguagem socioeconómica em uso significa, baixo nível de vida, ou seja, subdesenvolvimento”¹⁸. Décadas mais tarde, mantinha-se esta perspectiva de atraso social e económico nas zonas raianas¹⁹. A situação depressiva tem relação directa com o estabelecimento da própria fronteira que converteu os espaços fronteiriços em espaços finais, de termo do território nacional. Os municípios espanhóis e os concelhos portugueses, raianos, acabam por ficar na dependência de pólos urbanos que na generalidade das situações se encontram a dezenas de quilómetros de distância. Esta circunstância faz com que as populações raianas, tradicionalmente, tenham adoptado comportamentos económicos e sociais específicos que decorrem da presença e proximidade da fronteira internacional. É recorrentemente referida a prática do contrabando como actividade principal ou estratégia que permite rendimentos adicionais aos auferidos com outra actividade²⁰.

As zonas raianas são duplamente marginais: são periféricas relativamente aos respectivos países e também nos distritos e concelhos de que fazem

parte²¹. A zona transfronteiriça luso-espanhola é uma área que partilha, para além do carácter periférico, outros problemas de carácter socioeconómico: fraca densidade populacional, envelhecimento da população, reduzidos níveis de industrialização.

O seu carácter periférico explica tal situação: se no passado, como já referimos, a fronteira foi concebida como espaço de separação, de limite – o que não favoreceu o seu desenvolvimento através da fixação das populações – na contemporaneidade converteu-se numa ‘zona de trânsito’²², num sentido muito diferente do ‘trânsito’ tradicional, com idênticas consequências.

Os indicadores demográficos, extraídos a partir dos Censos de 2001, portugueses e espanhóis, mostram a tendência para uma continuação das perdas populacionais que desde meados do século XX são responsáveis por “campos raianos (...) escassamente povoados (...) [e] dinâmicas demográficas recessivas generalizadas”²³.

A saída da população reflectiu-se nas estruturas demográficas destacando-se o desequilíbrio entre os sexos, o envelhecimento da população e um movimento natural deficitário. As consequências desta situação em termos socioeconómicos traduzem-se numa reduzida capacidade de desenvolvimento²⁴. Estas características são comuns a outras regiões fronteiriças europeias²⁵.

Em termos económicos, ao longo de toda a zona fronteiriça, destacou-se tradicionalmente o domínio da actividade agrícola praticada em moldes que a afastaram da racionalidade económica. A economia tradicional destas zonas acabaria por se desenvolver em torno da actividade do contrabando, que ocupou portugueses e espanhóis até que o apelo da emigração se tornou mais forte.

Devido a tais fragilidades e aos vários problemas de carácter estrutural que apresentam, as regiões fronteiriças constituíram-se como prioridade para a União Europeia. Porque são a face visível dos desequilíbrios económicos e sociais que caracterizam a Europa, procurou-se, através de incentivos de diversa natureza, desenvolvê-las com vista à aproximação do seu próprio conjunto nacional e, de forma mais ambiciosa, de outras regiões europeias. Para além dos financiamentos previstos pelos fundos estruturais europeus, as zonas fronteiriças viriam a ser contempladas com outro tipo de recursos, mais específicos, que atendessem à sua condição de fronteiriças e a problemas particulares decorrentes da presença da fronteira. É neste quadro que se inserem as políticas comunitárias para a cooperação transfronteiriça.

Referimo-nos à cooperação transfronteiriça como lógica de actuação que valoriza a gestão comum do espaço e dos respectivos recursos, com vista ao desenvolvimento das regiões fronteiriças²⁶. No conceito cabe “todo o tipo de acção concertada entre instituições públicas de dois ou mais Estados vizinhos, aplicadas a zonas ou territórios situados dos dois lados da fronteira com o objectivo de reforçar as relações de vizinhança entre Estados e respectivas colectividades territoriais, utilizando todos os meios de cooperação disponíveis”²⁷. Aquilo que se pretende é, antes de mais, uma melhoria das condições em zonas que são normalmente deprimidas a diversos níveis, contribuindo para

“a coesão daquilo que até aqui tem estado desagregado e aplicar-se nos problemas resultantes do desmantelamento das barreiras económicas”²⁸.

A cooperação transfronteiriça propõe-se alterar a situação tradicional levando ao abandono da concepção estática, de carácter defensivo que a fronteira teve no passado e propondo que as fronteiras sejam, cada vez mais, espaços de encontro. Assume-se como o elemento que poderá contribuir para que se superem os “distanciamentos seculares e inverter as tendências isolacionistas do passado”²⁹. O incentivo por parte da União Europeia à cooperação transfronteiriça é mais um passo no sentido de encerrar um capítulo na história das fronteiras e dos Estados-nação europeus, na medida em que questiona directamente um facto que desde a criação do Estado Moderno é irrefutável, o da fronteira como limite, como confim, directamente relacionado com a soberania e identidade nacional de cada Estado. É o incentivo final à substituição da “fronteira obstáculo” pela “fronteira aberta”.

As linhas de orientação da cooperação transfronteiriça incluem um conjunto de políticas de actuação que contrastam com os tradicionais modelos de actuação desenvolvidos a partir do interior de cada Estado. Está pensada como acção conjunta que permita uma efectiva colaboração e coordenação nos projectos a desenvolver. Tal como já se referiu “a cooperação real significa desenvolver iniciativas comuns, não formuladas de um lado da fronteira até à sua raia e do outro também até à sua, mas antes partindo de uma concepção do território como um todo transfronteiriço, comum; só assim se entende a cooperação como verdadeiro instrumento de articulação territorial”³⁰.

Apresentou-se, inicialmente, como o novo paradigma do comportamento económico e urbano na era da inovação e da globalização, de modo que a concertação de cidades e regiões em áreas de fronteira e de limite se aplicasse a partir da lógica da organização espacial em rede ou em cooperação³¹. Está pois em consonância com a generalidade das propostas e os objectivos gerais da integração europeia no seu conjunto. Posteriormente, evolui para um novo modelo também ao nível da relação social e cultural, quando se alargou o âmbito da cooperação transfronteiriça para o favorecimento de conhecimentos mútuos. Integram-se aqui todas as iniciativas que permitam que as populações fronteiriças estabeleçam contacto não apenas com o tradicional fim económico, mas também para a participação em iniciativas de cariz social e cultural.

Passados dezassete anos desde a aplicação das primeiras medidas no âmbito dos programas comunitários de apoio às zonas fronteiriças³², é possível dizer que se atingiram resultados bastante positivos em alguns domínios da cooperação transfronteiriça entre os Estados ibéricos; mas também é certo que o sucesso da cooperação transfronteiriça luso-espanhola se caracteriza, em termos de objectivos propostos e de aplicação conseguida, por uma assimetria, tanto no que respeita às zonas onde decorre a cooperação como ao nível dos sectores de actuação.

Em termos geográficos, é possível identificar ao longo da fronteira luso-espanhola casos de maior dinamismo no que respeita ao desenvolvimento de

esforços e objectivos alcançados. Destacamos o entendimento quase perfeito entre a zona da Galiza e a Região Norte de Portugal, entre a região do Algarve e a Comunidade da Andaluzia, entre o Alentejo e a Extremadura, com progressos dignos de registo através da iniciativa de agentes, vários, e dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças³³. Temos depois o caso da Raia Central Ibérica onde as evidências da cooperação parecem ser menores, sobretudo na zona que abrange as Beiras Interiores e a Comunidade de Castela e Leão, o que se deve, segundo alguns autores, à inexistência de antecedentes de cooperação transfronteiriça na zona, provocados pela escassez de recursos, pela reduzida densidade populacional e falta de apoio político ao longo do século XX³⁴.

No que respeita aos sectores de actuação são claramente predominantes os sectores económicos, das infra-estruturas e ambientais, é aí que a cooperação transfronteiriça maiores sucessos tem conseguido. Tem-se revestido de maior importância a ligação entre as comunidades raianas através da melhoria das vias rodoviárias. A primeira preocupação da Comissão Europeia quando pensou a cooperação transfronteiriça como estratégia de desenvolvimento das zonas de fronteira foi neste sentido, pelo que no relatório de encerramento do INTERREG I (1990-1993) é possível verificar que 80,3% das verbas totais para a cooperação transfronteiriça foi utilizado para o subprograma de melhoria das ligações rodoviárias. O INTERREG II (1994-1999) continuou, em parte, este trabalho de valorização infra-estrutural e protecção ambiental, embora contenha outro tipo de ambições entre os quais se contam o desenvolvimento económico e social equilibrado das zonas raianas, o ordenamento do território fronteiriço e a fixação de pessoas nas zonas raianas. Ficou subjacente à criação e aplicação de acções de cooperação através da fronteira que basta melhorar as vias de comunicação para que as pessoas de um e outro lado da fronteira mantenham e, nalguns casos, intensifiquem os contactos. A observação cuidada das relações sociais entre as populações fronteiriças tem mostrado que tal não sucede, paradoxalmente, quanto mais favoráveis são as condições de travessia da fronteira, menos pessoas a cruzam diariamente³⁵.

A CULTURA: DESAFIO E ENTRAVE À COOPERAÇÃO NA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA

A cooperação cultural é encarada pela Comissão Europeia como necessária para que se construa um entendimento e confiança mútuo entre as populações que vivem em zonas de fronteira e também como elemento que facilita a cooperação nos restantes domínios. Envolve acções no domínio da educação, da acção cultural, da criação artística, do património cultural, dos meios de comunicação e das actividades desportivas. Tem-se como necessário o interconhecimento e a aproximação entre os povos da Europa, sobretudo quando vivem lado a lado. A cooperação cultural transfronteiriça está pensada no sentido de dar a conhecer *ao outro*, aspectos idiossincráticos, e favorecer a colaboração

em iniciativas como sejam a organização de eventos culturais dos quais participem e beneficiem ambas as populações.

Seguindo a tendência europeia, a cooperação na fronteira luso-espanhola começou por actuar a um nível mais economicista e ecológico, deixando menos trabalhado o domínio da cultura. Digamos que a cooperação cultural não se tem constituído como parte da cultura de cooperação afirmando-se, também, por este motivo – mas não só – como o desafio que se coloca em termos de cooperação transfronteiriça. Uma vez que na dimensão económica e de articulação territorial já se conseguiram avanços significativos³⁶, importa agora orientar esforços no sentido de uma aproximação cultural que é o objectivo europeu mais ambicioso.

Os passos dados neste sentido têm sido bastante mais tímidos e sobretudo mais selectivos em termos dos protagonistas envolvidos. Destacamos alguns casos que exemplificam a cooperação transfronteiriça luso-espanhola a nível cultural: o intercâmbio de pessoas (docentes, investigadores, alunos) entre instituições de Ensino Superior, situadas nas regiões de fronteira de ambos os países, a organização de cursos, de projectos de investigação e desenvolvimento, assim como o reconhecimento mútuo dos graus académicos das instituições parceiras. Têm sido realizados encontros que reúnem especialistas portugueses e espanhóis para discussão de temáticas de interesse comum.

Outro exemplo ao nível da cooperação cultural é o da criação de fundações que envolvem especialistas de ambos os lados da fronteira e que funcionam como fóruns de discussão e avanço de conhecimentos. Destacamos aqui o caso da Fundação Rei Afonso Henriques, sediada em Zamora, em actividade desde 1994 que tem facilitado o contacto intelectual e empresarial entre as duas comunidades. A sua intensa publicação tem contribuído para o maior conhecimento de parte a parte. Também o Centro de Estudos Ibéricos, sediada na Guarda, desde 2000, tem funcionado como um espaço de conhecimento e investigação das culturas peninsulares.

A cultura marca igualmente algumas agendas da cooperação locais, são disso exemplo o projecto *CLER – Cultura Local em Rede*, projecto transfronteiriço desenvolvido pela Área de Desenvolvimento Local da Diputación de Badajoz e pela Associação de Municípios do Norte Alentejano no âmbito do INTERREG III³⁷ ou o *Acordo de Cooperação Transfronteiriça entre o Ayuntamiento de Salamanca e a Câmara Municipal da Guarda na criação do Consórcio Transfronteiriço, Cidades Culturais Para o Desenvolvimento Territorial* (2007)³⁸.

Estas iniciativas constituem exemplos de um novo modelo de relação ibérica: a aproximação cultural que permite que portugueses e espanhóis se conheçam melhor e possam cooperar na criação e desenvolvimento de projectos. No entanto, coloca ainda a cooperação transfronteiriça num patamar académico, muito distante das populações locais, beneficiando sobretudo, académicos, técnicos superiores e empresários que nelas se envolvem como dinamizadores ou participantes.

O envolvimento das populações raianas, na cooperação transfronteiriça cultural, situa-se idealmente, a outro nível, na participação em eventos que fomentem o seu interconhecimento e a manutenção das relações, que deixaram de ser espontâneas. É em eventos como as parcerias interescolares, os encontros desportivos, a programação cultural em rede, a musealização de espaços comuns ou, simplesmente, a realização regular de encontros entre as populações que se criam as condições para a aproximação pretendida e necessária. Sem este tipo de envolvimento por parte das populações não se criam condições de confiança comuns que são absolutamente necessárias para que eventuais parcerias se possam constituir e concretizar através da apresentação de iniciativas integradas.

Sempre que se fala das dificuldades da cooperação transfronteiriça luso-espanhola a nível local (envolvendo agentes políticos locais e população em geral) referem-se a excessiva centralização da cooperação, a fortíssima dependência de financiamento externo nomeadamente dos financiamentos comunitários, a fraca participação da sociedade civil e, claro, o desconhecimento mútuo³⁹.

Estes últimos aspectos são prioritários quando se coloca como objectivo a cooperação a nível cultural. É sobretudo quando nos afastamos do Estado e das elites e nos concentramos nas populações – onde o desconhecimento mútuo, que tradicionalmente se escamoteou através de um conjunto de imagens estereotipadas criadas na dependência de interesses comuns ou antagónicos – que surgem maiores dificuldades. As populações fronteiriças, os principais interessados na cooperação, como estratégia que permita afastá-los do quadro de depressão, têm que sentir que é possível e desejável actuar conjuntamente e que a proximidade física entre raianos, portugueses e espanhóis pode significar outro tipo de cooperação que não a tradicional interdependência económica. É necessário actuar ao nível das relações entre os raianos luso-espanhóis.

Os avanços e recuos diplomáticos, o clima de suspeição do lado português e as ideias supostamente mais hegemónicas de Espanha, que desde o século XIX, marcaram profundamente ambas as sociedades e a gradual melhoria de relações no final do século XX, reproduzem o padrão na relação histórica entre Portugal e Espanha. Mas estas são *relações formais* entre os dois Estados, que se efectivam através de mecanismos técnicos, jurídicos e políticos como a celebração de acordos bilaterais ou tratados que funcionam num plano muito distante do quotidiano dos cidadãos. Aliás, estes mecanismos formais nem sempre encontraram correspondência nas *relações reais*, entre as populações, que os desconhecem e dos quais não fazem depender a sua acção. Existiram momentos em que a tensão institucional era pública e, não obstante, as populações raianas mantinham relações de cumplicidade. Quando referimos o momento particularmente favorável que a relação Portugal-Espanha atravessa, era das relações institucionais que falávamos. A pesquisa de terreno mostrou que as populações locais, que vivem “coladas” à linha de fronteira, estão hoje mais afastadas do que estiveram no passado quando cruzar a fronteira era um processo fortemente condicionado⁴⁰.

As relações tradutoras de algum tipo de cooperação através da fronteira, entre portugueses e espanhóis, são específicas. Decorrem de necessidades mútuas que se impuseram no passado, são relações de vizinhança, relações comerciais, relações de parentesco e relações de amizade. O conhecimento que as populações raianas têm *do outro* fundamenta-se em práticas económicas tradicionais. Aquilo que tradicionalmente os aproximou – o contrabando – deixou de existir, tal como o conheceram, e não sentem que seja verdadeiramente necessária uma colaboração mais estreita, sobretudo em termos culturais. Os raianos, de um e outro lado da fronteira, foram parceiros de negócio, esse é o sentido que atribuem à ideia de cooperação. Daí resultou uma relação social, que os mais velhos valorizam e tentam preservar, mas que não evoluiu naturalmente para a criação de projectos e iniciativas de cooperação social e cultural. Não há, entre as populações locais, uma cultura de cooperação que ultrapasse as actividades económicas.

Se para alguns agentes políticos locais este objectivo já se coloca, ao nível das populações, esta necessidade não está interiorizada e como tal, os esforços no sentido de uma aproximação cultural são mínimos, ficam na clara dependência de indivíduos mais carismáticos que apostam em recuperar a relação do passado e avançam com propostas de geminação de aldeias ou encontros lúdicos a título particular.

É aqui que a cultura se enquadra simultaneamente como desafio e entrave à cooperação transfronteiriça. As culturas e identidades nacionais em presença reforçaram-se ao longo da história, sempre por oposição aos que estão mais próximos, pelo chamado *efeito de contraste*. A identidade enquanto construção fundamenta-se na diferença – *nós* e os *outros* – os fronteiriços vivem essa diferença de forma particular porque convivem diariamente com a fronteira. Se no passado ela significou um modo de vida hoje precisam dela fundamentalmente para se definirem.

A identidade constitui o principal entrave à cooperação cultural. Trabalhar conjuntamente para que se atinjam objectivos comuns, de âmbito cultural, dificulta o entendimento de si próprio. Se em termos económicos são perceptíveis as vantagens de cooperar, ao nível cultural, as populações manifestam dificuldades de percepção por se imporem reformulações de natureza identitária. A cooperação transfronteiriça propõe que se vá além da fronteira, do elemento de contraste e se trabalhe conjuntamente. As dificuldades encontradas na aplicação deste pressuposto são complexas e não devem remeter exclusivamente para factores de natureza administrativa. Devem ser contextualizadas no processo de construção histórica e cultural das identidades locais e nacionais.

Um exemplo significativo da dificuldade – ou desinteresse – de colaboração, dentro do quadro de cooperação transfronteiriça, pode ser apreciado olhando para as vias que ligam aldeias, vilas e cidades fronteiriças. É frequente encontrar estradas que não têm continuidade no outro lado da fronteira, mostrando que não foram pensadas de forma integrada, cada uma das partes apresentou um projecto individual, até à fronteira.

A razão deste procedimento, nacional e não cooperativo, encontra explicação na concepção que os fronteiriços têm, de fronteira e de cooperação. Em última análise tem que ver com *quem são e como pensam que são*. A fronteira constituiu-se sobretudo como um modo de vida e é, ainda um elemento estruturante na construção identitária dos raianos. À cooperação transfronteiriça, politicamente incentivada, não lhe é atribuído o mesmo valor que à tradicional relação que, embora baseada numa actividade que todos sabiam ser ilegal, estava socialmente legitimada.

Os raianos não sentem necessidade de aproximação e partilha cultural, logo a cooperação transfronteiriça levanta dúvidas, persistindo nas populações a valorização de hábitos e tradições culturais *próprios e do outro*, enquanto tal. Esta distinção acaba por se impor no discurso. Apesar da retórica generalizada e globalizada que promove a ideia de vivermos num mundo sem fronteiras, na Europa das Regiões e não dos Estados-nação, verificamos que para as populações fronteiriças as fronteiras persistem, são simbólicas, culturais e acima de tudo, necessárias. A fronteira alterou-se, não desapareceu.

CONCLUSÃO

Percebemos que a cooperação no domínio da cultura tem conhecido uma imposição mais lenta do que noutros domínios. Isto decorre, como adiantámos, de se ter colocado tardiamente a cultura como objectivo de cooperação transfronteiriça. Mas não só, o seu carácter selectivo que, tendencialmente, tem levado ao envolvimento de agentes e actores específicos manteve as iniciativas de cooperação cultural distantes das populações. Acresce ainda o reconhecimento, por parte dos raianos, da importância de colaboração neste domínio. A fronteira cultural ergue-se, reproduzindo-se através de uma argumentação que recorre às habitais estratégias de diferenciação identitária, a critérios de inclusão e exclusão e à espacialização e segmentação dos territórios nacionais. Acreditamos por isso que é muito importante trazer a cooperação transfronteiriça, de maneira geral e sobretudo ao nível da aproximação cultural, até ao nível das populações, que são, afinal, os principais interessados no seu sucesso.

O incentivo da União Europeia à cooperação transfronteiriça tem revelado que as fronteiras entre Estados não se reduzem à sua dimensão política, também são construções culturais. Criadas as condições políticas e operacionalizados os mecanismos de cooperação concluímos que os desenvolvimentos nem sempre estão à altura das expectativas europeias.

A cultura, enquanto conjunto de valores que fundamenta o pensamento e a acção, assume-se como responsável pela inércia que por vezes se atribui quase exclusivamente à desigualdade dos procedimentos burocráticos entre Portugal e Espanha. As restrições à 'cooperação' através da fronteira foram, no passado, mais gravosas do que são hoje e isso não impediu que as populações fronteiri-

ças fossem mutuamente dependentes e construíssem uma rede de relações sociais de que ainda existem evidências por toda a raia luso-espanhola.

É igualmente verdadeiro que as novas estradas que ligam as populações fronteiriças são hoje menos percorridas do que quando eram apenas caminhos. A cooperação, qualquer que seja o seu tipo, implica proximidade e trabalho conjunto. O segundo não é possível sem o primeiro e a proximidade, no que respeita às populações, é hoje menor do que foi no passado.

Por outro lado, as motivações que justificaram a tradicional colaboração entre portugueses e espanhóis deixaram de estar presentes, na actual conjuntura. A cultura de cooperação de então – se assim lhe podemos chamar – não se adequa aos objectivos politicamente definidos para a cooperação transfronteira.

Para que se perceba a inércia da cooperação transfronteira de maneira geral e a nível cultural é fundamental o conhecimento das representações que as populações têm de si, dos outros e do espaço no qual estão inseridas. Forçoso é o estudo da cultura e da identidade das populações, que se assumem e são vistos pela Europa como fronteiriços.

BIBLIOGRAFIA

- AEBR, 2004 – *Carta europea de las regiones fronterizas y transfronterizas* [on-line].
- AMANTE, M. de Fátima, 2007 – *Fronreira e Identidade. Construção e representação identitárias na raia luso-espanhola*. Lisboa: ISCS.
- ANDERSON, J.; O'DOWD, L.; WILSON, T., 2003 – “Culture, cooperation and borders” in O'DOWD, L.; WILSON, T. – *Culture and Cooperation in Europe's borderlands*. Amsterdam: Rodopi, p. 13-30.
- BAIGORRI, Artémio, 1999 – *Mesópolis transfronterizas*. S.I: Departamento de Sociologia II, Tese de doutoramento (políc.).
- BORNEMAN, J.; FOWLER, N., 1997 – “Europeanization”. *Annual Review of Anthropology*, n.º 26, p. 487-514.
- BRITO, Joaquim Pais de, 1988 – “Frontière et village: note sur l'assise d'une frontière politique”, *Annales de Géographie*. Paris: Armand Colin.
- CABERO DIEGUEZ, V., 2004 – *Iberismo e cooperação. Passado e futuro da Península Ibérica*. Porto: Campo da Letras, CE.
- CAMPESINO FERNANDEZ, A. J., 1986 – “Las comarcas fronterizas extremeñas: la outra cara simétrica de la miséria” in BRITO, Raquel Soeiro de (coord.) – *Estudos em homenagem a Mariano Feio*. Lisboa: INIC, IICT, FCG, FCSH, p. 109-121.
- CAMPESINO FERNANDEZ, A. J., 2000 – “La cooperacion transfronteriza en la raya lusa-extremeña” in *La frontera hispano-portuguesa: nuevo espacio de atraccion y cooperacion*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, p. 219-227.
- CARRIÈRE, J.P.; THIBAULT, S., 2000 – “Redefinition et requalification des espaces transfrontaliers: reflexions à partir du cas luso-espagnol” in *La frontera Hispano-portuguesa: nuevo espacio de atraccion y cooperacion*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, p. 285-298.
- CASTRO RUANO, José L., 1997 – “La cooperacion transfrontalière entre le Pays Basque et L'Aquitaine” in *L'Europe aux frontieres: la cooperacion transfrontalière entre regions d'Espagne et France*. Paris: PUF, p. 103-118.
- CAVACO, Carmina, 1996a – “Abandono ou revitalização dos campos raianos em Portugal?” in *III colóquio hispano português de estudos rurais*. Lisboa: SPER, p. 11-46.

- CAVACO, Carminda, 1996b – “Servicios y nuevas oportunidades en los territorios rayanos” in LÓPEZ TRIGAL, L.; LOIS GONZALÉZ, R.; GUICHARD, F. (coord.) – *La articulación territorial en la raya hispano-portuguesa*. Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, p. 191-198.
- CONSELHO EUROPEU, 2001 – *Recommendations of the Committee of Ministers to member states on fostering transfrontier cooperation between territorial communities of authorities in the cultural field*.
- CORRAL SUÁREZ, Margarita, 2002 – “El estado actual de la cooperación entre Castilla Y León y las Regiones Norte y Centro de Portugal” in HERRERO DE LA FUENTE, Alberto (ed.) – *La cooperación transfronteriza hispano-portuguesa en 2001*. Madrid: Editorial Tecnos/Fundación Rey Afonso Henriques, p. 85-96.
- CORRALES ROMERO, Ignacio, 2002 – “Estado actual y perspectivas de futuro de la cooperación entre Extremadura y Portugal” in HERRERO DE LA FUENTE, Alberto (ed.) – *La cooperación transfronteriza hispano-portuguesa en 2001*. Madrid: Editorial Tecnos/Fundación Rey Afonso Henriques, p. 67-84.
- CUNHA, Luís, 2006 – *Memória Social em Campo Maior*. Lisboa: D. Quixote.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998 – *Investing in culture: an asset for all regions*. Luxemburgo: Publicações Oficiais.
- DE MIGUEL, Amando, 2000 – *Imagem social recíproca de espanhóis e portugueses da fronteira*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques.
- DGDR/DGFCFT, 2001 – *Documento único de programação INTERREG III, 2001-2006* [on-line].
- FERREIRA, M. Júlia, 1998 – “As regiões fronteiriças portuguesas: potencialidades de desenvolvimento no actual contexto de internacionalização”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 11, p. 337-353.
- GARCIA MAÑA, Luís, 1988 – *La frontera Hispano-Lusa en la provincia de Ourense*. Ourense: Museo Arqueológico Provincial.
- HUNTINGTON, Samuel, 2000 – *Culture matters. How values shape human progress*. Nova Iorque: Basic Books.
- LABORDE, Pierre, 2000 – “La frontière, entre espace national et espace local», in *La frontera Hispano-portuguesa: nuevo espacio de atracción y cooperación*. Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, p. 95-106.
- LLORENS, Felipe, 2001 – “El papel de las fundaciones en la cooperación transfronteriza hispano-portuguesa” in HERRERO DE LA FUENTE, Alberto (ed.) – *La cooperación transfronteriza Hispano-Portuguesa en 2001*. Madrid: Editorial Tecnos/Fundación Rey Afonso Henriques, p. 239-251.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, 2002 – “Articulación territorial y cooperación transfronteriza de Castilla León con Portugal” in HERRERO DE LA FUENTE, Alberto (ed.) – *La cooperación transfronteriza Hispano – Portuguesa en 2001*. Madrid: Editorial Tecnos/Fundación Rey Afonso Henriques, p. 57- 64.
- MEDINA GARCIA, Eusebio, 2003 – *Contrabando en la raya de Portugal*. S.l.: Instituto Cultural ‘El Brocence’.
- MOREIRA, Adriano, 1999 – “Reencontro peninsular: predomínio dos factores exógenos” in *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e identidade. I Encontro Internacional*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, p. 5-14.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000 – “Relações entre Portugal e Espanha no 3.º quartel do século XIX” in *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques, p. 101-111.
- PINTADO, A.; BARRENECHEA, E., 1974 – *A raia de Portugal. A fronteira do subdesenvolvimento*. Madrid: Ed. Cuadernos para el Diálogo.
- PLAZA GUTIERREZ, J.I., 1997 – “Vision española de las áreas marginales de la frontera hispano-portuguesa” in LÓPEZ TRIGAL, L.; LOIS GONZALÉZ, R.; GUICHARD, F. (coord.) – *La articulación territorial en la raya hispano-portuguesa*. Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, p. 75-82.

- PLAZA GUTIERREZ, J. I.; LLORENTE PINTO, J. M., 2000 – “Cooperación y acciones en curso en los espacios de la frontera hispano-portuguesa” in *La frontera hispano-portuguesa: nuevo espacio de atracción y cooperación*. Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, p. 229-240.
- SANCHEZ LOPEZ, F.; CABERO DIEGUEZ, V., 1994 – *La frontera hispano portuguesa en el marco de la nueva Europa: la region fronteriza de Salamanca*. Salamanca: Comisión de Comunidades Europeas/Junta de Castilla y León.
- STEINER, George, 2004 – *A ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – “Referentes luso españoles: entre el desconocimiento y la distorsión” in *Actas de Conferencia Portugal-Espanha: O que separa também une*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, p. 259-266.
- URIARTE, Luís, 1994 – *Cultura de fronteras y fronteras culturales en la raya luso-extremeña*. Mérida: Asamblea de Extremadura.
- VALCUENDE DEL RIO, José, 1998 – *Fronteras, territorios y identificaciones colectivas*. Sevilla: Fundación Blas Infante, 1998.

NOTAS

- 1 Comissão das Comunidades Europeias, 1998; DGDR/DGFCFT, 2001; AEBR, 2004.
- 2 Vejam-se, a este propósito, URIARTE, 1994; VALCUENDE DEL RIO, 1998; MIGUEL, 2001; MEDINA GARCIA, 2003; CUNHA, 2006; AMANTE, 2007.
- 3 2000: 101.
- 4 Assinado a 17 de Março de 1939 entre Franco e Salazar, o *Tratado de Amistad y no Agresion*, que ficaria conhecido como o Pacto Ibérico.
- 5 BAIGORRI, 1999: 145.
- 6 1999: 5.
- 7 XXI Cimeira Luso-Espanhola, 2005.
- 8 XXI Cimeira Luso-Espanhola, 2005.
- 9 De referir, pela sua importância estratégica, as ligações entre Vilar Formoso e Fuentes de Ónoro (com ligação a Salamanca) e entre Vila Verde de Ficalho e Rosal de la Frontera (com ligação a Sevilha).
- 10 AEBR, 1997; AEBR, 2004.
- 11 ANDERSON; O'DOWD; WILSON, 2003;
- 12 HUNTINGTON, 2000; STEINER, 2004.
- 13 A recolha de informação foi feita durante a realização de trabalho de campo entre 2002 e 2004 na zona raiana do concelho do Sabugal e da comarca de Ciudad Rodrigo, durante o qual foram aplicados questionários a uma amostra populacional e conduzidas entrevistas qualitativas a informadores qualificados.
- 14 A abordagem que a antropologia faz à Europa e União Europeia, tem estado maioritariamente vocacionada para três domínios: o estudo das elites, isto é, pesquisa conduzida em Bruxelas nos vários centros de decisão com os responsáveis pela legislação e decisão; outra área de interesse são os símbolos nacionais e a sua oposição à União Europeia e a terceira dimensão situa-se ao nível das esferas de contacto, de interacção entre os europeus.
- 15 No que respeita aos programas comunitários de apoio às zonas fronteiriças o espaço considerado elegível inclui zonas que se estendem por centenas de quilómetros para o interior da península.
- 16 Neste sentido, consideramos por exemplo que o concelho de Campo Maior e a sua população fazem parte da zona fronteiriça, mas outros pertencentes ao mesmo distrito, afastados poucas dezenas de quilómetros da fronteira, por exemplo Monforte ou Sousel, já não fazem; o concelho do Sabugal integra-se na zona raiana, mas o da Guarda, não.

- 17 Constatámos, durante a realização do trabalho de campo em cinco aldeias raianas do concelho do Sabugal, que a definição subjectiva do espaço e população raiana se circunscrevia apenas às aldeias de primeira linha, por exemplo, à população concelhia, afastada apenas duas dezenas de quilómetros, era-lhe negado o atributo de 'raianos' (AMANTE, 2007).
- 18 PINTADO; BARRENECHEA, 1974: 85.
- 19 CAMPESINO-FERNANDEZ, 1986; SANCHEZ LÓPEZ; CABERO DIEGUÉZ, 1994; CARRIÉRE; THIBAUT, 2000.
- 20 BRITO, 1988; CUNHA, 2006; AMANTE, 2007.
- 21 CARRIÉRE E THIBAUT, 2000: 288.
- 22 GARCIA MAÑA, 1988; PLAZA GUTIERREZ, 1997.
- 23 CAVACO, 1996: 23; CAVACO, 1997.
- 24 CAVACO, 1997.
- 25 “Esta situação é comum às zonas fronteiriças, que são geralmente áreas de desenvolvimento retardado (...) normalmente têm uma densidade populacional inferior à média do país (variando de 33 hab./km² na Irlanda a 280 hab./km² na Bélgica e Holanda), poder de compra abaixo da média e taxa de desemprego elevada” (FERREIRA, 1998).
- 26 PLAZA GUTIERREZ; LLORENTE PINTO, 2000: 230.
- 27 CASTRO RUANO, 1997: 103.
- 28 LABORDE, 2000: 100.
- 29 CAMPESINO FERNANDEZ, 2000: 219.
- 30 PLAZA GUTIERREZ; LLORENTE PINTO, 2000: 230.
- 31 LÓPEZ TRIGAL, 2002: 59-60.
- 32 INTERREG I (1991-1993) seguido do INTERREG II (1994-1999) e INTERREG III (2000-2006).
- 33 Ainda assim, com espaços claramente desfavorecidos no conjunto dos esforços de cooperação, caso do Andévalo, da Serra do Algarve e do Baixo Alentejo (CORRALES ROMERO, 2002).
- 34 CORRAL SUÁREZ, 2002; LÓPEZ TRIGAL, 2002.
- 35 Verificamos que o contacto com a fronteira e com *o outro*, que no passado foi diário, tem na actualidade dia marcado, acontece apenas nos dias de mercado, de festa ou de outras obrigações de carácter social, por exemplo, a realização de cerimónias fúnebres. A relação entre raianos portugueses e espanhóis é cada vez mais esporádica, com tendência a perder-se com o desaparecimento dos mais velhos, já que os mais novos – os que conhecem apenas a situação actual de fronteira aberta, que não têm uma história de vida onde marquem presença os amigos e parceiros de negócios do outro lado da raia – não chegarão a consolidar uma relação de forma tão duradoura como fizeram os seus pais e avós (AMANTE, 2007).
- 36 A cooperação transfronteiriça desenvolvida no âmbito do primeiro QCA reduziu-se concretamente à aproximação real através da melhoria das infra-estruturas, sobretudo das vias rodoviárias que atravessam a zona fronteiriça. A melhoria das acessibilidades assumiu-se como a grande prioridade do INTERREG I.
- 37 Um dos objectivos da CLER é, precisamente, a “Melhoria do conhecimento que a população possui acerca da sua identidade cultural”.
- 38 Este acordo estabelece como objectivos prioritários, “a cooperação em actividades culturais através do trabalho em rede (...) a cooperação no âmbito do desenvolvimento local (...) em matéria de recursos educacionais e formativos (...) e no âmbito da integração social e institucional”.
- 39 LLORENS, 2001.
- 40 AMANTE, 2007.

LOS “PETITS PAS” DE LA INTEGRACIÓN EUROPEA: LA AGRUPACIÓN EUROPEA DE COOPERACIÓN TERRITORIAL ENTRE GALICIA Y LA REGIÓN NORTE DE PORTUGAL*

Rafael García Pérez

1. “PEQUEÑOS” Y “GRANDES PASOS” EN EL CAMINO DE LA INTEGRACIÓN EUROPEA

Con enorme frecuencia el proceso de integración permanece fuera del campo de visión cotidiano del ciudadano europeo. Es indiscutible que la Unión Europea (UE) está presente hasta en los actos más sencillos de su vida: el dinero con el que paga sus compras, la regulación de los alimentos que consume y la inmensa mayoría de las leyes que obedece tienen su punto de origen inevitable en la UE. Pero la manifestación política y administrativa a través de la cual se hace presente la ingente normativa reguladora de la Unión son las estructuras políticas tradicionales: los Estados y sus redes administrativas de ámbito nacional, territorial o local. Aunque el Estado miembro de la Unión sea un Estado diferente del tradicional (es un Estado transformado por su pertenencia a la UE), su apariencia externa y la forma en que es percibido por sus ciudadanos tiende a permanecer como en el pasado.

La *invisibilidad* de Europa¹, que conlleva la percepción ilusoria, de que nada ha cambiado, fue un objetivo deliberadamente perseguido por los políticos europeos al impulsar el proceso de integración en sus orígenes, con la intención de no alterar las lealtades básicas de los ciudadanos europeos hacia sus Estados, ni sustituir entidades políticas tan firmemente asentadas, como son los Estados nacionales, por entramados burocrático-administrativos lejanos y complejos de carácter comunitario. Fue Jean Monnet el responsable intelectual de esta estrategia: no abolir el Estado-nación, sino transformar su naturaleza creando un fondo común de soberanía compartida.

La operación tuvo éxito y Europa se ha podido ir construyendo sobre la estructura de sus Estados nacionales que siguen contando con la lealtad y el apego mayoritario de sus ciudadanos. No ha habido quiebra de adhesiones políticas y emocionales durante el proceso, pero ha sido a costa de que las institu-

ciones europeas se hicieran prácticamente invisibles a los ojos de la ciudadanía ocupando de forma reiterada, y al parecer inevitable, el papel más negativo de todo el sistema político, de tal manera que si se trata de algo positivo (como son, por ejemplo, el reparto de los fondos estructurales o las ayudas agrícolas), los poderes nacionales y locales competirán por capitalizarlos políticamente tratando de asociar su imagen pública con la distribución de dichos fondos (¿algún campesino europeo conoce el nombre del Comisario de Agricultura? ¿Sería capaz de identificar su rostro en una fotografía?). Por el contrario, la Unión acaparará todo el protagonismo cuando se trate de dar malas noticias. Si hay que regular la producción, abrirse a la competencia internacional o poner fin a una subvención, los políticos nacionales y locales darán varios pasos atrás para atribuir toda la responsabilidad a Bruselas: un ente lejano y confuso al que no se puede castigar en las urnas.

Este juego dual de atribuciones y acusaciones, conocido como *blame game*, al que se prestan con enorme frecuencia los políticos de todos los rincones de Europa, ha sido utilizado para fomentar laafección de las lealtades ciudadanas respecto de las instituciones políticas nacionales, al tiempo que alimenta la desafección con respecto a las instituciones comunitarias. Hasta ahora ha funcionado, pero es muy posible que no pueda seguir haciéndolo indefinidamente. Básicamente por dos razones: porque cada vez resulta más difícil de aceptar este juego a unas poblaciones crecientemente informadas embarcadas en un proceso ineludible de transformación para convertirse en una ciudadanía política europea. Y, en segundo lugar, porque el grado de integración alcanzado por el proceso europeo es ya irreversible y para su buen funcionamiento, no digamos ya para seguir avanzando, necesita contar con la adhesión y el apego de unos ciudadanos que, sin tener que dejar de ser nacionales de su país, se identifiquen también como europeos².

Se trata de un paso trascendente que inevitablemente tendremos que dar para salir de la crisis institucional y política en la que nos encontramos a raíz del fracaso del Tratado Constitucional y de la incierta ratificación del Tratado de Lisboa. Pero ¿cómo dar este paso? ¿Cómo transformar una ciudadanía europea en un *demos* político europeo?

A la vista de las múltiples resistencias manifestadas ante el proceso constituyente no cabe mejor opción que recuperar la estrategia original enunciada por Jean Monnet en los inicios del proceso europeo: avanzar dando “pequeños pasos” (*des petits pas*), graduales y sectoriales, en el camino de la integración. Pequeños pasos dados en la buena dirección que, a pesar de su modestia táctica, permitan dar respuesta al ciudadano a problemas, antiguos o modernos, que los Estados no han podido resolver, o no han sabido, con los instrumentos tradicionales derivados de la *noción westfaliana de soberanía*. Uno de estos problemas, tan antiguos como el Estado mismo, son todos aquellos derivados de la existencia de las fronteras.

¿Cómo conjugar el proceso de integración europeo con el mantenimiento de las soberanías estatales delimitadas territorialmente por medio de las fronteras?

Las fronteras interiores de la Unión se han ido difuminando como consecuencia del avance del proceso de integración. Difuminar no quiere decir que se hayan diluido. Y menos aún, que hayan dejado de existir. Podemos atravesar una parte considerable de nuestro continente con total libertad, sin necesidad de mostrar pasaporte o documento de identidad alguno a ningún agente de policía. Y podemos pagar nuestras necesidades con una moneda común aceptada en la mayor parte de los países que visitemos.

Éste es un gran logro histórico de la integración europea, pero no por ello puede pensarse que las fronteras intracomunitarias han dejado de existir. Permanecen activas en muchos ámbitos, tal vez menos visibles pero sí tan efectivos como los anteriores: en materia fiscal, en política socio-laboral, en el régimen de la seguridad social y del sistema de pensiones el avance de las políticas de integración comunitaria es mínimo. A la postre, se ha demostrado que era más fácil dotarnos de una moneda común que fusionar los distintos regímenes tributarios.

Estas carencias, que afectan de modo directo a la movilidad laboral y de residencia de las personas, a la actividad de las empresas y a la creación, en suma, de un verdadero Mercado Interior integrado, representan el objetivo a cumplir en la siguiente etapa del proceso de integración. Ya no se trata de pactar un desarme arancelario, ni de asegurar la libertad de movimientos de personas y mercancías. Se trata de hacer las cosas en común. Ir más allá de la cooperación, creando unidades administrativas mixtas de Derecho común en las que participen entidades de los Estados miembros de la UE con independencia de su rango y naturaleza jurídica, pública o privada. Y tanto si se trata de Estados territorialmente colindantes como si no.

Uno de estos *pequeños-grandes pasos* en el proceso de integración es la oportunidad abierta con la creación de la Agrupación Europea de Cooperación Territorial (AECT); organismo de Derecho comunitario dotado de personalidad jurídica propia previsto por el Reglamento (CE) n.º 1082/2006 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 5 de julio de 2006³. Hasta el momento sólo se han constituido tres Agrupaciones de estas características: entre Hungría y Eslovaquia, con sede en Esztergom; entre Francia y Bélgica, con sede en Lille; y entre España y Portugal, con sede en Vigo, y que fue formalmente constituida el pasado 22 de septiembre de 2008 creando la Agrupación Europea de Cooperación Territorial Galicia-Norte de Portugal (GNP-AECT)⁴, en su denominación oficial. Para entender el alcance y las posibles repercusiones que esta nueva iniciativa puede tener en la cooperación territorial transfronteriza entre Galicia y el Norte de Portugal, conocida popularmente bajo el nombre de *eurorregión*, vamos a exponer, en primer lugar, de forma sintética, cuál ha sido el marco de cooperación vigente hasta el momento, para poder contrastarlo con las novedades que incorporan las nuevas AECT's. A continuación se analizará el contenido de los documentos constitutivos de la GNP-AECT.

2. LA COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA INTERREGIONAL ENTRE GALICIA Y LA REGIÓN NORTE DE PORTUGAL

La cooperación transfronteriza tiene por objetivo general mejorar o impulsar las relaciones entre zonas limítrofes o periféricas de dos Estados distintos con el fin de contribuir a su desarrollo económico y social. Esta modalidad de cooperación ha recibido un fuerte impulso por parte de la Unión Europea al convertirse en una vía privilegiada de acceso a los fondos estructurales o a las ayudas de política regional. También ha potenciado la participación de las regiones y otros entes subestatales en las relaciones exteriores dada la recomendación comunitaria de que sean las instancias administrativas territoriales más próximas las que se encarguen de administrar los mencionados fondos. Pese a todo, no puede equipararse lo transfronterizo a lo internacional. El Convenio Marco Europeo de Cooperación Transfronteriza, de 21 de mayo de 1980⁵, atribuye a las entidades subestatales la capacidad para desarrollar acciones de cooperación transfronteriza en el ámbito material de sus competencias sin que ello represente merma alguna de la competencia exclusiva que en materia de relaciones internacionales atribuyen los textos constitucionales a cada Estado⁶.

La aplicación del Convenio Marco Europeo de 1980 a las relaciones hispano-portuguesas se ha realizado a través del Tratado de Valencia, del 3 de octubre de 2002⁷. El Convenio Marco permitía que los Estados supeditaran su ejecución a la firma de acuerdos internacionales bilaterales. España hizo uso de esa habilitación y, en consecuencia, el Convenio Marco sólo ha sido aplicable cuando los acuerdos bilaterales con Francia⁸ y Portugal han entrado en vigor⁹.

La cooperación transfronteriza entre Galicia y la Región Norte de Portugal¹⁰ se ha materializado, hasta la creación de la AECT, a través de dos organizaciones: la Comunidad de Trabajo Galicia-Norte de Portugal (creada en 1991), y la Asociación de Municipios del Eje Atlántico del Noroeste Peninsular (*Eixo Atlántico*), constituida en 1992 e integrada en la Comunidad de Trabajo desde el año 2000.

La Comunidad de Trabajo¹¹ no tiene personalidad jurídica propia. Cada una de las instituciones que la constituyen (Comunidad Autónoma de Galicia y *Comissão de Coordenação Regional Norte* – CCR-N) presta su estructura administrativa para ejecutar los acuerdos adoptados en su seno. Los presupuestos se nutren con aportaciones idénticas por parte de cada región y la presidencia, bianual, rota entre los presidentes de la Xunta y de la CCR-N. El órgano de gobierno está formado por un Consejo paritario. Y la gestión cotidiana recae en dos coordinadores generales asistidos por sus correspondientes coordinadores técnicos.

La estructura interna de la Comunidad de Trabajo está formada en la actualidad por diez Comisiones Sectoriales¹², cuatro Comunidades Territoriales de Cooperación (CTC)¹³ que agrupan a Cámaras Municipales, o asociaciones de las mismas, del lado portugués, y Diputaciones Provinciales y Ayuntamientos,

por parte gallega. Y por último, una Comisión Específica constituida por la asociación de municipios que forman el *Eixo Atlántico*.

El Tratado de Valencia completa el Tratado de Amistad y Cooperación hispano-portugués de 1977 y abre un nuevo horizonte a la cooperación transfronteriza al facultar la firma de Convenios de Cooperación (artículo 4) que pueden crear organismos de cooperación transfronteriza con o sin personalidad jurídica propia. Tanto las Comunidades de Trabajo como los Grupos de Trabajo¹⁴ son organismos carentes de personalidad jurídica.

Hasta la creación de la AECT, los organismos con personalidad jurídica contemplados por el Tratado de Valencia atendían exclusivamente a los ordenamientos legales internos vigentes en cada país: la *Associação de Direito Público* y la *Empresa Intermunicipal*, de constituirse en Portugal (apartado 2 del artículo 11 del Tratado), y el *consorcio*, si se constituían en España (apartado 3 del artículo 11)¹⁵.

Conforme a lo dispuesto en el apartado 6 del artículo 11 del Tratado de Valencia, cualquiera de los tres tipos de organismos que pudieran ser creados en función de las opciones ofrecidas, deberán perseguir los siguientes fines: realización de obras públicas, gestión común de servicios públicos y, por último, desarrollar acciones que les permitiera beneficiarse del Programa España-Portugal de la iniciativa comunitaria INTERREG III A, así como de los instrumentos futuros que lo sustituyan. Deberá cumplir, además una serie de requisitos: redacción de unos estatutos que precisaran su régimen jurídico (miembros, denominación, sede, ámbito territorial, finalidad, duración, órganos de decisión, Derecho por el que se rigen, etcétera) (apartado 7 del artículo 11 del Tratado).

Dado que cualquiera de los organismos previstos puede celebrar contratos, el Tratado de Valencia establece que, en caso de tratarse de una *Associação de Direito Público* se aplicaría la legislación portuguesa relativa a gastos públicos y contratación pública, y de ser una *Empresa Intermunicipal* su régimen jurídico propio (apartado 9.a. del artículo 11). Mientras que si se tratara de un *consorcio* se aplicaría la legislación española relativa los contratos de las administraciones públicas (apartado 9.b. del artículo 11).

Cabe destacar que el Derecho por el que se regirá cualquiera de los organismos que fuera creado estará determinado por el país donde tenga su sede (apartado 15 del artículo 11). De manera que es la sede, en definitiva, la que determina la figura jurídica de derecho público aplicable. De la misma forma, la sede también determina la jurisdicción encargada de resolver los litigios que pudieran producirse, aplicando en cada caso, el Derecho interno de cada país (apartado 17 del artículo 11).

Por lo tanto, bien sea a través de la figura del *consorcio* o bien de la *Associação de Direito Público* o de la *Empresa Intermunicipal*, se trata en todo caso de organismos de Derecho interno, y eso plantea problemas jurídicos de alcance.

En el caso español han sido puestos de relieve por parte de la profesora Caro-Patón¹⁶. Suponiendo que una Comunidad Autónoma española creara con la Administración portuguesa una entidad de Derecho portugués y se le atribu-

yera a esta organización competencias o potestades públicas para actuar en el territorio autonómico.

Se estaría impidiendo que estos ciudadanos (españoles) pudieran impugnar sus resoluciones ante los tribunales españoles; es decir, se estaría escapando – huyendo – del control judicial nacional, algo que está radicalmente prohibido por la Constitución¹⁷.

Y continúa:

Ello supondría la burla del precepto del Tratado (de Valencia) que señala que se prohíbe que la asignación de funciones propias de los entes territoriales al organismo de cooperación lleve consigo una merma de las garantías jurídicas internas para los ciudadanos (Artículo 16.2 del Modelo 1.14 del Convenio Marco)¹⁸.

Estas mismas objeciones resultan procedentes para el caso de que una institución portuguesa correspondiente creara con una Comunidad Autónoma española una institución de Derecho público español. Sería distinto si la entidad de Derecho público creada, bien fuera española o portuguesa, careciera de personalidad jurídica y no tuviera capacidad para actuar frente a terceros en el territorio del otro país. Pero en ese caso, obviamente, ya no se trataría de órganos dotados de personalidad jurídica propia. Esto es, ya no podría ser ni un *consorcio* ni una *Associação de Direito Público* ni una *Empresa Intermunicipal*. La única posibilidad administrativa que quedaba abierta, en opinión de la profesora Caro-Patón¹⁹, serían las agrupaciones comunitarias y los convenios tripartitos, pero sólo a través de una adecuación jurídica interna, en cada país, que permitiera crear estas instituciones en función exclusivamente de fines concretos específicos, lo cual obligaría a crear organismos unifuncionales pensados *ad hoc* para cada ocasión, pero en ningún caso podrían ser creados con carácter general.

Desde el punto de vista del Derecho portugués cabe hacer también sus propias objeciones. Con respecto a la *Empresa Intermunicipal* la ley que las regula²⁰ no prevé la creación de estas empresas por acuerdo entre municipios portugueses y de otro país, españoles en este caso (artículo 1.2.), por lo que debería procederse a una modificación de la ley para hacer posible la disposición contenida en el apartado 1 del artículo 11 del Tratado de Valencia²¹.

En lo referente a las *Associações de Direito Público*, según el Derecho portugués, se trata de:

... pessoas colectivas públicas, de tipo associativo, criadas para assegurar a prossecução de determinados interesses públicos pertencentes a um grupo de pessoas, que se organizam para a sua prossecução²².

En la medida en que esta figura está concebida para crear organizaciones corporativas cuyo sustento asociativo está formado por particulares, los profe-

sores Brito y Venade concluyen que la mención realizada por el artículo 11.2. del Tratado de Valencia

... no se identifica con las asociaciones públicas de Derecho portugués (...) por lo que las asociaciones de Derecho público tendrán que ser otras figuras jurídicas diferentes²³.

La consecuencia derivada de todo lo anterior es que en el Derecho portugués falta la legislación reguladora de este tipo específico de figura jurídica a la que se refiere el Tratado de Valencia, por lo cual resultaría útil

... regular esa figura jurídica con legislación específica que debe producirse en Portugal, creando un tipo específico de asociación de Derecho público a la que podíamos denominar consorcios transfronterizos²⁴.

En definitiva, ninguna de las tres figuras jurídicas mencionadas en el Tratado de Valencia ofrecía una alternativa viable para ofrecer servicios públicos conjuntos a ambos lados de la frontera.

3. LAS AGRUPACIONES EUROPEAS DE COOPERACIÓN TERRITORIAL (AECT'S)

Para superar estas limitaciones jurídicas derivadas de la aplicación del Derecho interno han sido concebidas las Agrupaciones Europeas de Cooperación Territorial. Agrupaciones cooperativas capaces de poner en marcha tanto proyectos de cooperación territorial cofinanciados por la Unión Europea, como llevar a cabo actividades de cooperación territorial promovidas por iniciativa de los Estados miembros.

a) Naturaleza de las AECT's: el Reglamento Europeo de 2006

Tal y como establece el Reglamento (CE) n.º 1082/2006 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 5 de julio de 2006²⁵ (en vigor desde el 1 de agosto de 2007), el objetivo de las AECT's es facilitar y promover la cooperación transfronteriza, transnacional e interregional entre los miembros de la Unión Europea. Podrán estar constituidas tanto por los Estados miembros, como por autoridades regionales y locales, o por organismos de derecho público de los mismos. En todo caso, sus integrantes deberán estar situados en el territorio de al menos dos Estados miembros que no tienen que ser, necesariamente, limítrofes.

Las competencias de cada AECT se fijan a través de un convenio de cooperación que se crea por iniciativa de las partes que la integran, las cuales deciden si la AECT será una entidad jurídica autónoma o si confían sus tareas a alguno de los integrantes. Las competencias que ejercen como autoridad

pública, y las competencias en materia policial y reglamentaria, quedan excluidas. A excepción de esos límites, las AECT's actúan en nombre propio y por cuenta de sus miembros. Poseen así plena capacidad jurídica. Se trata, en definitiva, de organismos dotados de capacidad jurídica de Derecho comunitario.

En realidad, el Reglamento de 2006 crea una “una estructura comunitaria paralela a las nacionales (parágrafo 87)” de manera que salvo excepciones (por ej.: decidir la admisión de nuevos miembros – artículo 4.3.), “el Estado miembro deberá aplicar las normas de Derecho comunitario previstas por el Reglamento y no las normas nacionales”²⁶.

A las AECT's se les podrá encomendar la ejecución de aquellos programas cofinanciados por la Comunidad Europea, así como la realización de cualquier otra actividad de cooperación transfronteriza, cuente o no con financiación comunitaria.

El convenio constitutivo de la AECT, deberá precisar el objetivo, la duración y las condiciones de disolución de la Agrupación. También deberá definir al ámbito de cooperación decidido por los miembros y precisar sus responsabilidades. Los miembros aprobarán un presupuesto anual que será objeto de un informe anual certificado por expertos independientes. En caso de deudas, los miembros serán responsables financieramente en proporción a su contribución. Finalmente, la AECT adoptará sus estatutos basándose en el convenio²⁷.

b) Su aplicación en España y Portugal

Atendiendo al procedimiento descrito, cada una de las partes involucradas en la creación de la primera AECT hispano-portuguesa (la Xunta de Galicia y la *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de Portugal*), tuvieron que iniciar los correspondientes trámites ante sus respectivos gobiernos. Previamente, el Reglamento (CE) n.º 1082/2006 debía ser transpuesto a las legislaciones nacionales, operación realizada, en el caso español, por el Ministerio de la Presidencia a través del Real Decreto 37/2008, de 18 de enero de 2008²⁸, y en el caso portugués por medio del Decreto-Lei n.º 376/2007, de 8 de noviembre²⁹. Una vez incorporado a la legislación nacional, la Xunta de Galicia presentó ante el Gobierno de España una solicitud formal (el 18 de febrero de 2008) que fue respondida de forma positiva por el Consejo de Ministros (27 de junio de 2008), por la que se autorizaba a la Xunta a suscribir, con la parte portuguesa, los textos del convenio y de los estatutos de la AECT. Coincidiendo con la octava reunión de la Comunidad de Trabajo Galicia – Norte de Portugal, celebrada en Santiago de Compostela el 22 de septiembre de 2008, los presidentes de las dos instituciones suscribieron los documentos constitutivos de la nueva agrupación transfronteriza. Por Resolución de la Secretaría General Técnica del Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación (del 23 de octubre de ese mismo año)³⁰ se acordó la inscripción de los mencionados documentos en el registro del Ministerio, documentos que ya

habían sido previamente validados por el Gobierno portugués³¹. El trámite se completó con la comunicación oficial de la constitución de la AECT ante la Comisión Europea el 3 de enero de 2009, en cumplimiento del artículo 5.2 del Reglamento (CE) n.º 1082/2006.

4. LA AGRUPACIÓN EUROPEA DE COOPERACIÓN TERRITORIAL GALICIA – NORTE DE PORTUGAL (GNP-AECT)

Los documentos constitutivos de la GNP-AECT son el Convenio y los Estatutos³² que fueron solemnemente suscritos por los presidentes de la Xunta de Galicia (Emilio Pérez Touriño) y el presidente de la *Comissão de Coordenação Regional Norte – CCDR-N* (Carlos Cardoso Lage), las dos instituciones que la integran. La nueva Agrupación se constituye con una duración indefinida.

La GNP-AECT tiene como objetivo “facilitar y fomentar la cooperación entre sus miembros”, “con el fin exclusivo de reforzar la cohesión económica y social” (cláusula II). Goza de personalidad jurídica, lo que le permitirá, entre otras facultades, adquirir, alquilar o vender bienes muebles e inmuebles, emplear personal y comparecer como parte en juicio. Su domicilio social radica en Vigo.

El “objetivo específico” por el que ha sido creada es “colaborar con la Comunidad de Trabajo Galicia – Norte de Portugal y con las entidades regionales y locales relevantes” en la implementación del Plan de Cooperación Galicia – Norte de Portugal 2007-2013. Para ello ejecutará y gestionará contratos y convenios celebrados en el ámbito de la Comunidad de Trabajo, así como el desarrollo de todas las acciones que le permitan beneficiarse de los instrumentos financieros adoptados o previstos por España y Portugal, cuenten o no con financiación comunitaria.

Entre sus actividades se incluye la realización de obras públicas, la gestión común de equipamientos y la explotación de servicios de interés general; bien de forma directa, a través de sus propios medios, bien a través de los fondos aportados por los dos miembros (cláusula V.c2.).

Por su parte, en los Estatutos se establece la estructura interna de la Agrupación y las normas que rigen su funcionamiento. Los órganos de gobierno de la GNP – AECT son:

- *La Asamblea*: integrada por cuatro representantes de la Xunta y cuatro del CCDR-N³³. El voto que representa a cada institución tendrá el mismo peso y se ejercerá indivisiblemente, con independencia del número de representantes individuales que estuvieran presentes en la sesión. En todo caso, adoptará sus acuerdos bajo el principio de paridad y consenso.
- *El Director*: designado de mutuo acuerdo por la Xunta y el CCDR-N por un periodo bianual, deberá ser de nacionalidad distinta a la del Secretario y a la del inmediato director saliente. Preside la Asamblea, aunque carece de voto, y es la máxima autoridad administrativa de la Agrupación.

- *El Secretario*: que desempeña las funciones de Subdirector, es también nombrado por la Xunta y el CCDR-N siguiendo los mismos criterios en cuanto a su nacionalidad señalados en el punto anterior. Actúa como secretario de la Asamblea careciendo, igualmente, de voto.
- *Consejo Superior*: integrado por los Coordinadores Generales de la Comunidad de Trabajo Galicia – Norte de Portugal. Define las directivas estratégicas de la Agrupación y ejerce la alta supervisión de todas sus actividades. Constituye el enlace natural y directo con los presidentes de la Xunta y del CCDR-N.

Con carácter general, y más allá de los órganos de dirección, toda la estructura administrativa y de gestión de la GNP – AECT se regirá por el consenso y mantendrá la estructura paritaria y de equilibrio entre las nacionalidades del personal siguiendo los criterios adoptados por las instituciones comunitarias.

CONSIDERACIONES FINALES

Puede afirmarse con rotundidad que la creación de la GNP-AECT representa un salto cualitativo en la profundización y mejora de la cooperación transfronteriza hispano-portuguesa que permite avanzar en el desarrollo y consolidación de una auténtica *eurorregión* de dimensiones significativas y con gran potencial de desarrollo.

La comparación con respecto a lo existente hasta ahora resulta reveladora. Las Comunidades de Trabajo, aunque tienen carácter permanente, carecen de identidad jurídica propia y mantienen la de sus miembros. Tampoco poseen competencias separadas respecto de sus integrantes, carecen de recursos financieros y humanos propios y raramente gozan de autonomía a la hora de adoptar sus decisiones. Se trata, fundamentalmente, de estructuras centradas en actividades de planificación estratégica.

Por el contrario, la *eurorregión* posee, por regla general, una identidad propia distinta de la de sus miembros. Dispone de recursos administrativos, técnicos y financieros propios y posee capacidad interna para la toma de decisiones. En algunos casos, cuenta incluso con su propia asamblea parlamentaria. Las *eurorregiones* europeas más asentadas y con más tradición responden a realidades territoriales con un importante pasado común, muchos lazos culturales que las ligan y un denso entramado de relaciones económicas fomentado por la existencia de núcleos urbanos próximos a la frontera que se convierte, de esta forma, en un área de gran tránsito. Las *eurorregiones* son instrumentos de integración por antonomasia.

Las dimensiones de la *eurorregión* que forman Galicia y la Región Norte de Portugal son realmente importantes: con una población de 6,5 millones de habitantes, una superficie de 51.000 Kilómetros cuadrados y un PIB de 90.000 millones de euros, supera los parámetros de, al menos, ocho Estados

miembros de la Unión Europea, y configuran la tercera área regional de la Península Ibérica³⁴.

La GNP-AECT va a permitir promover y gestionar proyectos transfronterizos que conducirán a una profundización de la integración regional³⁵. Para ponerlos en marcha contará con fondos de diversa procedencia. En primer lugar dispondrá de los fondos comunitarios que las dos regiones que la integran seguirán recibiendo hasta que concluya la actual perspectiva presupuestaria en 2013 (Programa INTERREG). Dentro de ellos destaca la gestión del Plan Estratégico de Cooperación 2007- 2013³⁶, dotado con 97 millones de euros. Pero a partir de esa fecha, la *eurorregión* dejará de percibir los fondos estructurales de los que se beneficia en la actualidad por lo que tendrá que acudir a la convocatoria de los programas comunitarios. En ese contexto, la nueva agrupación permitirá mejorar los instrumentos de captación de los fondos europeos.

Pero la GNP-AECT no se limitará a invertir dinero procedente de Bruselas. De hecho, uno de los objetivos perseguido por sus promotores consiste en amortiguar el impacto que tendrán sobre la economía de la *eurorregión* el fin de las ayudas estructurales comunitarias. Para ello se han comprometido a canalizar sus propios recursos a través de esta nueva vía³⁷, en la que también tiene cabida la iniciativa privada.

Hasta el momento, cuatro han sido las áreas identificadas como prioritarias hasta 2012:

- *Transportes*: Con el fin de evitar que la *eurorregión* pivote exclusivamente sobre la actual autopista del Atlántico, se encuentran en estudio dos nuevos ejes terrestres de gran capacidad: la conexión Lugo-Ourense-Verín-Chaves (que incluiría la construcción de un nuevo puente internacional) y la conexión Ourense-Celanova-frontera portuguesa. Pero, sin duda, la estrella de los planes de comunicación es la construcción de la línea del AVE Oporto-Vigo (con su proyección hacia Lisboa y A Coruña). Una infraestructura de vital importancia para el futuro de la *eurorregión* cuyo impacto económico ha sido evaluado por un informe de las Universidades de Oporto y Miño³⁸ en 615 millones de euros, sólo para la Región Norte de Portugal, generando 20.000 empleos directos e indirectos durante su construcción (hasta 2013) y promoviendo un incremento de 5.000 millones de euros en la economía nacional portuguesa.
- *Medio ambiente*: Creación del *Observatorio Oceánico da Marxe Ibérica*. Se trata de una infraestructura transfronteriza destinada a la predicción de las mareas. Supone la construcción de unas plataformas de observación océano-meteorológicas en las desembocaduras de los ríos Duero y Miño, y en la plataforma costera, frente a Oporto y Cabo Silleiro³⁹.
- *Ordenación territorial*: desarrollo de una estrategia común de ordenación del territorio a ambos lados de la frontera, armonizando las actuales *Directrices de Ordenación del Territorio*, de la Xunta de Galicia, y el

Programa Nacional de Ordenamiento del Territorio, previsto para 2015 por el Gobierno portugués⁴⁰.

- *Cooperación científica*: la pieza principal de este programa es el proyecto RedIRIS Nova que permitirá establecer comunicaciones avanzadas entre las comunidades académicas de Galicia y el Norte de Portugal a través de una conexión de *fibra oscura* de capacidad prácticamente ilimitada. El proyecto global de RedIRIS Nova tiene un coste previsto de 130 millones de euros, cofinanciado a través de los Fondos FEDER, y permitirá conectar, en 2011, a todas las universidades y centros de investigación a los que da servicio, entre las que se incluyen todas las Instalaciones Científico Tecnológicas Singulares de Galicia y la Región Norte de Portugal, teniendo como centro motor al Laboratorio Internacional Ibérico de Nanotecnología, con sede en Braga.

Estos son los proyectos que están planteados en la actualidad. En cierta forma, se corresponden con una mentalidad adaptada a las condiciones de cooperación existentes hasta el momento pero, pese a su enorme relevancia, no exploran las potencialidades que este nuevo instrumento encierra y que permiten un amplísimo abanico de posibilidades para profundizar en la integración efectiva de la *eurorregión*⁴¹.

Los desarrollos posibles que ahora se abren son notables:

- creación de brigadas conjuntas de extinción de incendios forestales;
- parques de bomberos regionales;
- vigilancia medio-ambiental;
- plantas de tratamiento de residuos;
- rutas de transporte escolar;
- mejora de la cobertura eléctrica y telefónica;
- y una larga lista de posibilidades potenciales.

Y todo ello con una duración indefinida, contando con oportunidades de financiación múltiples (estatal, regional, comunitaria, propia y privada), pudiendo crear centros de trabajo repartidos a ambos lados de la frontera, y con personal contratado al amparo de los ordenamientos socio-laborales de cada Estado.

Las posibilidades que se abren son notables y con seguridad, las iniciativas que se desarrollen incidirán de manera directa en la mejora de las condiciones de vida de los ciudadanos españoles y portugueses residentes en los territorios próximos a la frontera. Tradicionalmente, estos ciudadanos han venido padeciendo una cierta marginación con respecto a la asistencia debida por parte de las administraciones públicas nacionales, entre otras razones, por su posición periférica dentro del territorio y por las dificultades para prestar servicios comunes derivadas de los ordenamientos jurídicos internos vigentes hasta ahora. La puesta en marcha de la GNP-AECT, de tener éxito, no hará que desaparezca el sentimiento de pertenencia de los ciudadanos residentes en la fron-

tera hacia sus respectivas nacionalidades de origen. No es ese el propósito de las agrupaciones ni es el objetivo político de la Unión. Como ha destacado la profesora Fátima Amante⁴², la frontera seguirá desempeñando un papel esencial en la construcción de la identidad local de estas gentes para las cuales la categoría de nacionalidad cumple una función básica de autoidentificación que refuerza los lazos de pertenencia a la comunidad.

La Unión Europea no nos obliga a que dejemos de ser lo que somos, porque pese a ser una unión no disuelve el Estado, ni amenaza las identidades nacionales, ni sustituye a las culturas propias. Tampoco obliga a los ciudadanos a transferir su lealtad hacia nuevas instituciones ni altera, básicamente, las sociedades políticas nacionales. Tanto España como Portugal, desde su ingreso en la UE, han vivido la mayor etapa de prosperidad de toda su historia. Los dos países han construido una inmejorable relación bilateral que tampoco encuentra antecedentes en el pasado. Y todo ello sin ver amenazada su identidad ni ver comprometida su independencia⁴³. De lo que se trata es de trabajar juntos, y en este sentido la GNP-AECT constituye un paso decisivo. Se trata del embrión de una nueva realidad comunitaria que permitirá acercar los mejores logros de la integración europea a la vida cotidiana de los ciudadanos contribuyendo a construir la tupida red de solidaridades, de objetivos comunes y de intereses compartidos sobre los que se asienta la Unión.

BIBLIOGRAFIA

- AMANTE, Maria de F., 2007 – *Fronteira e identidade: construção e representação identitárias na raia Luso-Espanhola*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- AMARAL, D. Freitas do, 2004 – *Curso de Direito Administrativo*. 8.ª reimp. da 2.ª ed. Coimbra: Almedina, vol. I.
- CARO-PATÓN, I., 2006 – “El Derecho Comunitario y el Derecho interno frente a las regiones en la cooperación transfronteriza” in MARTÍNEZ PÉREZ, E. J. (coord.) – *La adaptación de los Organismos de Cooperación Transfronterizas por las Comunidades Autónomas*. Valladolid: Gabinete de Iniciativas Transfronterizas.
- FERNÁNDEZ DE CASADEVANTE, C., 2008 – “El régimen jurídico de la Agrupación Europea de Cooperación Territorial (AECT)” in EMBID IRUJO, A.; FERNÁNDEZ DE CASADEVANTE, C. – *Las agrupaciones europeas de cooperación territorial: consideraciones desde el Derecho comunitario y el Derecho español*. Madrid: Iustel, p. 75-153.
- FERREIRA, E.; SÁNCHEZ PRESEDO, A., 2008 – “A primeira euro-região ibérica”. *Jornal de Notícias*, 19 de octubre.
- GALICIA, Norte de Portugal: *dúas rexións, unha eurorrexión. Construindo a Europa dos cidadáns*, 2004. Santiago de Compostela: Comunidad de Trabajo Galicia – Norte de Portugal (ed. bilingüe).
- GARCÍA PÉREZ, R., 2007 – “España y Portugal en la Unión Europea: la superación de la lógica westfaliana en las relaciones bilaterales” in GARCÍA PÉREZ, R.; LOBO FERNANDES, L. (coord.) – *España y Portugal. Veinte años de integración europea*. Santiago de Compostela: Ed. Tórculo – Fundación Galicia Europa – UIMP, p. 219-233.
- LEONARD, M., 2005 – *¿Por qué Europa liderará el siglo XXI?* Madrid: Taurus.
- MERCHÁN PUENTES, Maria J., 2003 – “El Tratado bilateral hispano-portugués sobre cooperación transfronteriza de 2002”. *Revista de Derecho Comunitario Europeo*, n.º 15, p. 717-740.

- PUEYO LOSA, J.; PONTE IGLESIAS, M.^a T.; BRITO, W.; VENADE, N., 2004 – *El régimen jurídico de la cooperación transfronteriza hispano-portuguesa entre entidades e instancias territoriales a la luz del tratado entre el Reino de España y la República Portuguesa sobre cooperación transfronteriza, de 3 de octubre de 2002*. Santiago de Compostela, Braga; Xunta de Galicia, CCDRn (ed. bilingüe).
- PUEYO, J.; PONTE, M.^a T. (coord.), 2002 – *Derecho Internacional Público. Organización Internacional. Unión Europea. Recopilación de Instrumentos Jurídicos*, 3.^a ed. Santiago de Compostela: Tórculo.
- SÁNCHEZ PRESEDO, A.; FERREIRA, E., 2008 – “La primera euroregión ibérica”. *La Voz de Galicia*, 19 de octubre.
- SOBRIDO PRIETO, M., 2004 – “El Tratado hispano-portugués sobre la cooperación transfronteriza territorial”. *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*. n.º 8. Disponible em: <www.reei.org>.
- TAMBOU, O., 1999 – *Le Consorcio Bidassoa-Txingudi: premier organisme public franco-espagnol de coopération transfrontalière entre entités locales*. Barcelona: Institut Universitari d’Estudis Europeus (working paper n.º 32).
- WALLSTÖM, M., 2008 – “Comunicando Europa”. *El País*, 28 de noviembre.

NOTAS

- * Este trabajo ha sido realizado en el marco del Proyecto de Investigación “Ejes estratégicos para la acción exterior de Galicia en el actual proceso de reforma estatutaria” (PGIDITO 6CSC2020PR), subvencionado por la Dirección General de I + D de la Xunta de Galicia.
- 1 Ver el capítulo “La mano invisible de Europa” in LEONARD, 2005: 21-33.
- 2 WALLSTÖM, 2008.
- 3 DOCE n.º L 210, de 31 de julio de 2006.
- 4 Convenio de Cooperación Territorial Europea entre a Xunta de Galicia y la Comisión de Coordinación y Desarrollo Regional del Norte de Portugal, por el que se crea la Agrupación Europea de Cooperación Territorial Galicia – Norte de Portugal (GNP-AECT), Santiago de Compostela, 22 de septiembre de 2008 (BOE n.º 262, de 30 de octubre de 2008); *Diário da República*, 2.^a série, n.º 152, de 7 de agosto de 2008 (n.º 20 723/2008, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional).
- 5 Ratificado por España el 10 de julio de 1990, y en vigor desde el 25 de noviembre de ese mismo año (BOE n.º 248, de 16 de abril de 1990). Son también Parte Contratante del mismo Francia y Portugal. El Principado de Andorra y el Reino Unido, por el contrario, no lo han suscrito.
- 6 Artículo 149.1.3, en el caso de la Constitución Española; artículo 197.1.b., c. y 2 de la Constituição da República Portuguesa.
- 7 Tratado de Valencia entre el Reino de España y la República Portuguesa sobre cooperación transfronteriza entre entidades e instancias territoriales de 3 de octubre de 2002 (BOE n.º 219, de 12 de septiembre de 2003). *Diário da República*, n.º 51, Série I, Parte A, de 1 de marzo de 2003), en vigor desde enero de 2004. Ver MERCHÁN PUENTES, 2003: 717-740; SOBRIDO PRIETO, 2004.
- 8 Tratado hispano-francés de Bayona, de 10 de noviembre de 1995 (BOE n.º 59, de 10 de marzo de 1997).
- 9 PUEYO LOSA *et al*, 2004.
- 10 GALICIA, 2004.
- 11 Acuerdo constitutivo de la Comunidad de Trabajo Galicia – Región Norte de Portugal, Oporto 31 de octubre de 1991. El texto completo del documento en: PUEYO, J. *et al*, 2002: 430-432.

- 12 Agricultura, Medio Ambiente, Recursos Naturales y Ordenación; Enseñanza, Formación y Empleo; Investigación Científica y Universidades; Cultura, Patrimonio y Turismo; Desarrollo Local; Dinamización Económica; Pesca; Salud y Asuntos Sociales; Administración Regional y Local; y, por último, Infraestructuras de Transporte.
- 13 CTC do Val do Limia; CTC do Val do Miño; CTC do Val do Támeiga; y CTC do Val do Cávado.
- 14 Los Grupos de Trabajo están reservados en exclusiva a los ayuntamientos (artículo 10 del Tratado de Valencia). La Asamblea General del *Eixo Atlántico* (Bragança, 31 de enero de 2004) ya aprobó la adaptación de sus estructuras orgánicas al nuevo Tratado, al igual que hizo la Comunidad de Trabajo Galicia-Norte de Portugal.
- 15 Esta fórmula, incluida ya en el Tratado hispano-francés de Bayona de 1995 (artículo 5.1 y 2), buscaba facilitar la creación de este tipo de organismos con personalidad jurídica al permitir a las entidades y a las instancias territoriales la utilización de figuras jurídicas previstas por sus ordenamientos nacionales. Ver MINISTERIO DE ADMINISTRACIONES PÚBLICAS (MAP): *El régimen jurídico de la cooperación transfronteriza entre entidades territoriales (Del convenio Marco del Consejo de Europa al Tratado de Bayona y al Real Decreto 1317/1997)* Documentos INAP 14, MAP, Madrid, 1995. En el caso de la cooperación transfronteriza entre España y Francia se optó por la fórmula del consorcio. Desde 1997 funciona el Consorcio transfronterizo Bidassoa-Txingundi que fue creado entre las ciudades españolas de Irún y Fuenterrabía y la ciudad francesa de Hendaya (Disponível em: <<http://www.bidasoa-txingudi.com>>). Ver TAMBOU, 1999.
- 16 CARO-PATÓN, 2006: 61-84.
- 17 CARO-PATÓN, 2006: 75.
- 18 CARO-PATÓN, 2006: 75.
- 19 CARO-PATÓN, 2006: 84.
- 20 Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Ley 58/98, de 18 de agosto), *Diário da República*, I-2.ª série, n.º 189, de 18 de agosto de 1998.
- 21 En opinión de los profesores Brito y Venade, no sería "absolutamente necesario" llevar a cabo tal modificación, aunque sí sería "recomendable" (PUEYO LOSA, 2004: 115).
- 22 AMARAL, 2004: 400.
- 23 PUEYO LOSA, 2004: 116.
- 24 PUEYO LOSA, 2004: 118.
- 25 Ver nota 3. Un análisis exhaustivo sobre el régimen jurídico de las AECT's puede consultarse en: FERNÁNDEZ DE CASADEVANTE, 2008: 75-153.
- 26 FERNÁNDEZ DE CASADEVANTE, 2008: 112-113. En todo caso, la legislación aplicable para la interpretación y aplicación del convenio será la del Estado miembro donde se sitúe el domicilio social de la AECT.
- 27 Los estatutos deberán contener las disposiciones establecidas sobre:
- la lista de miembros;
 - el objeto, las tareas y las relaciones con los miembros;
 - su denominación y la localización de su sede;
 - sus órganos, competencias y funcionamiento;
 - los procedimientos de toma de decisiones;
 - la lengua o lenguas de trabajo;
 - las modalidades de funcionamiento: gestión del personal, condiciones de contratación, naturaleza de los contratos, etc.;
 - las modalidades de la contribución financiera de los miembros y las normas presupuestarias y contables aplicables;
 - la designación de un organismo independiente de control financiero y auditoría externa.
- 28 BOE n.º 17, de 19 de enero de 2008.
- 29 *Diário da República*, 1.ª série, n.º 215, de 8 de noviembre de 2007.
- 30 BOE n.º 262, de 30 de octubre de 2008.

- ³¹ *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 7 de agosto de 2008 (n.º 20 723/2008, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional).
- ³² El texto íntegro de ambos documentos puede consultarse en su versión española y portuguesa, respectivamente, en las referencias anteriores: ver notas 30 y 31.
- ³³ Este organismo ya ha procedido a nombrar a sus representantes: *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 16 de febrero de 2009.
- ³⁴ SÁNCHEZ PRESEDO, A. *et al*, 2008; FERREIRA *et al*, 2008.
- ³⁵ “Norte de Portugal e Galiza estreiam novo instrumento de cooperação europeu”. *Jornal de Notícias* (20 de septiembre de 2008).
- ³⁶ Desarrollado a partir del *Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España – Portugal 2007- 2013*. Dirección General de Fondos Comunitarios (España) – Direcção Geral de Desenvolvimento Regional (Portugal), de 28 de septiembre de 2007.
- ³⁷ “La ‘euroregión’ arranca con 97 millones de presupuesto para cuatro años”, *El País* (23 de septiembre de 2008); “União Europeia: Portugal quer mudar critérios para fundos de cooperação transfronteiriça – Rui Baleiras”. *Jornal de Notícias* (8 de octubre de 2008).
- ³⁸ “El AVE Oporto-Vigo generará 615 millones de beneficio en el norte luso”. *El Correo Gallego* (17 de junio de 2008); “TGV: Ligaçao Porto/Vigo construída de raiz”. *Jornal de Notícias* (17 de junio de 2008).
- ³⁹ El proyecto se financiará con 4,2 millones de euros del Programa INTERREG entre 2009 y 2011. “Acuerdo para la creación del Observatorio Oceánico da Marxe Ibérica”. *La Voz de Galicia* (23 de septiembre de 2008); “Mar: Observatório Marinho do Sudoeste Europeu aprovado pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça”. *Jornal de Notícias* (28 de enero 2009).
- ⁴⁰ “La Comunidad gallega suma esfuerzos con Portugal”. *El Correo Gallego* (23 de septiembre de 2008).
- ⁴¹ “Norte/Galiza: Arranque de agrupamento interterritorial ibérico condicionado pelas eleições autonómicas galegas – CCDRN”. *Jornal de Notícias* (30 de enero 2009).
- ⁴² AMANTE, 2007.
- ⁴³ GARCÍA PÉREZ, 2007: 219-233.

SOBRE OS AUTORES

CARLOS ANDRÉS GONZÁLEZ-PAZ (carlosgp@cesga.es)

Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento (CSIC – Xunta de Galicia).

Publicações recentes: “El diácono Rodrigo de Coimbra: fundador de tres *ecclesiae* en la Galicia del siglo VIII” in FERREIRA-ALVES, N. Marinho; CUNHA, M. C. Almeida e; RIBEIRO, F. (coords.) – *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. I, p. 439-451; “The Role of Mercenary Troops in Spain in Fourteenth Century: the Civil War” in FRANCE, J. (edit.) – *Mercenaries and Paid Men: the Mercenary Identity in the Middle Ages*. Leiden-Boston, 2008, p. 331-343; “El *Castellum Honesti*: una fortificación marítima medieval gallega” in AMORES CAREDANO, F.; DOMÍNGUEZ BERENJENA, E. L. – *Las Fortificaciones y el Mar – Actas del 4.º Congreso Internacional sobre Fortificaciones*. Alcalá de Guadaíra (Sevilla), 2008, p. 165-174.

LUÍS ADÃO DA FONSECA (luisadãofonseca@netcabo.pt)

Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e vice-reitor da Universidade Lusíada.

Publicações recentes: *A Europa e o mar* (introdução e coordenação). Lisboa: Chaves Ferreira, 2008; «História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis de Fr. Jerónimo Román» (coord. COSTA, Paula Pinto). *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: CEPES e Fundação Eng. António de Almeida, vol. 10, 2008 (em conjunto com COSTA, Paula Pinto; PIMENTA, Maria Cristina; SILVA, Isabel Morgado S. Silva; MATA, Joel); «The Portuguese Military Orders and the Oceanic Navigations: From Piracy to Empire (Fifteenth to early Sixteenth Centuries)» in *The Military Orders*, ed. UPTON-WARD, Judi, Aldershot, Ashgate, vol. 4, 2008, p. 63-73; «Fronteiras territoriais e memórias históricas: o caso da Comenda de Noudar da Ordem de Avis». *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Cepese/Civilização Editora, vol. 11, 2009, p. 37-55.

VICENTE ÁNGEL ÁLVAREZ PALENZUELA (vicente.alvarezp@telefonica.net)

Professor catedrático da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autónoma de Madrid.

Publicações recentes: “El espíritu cisterciense. Una renovación del monacato” in *El monacato en los reinos de León y Castilla. s. VII-XIII*. X Congreso de Estudios Medievales, León, 2005. León, 2007, p. 237-261; “La organización monástica del Císter: la comunidad monacal”, in GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A.; TEJA CASUSO, R. (coords.) – *Monasterios cistercienses en la España medieval*. XXI Seminario sobre Historia del Monacato. Aguilar de Campóo, 2007. Palencia, 2008, p. 41-69; “España: año 1050. La formación de la España del Cid”. *Revista de la Real Sociedad Económica Matritense*. 62, marzo 2008, p.143-154; “Balance historiográfico de los estudios medievales desde el Congreso Internacional de Roma de 1955” in COOLS, H; ESPADAS BURGOS, M.; GRAS, M. et al (eds) – *La storiografia tra passato e futuro. Il X Congresso Internazionale de Scienze Storiche (Roma 1955) cinquant’anni dopo*. Roma: Unione internazionale degli Istituti di Archeologia, Storia e Storia dell’Arte in Roma, 2008, p. 43-70.

IGNACIO CHATO GONZALO (ignacio.chato@wanadoo.es)

Licenciado e doutorado em História pela Universidade de Zaragoza.

Professor do Instituto de Educación Secundaria “Jaranda”, Jarandilla de la Vera (Cáceres), do qual é director desde 1998.

Publicações recentes: “La *Ibérica* n.º 7 de Madrid: la logia insigne del GOE” in FERRER BENIMELI, José Antonio (coord.) – *La masonería española en la época de Sagasta*. Zaragoza: Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española – Gobierno de Aragón, 2007, vol. II, p. 1293-1342; “La modernización política del liberalismo peninsular (1854-1856): el Bienio progresista y la *Regeneração* portuguesa”. *Revista de Estudios Políticos*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, n.º 139, enero-marzo de 2008, p.107-140; “La masonería hispano-lusitana: una visión desde Extremadura” in CORTIJO PARRALEJO, Esteban (coord.) – *Masonería y Extremadura*. Cáceres: Ateneo de Cáceres-Caja de Ahorros de Extremadura, 2008, p. 157-169; “Las candidaturas al trono español: una cuestión de identidades políticas en el Sexenio Revolucionario”, comunicación presentada al IX Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, Murcia, septiembre de 2008.

MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA (guardad.moreira@mail.telepac.pt)

Investigadora do CEPESSE na área da demografia com participação em vários projectos nacionais e internacionais. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e da Educação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Publicações recentes: “O encerramento de escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico: um indicador da evolução demográfica de uma região do interior português. O caso do distrito de Castelo Branco”. *Revista de Demografia Histórica*. XXV, I, segunda época, 2007, p. 115-136; ROMÁN, J.; MOREIRA, M. J. Guardado; ZULUAGA, P.; BLANCO-VILLEGAS, M. J.; COLANTONIO, S. E.; FUSTER, V. – “Estudios de isonimia en Portugal: consideraciones metodológicas”. *Antropo*. 14, 2007, p. 47-59; ROMÁN, J.; ZULUAGA, P.; MOREIRA, M. J. Guardado; BLANCO-VILLEGAS, M. J.; COLANTONIO, S. E.; FUSTER, V. – “Cambios en el sistema de transmisión de apellidos de la Población de Olivenza (Extremadura). Consideraciones metodológicas sobre análisis de isonimia” in NIETO J. L.; OBÓN, J. A.; BAENA, S. (eds.) – *Genes, Ambiente y Enfermedades en Poblaciones Humanas*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza. 2008, p. 759-767.

JORGE ROMÁN

Doutorando do Departamento de Zoología e Antropología Física da Faculdade de Biología da Universidade Complutense de Madrid.

Publicações recentes: FUSTER, V.; ROMÁN, J.; GUARDADO, M. J.; ZULUAGA, P.; BLANCO, M. J.; COLANTONIO, S. E. – “Influence of Spanish-Portuguese border changes in 1801 on the mating pattern of Olivenza” in BODZSÁR, É. B.; ZSÁKAI, A. (eds.) – *New perspectives and problems in Anthropology*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2007, p. 101-108; ROMÁN, J.; MOREIRA, M. J. Guardado; ZULUAGA, P.; BLANCO-VILLEGAS, M. J.; COLANTONIO, S. E.; FUSTER, V. – “Estudios de isonimia en Portugal: consideraciones metodológicas”. *Antropo*. 14, 2007, p. 47-59.

SÓNIA E. COLANTONIO

Investigadora titular da Cátedra de Antropologia, da Faculdade de Ciências Exactas, Físicas e Naturais, Universidade Nacional de Córdoba y CONICET (Argentina).

Publicações recentes: FUSTER, V.; ROMÁN, J.; GUARDADO, M. J.; ZULUAGA, P.; BLANCO, M. J.; COLANTONIO, S. E. – “Influence of Spanish-Portuguese border changes in 1801 on the mating pattern of Olivenza” in BODZSÁR, É. B.; ZSÁKAI, A. (eds.) – *New perspectives and problems in Anthropology*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2007, p. 101-108; ROMÁN, J.; MOREIRA, M. J. Guardado; ZULUAGA, P.; BLANCO-VILLEGAS, M. J.; COLANTONIO, S. E.; FUSTER, V. – “Estudios de isonimia en Portugal: consideraciones metodológicas”. *Antropo*. 14, 2007, p. 47-59.

PILAR ZULUAGA

Professora titular do Departamento de Estatística e I. O. da Faculdade de Medicina da Universidade Complutense de Madrid.

Publicações recentes: FUSTER, V.; ROMÁN, J.; GUARDADO, M.J.; ZULUAGA, P.; BLANCO, M.J.; COLANTONIO, S. E. – “Influence of Spanish-Portuguese border changes in 1801 on the mating pattern of Olivenza” in BODZSÁR, É. B.; ZSÁKAI, A. (eds.) – *New perspectives and problems in Anthropology*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2007, p. 101-108; ROMÁN, J.; MOREIRA, M. J. Guardado; ZULUAGA, P.; BLANCO-VILLEGAS, M. J.; COLANTONIO, S. E.; FUSTER, V. – “Estudios de isonimia en Portugal: consideraciones metodológicas”. *Antropo*. 14, 2007, p. 47-59.

MARIA JOSÉ BLANCO

Docente da Faculdade de Biologia da Universidade de Salamanca.

Publicações recentes: FUSTER, V., ROMÁN, J.; GUARDADO, M. J.; ZULUAGA, P.; BLANCO, M. J.; COLANTONIO, S. E. – “Influence of Spanish-Portuguese border changes in 1801 on the mating pattern of Olivenza” in BODZSÁR, É. B.; ZSÁKAI, A. (eds.) – *New perspectives and problems in Anthropology*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2007, p. 101-108; ROMÁN, J.; MOREIRA, M. J. Guardado; ZULUAGA, P.; BLANCO-VILLEGAS, M. J.; COLANTONIO, S. E.; FUSTER, V. – “Estudios de isonimia en Portugal: consideraciones metodológicas”. *Antropo*, 14, 2007, pp. 47-59.

VICENTE FUSTER

Professor titular do Departamento de Zoologia e Antropologia Física da Faculdade de Biologia da Universidade Complutense de Madrid. Investigador responsável de vários projectos e com numerosas publicações na área da biodemografia.

Publicações recentes: FUSTER, V.; ROMÁN, J.; GUARDADO, M. J.; ZULUAGA, P.; BLANCO, M. J.; COLANTONIO, S. E. – “Influence of Spanish-Portuguese border changes in 1801 on the mating pattern of Olivenza”, in BODZSÁR, É. B.; ZSÁKAI, A. (eds.) – *New perspectives and problems in Anthropology*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2007, p. 101-108; ROMÁN, J.; MOREIRA, M. J. Guardado; ZULUAGA, P.; BLANCO-VILLEGAS, M. J.; COLANTONIO, S. E.; FUSTER, V. – “Estudios de isonimia en Portugal: consideraciones metodológicas”. *Antropo*. 14, 2007, p. 47-59.

ANTÓNIO QUEIRÓS (ajqueiroz@sapo.pt)

Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CEPESE e professor do Ensino Secundário.

Publicações recentes: *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

MARIA DE FÁTIMA AMANTE (mfca@iscsp.utl.pt)

Professora auxiliar da Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Publicações recentes: “Fronteira e identidade local: estratégias para a produção de localismos na zona raiana” in PERALTA E.; ANICO, M. (org.) – *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Lisboa: Celta, 2006, p. 84-96; “Do contrabando à geminação: Foios e Eljas no reatar da relação social” in *Actas das Jornadas do Contrabando*. Sabugal, 2007, p. 47-56; *Fronteira e Identidade: construção e representação identitária na raia luso espanhola*. Lisboa, ISCSP, 2007.

RAFAEL GARCÍA PÉREZ (rafael.garcia@usc.es)

Doutor em História pela Universidade Complutense e Diplomado em Direito Constitucional e Ciência Política pelo Centro de Estudos Constitucionais (Madrid).

Professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Santiago de Compostela e professor do Instituto Universitário General Gutiérrez Mellado (Ministério da Defesa – UNED).

Publicações recentes: «La acción exterior en la fallida reforma del Estatuto de Autonomía de Galicia (2006-2007)». *Administración & Ciudadanía*. vol. 3, n.º 1, 2008, p. 51-73; GARCÍA PÉREZ, Rafael (dir.) – *La acción exterior de las Comunidades Autónomas en las reformas estatutarias*. Madrid: Tecnos, 2009.

RESUMOS / ABSTRACTS

RESUMOS

CARLOS ANDRÉS GONZÁLEZ-PAZ

La Orden de San Juan de Jerusalén y las peregrinaciones en la Galicia medieval (siglos XII-XIII)

En las primeras décadas del siglo IX se produjo un hecho trascendental en la historia de la Cristiandad: la *inventio* del sepulcro del Apóstol Santiago en el *finis terrae* gallego. Santiago de Compostela se transformó, de esta forma, en el tercer centro del cristianismo después de Tierra Santa y de Roma. Con el paso del tiempo, sobre el túmulo apostólico se construyó un templo de peregrinación a donde, lentamente, comenzaron a llegar peregrinos desde los mismos confines de la geografía cristiana europea.

Galicia observó cómo por tierra o por mar cientos de hombres y de mujeres comenzaron a arribar camino de Santiago de Compostela, naciendo toda una serie de vías que, siguiendo un sistema radial, conducían a la tumba del Apóstol que actuaba como polo central de atracción. Actualmente existen ocho “Camino de Santiago” aunque tan sólo algunos de ellos puedan ser considerados como ciertamente históricos: el Camino Primitivo que unía Oviedo con Santiago de Compostela a través de Lugo; la Vía de la Plata que llegaba desde las tierras reconquistadas del sur peninsular; el Camino Portugués que ascendía por varios ramales por el interior y por la costa lusa; el Camino Inglés vía fundamentalmente marítima que unía los puertos atlánticos europeos con el Golfo Ártabro; el Camino del Norte, itinerario marítimo y terrestre, paralelo a la costa cantábrica y, finalmente, el Camino Francés.

La última de las vías mencionadas es, sin duda, la más relevante en número de peregrinos y en trayecto e históricamente la más continua, haciéndose necesario el desarrollo de todo un tejido de infraestructuras destinado a la atención y a la protección de los peregrinos. En esta labor desempeñó un papel muy significativo la Orden Monástico-Militar de San Juan de Jerusalén que comenzó a asentarse en tierras gallegas en la primera mitad del siglo XII y a cuya evolución histórica, durante las dos primeras centurias, dedicamos el presente artículo.

Palavras-chave: Galicia; Edad Media; peregrinación; Orden Monástico-Militar; Orden de San Juan de Jerusalén

LUÍS ADÃO DA FONSECA

Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos. A formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo

Através da dialéctica dos espaços marítimos com relevância na história medieval portuguesa (Atlântico e Mediterrâneo), chama-se a atenção para a sua importância no conjunto das relações tanto com Castela como com Marrocos. Análise-se a seguir as quatro dimensões desta fronteira marítima: afirmação do poder naval, limite do espaço da Cristandade, articulação diplomática com Castela e retaguarda. Termina-se com uma reflexão sobre a génese da noção de espaço político descontínuo.

Palavras-chave: Fronteira; Castela; Marrocos; Atlântico; Mediterrâneo

VICENTE ÁNGEL ÁLVAREZ PALENZUELA

Medina del Campo-Almeirim: una paz anhelada permanentemente amenazada

La firma de la paz de Medina del Campo-Almeirim, resultado de un largo proceso diplomático, pone punto final a un trágico enfrentamiento entre Castilla y Portugal. La paz entre ambas monarquías se mantiene durante casi cincuenta años, pero durante ese tiempo se ve frecuentemente amenazada por situaciones internas de cada una de ellas, que influyen en las mutuas relaciones, y por la expansión ultramarina de ambas.

La agitada trayectoria personal y política de los Infantes de Aragón será la causa de graves tensiones. En primer lugar, su resistencia en Extremadura a la autoridad de Juan II, ayudados desde Portugal, parece a punto de provocar una ruptura, apenas logrado el difícil acuerdo. La política de Duarte, próximo a los intereses de los Infantes de Aragón, sin duda debido a la influencia de su esposa, Leonor, crea situaciones similares.

Las reclamaciones portuguesas sobre Canarias y la definición de áreas exclusivas de navegación en las rutas atlánticas constituyen nuevas amenazas para la paz. Más aún, la etapa de la imposible regencia de Leonor y la del infante Pedro, agravada por los comunes intereses de éste y Álvaro de Luna.

El establecimiento de nuevos vínculos matrimoniales (Juan II-Isabel; Enrique IV-Juana) parece el firme cimiento de nuevas y cordiales relaciones; paradójicamente, el segundo de ellos proporcionará el argumento para un nuevo enfrentamiento.

Palavras-chave: Relaciones castellano-portuguesas; diplomacia peninsular; Paz de Medina del Campo-Almeirim; Canarias; siglo XV

MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA / JORGE ROMÁN /
/ SONIA E. COLANTONIO / PILAR ZULUAGA /
/ MARIA JOSÉ BLANCO / VICENTE FUSTER

Influência das alterações da fronteira luso-espanhola nos factores exógenos de reprodução de uma comunidade – o caso de Olivença (1760-1850)

O nosso principal objectivo é analisar os factores endógenos e exógenos de reprodução de uma comunidade através das migrações de curta e grande distância, além de perceber o sentido dos fluxos migratórios e a sua interacção com algumas relações sociais projectadas pelo casamento. Por outro lado, interessou-nos determinar até que ponto a existência de fronteiras, consideradas como barreiras de tipo político, influenciam as relações com o meio envolvente. Daí a escolha de Olivença por ser um caso paradigmático de uma comunidade que alternadamente pertenceu a Portugal e Espanha. Esta análise é realizada mediante a aplicação de uma análise matricial aos registos de casamentos, de modo a esclarecer o papel das migrações nas relações sociais.

Para além das informações dos registos paroquiais de Olivença (desde o século XVIII até meados do XIX), serão considerados municípios portugueses que revelem características semelhantes a Olivença (caso de Juromenha e do Alandroal), a fim de permitir comparar regiões que, apesar de geograficamente próximas, conheceram histórias políticas diferentes.

Palavras-chave: Olivença; fronteira; migrações; registos paroquiais; casamentos

IGNACIO CHATO GONZALO

España ante el nacimiento de la *Regeneração*: la tentativa de una intervención militar (abril-julio de 1851)

La *Regeneração* portuguesa estableció una profunda disimilitud en la evolución y modernización de los regímenes liberales en España y Portugal. El entendimiento entre los gobiernos moderado y *cartista*, hegemónicos en el poder en la década de los cuarenta, dio paso a una política de prevención por parte española, que siguió aplicando la estrategia de intervención frente al peligro revolucionario. El pronunciamiento militar capitaneado por Saldanha fue recibido por el ministerio de Bravo Murillo como un acto postrero de la oleada revolucionaria de 1848, con el riesgo añadido de la vecindad y de la interacción existente entre ambos países. El temor de ver establecido un gobierno radical en Portugal, como parecía indicar el inicial protagonismo de los *setembristas*, condujo al gobierno español a proyectar una intervención armada, para lo que trató de recabar el apoyo diplomático de las principales potencias europeas. La oposición del gobierno inglés y el carácter centrista con el que Saldanha dotó al movimiento regenerador – del que no fue ajena la presión de la Legación española en Lisboa, con Alcalá Galiano a la cabeza –, confirmado con la incorporación de Rodrigo da Fonseca y Fontes en el gobierno, consiguieron que la intervención militar no pasara del grado de tentativa.

Palavras-chave: Relaciones políticas España-Portugal; diplomacia peninsular; *Setembrismo*; *Cabralismo*; *Regeneração*

ANTÓNIO JOSÉ QUEIRÓS

As relações luso-espanholas: do final da Primeira República ao Tratado de Amesterdão (1926 -1997)

Neste artigo procura fazer-se uma síntese das relações políticas dos dois países ibéricos no período compreendido entre a implantação da República em Portugal (5 de Outubro de 1910) e o Tratado de Amesterdão (2 de Outubro de 1997).

Ao longo de várias décadas, o relacionamento entre Portugal e Espanha conheceu momentos de aproximação (e até mesmo de cooperação e amizade) e momentos de forte tensão (que resuscitaram velhos “fantasmas” iberistas e até anexionistas).

Particularmente complexas foram as relações imediatamente a seguir à queda da Monarquia e durante o período em que Salazar e Franco estiveram, simultaneamente, à frente dos respectivos governos peninsulares.

A revolução de 25 de Abril de 1974 teve repercussões muito negativas no governo espanhol, situação que se agravou após o golpe de 11 de Março de 1975. Só após a morte de Franco (20 de Novembro de 1975) e do golpe militar, ocorrido no dia 25 desse mês em Lisboa, se criaram, finalmente, as condições para o estabelecimento de regimes verdadeiramente democráticos em Portugal e Espanha. A partir daí a normalização das relações peninsulares aconteceu com toda a naturalidade, situação que seria reforçada com a adesão dos dois países à CEE e, muito particularmente, com a via federalista que o Tratado de Amesterdão inequivocamente apontaria para o futuro da Europa.

Palavras-chave: Relações luso-espanholas; I República Portuguesa; regime salazarista e regime franquista; democracias ibéricas; integração europeia

MARIA DE FÁTIMA AMANTE

Cultura e cooperação: desafios e entraves à relação ibérica no contexto europeu

A fronteira e a cooperação através das fronteiras apresentam-se na contemporaneidade como um dos eixos analíticos mais trabalhados quando pensamos a relação entre os Estados. Fortemente incentivada pelas políticas e mecanismos da União Europeia e pelos governos dos Estados ibéricos, a cooperação transfronteiriça na raia luso-espanhola, conhece desenvolvimentos significativos. Tem-se caracterizado por uma certa descontinuidade tanto no que respeita às zonas de aplicação, umas revelam maior dinamismo do que outras, como nos sectores de intervenção, mais dinâmico o sector económico, ambiental e de articulação territorial e menos o sector social e cultural.

A cultura, que tem permanecido mais periférica nas preocupações dos agentes dinamizadores da cooperação, assume-se simultaneamente como o grande desafio e principal obstáculo à cooperação transfronteiriça, quando pensada a nível local. Propomo-nos neste artigo um duplo objectivo: tentar perceber de que forma a cultura se tem conseguido impor como uma das dimensões da cooperação transfronteiriça e dar atenção à forma como ela favorece ou dificulta o entendimento e desenvolvimento conjunto dos esforços tidos como necessários para uma verdadeira à cooperação através da fronteira.

Para tratar estes objectivos, utilizamos as seguintes estratégias metodológicas: análise de documentos que regulam a cooperação transfronteiriça e análise do discurso directo das populações raianas. É a partir dos discursos que historicamente construíram a sua identidade local e nacional em contacto directo com a fronteira política e nas relações com *o outro* que mais facilmente se têm encontrado explicações para episódios de adesão e resistência a medidas europeias.

Palavras-chave: Fronteira; cooperação transfronteiriça; cultura; raianos; desenvolvimento

RAFAEL GARCÍA PÉREZ

Los “*petits pas*” de la integración europea: la Agrupación Europea de Cooperación Territorial entre Galicia y la Región Norte de Portugal

La creación de la Agrupación Europea de Cooperación Territorial Galicia-Norte de Portugal (GNP-AECT), en septiembre de 2008, representa un importante paso en el camino de la cooperación transfronteriza entre España y Portugal al constituir una nueva entidad, dotada de personalidad jurídica, con capacidad para actuar en ambos lados de la frontera. Surge así un nuevo instrumento de cooperación que permitirá acercar al ciudadano el proceso de integración europeo.

Palavras-chave: Cooperación transfronteriza; Unión Europea; Portugal; España; Galicia

ABSTRACTS

CARLOS ANDRÉS GONZÁLEZ-PAZ

The Order of St. John of Jerusalem and the pilgrimages in medieval Galicia (12th-13thcenturies)

In the first decades of the 9th century a transcendental event happened in the history of the Christianity: the *inventio* of the apostolic sepulchre of Saint James in the Galician *finis terrae*. Santiago de Compostela was transformed in the third centre of the Christianity after the Holy Land and the city of Rome. The apostolic tomb turned into a temple of peregrination that received pilgrims who came from all European geography.

Galicia observed how thousands of men and women started to arrive to Santiago de Compostela by land or by sea. Then, began to born a whole series of routes that had its central point of attraction in the tomb of the Apostle. Nowadays we find eight "Ways of Santiago", though we only could consider certainly some of them as historical ones: Original Way, Silver Route, Portuguese Road, English Way, Northern Way and, finally, the French Way.

The number of pilgrims was very important and it was growing every year. It became necessary to develop an infrastructure destined for their attention and for their protection. The Monastic and Military Order of Saint John of Jerusalem began to settle in the Galician lands in the first half of the 12th. Their *freires* had to serve and to protect the pilgrims. The object of the present article is the analysis of the historical evolution of this Monastic and Military Order during the first two centuries of its Galician existence.

Keywords: Galicia; Middle Ages; pilgrimage; Monastic and Military Order; The Order of Saint John of Jerusalem

LUÍS ADÃO DA FONSECA

Portugal and the Mediterranean, between Castile and Morocco. The formation of the maritime frontier in the 14th and 15th centuries and the concept of discontinuous political space

Through the dialectic of the maritime areas with relevance in medieval Portuguese history (the Atlantic and the Mediterranean), the paper stresses its importance in the relations with Castile and Morocco. It also examines the four dimensions of the maritime frontier: affirmation of naval power, border of the geography of Christendom, diplomatic articulation with Castile, and rear. It ends with a reflection about the genesis of the concept of «discontinued political space».

Keywords: Frontier; Castile; Morocco; Atlantic; Mediterranean

VICENTE ÁNGEL ÁLVAREZ PALENZUELA

Medina del Campo-Almeirim: a longed and permanently threatened peace

The signature of the peace of Medina del Campo-Almeirim, ensued from a long diplomatic process, puts final point to a tragic clash between Castilla and Portugal. The peace between both monarchies is kept for almost fifty years, but during this time one sees frequently threatened by internal situations with each one with them, which influence the mutual relations, and for the ultramarine expansion with both.

The rough personal and political path of the Infantes of Aragon will be the reason of serious tensions. First, your resistance in Extremadura, helped from Portugal, seems to the authority of Juan II on the verge of provoking a break, you upset achieved the difficult agreement. Duarte's politics, near the interests of the Infantes of Aragon, undoubtedly due to the influence of his wife, Leonor, creates similar situations.

The Portuguese claims on Canaries and the definition of exclusive areas of navigation in the Atlantic routes constitute new threats for the peace. Even more, the stage of Leonor's impossible regency and that of the infante Pedro, aggravated by the common interests of this one and Álvaro de Luna.

The establishment of new matrimonial links (Juan II-Isabel; Enrique IV-Juana) looks like the firm foundation of new and cordial relations; paradoxically, the second one with them will provide the argument for a new clash.

Keywords: Castilian-Portuguese political relationship; Iberian diplomacy; Treaty of Medina del Campo-Almeirim; Canary Islands; 15th century

MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA / JORGE ROMÁN /
/ SONIA E. COLANTONIO / PILAR ZULUAGA /
/ MARIA JOSÉ BLANCO / VICENTE FUSTER

The influence of changes in the Portuguese-Spanish border upon the exogenous factors related to the reproduction phenomenon in a community – the case of Olivença (1760-1850)

The aim of this paper is to analyse the endogenous and exogenous reproduction factors of a community through low and high distance migration, as well as to understand the direction of migration flows and their interaction with social relations originated by marriage. Simultaneously, the project explores the extent to which borders, as political barriers, influence interaction with the environment. Hence the choice of Olivença as a paradigmatic case of a community that alternately came under the rule of Portugal and Spain. The methodology used comprises a matrix analysis of marriage records in order to clarify the role of migration in social relations.

In addition to the information from parish registers of Olivença (from the eighteenth century until mid nineteenth century), Portuguese municipalities that show similar characteristics to Olivença (such as the case of Juromenha or of Alandroal) are used in order to compare regions that, although geographically close, have known different political historical trajectories.

Keywords: Olivença; border; migrations; parish registers; marriages

IGNACIO CHATO GONZALO

Spain before the birth of the *Regeneração*: the attempted military intervention (April-July 1851)

Portuguese *Regeneração* established a deep dissimilarity in the evolution and modernization of the Spanish and Portuguese liberal regimes. The understanding between *moderado* and *cartista* governments, both of them hegemonic in power for forties, gave way to prevention politic from Spanish, that followed putting into practice the intervention strategy against revolution danger. The military uprising commanded by Saldanha was received for Bravo Murillo's ministry as last act of the 1848 revolutionary wave, adding risk the neighbourhood and the interaction between both countries. The fear to see established a radical govern in Portugal, as seemed to point the *setembristas*' prominence in the beginning of the movement, leded to Spanish government to project an army intervention, locking for the diplomatic support from the Europeans mains powers. British government opposition and the centrist character that Saldanha provided to the *regenerador* movement – being not in accord pressure from Spanish Legation in Lisboa, leded by Alcalá Galiano-, confirmed with the Rodrigo da Fonseca and Fontes incorporation into the ministry, obtained that military intervention was only an attempt.

Keywords: Spanish-Portuguese political relations; Iberian diplomacy; *Setembrismo*; *Cabralismo*; *Regeneração*

ANTÓNIO JOSÉ QUEIRÓS

The Portuguese-Spanish Relations: from the end of the First Republic to the Amsterdam Treaty (1926-1997)

In this article we aim at presenting a synthesis of the political relations between the two Iberian countries between the First Republic (5th October 1910) and the Amsterdam Treaty (2nd October 1997).

All through various decades, the relationship between Portugal and Spain can be described as a very close one (even with large moments of cooperation and friendship) but it can also be presented as a relation of very strong tension.

Very complicated were the political relations immediately after the fall of the Portuguese monarchy and also during the period when Franco and Salazar were in charged of the government of each country.

The revolution of the 24th April 1974 had tremendous negative effects on the Spanish government, a situation that became even worst after the 11th March 1975. It was only after the death of Franco (the 20th November 1975) and after the military movement of 25th November, in Lisbon, that the conditions to the development of democratic regimes were created both in Portugal and Spain. After that period, Portugal and Spain stabilized their relationship; a situation that was even more and more stressed after both countries joined the European Union and more intensively through the federalist view pointed out by the Amsterdam Treaty to be Europe's future.

Keywords: Portuguese-Spanish relationship; First Portuguese Republic; Salazar and Franco's regimes; Iberian democracies; European integration

MARIA DE FÁTIMA AMANTE

Culture and cooperation: challenges and obstacles to Iberian relationship in Europe

Border and cross border cooperation presents itself, nowadays, as one of the most important analytical frames dealing with interstate relations. Highly stimulated by European politics and mechanisms, as well as by the Iberian governments, cross border cooperation on the Portuguese-Spanish border knows significant developments. It has been characterized by a certain discontinuity, both on geographical areas of application and sectors of intervention, being the economic and territorial articulation the most dynamics and the social and culture sectors the poorest in initiatives.

Culture remained peripheral in terms of attention given by the agents who are responsible for the dynamics of cross border cooperation. Culture is assumed simultaneously as the great challenge and main obstacle to the cooperation across borders, when thought at local level. We have a double goal in this paper: to perceive how culture has managed to impose as one of cross border cooperation dimensions and to see how it favors or makes it difficult the agreement and joint development of efforts which are necessary for an effective cooperation.

In order to approach these goals we use the following methodological strategies: the analysis of documents which guide cross border cooperation and borderlanders' narrative analysis. It is through the discourse of those who built their local and national identity, in contact with the political border and in the relation with their neighbors that we find some explanation for episodes of adhesion and rejection of European measures.

Keywords: Border; cross-border cooperation; culture; borderlanders; development

RAFAEL GARCÍA PÉREZ

The “*petits pas*” of the European integration: the European Cross-Border Cooperation Grouping between Galicia and Northern Region of Portugal

The foundation of the European Cross-Border Cooperation Grouping for Galicia-Northern Region of Portugal (GNP-EGCC) – September 2008 – has paved the way for the improvement of the cross-border cooperation between Spain and Portugal. The new organisation has obtained a legal status, which enable it to act in both territories. The new cooperation tool is expected to assist the citizen in the European integration process.

Keywords: Cross-border cooperation; European Union; Portugal; Spain; Galicia

RECENSÕES CRÍTICAS

FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2009, 942 págs.

A obra intitulada *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* consiste na publicação das actas do V Encontro sobre Ordens Militares, realizado em Palmela entre os dias 15 e 18 de Fevereiro de 2006, tendo a tarefa de edição sido coordenada por Isabel Cristina Fernandes. Trata-se de uma obra muito recente, editada pela Câmara Municipal de Palmela, por via do seu Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS), já em 2009, e que recolhe como patrocinadores a Presidência da República, através da Chancelaria das Ordens Honoríficas, e a Fundação Calouste Gulbenkian. Neste volume, que conta com 942 páginas, estão reunidos 38 textos, sendo três deles elaborados em co-autoria. Assim, ao lê-lo, usufruímos de um leque muito diversificado de questões que resultam da reflexão das referidas quatro dezenas de colaboradores, tanto portugueses como estrangeiros.

Os conferencistas, cujos textos figuram nestas Actas, pertencem a instituições muito diversas, embora todas elas de reconhecida importância científica. Referimo-nos, no caso português, às Universidades do Porto, Coimbra, Nova de Lisboa, Évora e Lusíada. O universo académico dos participantes contou, igualmente, com representantes das prestigiadas Universidades de Paris 1 – Pathéon – Sorbonne, Nantes, Blaise Pascal – Clermont-Ferrand 2 (França), Autónoma de Madrid, Castilla-la-Mancha, Alcalá de Henares (Espanha), Hamburgo, Bochum (Alemanha), Szeged (Hungria), Bari, Degli Studi di Lecce (Itália), Durham (Reino Unido), Haifa (Israel) e Santa Barbara (Califórnia, E.U.A.). A este leque devemos ainda acrescentar os centros de investigação a que grande parte dos intervenientes está associada. São eles o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto; o Instituto de Estudos Medievais; o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica; o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora; o Centro de Estudos Históricos e o Centro de História de Além-Mar, ambos da Universidade Nova de Lisboa, bem como o Instituto de Historia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid. Outros oradores pertencem à Assemblée Nationale de Paris, ao Museo Arqueológico Nacional de Madrid e ao Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, ou seja, o Gabinete da Câmara que se assume como a entidade promotora do congresso que está na base deste volume de actas. Em função da lista apresentada não podemos deixar de sublinhar a diversidade de contribuições reunidas neste livro, que correspondem a uma pluralidade de abordagens, bastante enriquecedoras do debate intelectual.

Do ponto de vista científico, este livro é de grande interesse e actualidade, não só para os investigadores que se dedicam mais especificamente ao estudo das Ordens Militares, mas também para todos os que se mostram atentos à História de Portugal e às suas múltiplas articulações externas. Esta última vertente é ilustrada com reflexões que se centram no espaço peninsular, em virtude da origem comum e dos respectivos vínculos jurídicos entre algumas das organizações presentes em território português e as suas casas conventuais localizadas no reino vizinho (caso de Santiago e Calatrava-Avis); no Próximo Oriente, dada a origem de algumas das Ordens (como o Hospital e o Templo) e a forçosa articulação que se foi estabelecendo entre o Ocidente e o Oriente, processo em que estas se envolveram de forma particular; e no Extremo Oriente, em função da inserção das instituições em estudo (nomeadamente Cristo e Santiago) no processo expansionista português dos séculos XV e XVI.

A organização interna destas actas apresenta cinco secções temáticas: *Historiografia e Memórias; Nobrezas e Composição Social; O Ocidente e o Oriente: Contactos, Influências e Interações; Espaços e Vivências*; e, por fim, *Poderes, Instituições e Dinâmicas Políticas*. Além

destas secções, há ainda a considerar um texto de apresentação, da autoria de Luís Adão da Fonseca, e uma conferência de abertura, proferida por Michel Balard.

Uma observação do conteúdo destas cinco partes revela aspectos muito interessantes que passamos a destacar. Com efeito, a conferência de abertura, que precede a parte dedicada à *Historiografia e Memórias*, proporciona-nos um utilíssimo balanço da pesquisa francesa sobre Ordens Militares. Apesar de, formalmente, este texto ter este estatuto específico na orgânica do livro, encontra-se perfeitamente inserido nos objectivos da sua primeira secção. As revisões historiográficas constituem uma boa prática, que merece atenção acrescida nos próximos tempos, por diversas razões. A produção científica abundante de que beneficiamos, e que traduz o contributo de muitos países, pode também ser divulgada através da elaboração de balanços que tenham por objectivo determinadas áreas geográficas, ou determinadas instituições ou mesmo temas específicos. No domínio historiográfico, impõe-se também a discussão de obras marcantes, o pensamento de certos autores, bem como a análise das memórias que as próprias instituições vão criando a seu respeito. Todos estes exercícios enriquecem o nosso conhecimento e ampliam a reflexão que desenvolvemos.

Na temática sobre *Nobrezas e Composição Social* podemos ler textos que privilegiam as abordagens sociológicas dos membros que fazem parte das Ordens Militares, apurar quem são os indivíduos que ingressam nas suas fileiras e encontrar elementos sobre o perfil étário dos homens que protagonizam estes processos. De salientar é o diálogo estabelecido entre os historiadores das Ordens Militares e os peritos em História da Nobreza, essencial ao entendimento claro das questões apontadas.

Por sua vez, *O Ocidente e o Oriente: Contactos, Influências e Interações* mostra-se o campo mais inovador e, inclusivamente, destacado no título do livro, na medida em que foi o mote do próprio congresso. Como já referimos, aqui temos enfoques centrados na Península Ibérica, no Oriente Latino, com destaque para as Ordens do Templo e do Hospital, e num outro Oriente mais distante, ou seja, o Oriente relacionado com a Expansão portuguesa, o qual, por tradição de estudo, não tem sido associado de forma sistemática às Ordens, mas que precisa de ser analisado também nesta perspectiva.

A quarta parte é dedicada aos *Espaços e Vivências*, contando com trabalhos que incidem tanto sobre Portugal, como sobre áreas geográficas distantes (Próximo Oriente e áreas de influência da Casa de Anjou). São trabalhos que encerram um elevado potencial de comparação, pois a partir do conhecimento da presença das Ordens em zonas muito concretas será possível enveredar por análises comparativas de grande utilidade. Por fim, a secção *Poderes, Instituições e Dinâmicas Políticas* reúne um conjunto mais disperso de textos que procuram discutir, em grande parte, as formas de relacionamento das Ordens com outros poderes e as respectivas estratégias de afirmação gizadas por estas organizações e por aqueles com quem convivem.

Em suma, nestas páginas encontramos nomes representativos dos estudos sobre Ordens Militares, que ora subscrevem leituras mais convencionais, ora mais inovadoras. Há, também, textos com maior incidência em questões locais e pontuais, mas nem por isso menos importantes no plano do aprofundamento do conhecimento sobre as Ordens Militares, a par de outros que procuram uma compreensão mais transversal para determinados aspectos. Em função dos aspectos sublinhados, é uma leitura recomendável e que traduz um avanço na investigação desenvolvida em torno das Ordens Militares.

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (ed.) – *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinis: 1284*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2007. (*Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum*, Nova Série, vol. 3).

La Academia de las Ciencias de Lisboa – institución fundada en 1779 como “Academia Real das Sciencias de Lisboa” hasta la proclamación en 1910 de la República Portuguesa, momento en el que cambió por la denominación actual – dio inicio en 1888 a la publicación de las actas de las “Inquisitiones” o “averiguaciones” generales realizadas en Portugal durante la dinastía de los Borgoña o Primera Dinastía de la mano de João Pedro da Costa Basto, paleógrafo ilustre de la Torre do Tombo y colaborador de Alexandre Herculano, el verdadero mentor de la iniciativa, en palabras de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro.

El proyecto de trabajo de la Academia sobre publicación de fuentes portuguesas había comenzado unos decenios antes, en torno a 1856, en la colección *Portugaliae Monumenta Historica*, contando progresivamente con cuatro grandes series de edición de fuentes históricas portuguesas: la dedicada a las fuentes narrativas “Scriptores”; la relativa a textos jurídicos “Leges et Consuetudines”; la dedicada a la documentación regia y particular, “Diplomata et Chartae”; y las ya citadas “Inquisitiones”. Se trataba, por tanto, de un ambicioso proyecto recopilativo de fuentes cuidadosamente editadas a imagen de la *Monumenta Germaniae Historica* (MGH) fundada en 1819 por Karl Freiherr von Stein, como señala José Mattoso en la magnífica “Apresentação” del volumen.

Pero los proyectos ambiciosos en materia histórica nunca encuentran el apoyo y la continuidad necesaria, incluso entre la propia comunidad científica. José Mattoso señala que aún siendo todavía hoy Alexandre Herculano referente de primer orden en la Academia, las fuentes medievales y la Edad Media dejaron “com a progressiva decadência do romantismo, de constituir un período privilegiado de investigação histórica portuguesa” frente al período de los Descubrimientos, “mais ‘interessante’ do ponto de vista da memória nacional”, dando lugar, ya en 1858, a la publicación de la *Colecção de documentos inéditos para a História das Conquistas Portuguesas na África, Ásia e América* o al *Corpo Diplomático Português*, en 1862. Esta circunstancia propició numerosas interrupciones de los *Portugaliae Monumenta Historica* pero nunca su extinción como proyecto científico de primer orden, y desde luego jamás supuso una pérdida de interés por la edición de fuentes documentales “per se”.

Gracias al esfuerzo y dedicación de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, professor de Historia Medieval en la Facultad de Letras de la Universidad de Oporto (FLUP), se continua en el siglo XXI con la edición de las “Inquisitiones” del reinado de don Dinís (1279-1325), elaboradas en 1284, que eran las siguientes inéditas a las “Inquirições de 1258”, rematadas de editar por el ilustre diplomata Rui Pinto de Azevedo en 1977. El nuevo volumen, sin embargo, no se encuadra en la primitiva serie “Inquisitiones”, sino que continua como tercer volumen de la “Nova Série”, surgida en 1980 para reeditar los interesantísimos nobiliarios medievales *Livros Velhos de Linhagens* (edición crítica de Joseph Piel e José Mattoso, vol. 1) y los dos tomos del *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (edición crítica de José Mattoso, vol. 2), conocido vulgarmente como el Nobiliario del Conde don Pedro o del Conde de Barcelos.

J. A. Sotto Mayor señala en su completo estudio introductorio la importancia que las distintas “Inquirições” en general y las “dionisinas” en particular tienen para la historia medieval portuguesa: noticias de carácter económico y administrativo, de índole social y eclesíástica, además de interés toponímico y onomástico. Pero son las que ahora se editan, como ya anticipó Luís Krus, las que “enfazizam as questões das funções, direitos, réditos e até formas de designação dos mordomos e juizes do rei, como pela abundante informação relativa aos nobres”, identificándose numerosos hidalgos con bienes y derechos en feligresías, la transmisión de sus dominios, los conflictos señoriales. Reflejan una realidad “perfeitamente enquadrada na política de controlo senhorial” emprendida por don Dinís desde el comienzo de su reinado, que desencadenará importantes conflictos señoriales que culminarán en la guerra civil del final de su reinado; período por cierto bien conocido por el editor, autor en 2005 de una completa biografía del llamado “rei poeta” (Lisboa, Círculo de Leitores).

Esta “averiguación” de 1284 será la primera emprendida por aquel monarca – de un total de cuatro, todas inéditas –, y la menos extensa tanto en términos textuales como de ámbito geográfico. Apunta J. A. Sotto Mayor, con razón, que las “inquirições” portuguesas de los siglos XIII y XIV representan un caso único en el panorama europeo, por las posibilidades investigadoras que este hecho supone. En Castilla, de hecho, sólo podría “comparársele” los libros de rentas de Sancho IV, estudiados por Francisco J. Hernández (*Las rentas del rey: sociedad y fisco en el reino castellano del siglo XIII*, 2 vols., 1993), o con más reservas, el libro *Becerro de las Behetrías de Castilla* (1352), mandado confeccionar por el rey don Pedro con el fin de averiguar el estado de los territorios castellanos del norte que gozaban de una forma señorial específica, de “behetría”, no de realengo, según las investigaciones del grupo de Carlos Estepa Díez.

Las “Inquirições Gerais” de 1284 originales no se conocen: la presente edición se transcribió de una copia algo posterior, de 1301, escrita en letra gótica – se hecha en falta alguna precisión mayor – injerida en el *Livro 2.º de Inquirições de D. Afonso III* (Direcção-Geral de Arquivos/Arquivo Nacional da Torre do Tombo); algunos fragmentos también se encuentran copiados en el denominado “Livro Preto de Grijó”. De todo ello, deduce el editor, la copia es una transcripción íntegra del original.

Las reglas de transcripción empleadas por José Augusto Sotto Mayor siguen las recomendadas por el P.e Avelino Jesus da Costa, sin diferir en sustancia de las célebres españolas “Normas de transcripción y edición de textos y documentos” de la Escuela de Estudios Medievales del CSIC, confeccionadas en el año 1944.

La introducción finaliza con los agradecimientos, entre los que creo oportuno destacar la cofinanciación del Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) de la Universidad de Oporto, centro de investigación que se proyecta como uno de los futuros referentes en los estudios históricos peninsulares.

En lo que se refiere a los índices, incluye los habituales onomástico –“antroponímico”– y toponímico, juntos, a los que añade otro denominado “corográfico” – esto es, una modalidad del toponímico que aglutina los nombres de lugares citados por los “julgados” de las “inquirições” – y otro “remissivo” o de materias. El editor se disculpa por no presentarlos más completos, citando en particular el “ideográfico” o de frases y palabras... Sin embargo, aquí el proverbio o locución latina “excusatio non petita, accusatio manifesta” no se debe aplicar, porque los que hay son suficientes, bien elaborados y claros.

Las averiguaciones de los bienes y derechos del monarca lusitano ocupan casi cien páginas del libro. Comprenden los “julgados” de Sever, Figueiredo, Cambra y Fermado – entre los ríos Vouga y Duero, parte del territorio portugués muy señorializado – y fueron ejecutadas por Estêvão Lourenço, clérigo y procurador regio. Las “inquirições” recogen las informaciones que distintas “testemuynhas”, jurando sobre los “Santos Avangelhos”, realizaban en cada feligresía de “todolos dereyτος d’el Rey” y de sus mayordomos: casales, fonsaderas, luctuosas, “entorviscadas”, portazgos, “anuduva” [adua], o “voz, coomha [coima] e omezio se o fezeren”. Así pues, se mencionan los derechos, las cuantías y rentas, el número de “casaes” de cada feligresía, los llevadores, los “herdadores” de algunos de esos lugares, las transmisiones de propiedades que “veem de filhos d’algo”... Un sin fin de interesantísimas noticias que ponen de manifiesto, por un lado, lo imprescindible de conocer el significado preciso de cada palabra, de cada derecho, de cada denominación que encierra una realidad señorial; y por otra, la dificultad y deficiente funcionamiento y gestión del sistema señorial, la falta de autoridad real, los intentos por recuperarla... y lo que es más importante ahora, la necesidad de un conocimiento más exacto del señorio, de su realidad histórica, de su funcionamiento, poder y territorialidad.

Finalmente, es preciso resaltar otro aspecto del volumen: su perfecta edición, clásica, sencilla y clara, lo exigible para publicaciones científicas serias – incluye un completo mapa y una muestra del códice – en línea con la trayectoria editorial en la que se enmarca, sin esperpentos coloristas “WordArt” de última moda que restan solemnidad a las publicaciones.

Empapémonos en Hispania, pues, del espíritu de Alexandre Herculano y de sus colaboradores, entre los que ahora se suma con justicia el Profesor Sotto Mayor Pizarro, pues, si bien al

otro lado de la raya no contamos con estas precisas y preciosas “averiguaciones”, sí tenemos miles y miles de pergaminos, papeles y tumbos que permanecen inéditos, continentes de ingentes noticias que con unos correctos conocimientos paleográficos, latinos e históricos ayudarían a aproximarse a la verdadera esencia de la realidad medieval hispánica.

Pablo S. Otero Piñeyro Maseda
 Doctor del IEGPS (CSIC-XuGA)¹

POIRRIER, Philippe (dir.) – *L’histoire culturelle: un “tournant mondial” dans l’historiographie?* Postface de Roger Chartier. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2008, 198 págs.

Este libro constitui um rico e diversificado manancial de reflexões sobre a história cultural na Europa, na América e na Austrália, já que integra doze estudos sobre o estado da questão em numerosos países daqueles continentes, escritos por historiadores de reconhecido mérito internacional. Nesta conformidade, a introdução, da autoria do director da obra, apresenta o título *Pour une histoire comparée de l’Histoire Culturelle* pois reconhece, logo nas suas palavras iniciais, que desde há duas ou três décadas, a História Cultural tem ocupado um lugar de eleição na cena historiográfica, com os desfasamentos cronológicos e a diversidade de modalidades próprios de cada configuração nacional, não obstante a reciprocidade de informações. Assumindo a abordagem comparativa, Philippe Poirrier perspectiva a possibilidade de uma “viragem (*tournant*) cultural” na historiografia mundial. O repto lançado aos colaboradores desta obra consistiu na análise das modalidades de emergência e de estruturação da história cultural nas diversas situações historiográficas nacionais, a qual permitisse uma questionação a partir do cruzamento das obras, das singularidades das conjunturas historiográficas e da organização dos mercados universitários. Era ainda objectivo do director da obra evidenciar a importância das permutas culturais para melhor compreender a circulação, a difusão e a apropriação dos modelos historiográficos. Atenta às afinidades e diferenças, às evoluções e às problemáticas quer nacionais quer transnacionais, esta introdução termina com um apelo:

“L’institutionnalisation de l’histoire culturelle reste balbutiante. Perceptible au Royaume-Uni, au Canada, en Finlande et en France, elle est peu sensible dans la plupart des autres configurations historiographiques nationales. Ce volume collectif a l’ambition première de permettre une meilleure connaissance des différentes formes d’histoire culturelle. Cette histoire comparée, jalon pour de futures recherches, est aussi un appel au dialogue, et au dépassement des provincialismes et des ethnocentrismes historiographiques” (p.13).

O primeiro estudo é da autoria de Peter Burke e surge sob o sugestivo título “*Pas de culture, je vous prie, nous sommes britanniques*”. *L’histoire culturelle en Grand-Bretagne avant et après le tournant*. Este historiador entende o seu texto como um esboço de história cultural da história cultural na Grã-Bretanha, pressupondo que há diferenças significativas entre a maneira de praticar a história cultural em diferentes lugares, as quais prefere descrever em termos de “caractère, de style regional ou, comme Norbert et Pierre Bourdieu en termes d’habitus” (p. 15). Do ponto de vista comparativo, Burke enfatiza o vigor e longevidade da resistência britânica à ideia de cultura, apesar de alertar para excepções que escapam à generalização. Apresenta uma breve panorâmica da historiografia inglesa sobre cultura antes de 1950, entre esta década e a de 1980 (período da emergência da história social da cultura na Grã-Bretanha), e termina debruçando-se sobre “le tournant culturel”. Defende o professor emérito de História Cultural da Uni-

¹ Ó abeiro do Programa de recursos humanos (RHS) do Plan Galego de Investigación, Desenvolvemento e Innovación Tecnolóxica-Incite (2006-2010), Programa “Ángeles Alvaríño”, cofinanciado polo Fondo Social Europeo.

versidade de Cambridge que o ano de 1983 pode ser considerado como a data simbólica do fim dum era historiográfica e o princípio de outra, já que então se publicaram naquele país quatro estudos importantes na área da história cultural. Refere-se às seguintes obras: *Man and the Natural World* de Keith Thomas; *Languages of Class* de Gareth Stedman Jones; *Imagined Communities* de Benedict Anderson; *The Invention of Tradition* de Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Posteriormente, outras seriam editadas no domínio da história cultural, permitindo abandonar a referência a casos isolados e deslocar o debate para a esfera das instituições e das tendências. A menção à história cultural nos títulos (ou subtítulos) de livros comprova o reconhecimento crescente, tal como a utilização cada vez mais generalizada dos termos “cultura” e “culturas”. Este estudo termina com uma reflexão sobre as particularidades dos ingleses na era da globalização cultural.

O capítulo escrito por Philippe Poirrier – “*Une histoire social des représentations*”. *L’histoire culturelle en France* – evidencia a afirmação académica e editorial deste domínio, ao longo das últimas décadas, no seio da historiografia francesa, cujo desenvolvimento de carácter predominantemente interno não enjeitou contribuições de outras origens nacionais: “Fille émancipée de l’histoire des mentalités, l’histoire culturelle s’est structurée au cours des années 80 et 90 dans le cadre d’un paysage historiographique marqué du sceau de l’éclectisme. Son développement essentiellement franco-français n’exclut pas la prise en compte de transferts issus d’autres traditions historiographiques” (p. 27). Como já aprofundara em obra anterior (*Les enjeux de l’histoire culturelle*, 2004), este professor da Universidade de Borgonha sustenta a tese de uma história cultural francesa que progressivamente se identificou com uma “história social das representações”, cuja singularidade a distingue de outras escolas, nomeadamente da *Cultural History* norte-americana.

L’histoire culturelle en Italie, de Alessandro Arcangeli, é mais um interessante estudo que se pode encontrar nesta colectânea e que começa por alertar para a aversão por parte dos historiadores daquele país relativamente à expressão “história cultural”. Contudo, deixada de lado a questão do nome, o estudo de aspectos culturais históricos está bem enraizado na tradição historiográfica italiana, como o autor largamente comprova, referindo autores remotos, como Croce, ou mais recentes, como Ginzburg, do qual parte a sua análise mais detalhada. A par de temáticas variadas como as formas de comunicação (circulação dos textos e ideias, centralidade da palavra, etc.), encontros e conflitos de culturas, jogo, paisagem, corpo ou alma, este professor de história moderna da Universidade de Verona evidencia a riqueza dos arquivos e a sagaz interrogação das fontes documentais.

Edward Berenson assina o capítulo *L’histoire culturelle américaine*. *L’histoire culturelle de la France vue d’Amérique*, onde faz o estudo de caso da história cultural da França fabricada nos Estados e a qual reputa de particularmente interessante já que combina elementos da historiografia francesa e americana. Como explica Berenson, director do Instituto de Estudos Franceses da Universidade de Nova Iorque, essa história cultural nasceu no quadro da “new social history”, nos anos 60 e 70, impulsionada pelo interesse sobre os grupos sociais e influenciada pela historiografia francesa em geral e pela escola dos *Annales* em particular, além de revelar fortes motivações ideológicas; daí ter privilegiado temas como a Revolução francesa, a Comuna de Paris, o movimento operário, a história das greves, das revoltas e da violência política. Por meados da década de 1970, o casamento entre a história e a antropologia foi assaz fecundo, destacando-se então os trabalhos de Natalie Zemon-Davies ou William Sewell que, em Princeton, trabalhou com Clifford Geertz e Robert Darnton. Nesta corrente historiográfica toda a cultura é um sistema de significações que informam o conjunto de representações, de atitudes e de práticas. O autor destaca também a enorme produção historiográfica sobre género, referindo numerosos autores e obras, bem como a história cultural centrada na análise do discurso, enfatizando as influências de autores franceses, de Foucault a Chartier, de Derrida a Nora, este último suscitando abundantes trabalhos que reflectem a relação entre história e memória que se debruçaram sobre temas como o império, a colonização, e ainda as questões de identidade racial e étnica.

Palle Ove Christiansen, historiador e antropólogo da Universidade de Copenhaga, assina o texto *L’Expérience et la vie quotidienne: L’histoire culturelle en Scandinavie* que realça o papel

da história cultural na Escandinávia, no século XIX, como veículo da consciência nacional ou nórdica em relação à hegemonia prussiana e, no plano interno, como uma reacção ao modernismo empirista da história oficial. Essa história cultural escandinava de finais de Oitocentos seguiu um percurso muito próprio, estudando os modos de vida dos diferentes níveis sociais e favorecendo o desenvolvimento dos primeiros museus dos povos e museus ao ar livre, com o intuito de fundar uma história nacional, pretensamente democrática, e de difundir o conhecimento da história. Depois de evocar os estudos pioneiros do dinamarquês Troels-Lund sobre a história da vida quotidiana que começaram a surgir por volta dos anos 1880, o autor analisa as iniciativas similares na Suécia, Noruega e Finlândia, evidenciando o significado dessa história etnográfica, vocacionada para o reforço da Nação pela via cultural. Nos anos de 1970, a história cultural escandinava foi profundamente tocada pela história francesa das mentalidades e de outras escolas nacionais, acentuando-se as tendências da antropologia histórica e da micro-história que contribuíram para a produção de numerosos estudos no âmbito das academias e institutos de investigação histórica. Sob o signo do construtivismo, a nova história cultural escandinava tem sido alvo de renovado interesse, quer por parte dos seus produtores quer do público leitor, até porque, como refere Christiansen, “la chose plus importante est probablement que au moins certains parmi les jeunes historiens scandinaves aujourd’hui considèrent la culture comme un trait omniprésent de la vie de la société” (p. 78).

L’histoire culturelle en Australie é o título do texto de Martin Lyons, professor da Universidade de New South Wales (Sidney), que explicita as previsíveis influências anglo-saxónicas, o contexto e a história da história cultural naquele país. A seu ver, os historiadores culturalistas têm ultimamente contribuído de forma intensa para a história da Austrália, nomeadamente em campos como as teorias feministas, os estudos pós-coloniais, a história transnacional, as minorias étnicas e a teoria das raças. A sua reflexão evidencia a preocupação da historiografia australiana em torno da busca duma identidade nacional específica, já visível nos finais de Oitocentos, mas axial nas últimas três ou quatro décadas, necessariamente colorida por interpretações ideológicas diversas. Nesta conformidade, as suas palavras finais alertam para a necessidade da manutenção da independência do historiador que se deve manter à margem de políticas identitárias e evitar a tentação de utilizar a história como instrumento de construção da Nação, preferindo as abordagens pluralistas em oposição à interpretação oficial.

François Valloton e Nora Natchkova, respectivamente professor e doutoranda da Universidade de Lausanne, são os autores do interessantíssimo estudo *Entre éclat et repli, l’histoire culturelle en Suisse*. Enfatizando a estreita correlação entre o desenvolvimento historiográfico e o domínio político e ideológico, explicam a história cultural naquele país como resultado de duas dinâmicas complementares: por uma lado, o papel essencial na construção da identidade nacional e a sua função de cimento social no Estado federal; por outro, a materialização da dominante federalista no surgimento de múltiplas sociedades de história, de matriz cantonal, vocacionadas para a pesquisa regional. Outro aparente paradoxo reside na institucionalização académica e editorial da história cultural que, contudo, se mantém como área de estudos com reduzido peso. São preciosas, neste texto, as referências à emergência da história cultural na Suíça, entre finais do século XIX e inícios do seguinte; à história cultural posta ao serviço da “defesa nacional e espiritual” ao longo dos anos 1930; a abertura à história das mentalidades a partir de meados da década de 1960. Especialmente curiosa é a menção à historiografia sobre a II Guerra Mundial, constituindo esta temática a viragem culturalista na Suíça a partir da década de 1990.

L’histoire culturelle en Belgique. Tendances et travaux, da autoria de Paul Aron e Cécile Vanderpelen-Diagre (respectivamente, professor e doutorada da Universidade Livre de Bruxelas, ambos investigadores do Fundo Nacional de Investigação Científica) é um texto que enfatiza o facto da história cultural no mundo académico belga (francófono e flamengo), ao contrário do que se passa com a história social ou económica, permanecer um domínio de contornos fluidos e uma disciplina marginal, apesar das suas obras de grande valor. Este facto advém da partilha da história cultural por outros especialistas, filólogos, historiadores da arte e dos media, sociólogos, antropólogos, filósofos, entre outros.

Carl Bouchard, professor da Universidade de Montréal, participa nesta colectânea com o texto *L'histoire culturelle au Canada*, onde explica que ela reflecte a dualidade anglo-saxónica e francesa combinando os contributos dos *Cultural Studies* e da história cultural de raiz gaulesa, encontrando-se bem implantada como domínio de investigação predominante nos diversos departamentos de história do país, logo depois da história social. Este texto está estruturado em três partes bem organizadas: a emergência da problemática cultural nos anos 1960 a que não foram alheias a pesquisa de McLuhan renovando o estudo dos media e da cultura e a lei do multiculturalismo do governo de Trudeau (1971); a institucionalização da história cultural nas universidades canadianas, por volta do final dos anos 1990; e as tendências actuais da pesquisa que ora seguem as problemáticas comuns ao mundo ocidental, ora constituem a especificidade da história cultural no Canadá, nomeadamente os estudos sobre identidade nacional.

L'histoire culturelle en Roumanie está também presente pela voz de Ecaterina Lung (Universidade de Bucareste) que faz a genealogia da disciplina naquele país, desde a segunda metade de oitocentos à actualidade, não deixando de referir os contactos e influências mais marcantes de outras escolas, nomeadamente a francesa. A autora evidencia confiança no futuro da história cultural no seu país, afirmando “que le paysage historiographique roumain est en plein changement, que sa dynamique est assez grande pour espérer que les historiens aient trouvé, enfin, le bon chemin de l'innovation et de la créativité intellectuelle” (p. 159).

Anaclet Pons e Justo Serna assinam o estudo *Variations sur l'histoire culturelle en Espagne* que começa por alertar para a amplitude dos conteúdos, para a vastidão das matérias e argumentos, pelo que a história cultural pode tocar a superficialidade e o relativismo; no entanto, não é a temática que determina a qualidade do estudo mas sim a forma de tratamento dos fenómenos. Estes professores da Universidade de Valência admitem a procura espanhola pela história cultural mas, realisticamente, afirmam que “l'historiographie de la péninsule n'a/n'aurait pas produit d'oeuvres reconnues” (p. 162). Realçam ainda a forte influência em Espanha de Roger Chartier como difusor da história social da cultura e dos conceitos de “práticas” e “representações”, mas esta forte orientação fez-se sobretudo sentir na história moderna e nos estudos consagrados à produção livresca. No âmbito da história contemporânea constatou-se um maior alargamento temático, desde logo a história do século XX, particularmente em torno da Guerra Civil, e aspectos variados da actividade humana, como vida quotidiana, cultura e lazer popular, delinquência e resistência campesina, sexualidade, prostituição e muitos outros, sob a dupla influência anglo-saxónica e francesa dos *Annales*.

No texto *L'histoire culturelle comme histoire des pratiques lettrées au Brésil*, Andrea Daher também enfatiza a forte recepção naquele país das proposições de Chartier sobre a história do livro e das práticas de leitura, sobretudo por parte dos investigadores em história da educação. Com efeito, esta professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro realça o triunfo da aliança da história da educação e da história cultural no Brasil, fruto de uma estratégia bem delineada. Evidentemente, outras influências se fizeram sentir, nomeadamente sob o influxo da lógica editorial das traduções – portuguesas e brasileiras – que ocorreram nos finais da década de 1980 e inícios da seguinte, divulgando diversos teóricos da história cultural como Burke, Bourdieu, Revel, Elias, Ginzburg, Geertz, entre outros.

É justamente Roger Chartier o autor do posfácio desta obra que apresenta o título *L'histoire culturelle entre tradition et globalisation*. Baseando-se nos textos que compõem este livro, mas evocando também as ausências – entre as quais inclui Portugal – este texto profundamente pedagógico e eloquente assume a dimensão de um balanço e, simultaneamente, de uma reflexão fecunda sobre as definições e caminhos actuais da história cultural, conferindo à obra em análise razões acrescidas para tornar a sua leitura fundamental para todos quantos praticam a investigação histórica e a docência da História nos diversos níveis do ensino superior.

Maria da Conceição Meireles Pereira

NOTÍCIAS

SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIA E EXPOSIÇÃO

Seminário Internacional População Portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade. Homenagem a Manuel Nazareth

Este seminário, realizado em 30 de Maio de 2008, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, visou apresentar as principais conclusões do projecto do CEPESE “A População Portuguesa. Das grandes constantes estruturais à renovação do sistema demográfico”, financiado pela FCT e coordenado por Teresa Rodrigues, com o propósito de encontrar os factores determinantes nas conjunturas sociais, económicas e políticas, que explicam a evolução da população ocorrida no território português, desde os primeiros vestígios de povoamento à actualidade.

Seminário Internacional sobre Comendas das Ordens Militares

No âmbito das actividades programadas pelo Grupo de Investigação de Estudos Medievais e do Renascimento do CEPESE, teve lugar um *Seminário Internacional sobre Comendas das Ordens Militares*, nos dias 3 e 4 de Novembro de 2008, organizado por dois investigadores do referido grupo. Esta actividade decorreu nas instalações da Universidade Lusíada do Porto e contou com a intervenção de dez oradores portugueses, cinco italianos e um espanhol. O debate em torno das ideias expostas foi muito participado e revestiu-se do maior interesse científico. Sublinhe-se que esta actividade contou, também, com a adesão dos alunos do 2.º ciclo em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que estiveram presentes em todas as sessões.

Este seminário inscreveu-se no projecto bilateral que alguns doutores do grupo de Estudos Medievais do CEPESE têm com o Consiglio Nazionale di Ricerca (CNR) de Itália e assinalou o encerramento de uma parte do projecto, dedicado às Ordens Militares, em curso nos anos de 2007-2008. Sublinhe-se que cumpriu uma tradição de colaboração que conta com cerca de duas décadas, em parte concretizadas com o Istituto di Storia della Europa Mediterranea. Neste sentido, esteve presente o Director desta instituição, doutor Luca Codignola, que dedicou grande interesse ao programa de trabalhos e ao contacto com os investigadores portugueses. O programa incluiu a apresentação de um livro do professor Marco Tangheronni, uma visita de estudo ao complexo conventual da comenda de Leça do Balio e uma visita às instalações do CEPESE, tendo em vista o desenvolvimento das relações bilaterais com os países representados neste encontro científico. Registe-se que está em preparação a edição das actas deste seminário que constituirão mais um volume da colecção *Militarium Ordinum Analecta*.

III Seminário Luso-Brasileiro de História da Arte – Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e Obras

Entre os dias 23 e 27 de Novembro de 2008 realizou-se no Rio de Janeiro o *III Seminário Luso-Brasileiro de História da Arte – Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e Obras*, inserido na Linha de Investigação Arte e Património Cultural no Norte de Portugal, coordenada pela doutora Natália Marinho Ferreira-Alves.

O evento foi uma iniciativa do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – em parceria com o Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e com o apoio da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), contando com a participação de professores de diversas universidades portuguesas e brasileiras, sendo a maioria investigadores ou colaboradores do CEPESE.

Os trabalhos iniciaram-se no dia 23 de Novembro com uma visita guiada a Petrópolis, com especial destaque para o Palácio Imperial e para a Catedral de São Pedro de Alcântara. No dia 24 de Novembro, realizou-se a sessão oficial da Abertura do Seminário com as intervenções do doutor Luís Reznik (director do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em representação do Magnífico Reitor da mesma universidade), doutor Fernando de Sousa (presidente do CEPESE/Universidade do Porto/Universidade Lusíada do Porto), doutora Natália Marinho Ferreira-Alves (professora catedrática aposentada da Universidade do Porto e Coordenadora do Grupo de Investigação Arte e Património Cultural do Norte de Portugal, do CEPESE) e doutora Ana Maria Tavares Cavalcanti (coordenadora do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O presidente do CEPESE, doutor Fernando de Sousa, proferiu a primeira comunicação científica intitulada *As relações políticas e económicas de Portugal com o Brasil nos finais do Antigo Regime*, à qual se seguiu a da doutora Natália Marinho Ferreira-Alves que versou o tema *Entalhadores e imaginários do núcleo franciscano portuense*, tendo a sessão sido moderada pela doutora Anna Maria F. Monteiro de Carvalho (PUC-Rio de Janeiro). Da parte de tarde, tendo como moderadora a doutora Natália Marinho Ferreira-Alves, apresentaram comunicações os seguintes investigadores: Anna Maria F. Monteiro de Carvalho (PUC-Rio de Janeiro) – *Os Conventos e Igrejas Franciscanos do Nordeste Brasileiro no Período Colonial: urbanismo, arquitetura e artes plásticas*; doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves (professor catedrático aposentado da Universidade do Porto/CEPESE) – *Os Arquitectos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto*; doutor Antônio Edmilson Martins Rodrigues (PUC-Rio de Janeiro) – *Os Conventos Franciscanos do Sudeste Brasileiro e sua relação com o urbano no Período Colonial*; doutora Cybele Vidal Fernandes (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – *Sacristias franciscanas: uma contribuição ao estudo do tema*.

No dia 25 de Novembro, os trabalhos foram moderados da parte da manhã pelo doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, tendo participado os seguintes elementos: doutora Lúcia Rosas (Universidade do Porto/CEPESE) – *O Convento de São Francisco do Porto na Idade Média: Arquitectura, liturgia e devoção*; doutor Eugênio de Ávila Lins (Universidade Federal da Bahia) – *A vida temporal e espiritual das casas franciscanas em face aos Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil*; doutor Joaquim Moreira da Rocha (Universidade do Porto/CEPESE) – *O panorama artístico dos conventos franciscanos femininos de Braga no século XVIII*; doutora Eunícia Fernandes Barros Barcellos (PUC-Rio de Janeiro) – *Franciscanos e Jesuítas: alianças e conflitos na colonização da América portuguesa*.

Os trabalhos tiveram continuidade durante a sessão da tarde, sob a moderação do doutor Antônio Edmilson Martins Rodrigues, com as intervenções do doutor Manuel Augusto Engrácia Antunes (Universidade do Porto/CEPESE) – *Peças e Alfaias da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto*; doutora Maria Berthilde Moura Filha (Universidade Federal da Paraíba) – *Registos franciscanos em Pernambuco e Paraíba: arquitetura e identidade*; doutor Almeida Raphael (PUC-Rio de Janeiro) – *Aspectos arquitetónicos e da pintura ornamental da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica*; professora Rosa Costa Ribeiro (PUC-Rio de Janeiro) – *O Convento de São Boaventura do Rio de Janeiro*.

No dia 26 de Novembro, tendo como moderadora a doutora Cybele Vidal Fernandes, a sessão da manhã foi reservada para a apresentação das restantes comunicações: professora Maria Eduarda Castro M. Marques (PUC-Rio de Janeiro) – *Arte e Magnificência: a Capela Dourada do Recife, uma representação simbólica mascate*; professora Sílvia Barbosa Guimarães Borges (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – *Conjuntos azulejares do Convento de Santo Antônio do Recife*; professor César Augusto Tovar Silva (PUC-Rio de Janeiro) – *A pintura da Capela-Mor da Igreja do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro*; professora Janaína Moura Ramalho Araújo Ayres (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – *A pintura do forro da Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro*.

Os trabalhos foram encerrados com uma mesa redonda presidida pela doutora Sónia Gomes Pereira (Universidade Federal do Rio de Janeiro), durante a qual foi debatida a temática *Artistas e*

artífices no Mundo de expressão portuguesa: balanço e continuidade do projecto de investigação, e na qual participaram todos os membros portugueses do Grupo de Investigação presentes, bem como os colaboradores brasileiros. Durante a tarde, foram efectuadas visitas de estudo ao Convento de Santo António da Penitência, à Ordem Terceira de São Francisco e ao Museu das Belas-Artes, em companhia dos colegas do Rio de Janeiro, especialistas das diversas áreas artísticas.

Seminário Internacional Os Jovens e o Diálogo Intercultural e Inter-Religioso

Realizado no dia 26 de Novembro de 2008, na Universidade Lusíada de Lisboa, este seminário resultou de uma parceria entre a Comissão de Jovens para o Diálogo Intercultural, o CEPESE e a Universidade Lusíada de Lisboa, tendo reunido um conjunto diversificado de representantes de organizações religiosas e cívicas, académicos e políticos que puderam transmitir experiências e modelos de solução, com a intenção clara de evitar a radicalização, a exclusão e a guetização, analisando os processos de socialização e integração bem sucedidos. Neste encontro, em que se reflectiu sobre o papel do diálogo intercultural e inter-religioso como um possível garante da paz mundial, estiveram presentes cerca de duas centenas de jovens alunos das diversas licenciaturas da Universidade Lusíada e de outras instituições de ensino, membros de associações e congregações cívicas e religiosas, bem como representantes de alguns organismos ligados à defesa dos imigrantes e de combate ao racismo e à xenofobia.

A conferência de encerramento foi proferida por Jorge Sampaio, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, e entre os seus oradores este seminário contou com a presença de Ricardo Moita (do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural); Carlos Motta (Director da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada de Lisboa); Virech Maugi (Jovens para o Diálogo Intercultural); Paulo Borges (Presidente da União Budista Portuguesa); Moisés Silva Fernandes (Instituto Confúcio da Universidade de Lisboa); Maria do Céu Pinto (Universidade do Minho, CEPESE); Intendente doutor Pedro Clemente (Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança/Universidade Lusíada de Lisboa); Esther Muznick (Comunidade Israelita); Paulo Mendes Pinto (Associação Portuguesa para o Estudo das Religiões – Universidade Lusófona); Munir Mussa (Comunidade Islâmica de Lisboa – Comissão de Jovens); Cassiano Reimão (Universidade Lusíada de Lisboa); Zohora Phirbai (Comunidade Ismaelita); Carlos Jalali (Comunidade Bahá'í); Ricardo Ventura (Associação Agostinho Silva); Rui Lopo (Jovens para o Diálogo Intercultural).

Seminário Novas Perspectivas da História da Arte Portuguesa: Novas Interpretações

Nos dias 16 a 18 de Julho de 2008 realizou-se em Salvador (Baía) o Seminário *Novas Perspectivas da História da Arte Portuguesa: Novas Interpretações*, inserido no Grupo de Investigação Arte e Património Cultural no Norte de Portugal, coordenada pela doutora Natália Marinho Ferreira-Alves. Este evento efectuou-se ao abrigo do Protocolo de Colaboração Académica e Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural assinado entre o CEPESE e a Universidade Federal da Baía, em Janeiro de 2008. Patrocinado pelo CEPESE, o Seminário contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal), do Museu de Arte Sacra da Baía, e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. A coordenação científica dos trabalhos foi assegurada pela doutora Natália Marinho Ferreira-Alves (CEPESE-UP) e pelos doutores Eugénio de Ávila Lins e Maria Hermínia Olivera Hernández (UFBA). As sessões realizaram-se nas instalações do Museu de Arte Sacra, gentilmente cedidas pelo seu director, dr. Francisco Portugal Guimarães, tendo-se verificado uma grande afluência de participantes, nomeadamente de alunos de pós-graduação, quadros técnicos ligados à História da Arte ou da área de Conservação e Restauro.

As conferências proferidas pelos professores portugueses versaram temas directamente ligados à sua própria investigação científica, pelo que foram igualmente importantes os debates que as seguiram, dirigidos pela doutora Maria Hermínia Olivera Hernández (dia 16), e pelo doutor

Eugénio de Ávila Lins (dia 17). No dia 16 de Julho foram tratados os seguintes temas: *A eloquência do ouro e da madeira* (Natália Marinho Ferreira-Alves); *Poder e aparato na Casa Nobre do Século XVIII* (doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves); *Imagem, devoção e espaço sacro* (doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas).

No dia 17 de Julho deu-se continuidade aos trabalhos, tendo sido apresentadas outras três temáticas: *Tempo, espaço e representações na Arte Portuguesa dos séculos XVII-XVIII* (doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha); *Ourivesaria portuguesa de aparato* (doutor Manuel Augusto Lima Engrácia Antunes); *As relações económicas e culturais de Portugal com o Brasil em finais do Antigo Regime (1756-1834)* (doutor Fernando de Sousa).

Após a conclusão dos trabalhos, foram ainda efectuadas, no dia 18 de Julho, visitas de estudo ao Convento de Santo António de Igarapé, à cidade de Cachoeira e à igreja de Belém de Cachoeira, que possibilitaram o levantamento de questões relativas à marca portuguesa como uma constante na arte do Brasil Colonial.

IV Seminário Internacional sobre a Emigração Portuguesa para o Brasil – Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil

O CEPESE, com o apoio da FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro –, a Universidade Lusíada do Porto e o Governo Civil do Porto, organizou o *IV Seminário Internacional sobre a Emigração Portuguesa para o Brasil – Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, que teve lugar entre 21 a 25 Julho de 2008 nas instalações da referida Universidade.

Este Seminário Internacional contou com investigadores portugueses, brasileiros e espanhóis que se têm centrado, nas suas investigações, sobre o complexo fenómeno da emigração/imigração para o Brasil, através do levantamento e análise dos fundos documentais disponíveis num e no outro lado do Oceano. Assumindo-se como uma importante plataforma de encontro e de debate, contribuiu para dinamizar as relações há muito estabelecidas entre os investigadores de vários países, permitindo, uma vez mais, a aferição de metodologias e o enriquecimento da problemática.

Nesse sentido, foram apresentadas mais de trinta comunicações que, no conjunto, suscitaram novos dados e achegas sobre a questão da emigração/imigração para o Brasil, contribuindo, decisivamente, para o alargamento deste conhecimento nas suas múltiplas vertentes. Desde a identificação das fontes à análise quantitativa e qualitativa da informação até à apresentação das bases de dados já existentes e/ou a criar, foram vários os pontos em análise, amplamente discutidos nos debates que então tiveram lugar.

Colóquio Escrita e Poder: as Chancelarias Peninsulares (séculos XIV e XV)

Realizou-se nos dias 15 e 16 de Janeiro de 2009, promovido pelo CEPESE, o colóquio *Escrita e Poder: as Chancelarias Peninsulares (séculos XIV e XV)* que reuniu especialistas portugueses e espanhóis com o intuito de comparar experiências e debater problemas levantados no decurso das actividades de investigação. As sessões científicas desenvolveram-se em torno de três temas principais: 1.º Tema – Chancelarias Régias; 2.º Tema – Chancelarias Episcopais/Monásticas; 3.º Tema – Chancelarias Municipais/Notariais.

O principal objectivo do encontro visou efectuar um balanço da investigação desenvolvida sobre chancelarias na Península Ibérica, colhendo a participação de alguns dos mais representativos especialistas. A realização do colóquio inseriu-se no âmbito da investigação levada a cabo pelos membros da linha Sociedades Políticas e Poder do Grupo de Investigação de Estudos Medievais e do Renascimento do CEPESE. A comissão organizadora foi presidida pelo doutor Armando Luís de Carvalho Homem, tendo como responsáveis executivas as doutoras Cristina Almeida e Cunha e Judite Gonçalves de Freitas.

Seminário A crise financeira: que consequências para a Europa?

No dia 5 de Fevereiro de 2009, teve lugar no Palácio da Bolsa o *Seminário A Crise Financeira: que consequências para a Europa?* Organizado pelo grupo de estudo Europa, Segurança e Migrações do CEPESE, este Seminário constituiu uma reflexão sobre a crise financeira iniciada no final do Verão de 2008, tentando responder às seguintes questões: como foi possível chegar até aqui? É compreensível que o sistema não tenha percebido o que estava a acontecer? Porque se deixou chegar o modelo de crescimento e de gestão do risco a tal situação de descontrolo? Como será a partir daqui a posição dos Estados em relação à gestão da economia? A intervenção do Estado deverá aumentar para colmatar as falhas do mercado e contribuir para a melhoria do desempenho económico? Quais são as consequências desta crise para a economia portuguesa e europeia?

Foram intervenientes deste encontro científico o doutor António Rebelo de Sousa (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa); doutor Armando Marques Guedes (Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa); dr. Artur Semedo (Presidente do Conselho de Administração do Banco Popular); doutor Luís Campos e Cunha (Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa); doutor Daniel Bessa (Presidente da Direcção da Escola de Gestão do Porto, Universidade do Porto); dr. Deltcho Vitchev (Director da Renaissance Finance International Ltd. e Fellow of the Law School da Universidade de Westminster).

Symposium Internacional A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas

Realizou-se nos dias 26 e 27 de Março de 2009, no Auditório da Fundação Engenheiro António de Almeida, no Porto, o *Symposium Internacional A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas/The Economics of Corruption in Contemporary Developed Societies*. Este *Symposium* emergiu do trabalho científico desenvolvido no âmbito do projecto de investigação científica *A Economia da Corrupção na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, o qual vem a decorrer desde finais de 2007, no CEPESE, coordenado pela doutora Cristina de Abreu e criado no âmbito de uma *joint-venture* com a Polícia Judiciária.

A configuração do projecto apresentado expressa-se na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade entre diferentes áreas da Ciência – Psicologia Social, Sociologia, Direito, Administração Pública, Investigação Criminal, Gestão, Economia – constituindo a matriz integradora dos estudos/resultados obtidos, a Economia Institucional.

Numa altura em que a globalização, a impressionante velocidade de circulação da informação, a turbulência, a volatilidade e a incerteza caracterizam o ambiente político, económico e social, e onde simultaneamente nos deparamos com uma actuação heterogénea dos Estados Europeus, o alvo desta investigação radica na análise científica de algumas das mudanças e disparidades em Portugal, numa perspectiva histórica contemporânea e na definição de reformas, as quais poderão ser avaliadas e delineadas como resultado desta pesquisa. Estas mudanças, próximas das vidas dos cidadãos, exigem uma abordagem científica no sentido da construção de uma sociedade desenvolvida, ética e democrática, através de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, aprendizagem organizacional, sinergias sociais e auto-regulação.

No início do século XXI, a luta anticorrupção foi considerada prioridade nacional da União Europeia, tornando-se parte substantiva das agendas políticas; trata-se de reagir contra um fenómeno crescente em intensidade e em complexidade que encerra em si o potencial para destruir as sociedades democráticas e os seus valores fundamentais. Neste contexto de abordagem, o objectivo do referido *Symposium* Internacional focalizou-se na criação de um *forum* de discussão entre académicos, procuradores, juízes e membros da polícia de investigação criminal, de vários países desenvolvidos – Alemanha, Espanha, Itália, Estados Unidos da América, Inglaterra e Portugal – permitindo, assim, uma análise comparativa e interactiva das causas, dinâmicas intrínsecas, consequências, políticas actuais anticorrupção e o seu impacto, bem como o apontar de potenciais reformas futuras. A análise económica, enquanto matriz integradora das diferentes

perspectivas e sensibilidades, constitui em Portugal uma abordagem pioneira, sendo objectivo deste Grupo de Investigação do CEPESE trazê-la ao debate académico e a todos aqueles que “no terreno” se confrontam com o fenómeno da corrupção.

Este *Symposium* teve como principais destinatários o público da Academia, nos seus diferentes níveis – licenciatura, mestrado, doutoramento, pós-doutoramento – transversal às diferentes áreas científicas, assim como os *experts* da Polícia Judiciária, Procuradorias e Tribunais. A pertinência e a actualidade da temática e o trabalho de divulgação efectuado quer pelo CEPESE quer pela Polícia Judiciária – Direcção Nacional e Directoria do Porto – revelou-se de um extraordinário sucesso, visível ao nível da presença dos públicos-alvo referidos e da especial atenção dirigida pelos meios de comunicação social.

Seminário Internacional Cultura e Identidade Nacional: Entre o Discurso e a Prática

Nos dias 16 e 17 de Abril de 2009, realizou-se em Lisboa, nas instalações da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o *Seminário Internacional Cultura e Identidade Nacional: Entre o Discurso e a Prática*, organizado pelo CEPESE e coordenado pela doutora Maria de Fátima Amante.

Durante os dois dias do evento realizaram-se quatro sessões durante as quais foram abordadas temáticas como o patriotismo, o património e a nação, a cidadania, as migrações e seu impacto na identidade nacional, a identidade portuguesa e a identidade europeia, o papel do Estado na construção da identidade nacional, a representação da identidade nacional na obra literária e poética de alguns escritores portugueses e brasileiros.

No dia 16 de Abril, a sessão inaugural contou com as intervenções do Presidente do CEPESE, doutor Fernando de Sousa, e da coordenadora do Seminário ao que se seguiu o primeiro painel – *A Construção da Nação* – no qual participaram como oradores: Guilherme de Oliveira Martins (Centro Nacional de Cultura) – *Portugal: memória, património e cidadania*; Adriano Moreira (Academia das Ciências de Lisboa) – *O tecido plural da população e a cidadania plural*; David Justino (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) – *Território e nação: dualismos mútuos na estruturação da identidade nacional*.

Na sessão da tarde, cujo tema foi *Identidade, Nação e Estado*, participaram os seguintes conferencistas: José Esteves Pereira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) – *Identidade, estado e o paradigma da centralização*; José Adelino Maltez (Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa) – *Timor: a última nação imaginada do século XX*; Teresa Rodrigues (CEPESE/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) – *Portugal, migrações e riscos de segurança*.

Os trabalhos prosseguiram no dia 17 de Abril, com a terceira sessão subordinada ao tema *Limites e Espaços da Identidade Nacional*, na qual foram apresentadas as seguintes comunicações: Fernando Catroga (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) – *Patriotismos e identidades nacionais*; Rui Cunha Martins (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) – *A problemática da fronteira e os operadores do limite: sobre a historicidade dos mecanismos contemporâneos*; Rita Ribeiro (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho) – *A Europa em Portugal: uma cartografia das distâncias*.

A última sessão, *Mito e Poética na Representação da Identidade Portuguesa*, contou com as seguintes intervenções: José Sobral (ICS, UL) – *Representações da Identidade nacional Portuguesa no século XX*; Conceição Meireles Pereira (CEPESE/Faculdade de Letras da Universidade do Porto) – *A etno-epo-história e os mitos fundacionais da nação: “Viriato” de Teófilo Braga*; Ángel Rivero (Universidad Autónoma de Madrid) – *¿La tensión entre civilización y cultura en Europa: amenaza o futuro para la identidad nacional portuguesa?*; Augusto Santos Silva (Faculdade de Economia do Porto) – *O discurso poético sobre a identidade nacional, uma dupla singularidade portuguesa?*

As várias sessões deste seminário – cuja comissão científica era constituída pelos doutores Fernando de Sousa, Carlos Diogo Moreira, Conceição Meireles Pereira, Teresa Rodrigues e

Fátima Amante – foram seguidas de activo debate participado por membros da assistência, aliás bastante numerosa.

Seminário Ambiente, População e Sociedade

Nos dias 21 e 22 de Março de 2009, em Viana do Castelo, realizou-se o *Seminário Ambiente, População e Sociedade* promovido pelo CEPESE e pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Este encontro científico – organizado pelo doutor José da Cruz Lopes, investigador do CEPESE e membro do Grupo de Investigação População e Prospectiva – constituiu um espaço de reflexão sobre temáticas candentes como globalização, conservação do ambiente, desenvolvimento sustentável e assimetrias de desenvolvimento, entre outras.

Conferência – Que Lições teria 1929 para a Crise Actual?

O CEPESE, em parceria com a Universidade Lusíada, organizou no dia 9 de Fevereiro de 2009, uma conferência subordinada ao tema *Que lições teria 1929 para a crise actual?*, em que foi orador o doutor Renato Galvão Flores, da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), membro da Comissão de Aconselhamento do referido Centro.

Exposição – Os Novos Descobridores

A Exposição *Os Novos Descobridores*, patente no Brasil, primeiro na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo (2006) e depois na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) – concebida por investigadores e docentes daquelas instituições – foi apresentada no Porto, na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, durante a última semana de Julho de 2008, por iniciativa do CEPESE e com o apoio da Reitoria da Universidade do Porto.

Esta mostra era constituída por treze grandes painéis com numerosas imagens e texto explicativo da presença portuguesa no Estado de São Paulo no período de mais intensa imigração, entre finais do século XIX e primeiras décadas do seguinte. Assim, destacavam-se temas como a viagem e transporte; o desembarque e procedimentos de recepção com realce para a Hospedaria dos Imigrantes; as actividades ligadas à produção do café e cultivo de outros produtos agrícolas; os armazéns de secos e molhados e a panificação; a participação de portugueses em movimentos sociais e políticos no Brasil; a presença lusa em diferentes municípios paulistas, principalmente em Santos e na capital do Estado; o empreendedorismo português em diversos sectores económicos; associativismo, assistência e cultura entre a comunidade lusa.

Além deste núcleo principal, esta exposição coordenada por Conceição Meireles Pereira da qual foi publicado o respectivo catálogo, constava ainda de objectos pertencentes a particulares portugueses – na sua maioria de sócios do CEPESE – como passaportes, cartas de chamada, fotografias, arcas de viagens de “brasileiros”, entre vários outros.

PUBLICAÇÕES

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa* (Actas dos I Seminário Internacional Luso-Brasileiro *Artistas e Artífices do Norte de Portugal*, Porto, 2006; e do II Seminário Luso-Brasileiro *Artistas e Artífices do Norte de Portugal e sua Mobilidade no Mundo Português*, Salvador-Bahia, 2007). Porto: CEPESE, 2008.

Com introdução da autoria de Natália Ferreira-Alves, esta publicação reúne vinte e quatro estudos apresentados nos dois seminários referidos em epígrafe, um realizado em Portugal e outro no Brasil, sendo igualmente os seus autores – investigadores e docentes em diversos domínios da História de Arte – de nacionalidade portuguesa e brasileira.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*. Porto: CEPESE, 2008.

Fruto da colaboração de vinte e cinco investigadores, a produção deste dicionário deve-se ao Grupo de Investigação Arte e Património Cultural no Norte de Portugal e reúne cerca de 2 500 biografias de artistas, contribuindo para uma maior sistematização da actividade artística do Norte de Portugal, região que foi a grande fornecedora de mão-de-obra para o Mundo Português.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008.

Esta obra reúne as actas dos Seminários Internacionais realizados pelo CEPESE, em parceria com a Real Companhia Velha, a propósito das comemorações dos 250 anos da Companhia. O primeiro ocorreu em Setembro de 2006, em Vila Nova de Gaia, intitulado *A Companhia e o Alto Douro nos contextos nacional e internacional*, e o segundo em Novembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro (Real Gabinete Português de Leitura), subordinado ao tema *A Companhia e as relações comerciais de Portugal com o Brasil*. As partes I e II compõem-se de mais de uma vintena de estudos da autoria de investigadores portugueses e brasileiros, incidindo na actividade da Companhia e nas relações comerciais entre Portugal e o Brasil, enquanto que a parte III apresenta dois trabalhos resultado de investigação recente do CEPESE, um sobre os ingleses e a Companhia nas vésperas das invasões francesas e outro sobre a Rússia e a Companhia, ambos incluindo transcrição de documentos inéditos.

COSTA, Paula Pinto (coord.) – *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, por Fr. Jerónimo Román. *Militarium Ordinum Analecta*, direcção de Luís Adão da Fonseca. Vol. 10. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida/CEPESE, 2008.

A colectânea *Militarium Ordinum Analecta* é a publicação científica do Seminário Internacional sobre Ordens Militares (SIOM) e tem o seu 10.º número dedicado à edição de uma fonte documental, escrita por Frei Jerónimo Román na última década do séc. XVI. Esta obra incide sobre a história medieval das Ordens Militares de Cristo, Santiago e Avis, prolongando a sua análise até ao final do séc. XVI, e foi elaborado na sequência de um projecto inscrito na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCI/HAR/59789/2004). A equipa de investigação que preparou o trabalho que deu origem a este volume foi constituída pelos doutores Luís Adão da Fonseca, Paula Pinto Costa, Maria Cristina Pimenta, Isabel Morgado e Joel Mata, membros do Grupo de Investigação de Estudos Medievais e do Renascimento do CEPESE.

Este livro consiste na edição da crónica das Ordens de Cristo, Santiago e Avis, antecedida de uma introdução onde são explicados elementos essenciais sobre o autor, as suas referências, as circunstâncias em que terá preparado o manuscrito, as partes que o constituem e as versões escritas que são conhecidas até este momento em arquivos e bibliotecas portuguesas (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Ajuda e Biblioteca Pública de Évora) e na Real Academia da História de Madrid. Assim, há uma primeira parte dedicada à Ordem de Cristo (p. 21-106), uma segunda igualmente sobre esta instituição (p. 107-189), bem como um texto autónomo que versa a Ordem de Santiago (p. 191-222) e um outro sobre Avis (p. 223-273). Sublinhe-se, por último, o sumário que consta deste livro como resultado do elenco dos títulos dos capítulos atribuídos pelo próprio Frei Jerónimo Román, e os índices onomástico e toponímico que acompanham a obra e que facilitarão a consulta do seu conteúdo.

SOUSA, Fernando de (dir.) – *Dicionário de Relações Internacionais*, 2.ª edição revista e aumentada. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008.

O *Dicionário de Relações Internacionais*, dirigido pelo professor Fernando de Sousa e editado pela primeira vez em 2005, resulta do protocolo de colaboração entre o CEPESE e as Edi-

ções Afrontamento, reunindo contributos de vários investigadores daquele Centro, bem como de docentes no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto e da Universidade do Porto, com formações académicas diversas, de forma a responder às exigências de uma ciência plural e multidisciplinar.

Esta obra destina-se, antes de tudo, a servir de instrumento de trabalho para os alunos universitários de Relações Internacionais, o que não impede, longe disso, que seja também uma obra de consulta para todos aqueles que se preocupam com as Relações Internacionais contemporâneas, com a Política Internacional, com a Globalização, com as profundas transformações que se fazem sentir na entrada do século XXI, enfim, para todos aqueles que procuram compreender a realidade internacional. Esta segunda edição, lançada em 2008, foi objecto de uma profunda revisão, tendo sido também aumentada com novas entradas.

QUEIRÓS, António José – *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

Este livro – cuja edição teve o apoio do CEPESE e da Câmara Municipal de Amarante – e resulta da tese de doutoramento do autor, apresenta um estudo sobre o Partido Republicano da Esquerda Democrática (PRED), o último partido a ser constituído durante a Primeira República. Pretende dar a conhecer as suas origens, a sua natureza social e a sua estrutura orgânica; perceber a importância que teve no sistema partidário desse período, as responsabilidades que assumiu na queda do regime e avaliar o papel que desempenhou na oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo. É dado também um relevo especial à biografia do seu líder, o advogado portuense José Domingues dos Santos. Na parte final encontra-se uma lista dos militantes do PRED, bem como uma apresentação da sua imprensa e elites. Em termos cronológicos, embora incidindo com particular destaque nos anos finais da Primeira República, o livro abrange um período que se situa entre os inícios da década de 20 e o final da década de 50 do século XX.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *Espólio Fotográfico Português*. Porto: CEPESE, 2008.

Esta edição bilingue do CEPESE com quase cinco centenas de páginas apresenta, de forma necessariamente resumida, como refere Mário Ferreira no prefácio, a colecção da Foto Beleza, a primeira a integrar o vasto projecto de preservação do Espólio Fotográfico Português, tendo sido seleccionados numerosos retratos, bem como uma grande quantidade de belíssimas fotografias comerciais, de paisagens e monumentos de norte ao sul de Portugal.

Da história da Foto Beleza – fundada no Porto, em 1907 – do seu acervo e de outros aspectos dá conta a introdução da autoria do coordenador da obra, que também evidencia a digitalização pelo CEPESE deste fundo constituído por cerca de 300 000 espécies fotográficas, agora disponível no portal www.espoliofotografico.pt.

“O Alto Douro e o Vinho do Porto” é o primeiro estudo que a obra integra, escrito por Fernando de Sousa. Segue-se “Um retrato de Portugal no século XX”, da autoria de Francisco Queiroz. Esta secção de textos, que se encontram também traduzidos em inglês, encerra com o trabalho “A representação de si: o retrato da Fotografia Beleza”, assinado por Maria do Carmo Serén.

Os Novos Descobridores – Catálogo. Porto: CEPESE, 2008.

Publicado pelo CEPESE para apoio da exposição que realizou com o mesmo nome nas instalações da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, em Julho de 2008, este catálogo contém uma introdução da autoria de Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira que aborda a problemática da emigração lusa em São Paulo, seguida da reprodução das fotografias e respectivas legendas bem como do texto que constavam dos painéis que formavam o núcleo principal da exposição concebida por investigadores e docentes da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sousa, Fernando de (coord.) – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*. Porto: CEPESE, 2 vols., 2009.

Com o título *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, o CEPESE publicou – na sequência de um protocolo estabelecido com o Município do Porto – uma obra em dois volumes sob coordenação de Fernando de Sousa que, com Manuel Ribeiro e Ricardo Rocha integra a equipa autoral. Rui Rio, presidente da Câmara Municipal do Porto em exercício, assina a “Apresentação” deste “trabalho de inegável valor cultural, consubstanciado numa vasta pesquisa e sistematização das mais importantes etapas da História da Câmara do Porto, desde a revolução liberal do Porto, em 1820”.

Apesar das dificuldades de elaboração deste trabalho, dada a escassez de fontes e de registos biográficos, designadamente para períodos mais antigos, esta obra reveste-se de um carácter pioneiro e constitui um excelente repertório de consulta das mais de nove dezenas de biografias e textos de contextualização histórica. Assim, o primeiro capítulo – “Regime jurídico das Câmaras Municipais e seus Presidentes” – apresenta a moldura e evolução normativas das câmaras municipais e respectivos presidentes ao longo do período em estudo, com base nos diversos códigos administrativos e legislação publicada até ao presente. No segundo capítulo é efectuado a análise das câmaras municipais quanto à forma de aquisição e duração dos mandatos do presidente e vereadores, sua composição e grau de autonomia. Já o terceiro fornece uma síntese dos aspectos fundamentais relacionados com a identidade e as funções cívicas ou políticas dos presidentes da Câmara Municipal do Porto, não esquecendo a representatividade do corpo eleitoral na eleição do presidente da edilidade.

Colecção Os Portugueses no Mundo

Com esta colecção o CEPESE vê alargado o seu já substancial projecto editorial, desta feita dando à estampa trabalhos que abordam, sob enfoques diversificados, temáticas afins à diáspora portuguesa entre os séculos XVIII e XX, colocando a tónica quer nas comunidades de origem quer nas formadas nos locais de destino, mas estudando sempre as variáveis e especificidades subjacentes à presença de cidadãos nacionais nas mais diversas partes do mundo. Dos dois volumes já publicados no âmbito desta colecção se dá, seguidamente, notícia.

BESSA, Paulo – *A Comunidade Lusítada em Joanesburgo*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores Lda., Colecção Os Portugueses no Mundo, n.º 1, 2009.

Da autoria de um especialista em assuntos internacionais, esta obra visa proporcionar uma melhor compreensão do percurso da comunidade portuguesa na África do Sul, cuja análise se centra na região metropolitana de Joanesburgo, no período balizado entre 1974 e 2000, pese embora certas referências remontem à génese da referida colónia. Este estudo aborda o processo de adaptação dos portugueses e seus descendentes à realidade política, económica, social e cultural sul-africana, durante o *apartheid* e após a democratização. Nesta análise, constata-se que foi dada especial atenção à manutenção da coesão identitária, resultante dos três fluxos migratórios (insular; continental e ultramarino) que confluíram para espaços geográficos bem delimitados, em complementaridade com as solidariedades profissionais, a acção da família, da Igreja Católica e das agremiações.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros – *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: CEPESE/Universidade Aberta/Fronteira do Caos Editores Lda, Colecção Os Portugueses no Mundo, n.º 2, 2009. Com base na dissertação de doutoramento da autora em Geografia Humana, este livro, após descrever o fenómeno das migrações e as suas teorias explicativas, estuda a população e a economia do concelho de Boticas situado na região do Barroso, bem como a emigração (para vários países europeus como França, Espanha, Alemanha, Reino Unido) e o retorno. Recorrendo a

metodologias variadas e rigorosas, esta investigação centra-se no decénio 1991-2001 e dedica particular relevância à questão das relações entre migrações e desenvolvimento – evidenciando as vertentes globalização, transnacionalização e internacionalização – que lhe permite apresentar uma reflexão fundamentada sobre a candente temática da mobilidade das populações e sua repercussão em meios rurais onde o tradicional isolamento regional se conjuga com os efeitos dos fenómenos de carácter global.

Working Papers

No âmbito do Grupo de Investigação Europa, Segurança e Migrações, foram publicados numerosos *working papers* que se encontram disponíveis no sítio do CEPESE.

PROCOLOS

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

O CEPESE e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa assinaram, em Janeiro de 2008, um protocolo de colaboração com o objectivo de promover a participação de investigadores em programas de responsabilidade conjunta, facilitando a utilização de recursos humanos e materiais para a realização de trabalhos de investigação.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O CEPESE e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro celebraram um acordo de cooperação pelo qual se comprometem a desenvolver acções conjuntas envolvendo intercâmbio institucional de docentes e discentes de graduação e pós-graduação, actividades de ensino e investigação, organização de simpósios e conferências, cursos especializados de alto nível e publicações conjuntas, entre outras iniciativas.

Cátedra Jaime Cortesão

Considerando a relação de proximidade entre Portugal e o Brasil, o CEPESE e a Cátedra Jaime Cortesão celebraram, em Julho de 2008, um protocolo de colaboração no âmbito das relações Portugal-Brasil, muito particularmente na área da história das migrações (emigração Portugal-Brasil nos séculos XIX e XX e Brasil-Portugal no século XX).

Universidade Presbiteriana Mackenzie

O CEPESE e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, assinaram, em Setembro de 2008, um acordo de cooperação pelo qual se comprometem a fomentar o intercâmbio de docentes, investigadores e estudantes, bem como actividades de pesquisa conjuntas e participação em seminários e encontros académicos.

Universidade Federal da Baía e Universidade Federal do Rio de Janeiro

No âmbito do Grupo de Investigação Arte e Património do Norte de Portugal, foram assinados dois Protocolos de Cooperação Académica e Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural, visando o desenvolvimento por ambas as instituições de programas de investigação, actividades académicas, seminários e publicações, bem como a colaboração entre investigadores, em torno da temática Relações Artísticas entre Portugal e Brasil. Em 4 de Janeiro de 2008, foi assinado o protocolo entre o CEPESE e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Escola de Belas-Artes, e em 17 do mesmo mês, entre o CEPESE e a Universidade Federal da Baía, através da Escola de Belas-Artes.

Universidade de Pisa

Este protocolo de cooperação académica entre o CEPESE e a Universidade de Pisa, através do seu Consiglio del Corso di Dottorato in Geopolitica (presidido pelo professor Maurizio Ver-

nassa), acordado em Julho de 2009, visa a colaboração em actividades de natureza científica, o estreitamento de relações institucionais e o intercâmbio de professores e investigadores, constituindo mais um passo no processo de internacionalização do Centro.

PROJECTOS CONCLUÍDOS

Artistas e Artífices no Norte de Portugal (Séculos XII-XX)

O projecto *Artistas e Artífices no Norte de Portugal (Séculos XII-XX)*, coordenado por Natália Marinho Ferreira-Alves e apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que lhe atribuiu a classificação de «Excelente», deu continuidade a uma pesquisa desenvolvida desde há alguns anos nesta área, sistematizando-a e enriquecendo-a com o levantamento de novos dados. O âmbito geográfico do presente projecto foi a região Norte de Portugal, área privilegiada de investigação desta equipa plenamente justificada pela antiguidade de ocupação, pela densidade populacional e pela importância do seu fluxo. Deste projecto resultou a elaboração de um inventário disponível on-line (cepese.up.pt/artistas_pesquisa.php), de um dicionário e dois livros de actas, que constituem um contributo basilar para um melhor conhecimento da realidade artística portuguesa. Concluído em finais de 2008, este Projecto mereceu a classificação máxima do painel de avaliação da FCT (A), que considerou terem sido plenamente cumpridos os seus objectivos, estando prevista a sua continuidade.

A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil

Este projecto, coordenado por Fernando de Sousa e apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que lhe atribuiu a classificação de “Excelente”, pretendeu dar um contributo indispensável e, em boa parte, definitivo para o conhecimento de diversas vertentes daquele fenómeno: volume dos efectivos migratórios dos portugueses para o Brasil; âmbito sociodemográfico dos emigrantes das regiões de origem; comparação dos ritmos migratórios com a evolução económica; impacto sociodemográfico da emigração portuguesa para o Brasil e reflexo migratório; importância da emigração portuguesa para a construção do Brasil contemporâneo.

Para tal, o CEPESE criou uma base de dados no seu *site* da Internet (cepese.up.pt/pt/passaportes_pesquisa.php), do qual constam mais de 300 000 emigrantes portugueses para o Brasil, a partir de 1822, estudo efectuado a partir dos livros de passaportes dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real e Bragança, complementados com fontes existentes no Rio de Janeiro, Santos e outras bibliotecas e arquivos brasileiros, e que regista os seguintes elementos de identificação: nome; naturalidade; estado civil; profissão; acompanhantes; destino no Brasil; idade; sexo; nível de alfabetização. Este projecto terminou em 2008, tendo-lhe sido atribuída a classificação final máxima (A) pelo painel de avaliação da FCT. Está prevista a sua continuidade num futuro projecto de âmbito mais alargado, em termos cronológicos e geográficos.

A População Portuguesa. Das grandes constantes estruturais à renovação do sistema demográfico

Coordenado por Teresa Rodrigues, este projecto, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que lhe atribuiu a classificação de “Excelente”, elaborou uma “História da População Portuguesa”, de forma a colmatar uma lacuna em termos da investigação científica em Portugal. Neste sentido, a equipa fez uma pesquisa bibliográfica exaustiva dos trabalhos realizados sobre o tema proposto, bem como das fontes impressas e dos acervos documentais contemporâneos das diferentes épocas, analisando depois a informação recolhida na perspectiva metodológica específica da Paleodemografia, Demografia Histórica e Análise Demográfica, segundo as épocas históricas e fontes existentes em cada período. Este projecto terminou em Junho de 2008 e a avaliação da FCT atribuiu-lhe a classificação máxima (A), tendo os avaliadores considerado que os objectivos científicos previstos foram plenamente atingidos, para além de os resultados evidenciarem grande qualidade científica.

Ordens Militares: Crónicas e Cronistas

O objectivo deste projecto, coordenado por Paula Pinto Costa, foi a edição das obras de Frei Jerónimo Román sobre as Ordens Militares Portuguesas, nomeadamente a História da Ínclita Cavalaria de Cristo na Coroa dos Reinos de Portugal, a História da Ordem de Avis e a História da Ínclita Cavalaria de Santiago na Coroa de Portugal. Autor espanhol do século XVI, era frade da Ordem de Santo Agostinho e terá permanecido em Portugal, durante alguns anos, nomeadamente quando da aclamação de Filipe II como rei de Portugal nas Cortes de Tomar. O facto de ter vivido em Portugal permitiu-lhe ter um conhecimento mais aprofundado da história nacional, bem como das fontes sobre as quais mais tarde iria redigir textos fundamentais para a compreensão da história das milícias portuguesas. Este projecto, concluído em 2009, recebeu da FCT a classificação final máxima (A).

Identidade Ibérica: o caso de Portugal na Época Medieval e início da Época Moderna

Coordenado por Paula Pinto Costa, este projecto de investigação científica no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o GRICES e o Consiglio Nazionale delle Ricerche, no biénio 2007/2008, foi desenvolvido pelo grupo de investigação Estudos Medievais e do Renascimento. No âmbito deste projecto, vários elementos apresentaram comunicações e trabalhos em Portugal e no estrangeiro, tendo ainda sido organizado um Seminário Internacional sobre Comendas das Ordens Militares.

Douro / Duero Virtual2

Este projecto, apresentado no âmbito do Programa INTERREG III-A e coordenado por Fernando de Sousa, obteve excelente classificação e destina-se a reforçar a cooperação cultural transfronteiriça e a integrar as entidades regionais e locais num contexto inovador de oferta conjunta, oferecendo um Centro Virtual do Património Cultural do Vale do Douro (www.dourovirtual.com) que permite a descoberta da sua identidade e autenticidade, uma vez que detém um património cultural de excelência, que é, já hoje, internacionalmente reconhecido. Pretende-se, assim, dar um importante contributo para criar uma imagem de marca da região, razão pela qual, os textos do Portal, além do português e do espanhol, também se disponibilizam em inglês.

Acompanhamento e monitorização do modelo de gestão do projecto da Avenida Nun'Álvares

Iniciado e encerrado em 2008, este projecto coordenado por Joaquim dos Santos Carvalho visou o acompanhamento e monitorização do modelo de gestão definido para a concretização do projecto da Avenida Nun'Álvares, no Porto, nomeadamente no que respeita à relação entre as diversas entidades envolvidas no projecto, incluindo os proprietários das parcelas, o Município do Porto e a entidade gestora do Fundo de Investimento Imobiliário que venha a ser constituído.

Digitalização e Construção do Portal Espólio Fotográfico Português

O espólio Foto Beleza, constituído por centenas de milhares de fotografias, constitui um património único e imprescindível para o conhecimento do Portugal contemporâneo, dada a riqueza das suas fotos de paisagens urbanas e naturais de todo o País, nomeadamente da região do Douro, bem como a colecção de retratos de gerações de famílias de todo o Norte de Portugal. Coordenado por Fernando de Sousa e co-financiado pelo programa POS_Conhecimento e pela Sociedade Santos & Silva, este projecto digitalizou e publicou on-line o espólio mencionado (www.espoliofotograficportugues.pt), acompanhado da devida contextualização histórica das imagens, através da elaboração de textos introdutórios e legendagem, que permitem ao utilizador referenciar e enquadrar tematicamente o património em causa.

História dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1820-2007)

Apoiado pela Câmara Municipal do Porto e terminado em 2009, este projecto coordenado por Fernando de Sousa teve como objectivos traçar a evolução do quadro legislativo relativo ao poder local no Portugal Contemporâneo, elaborar as biografias dos presidentes da Câmara

Municipal do Porto entre 1820 e 2007 e identificar, tão aprofundadamente quanto possível, a sua acção à frente do Município.

PROJECTOS EM CURSO

História da Agência Abreu (1840-2010)

Coordenado por Fernando de Sousa e apoiado pela Agência Abreu, este projecto visa elaborar a história daquela que é a mais antiga agência de viagens de Portugal. Pretende-se com este trabalho estabelecer as origens da referida empresa, fazer uma recolha exaustiva de documentos relativos à actividade da Agência Abreu, nas suas diversas vertentes (lojas, emissão de vistos, navegação, aviação, comboios, hotelaria, etc.), como por exemplo carimbos, registos de embarque, registos notariais, contratos, bilhetes, itinerários, anúncios em jornais e cartazes. Com base nos elementos seleccionados, será redigida a história da Agência Abreu, enquadrada na história da emigração portuguesa para o Brasil, mas também do desenvolvimento do turismo de lazer e das viagens de negócios. O trabalho resultante deste projecto será uma dos marcos centrais das comemorações dos 170 anos da Empresa, a celebrar em 2010, data em que este projecto termina.

As Relações Políticas e Económicas de Portugal com a Rússia (1750-1820)

Igualmente coordenado por Fernando de Sousa e apoiado pela Real Companhia Velha, este projecto tenciona estudar as relações diplomáticas e económicas de Portugal com a Rússia, desde o início do Governo pombalino até à introdução do liberalismo no nosso país (1750-1820), período durante o qual a referida Companhia desempenhou um importante papel no estabelecimento de uma Casa Portuguesa de Comércio em São Petersburgo, na nomeação do primeiro cônsul português na Rússia e desenvolveu actividades como parceiro determinante nas relações comerciais entre os dois países. O projecto, que terminará em 2010, pretende publicar as *Instruções sobre o Comércio com a Rússia* (1779), um manuscrito inédito da maior importância para a história da situação económica do império russo, bem como um livro sobre *As relações entre o Porto e a Rússia (1755-1820)*, além de organizar um Seminário Internacional sobre o tema.

A Economia da Corrupção em Portugal

Este projecto de investigação é coordenado por Cristina de Abreu no âmbito da parceria estabelecida entre o CEPESE e a Polícia Judiciária. Trata-se de um projecto interdisciplinar cujos membros da equipa de investigadores provêm de diferentes áreas científicas – Economia, Direito, História, Administração Pública, Sociologia e Investigação Criminal – com o objectivo de analisar o fenómeno da economia da corrupção na sociedade portuguesa contemporânea. O projecto visa, como desiderato último, a criação de um modelo eclético, incorporando variáveis económicas, jurídico-legais, sociológicas e políticas, explicativo da seguinte tese: a corrupção como fenómeno endémico à sociedade portuguesa, o qual tenderá a autopropor-se, emergindo simultaneamente como variável endógena e exógena num contexto sistémico de análise. O alcance deste objectivo implica como metodologia de trabalho a investigação parcelar no sentido da identificação das variáveis no âmbito de cada uma das diferentes áreas científicas. O estudo da legislação comparada dentro dos países da União Europeia nesta matéria é aqui contemplado, constituindo questão de investigação o porquê das diferenças de enquadramento legal.

Nobreza Medieval Hispânica: séculos VIII-XVI

Sob a coordenação de José Augusto Pizarro, este projecto visa a elaboração de bancos de dados que permitam conhecer as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza a partir dos respectivos grupos nobiliárquicos, durante a Idade Média (séculos VIII-XVI). Os bancos de dados terão três vertentes: fontes publicadas; bibliografia; catálogo prosopográfico e genealógico. No âmbito deste projecto, iniciado em 2008 e que terá uma primeira fase de três anos, será organizado um congresso internacional sobre *A Nobreza Medieval Hispânica*, cujas

actas serão dadas à estampa, e a publicação de um *Dicionário Biográfico da Nobreza Galego-Portuguesa Medieval*.

A Emigração Italiana e Portuguesa para o Brasil nos séculos XIX e XX: aspectos demográficos e sociais

Este projecto de investigação, coordenado por Fernando de Sousa, está a ser desenvolvido no âmbito do convénio Portugal/Itália estabelecido entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Consiglio Nazionale delle Ricerche. Visando a partilha de conhecimentos e metodologias de investigação relativamente à temática em questão, o projecto a decorrer durante o biénio 2009/2010 conta com a colaboração de investigadores do CEPESE e do Istituto di Ricerca sula Popolazione e le Politiche Sociali.

Identidade Ibérica: o caso de Portugal na Época Medieval e Moderna

Em curso no biénio 2009/2010, este projecto apresenta-se na sequência do trabalho elaborado anteriormente sobre o mesmo tema, e está a ser desenvolvido ao abrigo do convénio entre Portugal (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e Itália (Consiglio Nazionale delle Ricerche).

Valores e sua Influência no Consumo de Moda

Coordenado por Isabel Cantista, este projecto visa investigar as repercussões dos valores e das mentalidades no consumo de moda, numa perspectiva europeia. Entre as etapas de trabalho já realizadas no âmbito deste projecto, constam a pesquisa bibliográfica, a definição do objecto de estudo e o estabelecimento da metodologia, além de terem sido apresentados vários *papers* a nível internacional.

PROVAS ACADÉMICAS DE ASSOCIADOS DO CEPESE

Manuel Augusto Lima Engrácia Antunes

No dia 10 de Março de 2008, realizaram-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto as provas públicas de doutoramento do mestre Manuel Augusto Lima Engrácia Antunes, investigador do CEPESE. O júri, presidido (por delegação reitoral) pela doutora Maria de Fátima Aires Pereira Marinho Saraiva (Presidente do Conselho Científico da FLUP), era constituído pelo doutor Vítor Manuel Veríssimo Serrão (Professor Catedrático do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), pela arquitecta Aurora da Conceição Parreira Carapinha (Professora Auxiliar da Universidade de Évora), e ainda pelos docentes do Departamento de Ciências e Património da FLUP doutora Natália Marinho Ferreira-Alves e doutor Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves (ambos professores catedráticos), doutores Agostinho Rui Marques de Araújo e Fausto Sanches Martins (ambos professores associados), e doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha (professor auxiliar).

A dissertação subordinava-se ao título *Assentos, Encomendantes e Utilizadores na Igreja Monástica Beneditina no Norte de Portugal – sécs. XVII a XIX*, tendo sido arguentes os doutores Vítor Serrão e Natália Marinho Ferreira-Alves (orientadora). O candidato foi aprovado por unanimidade.

Maria da Graça Lopes Fernandes Martins

No dia 14 de Abril de 2008, realizaram-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto as provas públicas de Doutoramento em História da mestre Maria da Graça Lopes Fernandes Martins que apresentou a dissertação *As Relações do Nordeste Trasmontano com Castela-Leão no Século XIX (1834-1880)*.

O júri, presidido (por delegação reitoral) pelo doutor Jorge Fernandes Alves, professor catedrático e Director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, era ainda constituído pela doutora Maria de Fátima Nunes Ferreira, da Universidade de Évora (arguente), pelo doutor João dos Santos Ramalho Cosme, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e pelos profes-

sores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, doutores Gaspar Martins Pereira, Maria Antonieta da Conceição Cruz e Maria da Conceição Meireles Pereira (orientadora e arguente). A candidata foi aprovada por unanimidade.

A referida tese incide sobre o relacionamento luso-espanhol naquela zona fronteiriça, com base na linha de actuação do Governo Civil no distrito de Bragança, ao longo de um período conturbado da história peninsular.

João Manuel Lamas Mendonça

Em 2 de Julho de 2008, realizaram-se na Universidade Lusíada de Lisboa as provas de doutoramento em História de João Manuel Lamas Mendonça que apresentou a tese *A Ordem de Avis Revisitada (1515-1538): um alheado entardecer*. O júri era presidido pelo Reitor da referida universidade, integrando ainda os professores Luís Adão da Fonseca (Universidade Lusíada do Porto e orientador), Doutora Cristina Pimenta (investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade e co-orientadora), Maria Fernanda Olival e Mafalda Soares da Cunha (ambas da Universidade de Évora), Joel Mata e Paula Pinto Costa (respectivamente da Universidade Lusíada do Porto e da Universidade do Porto, ambos arguentes) e Carlos César Lima da Silva Motta (Universidade Lusíada de Lisboa). Obteve a classificação de 19 valores com louvor e distinção, por maioria.

Maria de Fátima Esteves

Na Universidade da Estremadura (UNEX – Espanha) realizaram-se as provas de doutoramento de Maria de Fátima Esteves, efectuadas na área de Desenvolvimento e Intervenção Psicológica. Esta tese, orientada pelos professores Florencio Vicente Castro e María Isabel Fajardo Caldera, intitula-se *Personalidad en la infertilidad psicógena y en la fertilidad* e foi aprovada por Unanimidade com Distinção e Louvor («Sobresaliente Cum Laude»). Presidido pelo professor Enrico Molinari e secretariado pela professora María Isabel Ruiz Fernández, o júri destas provas integrava ainda como vogais os professores Antonio Sanchez Cabaço, João Rosado de Miranda Justo e Julia Alonso Garcia e, como suplentes, os professores Antonio Ricardo Santos Fadista Mira e Mercedes Gómez Acuña.

Ana Margarida Portela Domingues

Em 29 de Junho de 2009, realizaram-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto as provas de doutoramento em História da Arte da mestre Ana Margarida Portela Domingues cuja tese se intitulava *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. Sob orientação da professora Lúcia Rosas e com arguição dos professores José Manuel Lopes Cordeiro e João Coroado, esta tese foi aprovada por unanimidade.

Isabel Maria Gomes de Oliveira

No dia 17 de Julho de 2008, decorreram na Universidade do Minho as provas de Mestrado de Isabel Maria Gomes de Oliveira, que apresentou a dissertação *Contabilidade do Vinho do Porto: O Período Pombalino*, a qual foi aprovada com a classificação de “Muito Bom” por unanimidade. O júri, presidido pela doutora Mino Farhangmehr, era ainda constituído pela doutora Delfina Rosa da Rocha Gomes, professora auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, e pela doutora Lúcia Lima Rodrigues (orientadora), professora associada com agregação da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Sílvia Braga

No dia 4 de Dezembro de 2008, no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, Sílvia Braga apresentou a dissertação *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil nas Vésperas da II Guerra Mundial (1935-1939)*. O júri, presidido pelo professor Luís Adão da Fonseca, integrava ainda os professores Fernando de Sousa (orientador), Jorge Arroiteia (arguente) e Teresa Cierco. A candidata foi aprovada por unanimidade com 18 valores.

Paulo Amorim

Com a dissertação *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil durante a II Guerra Mundial (1939-1945)*, Paulo Amorim apresentou-se em 4 de Dezembro de 2008 as provas no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada do Porto, tendo sido aprovado por unanimidade com 18 valores. O júri, presidido pelo professor Luís Adão da Fonseca, integrava ainda os professores Fernando de Sousa (orientador), Jorge Arroiteia (arguente) e Teresa Cierco.

Sara Vale-Lima

No âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, tiveram lugar em 5 de Dezembro de 2008 as provas de Sara Vale-Lima que apresentou a dissertação *Estratégias de Internacionalização de PME's portuguesas do sector do vestuário de moda no contexto de globalização de mercados – um estudo de caso*. O júri era constituído pelos professores Fernando de Sousa (orientador), Luís Adão da Fonseca, Maria do Céu Pinto e Fernando Almeida, que atribuiu a classificação final de 17 valores.

Luís Monteiro

Tiveram lugar em 5 de Dezembro de 2008 as provas de Luís Monteiro, no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, que apresentou a dissertação *As pequenas e médias empresas portuguesas: como promover a sua internacionalização no âmbito da União Europeia*, a qual obteve a classificação final de 18 valores. O júri, presidido pelo professor Luís Adão da Fonseca, era ainda constituído pelos professores Fernando de Sousa (orientador), Maria do Céu Pinto e Fernando Almeida.

Diana Gonçalves Santos

No dia 29 de Janeiro de 2009, realizaram-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto as provas de Mestrado em História da Arte em Portugal de Diana Gonçalves Santos que apresentou a dissertação *Azulejaria dos Séculos XVII e XVIII na Arquitectura dos Colégios das Ordens Religiosas em Coimbra* a qual obteve a classificação final de “Muito Bom”. O júri, presidido pela professora Lúcia Rosas, era ainda constituído pelos professores Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro (arguente) e Fausto Sanches Martins (orientador).

OUTRAS NOTÍCIAS

Avaliação Internacional do CEPESSE

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, procedeu à avaliação e acreditação internacional de todas as unidades de investigação com vista à sua melhor organização e à promoção de uma rede moderna, competitiva e flexível de instituições de investigação científica. Em consequência deste processo, no dia 29 de Novembro de 2007, o CEPESSE acolheu a visita de um painel internacional, composto pelos professores Ramón Villares, Adeline Rucquoi, Eloy Fernández Clemente, Felipe Criado Boado e Fernando Devoto.

Em finais de 2008 foi divulgado o relatório final do painel de avaliação, tendo o CEPESSE recebido a classificação *Very Good*, a mais alta classificação atribuída a unidades de investigação da área científica de História. O CEPESSE elaborou um comentário ao referido relatório, enviado à FCT e aos membros do painel de avaliação, chamando a atenção para alguns aspectos da sua actividade científica que não constavam daquele, embora não pondo em causa a classificação atribuída.

Reunião da Comissão de Aconselhamento do CEPESSE

No dia 12 de Dezembro de 2008, reuniu a Comissão de Aconselhamento do CEPESSE, oca-

ção em que o coordenador da Unidade teve a oportunidade de apresentar aos membros da referida comissão o CEPESSE, bem como o orçamento e relatório das actividades desenvolvidas em 2008 e previstas para 2009.

Conferência Anual do CEPESSE

No dia 13 de Dezembro de 2008, realizou-se a Conferência Anual do CEPESSE que reuniu investigadores e colaboradores do Centro, bem como os membros da Comissão de Aconselhamento Científico. Nesta conferência foi feita a apresentação geral do CEPESSE e dos vários grupos de investigação que funcionam no âmbito da Unidade de I&D, os quais expuseram as respectivas actividades científicas desenvolvidas e a desenvolver. Aproveitou-se a ocasião para transmitir uma série de recomendações aos associados do CEPESSE, no sentido de agilizar e potenciar o funcionamento do Centro, havendo ainda lugar ao debate com os elementos da Comissão de Aconselhamento Científico que veicularam diversas sugestões quanto à actividade científica da Unidade. Durante o ano de 2009 será elaborado um parecer conjunto da Comissão de Aconselhamento Científico.

Semana da Ciência e da Tecnologia 2008

A Semana da Ciência e da Tecnologia decorreu entre 24 e 30 de Novembro de 2008, celebrando-se a 24 de Novembro o Dia Nacional da Cultura Científica. Como tem sido habitual, o CEPESSE associou-se a esta iniciativa, encontrando-se de portas abertas nos dias referidos, entre as 9h30 e as 17h30, para o público em geral e para os alunos do ensino secundário e superior em particular. Esta acção, que desde há alguns anos se vem realizando, procura dar a conhecer a actividade desenvolvida por um centro de investigação em ciências sociais e humanas e sensibilizar os jovens para a investigação nesses domínios científicos. Foram realizadas sessões de apresentação do CEPESSE e oferecidas a todos os alunos visitantes publicações editadas pelo Centro.

Bolsas de Integração na Investigação

O CEPESSE abriu em 2008 concurso para a atribuição de 16 Bolsas de Integração na Investigação (BII) destinadas a estudantes do ensino superior nos anos iniciais de formação e com bom desempenho escolar, com o objectivo de criar condições de estímulo e desenvolvimento do sentido crítico, da criatividade e da autonomia pela prática da investigação. Depois de cumpridas as formalidades de selecção dos candidatos e posterior aceitação por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia que suporta integralmente as BII através do reforço do financiamento plurianual, estes bolseiros foram integrados em projectos de investigação e têm vindo a ser orientados por professores doutorados do CEPESSE.

Concurso Internacional para a contratação de 1000 doutorados

Ao abrigo do “Concurso Internacional para a contratação de 1000 doutorados – Programa Ciência 2008”, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foram seleccionados pelo CEPESSE, através de um júri internacional, dois investigadores doutorados – os doutores Paula Cardona e Francisco Queirós – que iniciam funções em 1 de Julho de 2009.

Programa de Estágios Profissionais

Ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e a exemplo do que tem sido feito nos últimos anos, o CEPESSE acolheu em 2008 um jovem licenciado, Bruno Rodrigues, que continua a colaborar com o Centro no corrente ano de 2009.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

Normas de publicação e citação documental e bibliográfica da Revista *População e Sociedade*

População e Sociedade é uma revista de História editada pelo CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

- a) A Revista *População e Sociedade* aceita artigos inéditos na área das ciências sociais que podem ser apresentados em língua estrangeira (castelhano, inglês, francês e italiano). Sendo uma revista com arbitragem científica, a publicação dos trabalhos está pois dependente de pareceres de dois especialistas externos e internos.
- b) Cada artigo deverá ter um máximo de 25 páginas A4, entrelinhado a espaço e meio, letra corpo 12, exceptuando ilustrações, quadros e gráficos. Os quadros e gráficos devem ser elaborados, respectivamente, em formato *Microsoft Word* e *Excel*, e não em formato de imagem (*jpeg*, *gif*, etc.).
- c) O artigo deverá ser enviado por e-mail para o endereço electrónico do CEPESSE (cepese@cepese.pt).
- d) Cada artigo deve ser acompanhado de dois resumos, um em português e outro em inglês, entre 10 a 15 linhas cada um, 5 palavras-chave (também em português e inglês) e identificação do autor (nome, instituição, e-mail, últimas publicações).
- e) As notas devem ser reduzidas, de rodapé, sem ultrapassar 5 linhas.
- f) As provas tipográficas dos artigos serão enviadas, sempre que possível, aos autores, para revisão, em prazo a fixar. Caso este prazo não seja cumprido subentende-se que os autores prescindem dessa revisão.
- g) A cada autor serão oferecidos 5 exemplares da revista *População e Sociedade* em que se encontra publicado o seu artigo.
- h) As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- i) Quaisquer imagens reproduzidas nos artigos são da responsabilidade do autor que deverá assegurar previamente a devida autorização.
- j) Visando-se a uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidas pelos autores os critérios que se seguem.

Normas de citação documental e bibliográfica

- a) Nas notas, as citações e referências de autores e obras (monografias e artigos de publicações periódicas ou de obras colectivas) deverão referir o apelido do autor, em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta. Se houver menções a mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, elas serão identificadas por uma letra minúscula a seguir à data; no caso de se referir a mais de três autores utiliza-se a indicação *et al.* São exemplos:

SANTOS, 2006a: 75-76.

LOUSADA *et al.*, 2006: 104.

(Todas as citações em nota deverão seguir este critério, **excluindo-se**, assim, menções como: *op. cit.*; *ob.cit.*; *idem*; *Ibidem*).

- b) As citações de documentos deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie. É exemplo:

ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v.

- c) Na bibliografia, os livros devem ser citados consoante os exemplos:

SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.

SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.

- d) Na bibliografia, os artigos em publicações periódicas devem ser citados consoante o exemplo:

WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.

- e) Na bibliografia, os artigos em obras colectivas devem ser citados consoante o exemplo:

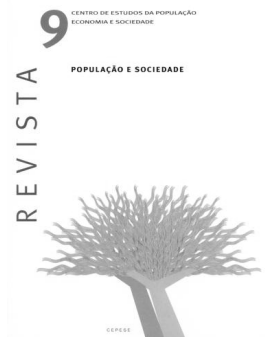
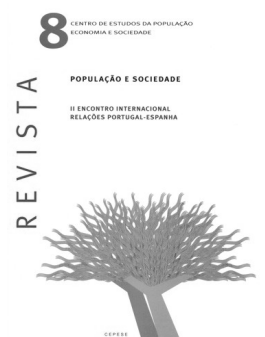
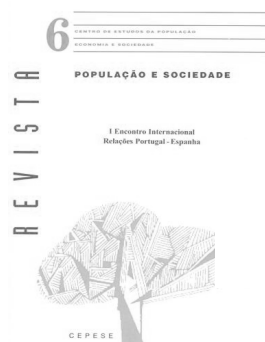
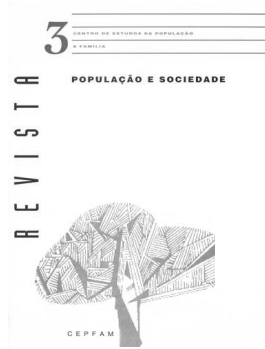
MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.

- f) Na bibliografia electrónica devem seguir-se os critérios atrás referidos (autor, data título, quando existam) seguidos do sítio onde está disponível na Internet e data de consulta entre parênteses rectos, como é exemplo o seguinte artigo de publicação em série electrónica:

WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Disponível em: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [consult. 15 de Abr. 2009].

**CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES
DO CEPESE**

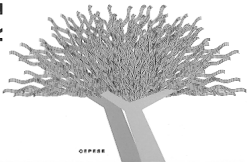
REVISTA POPULAÇÃO E SOCIEDADE



10 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
OS ARQUIVOS DA VINHA E DO
VINHO NO DOURO

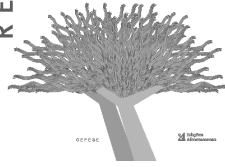


CEPES

11 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE
RESULTOS DA DEMOCRATIZAÇÃO
DO BEM-ESTAR



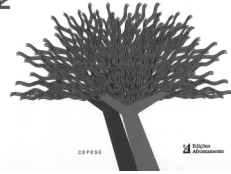
CEPES

Edições
Universitárias

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

ESTUDOS E ENSAIOS EM HOMENAGEM
A EURICO FIGUEIREDO



CEPES

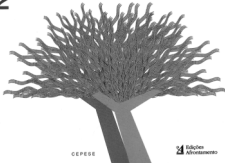
Edições
Universitárias

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

III ENCONTRO INTERNACIONAL
RELAÇÕES PORTUGAL-ESPAÑA



CEPES

Edições
Universitárias

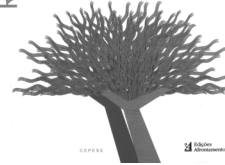
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

II ENCONTRO INTERNACIONAL
A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
PARA O BRASIL

PARTE I



CEPES

Edições
Universitárias

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

II ENCONTRO INTERNACIONAL
A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
PARA O BRASIL

PARTE II



CEPES

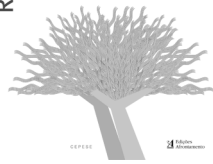
Edições
Universitárias

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

A COMPANHIA E AS
RELAÇÕES ECONÓMICAS
DE PORTUGAL COM O BRASIL



CEPES

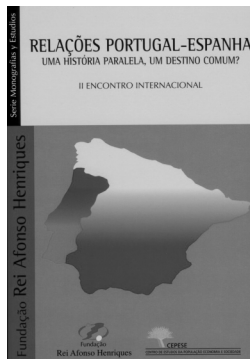
Edições
Universitárias

LIVROS DE ACTAS



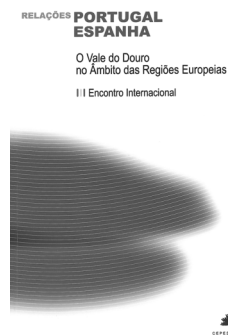
*Relações
Portugal-Espanha
Cooperação e Identidade
I Encontro Internacional*

CEPESE
FRAH
2000



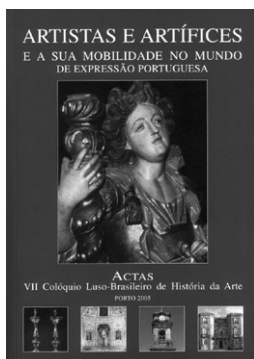
*Relações
Portugal-Espanha
Uma História
paralela, um destino
comum?
II Encontro
Internacional*

CEPESE
FRAH
2002



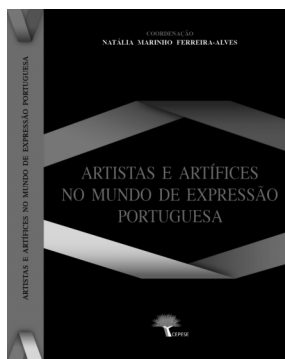
*Relações
Portugal-Espanha
O Vale do Douro
no Âmbito das Regiões
Europeias*

CEPESE
Edições Afrontamento 2006



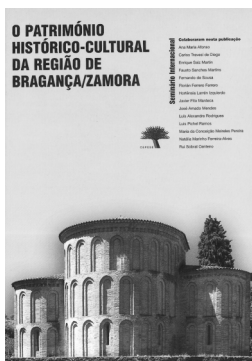
*Artistas e Artífices
e a sua Mobilidade
no Mundo de Expressão
Portuguesa*

CEPESE
2005



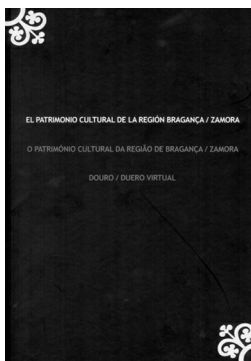
*Artistas e Artífices
no Mundo de Expressão
Portuguesa*

CEPESE
2008



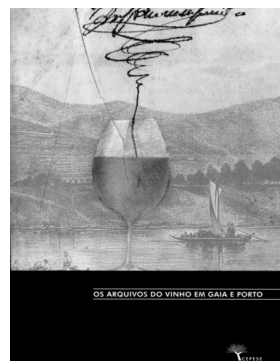
*O Património
Histórico-Cultural
da região
de Bragança-Zamora*

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



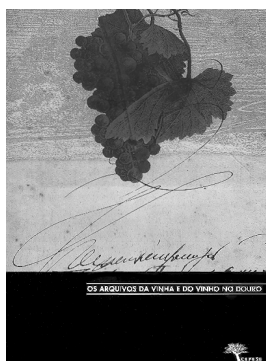
*O Património
Cultural da região
de Bragança-Zamora*

CEPESE
Associação Ibérica
dos Municípios Ribeirinhos
do Douro
2008



*Os Arquivos do Vinho
em Gaia e Porto*

CEPESE
2000



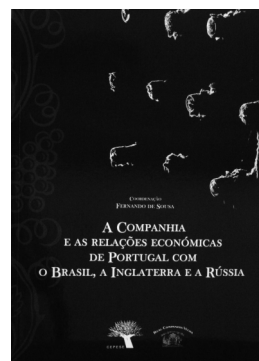
*Os Arquivos da Vinha
e do Vinho no Douro*

CEPESE
Edições Afrontamento
2003



*O Vinho do Porto em
Gaia & Companhia*

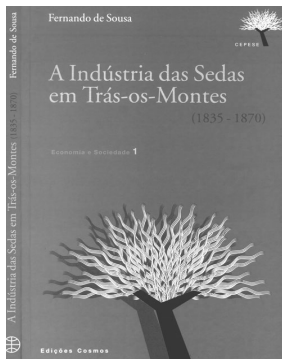
CEPESE
Edições Afrontamento
2005



*A Companhia
e as Relações
Económicas de Portugal
com o Brasil,
a Inglaterra e a Rússia*

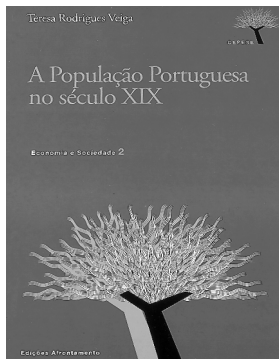
CEPESE
Edições Afrontamento
2008

COLEÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE



A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)

CEPESE
Ed. COSMOS
2001



A População Portuguesa no Século XIX

CEPESE
Edições Afrontamento
2004

COLEÇÃO OS PORTUGUESES NO MUNDO



A Comunidade Lusíada em Joanesburgo

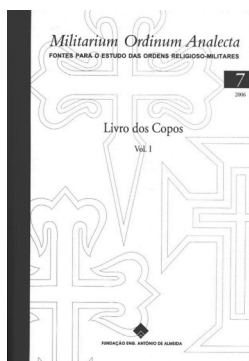
CEPESE
Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento

CEPESE
Fronteira do Caos
2009

COLEÇÃO MILITARIUM ORDINUM ANALECTA



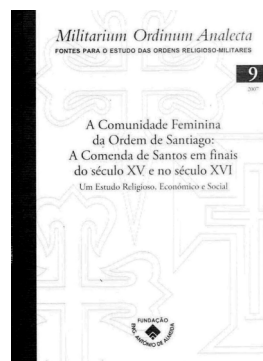
Livro dos Copos Vol. I

CEPESE
Fundação Eng.
António de Almeida
2006



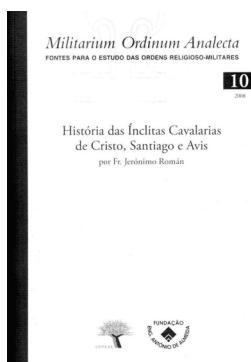
Uma contenda entre a Coroa e a Ordem do Hospital: estruturas de pesca no Rio Tejo

CEPESE
Fundação Eng.
António de Almeida
2007



A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI: Um Estudo Religioso Económico e Social

CEPESE
Fundação Eng.
António de Almeida
2007



História das Íncultas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis

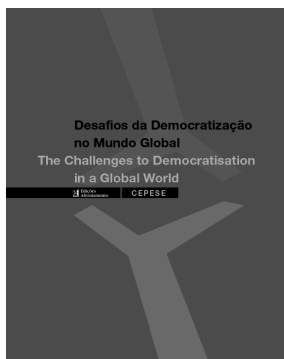
CEPESE
Fundação Eng.
António de Almeida
2008



Comendas das Ordens Militares na Idade Média

CEPESE
Fundação Eng.
António de Almeida
2009

PUBLICAÇÕES AUTÓNOMAS



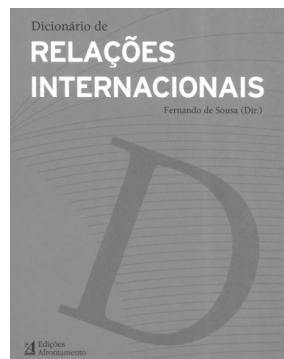
Desafios da Democratização no Mundo Global

CEPESE
Edições Afrontamento
2004



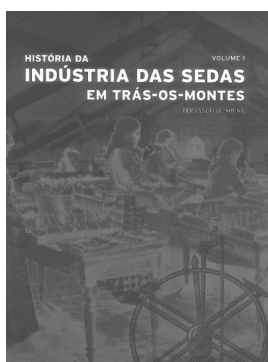
Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



Dicionário de Relações Internacionais (2.ª edição)

CEPESE
Edições Afrontamento
2008



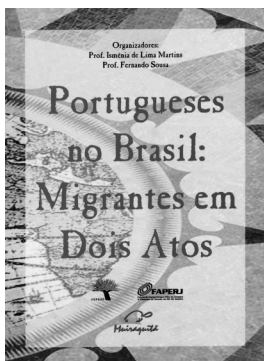
História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes

CEPESE
Edições Afrontamento
2006



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto

CEPESE
2009



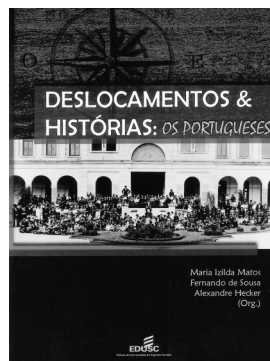
*Portugueses no Brasil:
Migrantes em dois atos*

CEPESE
FAPERJ
2006



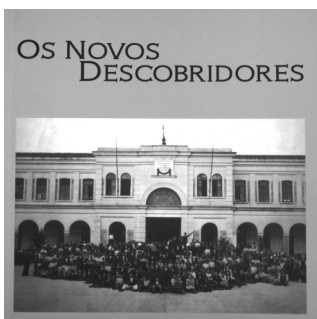
*A Emigração
Portuguesa
para o Brasil*

CEPESE
Edições Afrontamento
2007



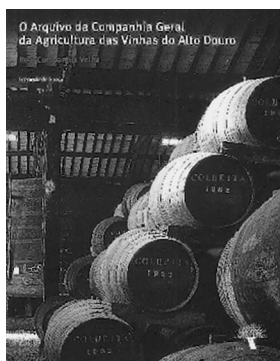
*Deslocamentos
& Histórias:
Os Portugueses*

CEPESE
EDUSC
2008



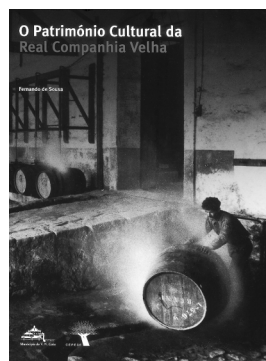
Os Novos Descobridores

CEPESE
2008



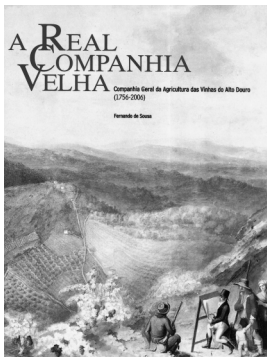
*O Arquivo da Companhia
Geral da Agricultura das
Vinhas do Alto Douro –
Real Companhia Velha*

CEPESE
2003



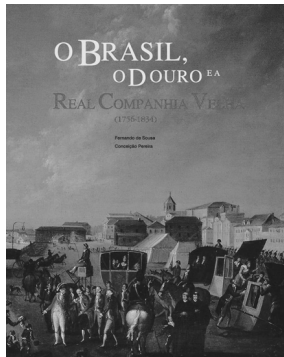
*O Património Cultural
da Real Companhia Velha*

CEPESE
2004



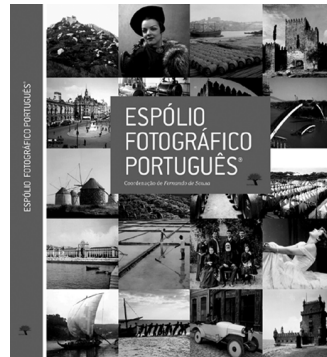
***A Real Companhia Velha.
Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do
Alto Douro (1756-2006)***

CEPESE
2006



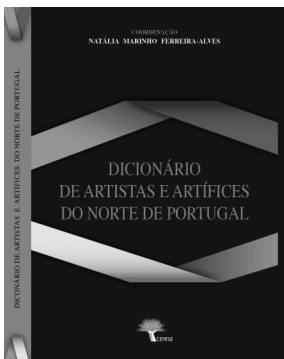
***O Brasil, o Douro e a Real
Companhia Velha***

CEPESE
2008



Espólio Fotográfico Português

CEPESE
2008



***Dicionário de Artistas
e Artífices do Norte
de Portugal***

CEPESE
2008



***Francisco José Resende
[1825-1893]***

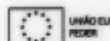
CEPESE
Edições Afrontamento
2007

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| NOTA DE ABERTURA | |
| <i>Maria da Conceição Meireles Pereira</i> | 5 |
| LA ORDEN DE SAN JUAN DE JERUSALÉN Y LAS PEREGRINACIONES EN LA GALICIA MEDIEVAL (SIGLOS XII-XIII) | |
| <i>Carlos Andrés González-Paz</i> | 9 |
| PORTUGAL E O MEDITERRNEO, ENTRE CASTELA E MARROCOS. A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA MARÍTIMA NOS SÉCULOS XIV-XV E A NOÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO DESCONTÍNUO | |
| <i>Luís Adão da Fonseca</i> | 45 |
| MEDINA DEL CAMPO-ALMEIRIM: UNA PAZ ANHELADA Y PERMANENTEMENTE AMENAZADA | |
| <i>Vicente Ángel Álvarez Palenzuela</i> | 61 |
| INFLUÊNCIA DAS ALTERAÇÕES DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA NOS FACTORES EXÓGENOS DE REPRODUÇÃO DE UMA COMUNIDADE – O CASO DE OLIVENÇA (1760-1850) | |
| <i>Maria João Guardado Moreira/Jorge Román/Sonia E. Colantonio/Pilar Zuluaga/ /Maria José Blanco/Vicente Fuster</i> | 85 |
| ESPAÑA ANTE EL NACIMIENTO DE LA <i>REGENERACIÓN</i> : LA TENTATIVA DE UNA INTERVENCIÓN MILITAR (ABRIL-JULIO DE 1851) | |
| <i>Ignacio Chato Gonzalo</i> | 105 |
| AS RELAÇÕES LUSO-ESPANHOLAS: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À UNIÃO EUROPEIA (1910-1997) | |
| <i>António José Queirós</i> | 131 |
| CULTURA E COOPERAÇÃO: DESAFIOS E ENTRAVES À RELAÇÃO IBÉRICA NO CONTEXTO EUROPEU | |
| <i>Maria de Fátima Amante</i> | 155 |
| LOS “ <i>PETITS PAS</i> ” DE LA INTEGRACIÓN EUROPEA: LA AGRUPACIÓN EUROPEA DE COOPERACIÓN TERRITORIAL ENTRE GALICIA Y LA REGIÓN NORTE DE PORTUGAL | |
| <i>Rafael García Pérez</i> | 169 |
| SOBRE OS AUTORES | 185 |
| RESUMOS/ABSTRACTS | 191 |
| RECENSÕES CRÍTICAS | 201 |
| NOTÍCIAS | 211 |
| INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES | 231 |
| CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPESE | 233 |

Colaboraram neste número:

António José Queirós
Carlos Andrés González-Paz
Ignacio Chato Gonzalo
Jorge Román
Luís Adão da Fonseca
Maria de Fátima Amante
Maria João Guardado Moreira
Maria José Blanco
Pilar Zuluaga
Rafael García Pérez
Sonia E. Colantonio
Vicente Ángel Álvarez Palenzuela
Vicente Fuster



ISBN 0873-1861



9 770873 186002